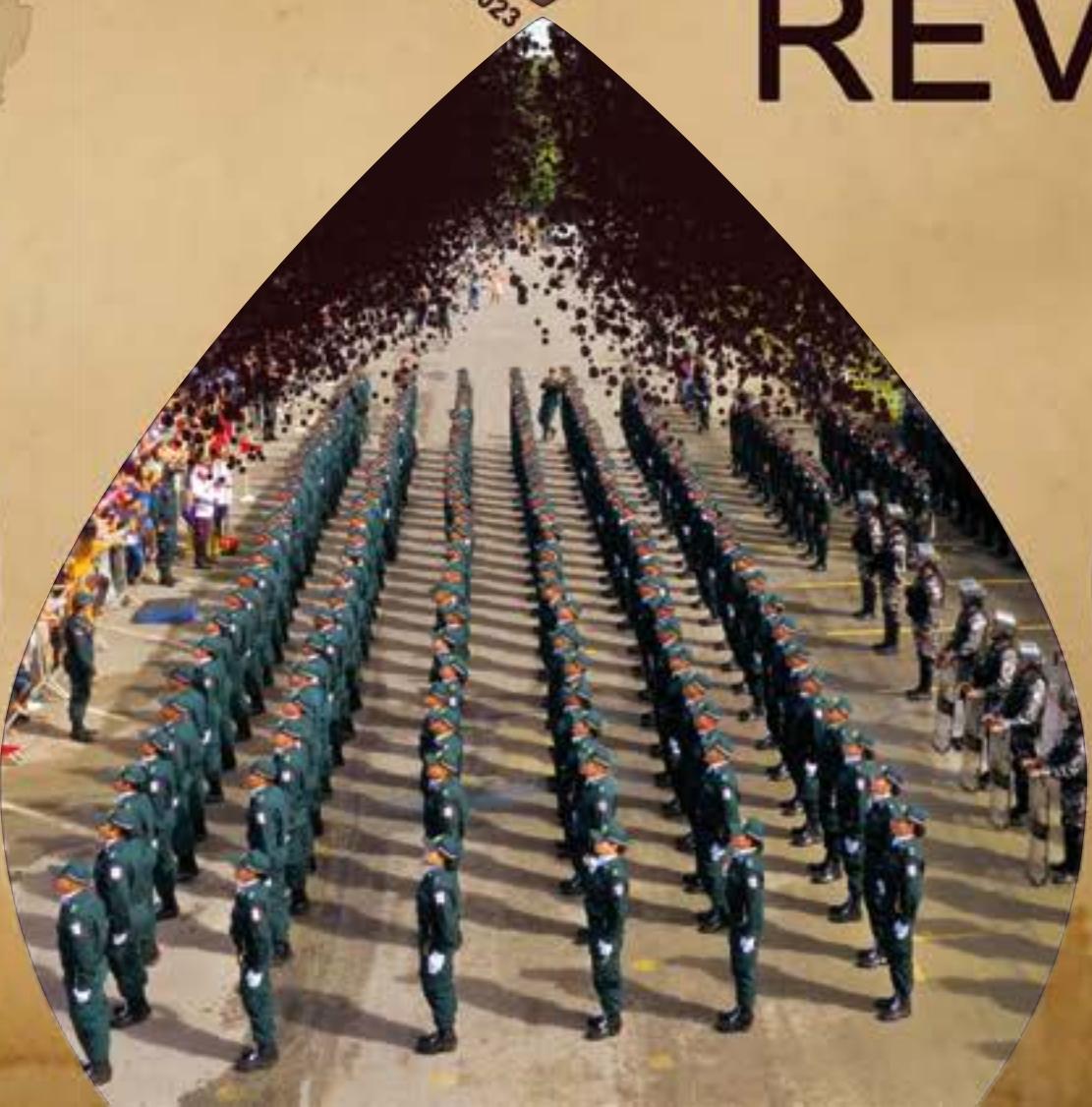




BELÉM-PA, NUPESQ/PMPA, v.2, n.3 JAN.JUN., 2023

PERIÓDICO CIENTÍFICO **PMPA EM
REVISTA**

3
NÚMERO



PERIÓDICO CIENTÍFICO
PMPA EM REVISTA

v.2, n.3
Publicação contínua
janeiro - junho 2023

Periódico Científico PMPA em Revista criado em 25 de setembro de 2021 por: **Helder Zahluth Barbalho** - Governador do Estado do Pará e Comandante em Chefe da PMPA | **Ualame Fialho Machado** - Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará | **José Dilson Melo de Souza Júnior** - Comandante-Geral da PMPA | **Ariel Dourado Sampaio Martins de Barros** - Chefe do Estado-Maior Geral da PMPA.

EDITOR EXECUTIVO

Itamar Rogério Pereira Gaudêncio - Chefe da 8^a Seção (PM/8) – Seção de Pesquisa Científica.

EDITOR CIENTÍFICO

Sandoval Bittencourt - Assessor Técnico da PMPA.

CONSELHO DE POLÍTICA EDITORIAL:

Aiala Colares Couto - Universidade do Estado do Pará | **Clay Anderson Chagas** - Universidade do Estado do Pará | **Cristiane Loureiro Lima** - Fórum Brasileiro de Segurança Pública | **Danilo Reymão Moreira** - Polícia Militar do Pará | **Douglas Magno Guimarães** | Polícia Militar do Pará | **Edgard Vinícius Cacho Zanette** - Universidade do Estado de Roraima | **Edson Marcos Leal Soares Ramos** - Universidade Federal do Pará | **Elcimar Maria de Oliveira Lima** - Polícia Militar do Pará | **Elson Luiz Brito da Silva** - Polícia Militar do Pará | **Fernandina Lopes Fernandes** - Universidade de Cabo Verde | **Francisco Inácio Alar** - Academia de Ciências Policiais de Moçambique | **Humberto Ribeiro Júnior** - Universidade de Vila Velha | **Ildefonso Gonçalves Hannemann** - Polícia Militar do Pará | **Itamar Gaudêncio** - Polícia Militar do Pará | **Ivone Freire Costa** - Universidade Federal da Bahia | **Jaime Cunha de Souza** - Universidade Federal do Pará | **Jesiane Calderaro Costa Vale** - Polícia Militar do Pará | **João Garcia Reis** - Instituto de Ensino de Segurança do Pará | **Jorge Fabrício dos Santos** - Polícia Militar do Pará | **José Dilson Júnior** - Polícia Militar do Pará | **José Gilberto Quintero Torres** - Polícia Militar do Pará | **Josivane do Carmo Campos** - Polícia Militar do Pará | **Leonardo Naves dos Reis** - Universidade do Estado do Amazonas | **Marcus Alan Gomes** - Universidade Federal do Pará | **Marcelo Ronald Botelho de Souza** - Polícia Militar do Pará | **Maria João Guia** - Universidade de Coimbra, Portugal | **Mónica de Melo Freitas** - Universidade Nova Lisboa, Portugal | **Roberto Magno Reis Neto** - Instituto de Ensino de Segurança do Pará. | **Ronaldo Braga Charlet** - Polícia Militar do Pará | **Sandoval Bittencourt** - Polícia Militar do Pará | **Silvia dos Santos de Almeida** - Universidade Federal do Pará | **Sônia da Costa Passos** - Instituto de Ensino de Segurança do Pará | **Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa** - Polícia Militar do Pará | **Wilquerson Sandes** - Polícia Militar do Mato Grosso | **Wagner Ricardo de Souza de Carvalho** | Polícia Militar do Pará | **Wando Dias Miranda** - Instituto de Ensino de Segurança do Pará.

ASSESSORIA TÉCNICA

José Gilberto Quintero Torres
Paulo Jorge Miranda Lucas

CAPA/LAYOUT

Maria Clara Pimentel
Rafael Aragão Eleres

DIAGRAMAÇÃO/ EDITORAÇÃO

Maria Clara Pimentel
Rafael Aragão Eleres

TRADUÇÃO DE RESUMOS

Edson Matheus M. Monteiro

FOTOGRAFIA

Renata Pereira da Silva Costa

REVISÃO GERAL

Ronaldo Braga Charlet
Itamar Rogério Pereira Gaudêncio
Elcimar Maria de Oliveira Lima
Tatiane da S. Rodrigues Tolosa

REVISÃO ORTOGRÁFICA

Gabriela Monteiro Figueiredo

SECRETARIA

Clayton Menezes Cunha
Ramon Rauda Souza Costa

COLABORADORES

Lucas Carnevale Machado
Sandra Letícia Magalhães Gaudêncio

Polícia Militar do Pará
8º seção (PM/8) - Núcleo de Pesquisa

**PERIÓDICO CIENTÍFICO
PMPA EM REVISTA**

ISSN: 2966-1064
E-ISSN: 2966-2095

Periódico Científico PMPA em Revista	Ciências Policiais	Belém	v.2	n.3	janeiro-junho 2023
---	--------------------	-------	-----	-----	--------------------

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Polícia Militar do Pará
Núcleo de Pesquisa do Estado-Maior Geral
Av. Augusto Montenegro, Km 9 - n.º 8401.
Parque Guajará, Belém - PA, CEP: 66821-000
Telefone: (91) 98584-6288
E-mail: nucleop.pmpa@gmail.com
Site: www.pm.pa.gov.br

Para submissão de artigos, acessar:
<https://revista.pm.pa.gov.br/index.php/pmpaemrevista>

Não é permitida a reprodução parcial ou total de quaisquer partes desta obra, sob nenhuma forma ou técnica, sem a prévia autorização do editor. Ficam isentas as cópias para uso pessoal e interno, desde que não destinadas a fins promocionais ou comerciais. As opiniões e considerações emitidas nos artigos são de inteira responsabilidade dos autores e não refletem, necessariamente, a posição dos editores ou da instituição responsável pela publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)a

PMPA em Revista: periódico de ciências policiais [recurso eletrônico] / Núcleo de Pesquisa da Polícia Militar do Pará. v. 2, n. 3 (jan./ jun. 2023) – Belém : PMPA, Núcleo de Pesquisa Científica, 2023 - .

128 p. : il. (color.) ; 29,7 cm.

e-ISSN: 2966-2095

ISSN: 2966-1064

Semestral.

Resumos em português, inglês e espanhol.

Disponível em: <https://revista.pm.pa.gov.br/index.php/pmpaemrevista>

1.Ciência Militar - Periódico. 2. Segurança Pública. Polícia Militar do Estado do Pará.

CDD-23^a ed. 355.005

© Direitos de Cópia/Copyright 2023 por/by NUPESQ/PMPA



SUMÁRIO

Editorial

A Polícia Militar “entre os fios e os rastros” da História do “Grão-Pará”. | Itamar Gaudêncio - pág. 9

Artigos

Tropas paraenses na tomada de Caiena (1809): entre os inimigos franceses e as guerras internas no antigo Grão-Pará do início do século XIX. | Magda Ricci, Itamar Gaudêncio, Lucas Carnevale Machado - pág. 13

As ações de repressão à Cabanagem: o recrutamento militar de indivíduos “perigosos” para compor a Guarda Policial (1836-1840). | Thailana de Jesus Cordeiro Pereira - pág. 29

Polícia e Policiamento no Pará: reorganização, desafios e profissionalização (1870-1900). | Diego Nazareno de Jesus Santos Filgueiras, William Gaia Farias - pág. 41

Reverberações do Tenentismo no Pará. | William Gaia Farias - pág. 57

“Memórias de um Soldado Paraense”: história, memória e atuação do Policial Militar Arthur Corrêa da Silva (1942 - 1990). | Itamar Gaudêncio, Lucas Carnevale Machado, Sandra Letícia Magalhães Gaudêncio - pág. 67

História e memória da participação do Pará em Missões de Paz da ONU: os 30 anos de atuação dos Policiais Militares no âmbito internacional (1993 - 2023). | Lucas Carnevale Machado - pág. 81

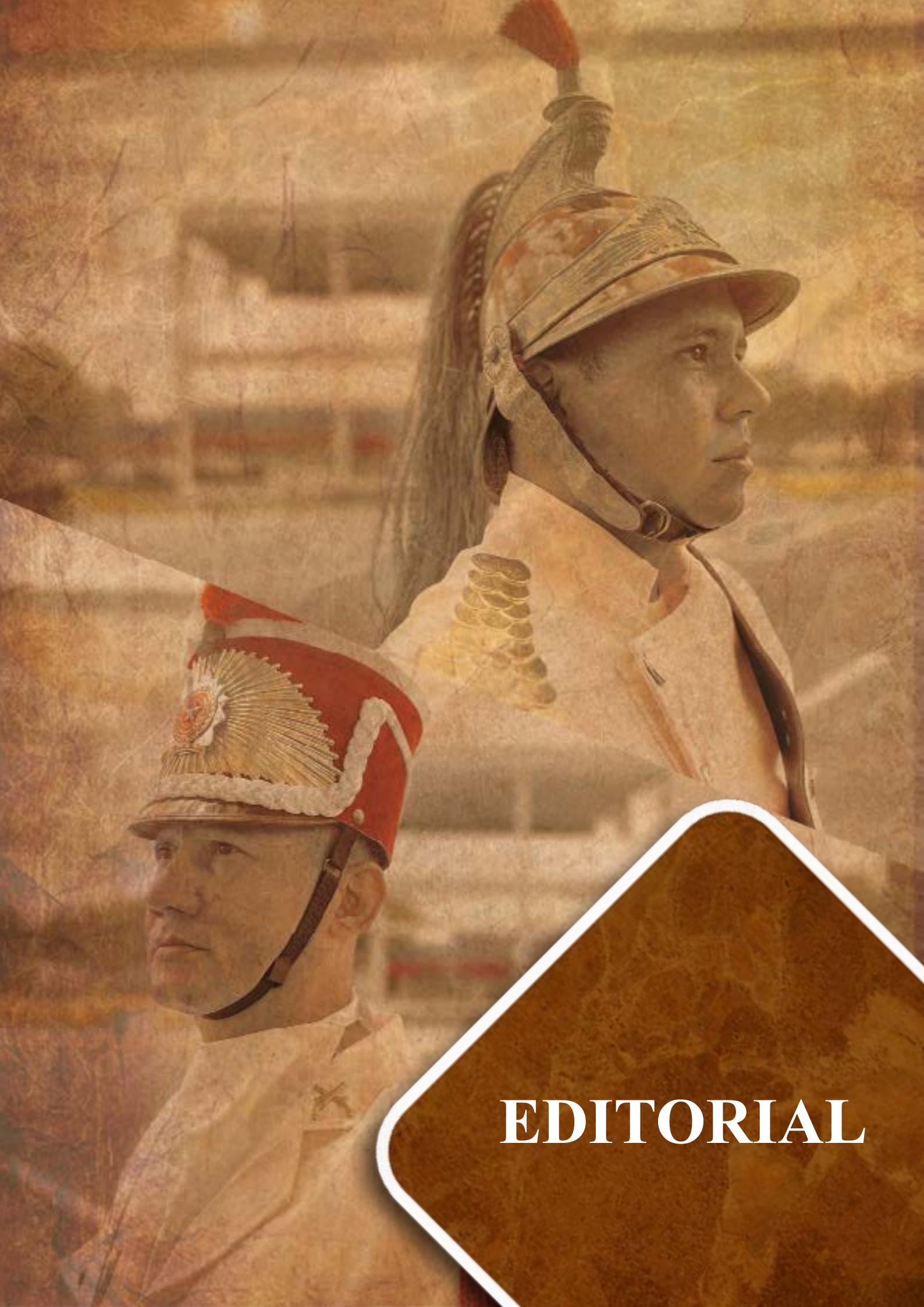
Marechal Sotero de Menezes: do apogeu ao esquecimento. | Alexandre Abner Campos Baia, David Augusto de Souza Nogueira, João Pedro Oliveira Leita da Gama, Leonardo Oliveira Pinheiro, Villy Soares da Gama - pág. 97

Entrevista

Entrevista com o Senador Jader Barbalho. | Itamar Gaudêncio, Elcimar Maria de Oliveira Lima, Luciana Aparecida Cabral Coelho Mazzé - pág. 109

Informativo

A Evolução da atuação das tropas especializadas da Polícia Militar do Pará no atendimento a conflitos agrários no estado (1993-2022). | Emmanuel Queiroz Leão Braga - pág. 117



EDITORIAL

A Polícia Militar “entre os fios e os rastros” da História do “Grão-Pará”.

Itamar Rogério Pereira Gaudêncio



Esta terceira edição da Revista Científica da Polícia Militar do Pará é apresentada com grande satisfação pelos “fios e os rastros” da História. Uma temática importante para instituições que lidam com a construção de identidade, defesa do ethos militar e a democracia como prática cotidiana neste século XXI.

Narrar a História da Instituição Policial Militar com tradição bicentenária em nosso Estado perpassa por desafios que se relacionam ao próprio método de construção da análise e narrativa histórica. Estes vão além de “um mero estudo do passado”, pois a História é uma relação do “passado com o presente” e vice-versa, “filha do seu tempo”, contada através de visões que mostram experiências dos sujeitos, micro História, gênero, relações de poder, mentalidades, luta de classes e a memória das pessoas.

“A história é a ciência dos homens no tempo” e os “documentos são vestígios”. Assim, os autores dos trabalhos que seguem, caminham por uma estrada que aponta as relações humanas construídas ao longo do tempo e um olhar do “presente ao passado” do “Grão-Pará” através das experiências da missão atual dos militares paraenses e a sua relação com alguns dos momentos que marcam nossa trajetória histórica.

Os historiadores Magda Ricci, Itamar Gaudêncio e Lucas Machado apresentam indícios do passado do Grão-Pará relacionado à mobilização de tropas paraenses para a defesa territorial e ocupação da colônia francesa de Caiena em 1809. Um importante fato histórico que destaca militares locais recrutados entre povos indígenas, negros e mestiços que pegaram em armas, abasteceram tropas, ajudaram a formar batalhões militares e, após 1809, atuaram no processo de independência do Brasil e na própria Cabanagem.

A historiadora Thailana de Jesus Cordeiro Pereira aborda alguns aspectos referentes às ações de reforma militar promovidas pelo presidente da Província do Pará, Francisco José de Sousa Soares d’Andrea, cujo enfoque está ligado ao processo de repressão à Cabanagem (1835-1840). A autora conta essa história por meio de relatórios dos presidentes de província, autos de justificação e autos de crimes de processos judiciais cuja repressão aos cabanos se entrelaça às trajetórias de diversos sujeitos que foram recrutados para compor as fileiras do Corpo Policial ou Guarda Policial de 2ª Linha do Pará.

Os pesquisadores Diego Nazareno de Jesus Santos Filgueiras e William Gaia Farias apresentam as atividades de policiamento no Estado do Pará no último cartel do século XIX, considerando a reorganização da Força Pública no período da transição de regime político da Monarquia à República. Os autores destacam a importância do momento de mudanças para a Força Militar Paraense e os desafios da profissionalização policial durante o contexto da virada do século XIX para o século XX.

O Professor William Gaia Farias apresenta em seu artigo a proposta de compreensão das Manifestações Tenentistas no Pará da década de 1920. Estas destacam as experiências da atuação da Força Pública Estadual e da Força Federal Terrestre nas tensões políticas que levaram à morte do Capitão do Exército, Assis de Vasconcelos, quando ele estava à frente dos militares rebelados do 26º Batalhão de Caçadores. Uma narrativa histórica importante que retrata a participação de militares locais e federais nos jogos políticos que levaram ao golpe de 1930 e elevou Getúlio Vargas ao topo do poder executivo da República.

Os pesquisadores Itamar Gaudêncio, Lucas Machado e Sandra Magalhães Gaudêncio apresentam, através da história Oral, a memória de um “Soldado Paraense” chamado Coronel Arthur Silva e de suas experiências no complexo contexto da democracia brasileira pós-guerra dos anos de 1950. As vivências

do sujeito durante a ditadura civil-militar e o processo de redemocratização dos anos de 1980. Uma biografia inicial que passa pelas mudanças importantes da história do Pará e do Brasil da segunda metade do século XX.

O Historiador Lucas Machado apresenta um importante panorama histórico dos objetivos e da atuação dos membros da tropa paraense nas missões de consolidação da paz (*peacekeeping*) que completa 30 anos em dezembro de 2023. Uma narrativa que mostra a marca da história da “Corporação de Fontoura” no âmbito internacional durante as missões de Paz da ONU no contexto do final do século XX e das primeiras décadas do século XXI.

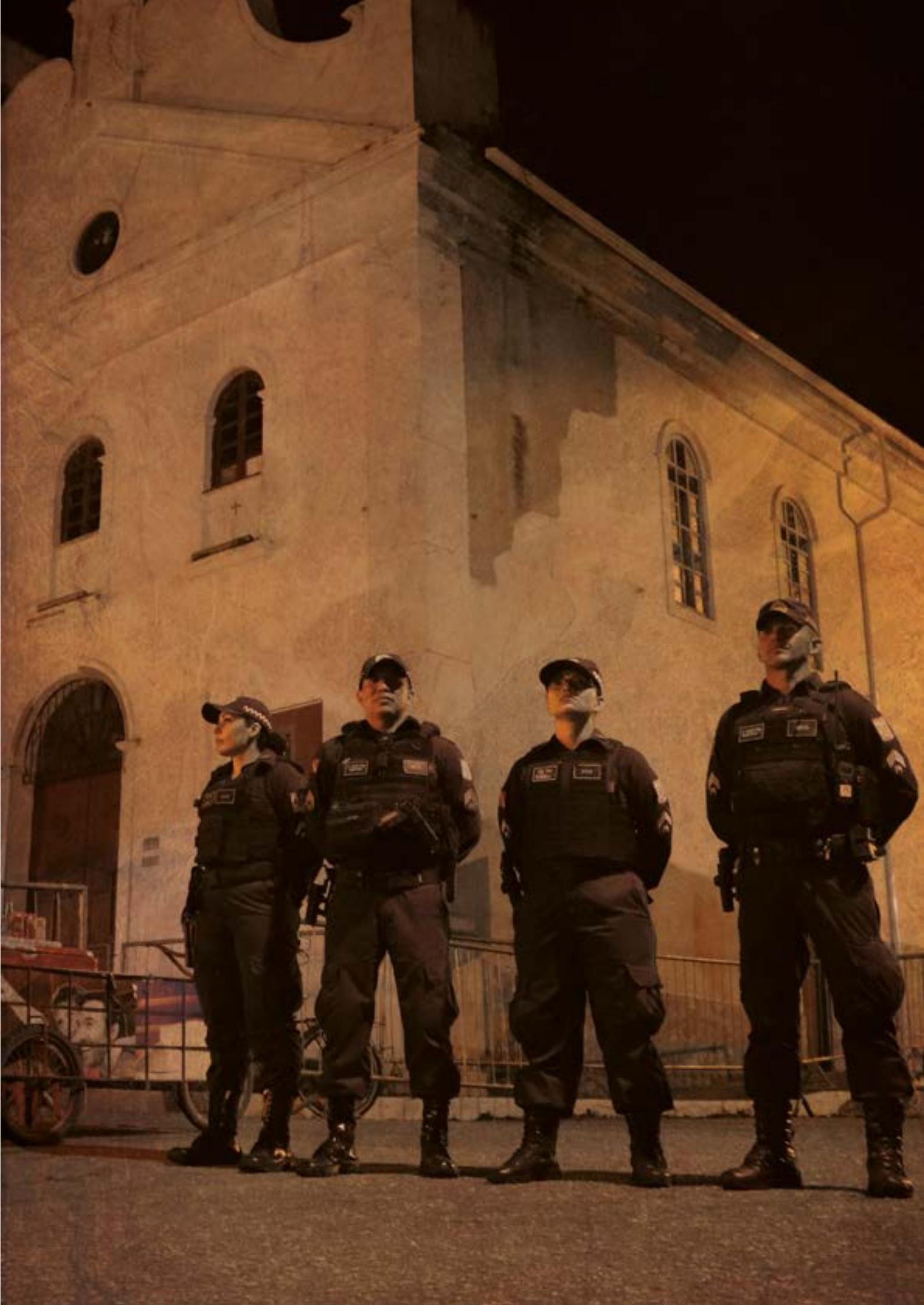
Os pesquisadores Alexandre Abner Campos Baia, David Augusto de Souza Nogueira, João Pedro Oliveira Leitão da Gama, Leonardo Oliveira Pinheiro e Villy Soares da Gama, lotados no Centro de Memória da PMPA, apresentam no texto “Marechal Sotero de Menezes: do apogeu ao esquecimento” uma pesquisa sobre a memória e a história do antigo Comandante Geral da PMPA e um dos protagonistas na Guerra de Canudos(1897). Um artigo interessante pela possibilidade de levantamento e análises de diversas fontes que revelam à figura histórica de Sotero de Menezes como militar e um entendimento inicial sobre o homem para além da farda.

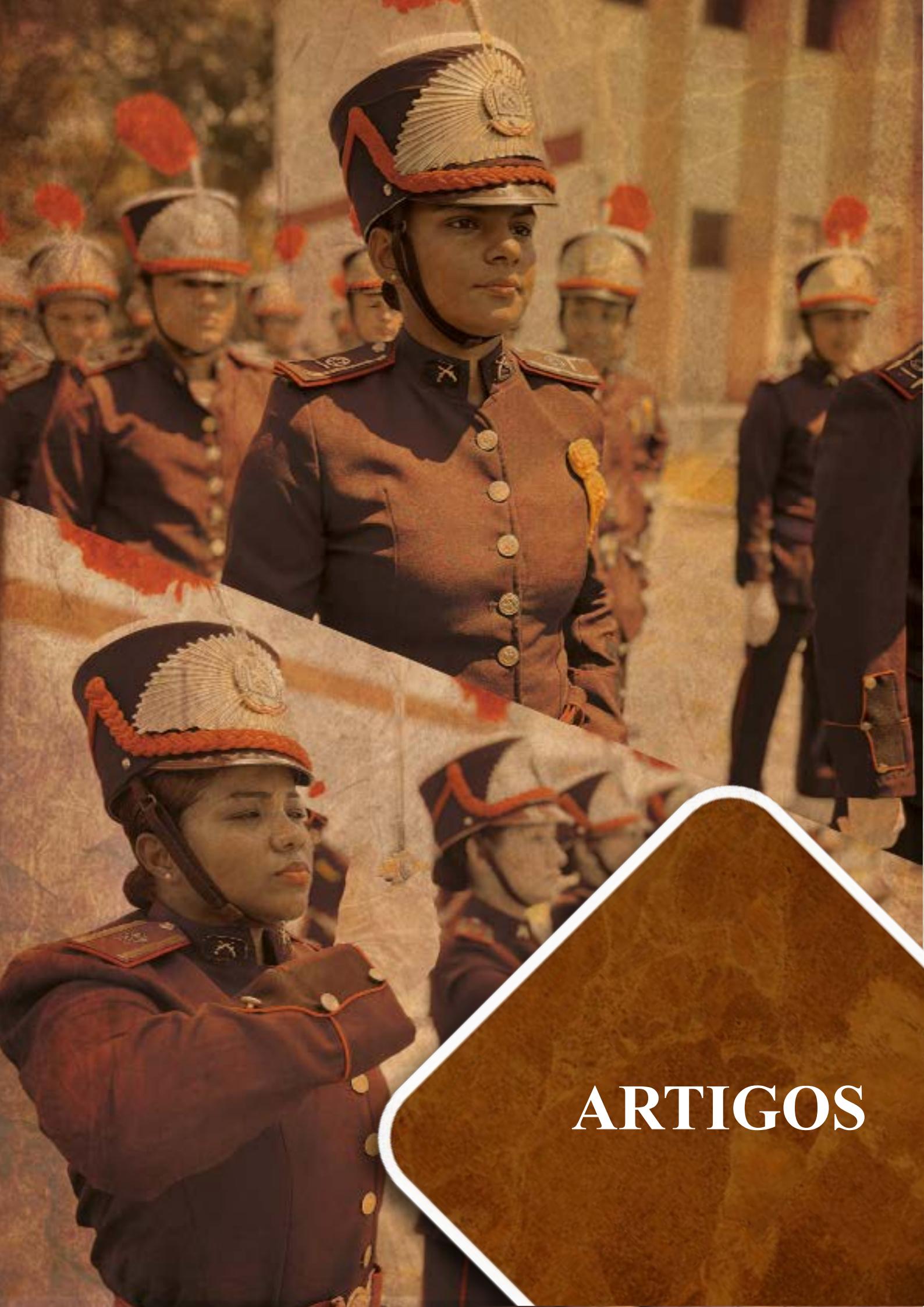
Nosso entrevistado é o Senador Jader Barbalho, primeiro Governador eleito durante o processo de redemocratização da década de 1980 e grande liderança política no Estado do Pará. Um homem do seu tempo que participou ativamente da construção da democracia brasileira juntamente com Ulisses Guimarães e Tancredo Neves.

Por fim, o Coronel PM Emanuel Queirós Leão Braga escreve um informativo cujo objetivo é apresentar um panorama memorialístico e histórico sobre o “Episódio de Eldorado dos Carajás (1996)” que culmina com a criação do Comando de Missões Especiais no contexto democrático do final do século XX.

Estamos certos que o leitor encontrará um conjunto de leituras instigantes e necessárias que provavelmente levarão ao exercício de pensar a história como uma Ciência importante para a compreensão de um tempo. Este observado a partir do presente para o passado nos apresenta os indícios das experiências dos diversos sujeitos na complexidade de seus contextos históricos!

Boa leitura a todos!





ARTIGOS

Tropas Paraenses na tomada de Caiena (1809): entre os inimigos franceses e as guerras internas no antigo Grão-Pará do início do século XIX.

Magda Ricci¹

Itamar Gaudêncio²

Lucas Carnevale Machado³



¹ Livre docente em História Social da Amazônia pela UFPA, Doutora em História pela UNICAMP. Professor Titular da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará. Chefe do Centro de Memória da Amazônia - UFPA.

² Doutor em História Social da Amazônia pela UFPA. Docente do IESP, Docente da ESMAC, Major da PMPA, Chefe do PM/8 do EMG.

³ Doutorando em História Social da Amazônia pela UFPA, Mestre em Ciências do Patrimônio Cultural PP-GPATRI/UFPA, Especialista em História Militar pela UNISUL, Graduado em História pela UEPa. Professor da rede municipal de ensino da prefeitura de Belém.

RESUMO

Durante o século XIX, os ofícios entre autoridades portuguesas e as do antigo território do Grão-Pará (hoje Amazônia Brasileira) narram uma história deste território em que a população vivia em constante tensão. A região hoje ocupada pelos estados do Pará, Amapá e parte fronteiriça do Amazonas e de Roraima era palco de diversos conflitos contra os franceses e outros internos, especialmente em Belém, o que envolvia mobilização de tropas e resistências. Nesse processo, ocorreu a ocupação militar da Guiana Francesa por tropas luso-anglo-brasileiras entre 1809 e 1817. Processo gigantesco, tanto pela quantidade de tropas, quanto pela política de seu abastecimento. Este momento gerou lembranças sobre essa atuação e elas foram revividas pelos sujeitos dessa campanha ao longo das diversas crises políticas e sociais em que o Grão-Pará esteve imerso no período imediatamente posterior. Os povos indígenas, negros e mestiços que pegaram em armas ou abasteceram as tropas mobilizadas para a Campanha da ocupação de Caiena permaneceram ativos mesmo depois de 1817. Eles ajudaram a formar batalhões militares, mas foram além, atuando nos anos de 1820 e 1830 durante a época da independência e da Cabanagem. Para isso, houve a criação de mecanismos de defesa interna das vilas e da cidade de Belém. Nasceu aí um regimento de 1º Linha, ou de polícia, que teve sua formação em 1818 por determinação do então governador do Pará, o conde de Vila Flor e que marcou, de forma indelével, a organização do combate à violência e criminalidade neste período conturbado da história amazônica.

Palavras-Chave: Fronteiras, Disputas territoriais, Militares, Guerra de Caiena, Crises políticas no Pará.

ABSTRACT

During the 19th century, the correspondence between Portuguese authorities and those of the former territory of Grão-Pará (today Brazilian Amazon) narrates a story of this territory in which the population lived in constant tension. The region now occupied by the states of Pará, Amapá, and the border of Amazonas and Roraima was the scene of several conflicts against the French and also other internal conflicts, especially in Belém, which involved mobilization of troops and resistance. In this process, there was a military occupation of French Guiana by Luso-Anglo-Brazilian troops between 1809 and 1817. This was a gigantic process, both in terms of the number of troops and the policy of their supply, and this moment generated memories about this performance that were revived by the subjects of this campaign throughout the various political and social crises in which Grão-Pará was immersed in the immediately subsequent period. The indigenous, black, and mixed-race peoples who took up arms or supplied

troops mobilized for the Campaign to occupy Cayenne were elements that remained active even after 1817. They helped form military battalions but went further, acting in the 1820s and 1830s during the time of independence and Cabanagem. For this purpose, mechanisms for internal defense of villages and the city of Belém were created. A regiment of 1st Line or police was born there, which was formed in 1818 by order of then governor of Pará, Count Vila Flor, and which indelibly marked the organization of combat against violence and crime in this troubled period of Amazonian history.

Keywords: Borders, Territorial disputes, Cayenne War, Political crises in Pará.

RESUMEN

Durante el siglo XIX, la correspondencia entre las autoridades portuguesas y las del antiguo territorio de Grão-Pará (hoy Amazonia brasileña) narra una historia de este territorio en la que la población vivía en constante tensión. La región ahora ocupada por los estados de Pará, Amapá y la frontera de Amazonas y Roraima fue escenario de varios conflictos contra los franceses y también otros conflictos internos, especialmente en Belém, que involucraban movilización de tropas y resistencia. En este proceso, hubo una ocupación militar de la Guayana Francesa por tropas luso-anglo-brasileñas entre 1809 y 1817. Este fue un proceso gigantesco, tanto en términos del número de tropas como en la política de su suministro, y este momento generó recuerdos sobre esta actuación que fueron revividos por los sujetos de esta campaña a lo largo de las diversas crisis políticas y sociales en las que Grão-Pará estuvo inmerso en el período inmediatamente posterior. Los pueblos indígenas, negros y mestizos que tomaron las armas o abastecieron las tropas movilizadas para la Campaña para ocupar Cayena fueron elementos que permanecieron activos incluso después de 1817. Ayudaron a formar batallones militares pero fueron más allá, actuando en las décadas de 1820 y 1830 durante el tiempo de la independencia y Cabanagem. Para ello, se crearon mecanismos de defensa interna de aldeas y la ciudad de Belém. Allí nació un regimiento de 1^a Línea o policía, que se formó en 1818 por orden del entonces gobernador del Pará, el conde Vila Flor, y que marcó indeleblemente la organización del combate contra la violencia y el crimen en este período turbulento de la historia amazónica.

Palabras Claves: Fronteras, Disputas territoriales, Guerra de Cayena, Crisis políticas en Pará.

1 INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, o território da atual Amazônia brasileira era conhecido como o antigo Grão-Pará. Lugar da desembocadura do maior rio do planeta e uma enorme zona de fronteiras, esta parte do globo foi alvo da chamada “cobiça internacional” (Reis, 1960; Reis, 2001), sendo visada por vários países europeus desde o princípio da Era Moderna. Em 1499, por exemplo, Vicente Yanez Pinzón chegou à foz do rio Amazonas, iniciando a chegada desses povos europeus “descobridores” em terras do Norte, num processo colonizatório e de conquista territorial. Neste sentido, estudiosos da história da América, como Serge Gruzinski trabalham a região dentro da ideia de a Amazônia como “margem do novo mundo” (Gruzinski, 2014).

No início da conquista territorial do continente sul-americano, a partilha colonialista europeia foi delimitada pela bula papal de 1493 (Almada, 2016) e depois por tratados diplomáticos como o de Tordesilhas de 1494 (Duve, 2017), que acabaram por dividir o desconhecido continente da América do Sul entre as duas nações europeias que mais rapidamente avançaram rumo ao mar: Espanha e Portugal. Porém, desde o século XVI, outras nações também disputaram esta parte do continente com os países ibéricos. Foi o caso da cidade de São Luís, capital do atual estado do Maranhão, fundada em 1594 como uma feitoria francesa, depois se estabelecendo um forte militar na chamada França Equinocial. Não foram poucas as lutas que envolveram variados povos indígenas na conquista do território pouco conhecido e então denominado pelos luso-espanhóis de antigo Marañon. Este território começou a ser conquistado a partir de São Luís em 1615, no período da União Ibérica, quando os portugueses e os espanhóis ainda encontravam-se unidos pelo mesmo monarca (Mariz, 2007). Desta conquista colonial, ocorreu uma ampliação rumo ao rio

das Amazonas e dela adveio a fundação de Belém em 1616. Este território era então denominado de Mairi, sendo terra dos Tupinambá.

De Belém, os portugueses expandiram suas conquistas territoriais e espirituais pelos interiores, indo bem além dos limites de Tordesilhas e dos territórios Tupinambá, aproveitando-se da época em que a monarquia católica ibérica os unia ainda aos espanhóis. Com isso, os portugueses começaram a avançar pelas terras hoje conhecidas como Amazônia brasileira, com expedicionários como o capitão Pedro Teixeira, que em 1637 navegou pelo rio Amazonas até Quito, no atual Equador. A expedição apresentava objetivos difusos, de forma que abarcavam a busca por metais preciosos, drogas do sertão, captura de indígenas e, principalmente, a delimitação e a tomada de posse em boa parte do interior amazônico (Fernandes; Gomes, 2014). Eles analisaram esta expedição e a contextualizaram no processo de conquista do Rio Branco, nos limites atuais do estado de Roraima. Escrevem os autores:

As primeiras expedições para a Amazônia tinham o intuito de reconhecer e demarcar as possessões para as Coroas Ibéricas. Tal foi o caso da expedição de Orellana, uma das primeiras a se propor esse intento. Saindo de Quito em 1541, empreendeu a travessia do rio Amazonas que se transformaria na principal via de comunicação dessa região. Os interesses eram os mais diversos, desde a procura pelas riquezas minerais, grande incentivadora de expedições à região, a busca pelas chamadas “drogas do sertão”, o aprisionamento de indígenas e, de extrema importância, a demarcação e tomada de posse da região. Nesse sentido, a expedição que interessa mais diretamente aos objetivos desse texto foi a empreendida por Pedro Teixeira que, entre 1637 e 1639, fez o trajeto entre Pará e Quito, regressando pelo mesmo caminho. O foco da expedição seria o de “estender os domínios de Portugal até as terras de Perúvia e fundar aquém dos Omáguas, em terrenos situados entre o Napo e o Juruá, uma povoação que marcassem o limite, no Amazonas, das terras da Coroa Portuguesa (Fernandes; Gomes, 2014, p. 149).

Ingleses e holandeses também investiram na conquista da região Amazônica desde o final do século XVI, pela qual pequenas feitorias e fortões foram construídos nas margens de rios locais. Contudo, com o avanço sul-americano feito pelos povos luso-espanhóis entre Quito-Cartagena-Caracas e São Luís-Belém-Manaus, essas empreitadas ficaram mais limitadas, em geral, restritas à rota costeira Atlântica na descida do Caribe e muito centradas na região do rio Essequibo. Destas ocupações surgiram as três Guianas (a Inglesa, a Francesa e a Holandesa), que atualmente corresponde respectivamente: Guiana, Guiana Francesa e Suriname. Entre os séculos XVIII e XIX, estas conquistas estrangeiras definiram seus limites e fronteiras, sobretudo após a Era Napoleônica (1799-1815), quando teve início o processo de independência entre os variados povos da América do Sul, fazendo surgir os atuais estados nacionais.

Um caso específico de conflito regional deu-se entre o Brasil e a Guiana francesa durante o século XIX, mantendo a região contestada pelos dois países por mais de cinco décadas (Bento, 2003). Durante os anos finais do reinado de Felipe II e os iniciais de Felipe III, empreendeu-se a conquista da região então denominada de Cabo do Norte (atual estado do Amapá) até o rio Oiapoque, limite do povoamento francês, na parte atribuída aos espanhóis pelo papa. Depois de muitas disputas, no tratado de Utrecht (1713) delimitou-se a divisa entre franceses e portugueses em um rio chamado do lado francês de Japoc e do lado luso-espanhol denominado de “Vicente Pinção”. Ambas as partes nunca se entenderam sobre a localização destes rios, já que havia vários topônimos em cartas de navegação e mapas existentes dos dois lados. Para os portugueses, só podia tratar-se do rio Oiapoque. Reivindicavam os limites no rio “Cassipore”, o qual comumente era denominado de “Calçoene” para os franceses. Após a viagem do cientista Charles-Marie de la Condamine (1701-1774), que tinha percorrido a região e demarcado os rios fronteiriços, fixou-se o limite no rio Araguari que deságua no estuário do Amazonas (Rosty, 2009). Contudo, apesar deste suposto acordo, houve conflitos entre franceses e, especialmente os lusitanos nesta região. Vários destes conflitos envolviam religiosos, caçadores de escravizados indígenas, capitães do mato apresadores de negros escravizados e soldados.

Os problemas continuaram e se ampliaram no século XIX quando as tropas napoleônicas, sob o comando do general Junot, tomaram o território lusitano na Europa entre o final de 1807 e o início de 1808. Naquele momento, o príncipe regente D. João VI e sua Corte fizeram a travessia transatlântica,

mudando a Corte lusitana para o Rio de Janeiro. Com o apoio da Grã-Bretanha na luta contra os franceses, organizou-se uma expedição luso-anglo-brasileira para a tomada de Caiena, o que de fato se efetivou em 1809. A queda de Napoleão em 1815, contudo, levou Portugal a devolver a Guiana à França pelo tratado de Paris em 1817, que colocava claramente a fronteira no rio Oiapoque. Ainda assim, o litígio estava longe de se encerrar, nascendo novas investidas dos franceses nos períodos da independência do Brasil (1820-1825) e da revolução popular da Cabanagem (1835-1840). De um lado, os franceses nunca se conformavam com o rio Oiapoque e queriam um rio que lhes desse acesso ao Amazonas. De outro, este acesso era considerado um perigo pelos portugueses e brasileiros. Nasceu deste cenário o Território Contestado (Grange, 2012).

Essa região foi constantemente retratada por diversos estudiosos e naturalistas, observando a possibilidade de produção e a coleta de produtos nobres como o cacau, seringa (ou borracha natural), a canela da terra, a noz moscada e mesmo o alho (girofle para os franceses). Além disso, havia pesqueiros em lagos e lagoas e algumas fazendas Régias de gado como as do Rio Branco, em Roraima e as de Soure, no Marajó. Como afirma Polidori (2021), existia na região uma diversidade vegetal e uma ideia clara de conquista territorial, bastante representada em mapas de naturalistas, como o de Jean Richer, produzido no século XVIII (Polidori, 2021). Nele apresenta-se a ilha de Caiena e toda a costa atlântica ali denominada de “mer du nort” (mar do norte) era parte da Costa da Guiana na França Equinocial num claro vislumbre de que encontrava-se naquele desenho o desejo colonialista francês sobre toda a região que unia o Caribe, desde a América Central até o complexo de ilhas Marajoaras, no atual território paraense.

Mapa 01: Mapa de Jean Richer da região das Guianas, feito em 1677.



Fonte: Extraído de POLIDORI, 2021. E Archives Territoriales de Guyane, Cayenna.

Nesta zona de conflitos, existia trânsito de pessoas e mobilização de tropas para policiamento e mesmo para espionagem de ambos os lados. Por isso, os governadores e capitães generais do Pará, sobre tudo aqueles que governaram entre 1750 e 1823, investiram na defesa das fronteiras do norte. Este investimento era um importante elemento da administração do Grão-Pará, de forma que havia uma constante mobilização dos moradores locais, seja nas tropas de 1º Linha ou nas auxiliares (2º Linha). A tabela abaixo, mostra o número de tropas mobilizadas em boa parte da região Nordeste da província e na região do Marajó em 1778, mostrando as diferenças sociais e raciais frente a mobilização de uma área tão sensível para a defesa como a região amazônica:

Tabela 01: Cor das praças cabeças de famílias das tropas auxiliares da costa oriental nas regiões de Melgaço e de São Miguel do Guamá ao Gurupí. Ano de 1778.

Tropa Auxiliar	Características							
	Praças	Branco	Índio	Cafuzo	Mameluco	Mulato	Cor desconhecida	Total
Ourém	-	-	-	-	2	-	-	2
Vila nova de El Rei	2	-	-	-	-	-	-	2
Vigia	4	-	-	-	-	-	-	4
Cametá	224	18	1	53	10	11	317	
Total	230	18	1	53	12	11	325	

Fonte: Nogueira (2009, p. 121).

Entre 1790 e 1803, o antigo governador do Grão-Pará, D. Francisco de Sousa Coutinho, travou uma “guerra fria” contra os franceses vizinhos de Caiena. O ponto central deste conflito eram os povos indígenas, sobretudo os das fronteiras com as Guianas, especialmente, os que ficavam na fronteira mais próxima do Pará: a Guiana Francesa. Os expedicionários militares (ou espiões indígenas e mestiços) mandados à zona de fronteira a todo instante descobriam as chamadas “maquinções” dos franceses, que ora envolviam os indígenas e os negros das fronteiras luso-amazônicas, com suas ideias republicanas revolucionárias vindas de Paris (ideias conhecidas como jacobinas), ora criavam rebuliço no Pará, ao decretarem abolição da escravidão de matriz africana nas colônias francesas, como foi o caso de 1798. D. Francisco viu-se temeroso no período de 1791 a 1793, e mais ainda em 1798. Nestes momentos críticos ocorreram fugas escravas em massa e deserções de soldados indígenas que trabalhavam do lado português. Sobretudo, houve um medo generalizado de que o processo revolucionário francês, que abalou as Antilhas e levou à revolução haitiana de 1791-1804, chegasse ao Pará.

Para não ver o território do Grão-Pará revolucionado por estes pontos frágeis da convulsão política da época, foi reorganizada a política de trabalho com os povos indígenas aldeados, suprimindo-se o antigo Diretório Pombalino dos índios, em vigor desde 1755. Foi instaurada uma nova política de recrutamento e foram modernizadas as formas de tratamento destes povos nas fileiras das tropas auxiliares, denominadas então de tropas de Milícias e, dentro delas, a denominada de “Ligeiros”, que eram exclusivamente formadas e até lideradas por indígenas e seus líderes chamados de “Principais”, compostas por lideranças indígenas ou brancos. Tudo isso foi normatizado pela Carta Régia de 12 de maio de 1798, que definia o papel dos oficiais das milícias, em especial, dos Ligeiros, conforme trecho a seguir.

“...cuidáreis logo nos meios mais eficazes de ordenar e formar os índios, que já vivem em aldeias promiscuamente com os outros, em Corpos de Milícias, conforme a população dos Distritos, e segundo o Plano, porque estão formados e ordenados os outros: E para oficiais comandantes de tais Corpos nomeareis [aos] Principais oficiais das povoações indistintamente com os moradores brancos, fazendo executar as disposições e Ordens concernentes ao Governo e Direção deles pelos referidos Oficiais” (Código 588, vol. 1, p. 181-195).

Os corpos denominados de “Milicianos Ligeiros” foram encarregados tanto de participar das expedições/espionagens nas fronteiras e da navegação pelos rios (como remeiros, pilotos ou práticos) quanto estavam envolvidos nas tarefas de abastecimento das tropas regulares e dos auxiliares milicianos que pegavam em armas. Nesta segunda função, os Ligeiros atuavam em quatro setores de abastecimento.

O primeiro setor era o dos pesqueiros Régios de salga de peixes e seu acondicionamento em barris de madeiras que existiam no Marajó (Soure e Monsarás) e, no pesqueiro do Rio Branco, território hoje ligado ao estado de Roraima que abastecia especialmente a vila de Barcelos até a fortaleza da Barra do Rio Negro (atual cidade de Manaus, no Amazonas). Ainda no ramo das salgas, havia o setor central da produção de carnes que, embora pudesse ser frescas, boa parte delas era produzida para ser salgada e embalada em barris. Neste ramo, a ilha grande de Joanes no Marajó servia para fornecer carnes para a

contra costa marajoara até Belém, para o lado marítimo para as vilas de Mazagão e para a fortaleza central de Macapá (atual capital do estado do Amapá).

O segundo ramo de trabalho dos Ligeiros era desenvolvido dentro das fábricas Régias de madeira, que abasteciam com toras e tábuas cortadas de madeiras nobres o Arsenal da Marinha de Belém, local renascido durante o momento crítico de estado de guerra contra os franceses. Lá se fabricavam embarcações comerciais e de guerra para policiar a costa do Marajó até Macapá, a contracosta marajoara até Belém, Bragança e o caminho do Maranhão. As fábricas mais famosas da Amazônia ficavam entre os rios Acará e Moju próximos à Belém, mas tinham outras fábricas no médio Amazonas (Santarém) e no alto Amazonas (Fortaleza da Barra do Rio Negro, atual Manaus, capital do estado do Amazonas).

Já o terceiro ramo era o de maior relevância no uso do trabalho dos povos indígenas aldeados. Ele vinculava-se à produção de macaxeira (mandioca ou aipim para outros) que era a base alimentar sob a qual se faziam farinhas diversas, gomas e beijus. A farinha abastecia as tropas em seu segmento de base, com ênfase nas rações ou vivendas destinadas aos soldados indígenas que se alimentavam de peixe salgado com farinhas da terra.

Por fim, para se ter peixes e carnes salgadas, madeiras para a construção naval e toda a sorte de produtos feitos com macaxeira, desenvolveu-se enormemente a produção de embalagens. Este ramo ganhou destaque pela abundância de matérias-primas como as madeiras locais, os barros, as palhas diversas, das inúmeras palmeiras típicas, do clima e da floresta amazônica. Neste sentido, tanto o setor de embalagens quanto a produção das farinhas faziam uso de trabalhadores das novas tropas de “Ligeiros”.

Ademais, existia também o ramo de olarias próximas às localidades de produção de cachaça. E estes dois campos estavam fortemente instalados por vários rios próximos à Belém como o Guamá, Moju, Acará e outros próximos à região litorânea como o rio Caeté, na vila de Bragança e em Vigia. A região bragantina e mais litorânea vivia uma economia mais aberta ao abastecimento das feiras internas entre os caminhos que ligavam o Pará ao Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba e Pernambuco. Tratava-se de caminhos entre os rios Turiaçu e o Parnaíba nos quais distribuíam mantimentos para sustentar o leva e traz comercial de gentes fazendo diferentes tipos de comércios e de tráficos internos e externos: desde o comércio tradicional do gado, arroz e algodão do Maranhão e Piauí, até o de negros escravizados vindos de Angola e Moçambique para sustentar estas e outras produções de partes mais internas do atual centro-oeste do Brasil.

Lideranças de povos diversos como os Munduruku, Maués e os indígenas da tribo dos Abacaxi, aldeados pelos expulsos jesuítas, foram somente alguns dos que entraram na nova política de recrutamentos que se instituía. Segundo Baena (1838), o Conde dos Arcos bem notava que todos os indígenas recrutados, e em especial, suas lideranças, conhecidas como “Principais”, tinham que ser tratadas como determinava o Alvará de 17 de dezembro de 1802 sobre promoções dos diversos postos dos Regimentos de Milícias, que regulava que não se deveria distinguir para esta progressão da carreira militar nem cores nem nascimentos. Baena até mesmo recuperou dados de que em 1802, o governador D. Francisco de Sousa Coutinho recebeu em Belém dois “Principais dos silvícolas Munduruku seguidos de uns poucos dos seus vassalos”. Eles teriam vindo em visita, “conhecer o governador”.

Este os recebe com as maneiras próprias da sua admirável urbanidade: erguer-lhes para seu aposento uma casa palhiça com rapidez incrível perto do lado oriental do Palácio da sua residência. Além disso, nomeia assistente da hospedagem um tenente de tropa regular cognominado Cabeça de Bagre para fazer ministrar sem falência da cozinha de Palácio todos os dias o necessário repasto: e tratá-los de modo que todos achem bem agasalhado e gostosa hospitalidade. E os dois Principais comem a seu lado na mesa onde manifestam notável aptidão em copiar os outros começais, mas no uso do talher e nos brindes nunca estancando os copos porque assim o viam praticar. A estes Munduruku se deve o presente conhecimento da árvore Ararani; cuja folha convertida em cinza serve de medicamento andidrópico (Baena, 1838).

O tratamento “urbano” aos líderes “principais” como viventes ao lado do palácio do governo, ceias e ensinamentos ditos “civilizacionais” à mesa: resultavam em uma ampliação de interesses, visto que os indíge-

nas traziam aos governantes e comerciantes de Belém mais conhecimentos sobre a fauna, a flora e os caminhos dos rios amazônicos, além de uma importante aliança em tempos de guerra contra os franceses vizinhos.

Em 1803, o governador Sousa Coutinho já estava com dias contados para sua volta para Lisboa e seu sucessor, José Narciso de Menezes assumiu em meio a inquietações dos regimentos militares. Entre 1803 e 1808 as tropas regulares e as auxiliares foram reorganizadas diante do Tratado de Amiens com a França que estabelecia uma fronteira mais próxima de Macapá para os franceses. O novo Tratado trazia problemas dobrados porque os franceses podiam entrar com mais facilidade no território hoje pertencente ao Amapá e ao Pará. Para fortalecer e povoar as fronteiras, foram então mobilizados vários esforços vindos de outras localidades como o Rio de Janeiro. Baena escreveu sobre esta reorganização e fortificação:

Assoma na cidade em janeiro (1803) um Regimento de Infantaria denominado de Extremoz composto de dois Batalhões, sob o mando do Coronel José Thomaz Brun, que o Ministério fizera marchar do Rio de Janeiro para acrescentar a força armada da Capitania porque considerando nas disposições do Governo francês pouca compatibilidade com a permanência do sossego da Europa, julgou preciso de antemão fazer as prevenções que a sua prudência lhe indicava como indispensáveis para a segurança dos limites com a colônia de Caiena. Este Regimento é alojado no segundo pavimento do Convento, que foi dos Mercedários: e o Regimento de Macapá, que até então ali estivera aquartelado, marcha a estanciar-se na vila de Chaves assentada na Costa setentrional da Ilha Grande de Joanes vulgarmente nominada contra costa. Nesta mesma ocasião se estabelece na dita vila um Provedoria. Dissolve o Governador a Guarda de Cavalaria Miliciana, que ele criara após a extinção da de Tropa Regular em 1791. Recebe um Decreto e Provisão do Conselho do Almirantado de 25 de janeiro de 1803 que confirma a nomeação do Patrão-mor por ele feita para o Arsenal de Marinha: um Alvará de 17 de dezembro de 1802 sobre promoções dos diversos postos dos Regimentos de Milícias, que o inteira de que não deve distinguir nem cores nem nascimentos e um transunto do Tratado de Amiens de 1802 (Baena, 1838, p. 397-399).

Desta forma, às vésperas da tomada de Caiena, já havia uma profunda militarização na capitania do Pará e nela estava inserida a maioria da população local, sobretudo os indígenas e mestiços, sendo que estes últimos atuavam especialmente na política de abastecimento das tropas.

2 “A TOMADA DE CAIENA”

Nos anos iniciais do século XIX, os governos e povos da Europa se militarizaram para um dos maiores conflitos que eclodiu após a Revolução Francesa de 1789 e se ampliou no período do comando de Napoleão Bonaparte. Este conquistador conseguiu dominar vários reinos e sua forma de luta e de mobilização de soldados fez nascer uma guerra mais patriótica que não se resumia à Europa. Nesse período, por sua vez, eclodiu a Revolução do Haiti (1791-1804) que fez nascer na América Central um primeiro estado nacional governado por pretos que antes eram escravizados dos franceses. Em 1807-08, as tropas Napoleônicas tomaram Portugal, depois do monarca lusitano não ter obedecido às ordens do bloqueio econômico direcionado ao Reino Unido e, ao contrário se unir aos ingleses.

No livro *Compêndio das Eras da Província do Pará*, de Antônio Ladislau Monteiro Baena (1969), há algumas informações sobre o processo de mobilização das tropas locais para o combate em Caiena, sendo vistas pela primeira vez em determinação de 05 de agosto de 1808 as primeiras medidas para organizar a mobilização de guerra.

Já no final de 1808, tudo estava pronto em Belém para tomar Caiena. O artigo de Cláudio Skôra Rosty refaz a cronologia do Regimento de Vanguarda. Ele saiu de Belém para se unir à frota da marinha, formada por navios portugueses ingleses. A movimentação de Belém à Caiena foi de 8 de outubro e 1808 até 14 de janeiro de 1809:

Esta força organizada no Belém do Pará seguiu em 8 de outubro para a cidade de Chaves [no Marajó], constituindo o grupamento de vanguarda. Em Chaves, antes de prosseguir viagem, para a Ilha de Caviana, foi reforçado com um contingente de colonos e indígenas. De Caviana seguiu para a Foz do Araguari. Dobrou o Cabo Norte, atingiu o Rio Cunani, e estanciou em Caciporé à espera de reforços. A 3 de outubro, aportou em Belém a Escuna Confiance, navio de guerra inglês, da Esquadra do

Almirante Sidney Smith, comandada pelo seu sobrinho, Capitão James Lucas Yeo. O Governador do Pará José Narciso de Magalhães Meneses enviou reforços para Manoel Marques D'Elvas Portugal de 350 soldados do Regimento de Estremoz, comandados pelo Major Palmeirim. José Narciso de Magalhães Meneses esperava, ainda, a chegada de dois navios de guerra portugueses com 18 canhões cada um, comandados por Luís da Cunha Moreira. Esses navios, que traziam do Rio de Janeiro uma tropa de fuzileiros-marinheiros, partiram de Belém a 22 de outubro, integrando a esquadra de James Lucas. Em 29 de novembro, os fuzileiros-marinheiros chegaram ao ponto de encontro, Foz do Rio Caciporé, onde a flotilha de [Manoel] Marques [D'Elvas Portugal] os esperava. A Força Expedicionária, agora completa, dobrou o Cabo Orange, indo ancorar na Foz do Oiapoque. Eram, ao todo, 800 soldados e 300 fuzileiros navais, embarcados para o Combate" (...) "O ato da rendição ocorreu em 14 de janeiro de 1809, na Praça do Governo, em Caiena, com a entrega de mais de 500 fuzis e duas bandeiras francesas (Rosty, 2010, 43-46).

O certo é que grande parte da tropa foi recrutada das forças militares paraenses e foram postos no comando do Tenente Coronel Portugal e do Capitão de Mar e Guerra da Marinha Britânica James Lucas Yeo (Boiteux, 2017). Um dos fatos ligados à mobilização das primeiras tropas em Belém foi a organização do Corpo ou Regimento de Vanguarda. Segundo Baena, eles foram marchar fardados de jaquetas e calças de algodão tingido "de Negro", cozidas por várias senhoras e por escravizadas da capital (Baena, 1969).

Tabela 02: Disposição de tropas aos lados em combate.

Tipos de Forças (terrestres e navais)	Disposição de Forças (Tropas Luso-Brasileiras)	Disposição de Forças (Tropas Francesas)
Navios e peças de artilharia	<i>Voador, Infante D. Pedro, Confiance + 8 embarcações pequenas. 74 Canhões Navais.</i>	Sem navios, 3 Canhões
Pessoal	682 Militares + reforços recebidos em Chaves.	511 Militares
Baixas Totais	141	110

Fonte: Rosty (2009, p. 67).

A composição das tropas militares era bastante variada. Composta originalmente das tropas de 1ª Linha da Província, formadas em Belém e transportada com fundos governamentais da província e com apoio dos comerciantes de Belém e de colonos e indígenas no arquipélago do Marajó. Uma das diretrizes interessantes sobre a campanha foi a ordem do presidente da província, José Narciso de Magalhães Meneses, determinando a libertação de todo escravizado guianense que lutasse a favor dos luso-brasileiros. Para Ciro Flamarión Cardoso (2019), essa determinação foi cumprida em maior parte pelos ingleses e vista com certa desconfiança pelos portugueses e franceses, devido ao processo revolucionário haitiano, ocorrido em menos de dez anos e que causou um fantasma permanente na grande maioria das possessões coloniais na América.

Com as informações colhidas pela espionagem portuguesa e pelos relatos dos escravizados que partiram para o lado invasor, os portugueses já tinham a base para iniciar a invasão da Guiana. Eles chegaram na região em dezembro de 1808 e organizaram o desembarque respectivamente em três localidades: Oiapoque, Aprourague e Mahury, utilizando principalmente, das tropas de fuzileiros-marinheiros. Após o desembarque, chegaram ao sul de Caiena, entre 6 e 11 de janeiro, onde aconteceram os combates mais pesados entre franceses e brasileiros, com inúmeras baixas para ambos os lados (Rosty, 2009).

Ainda que houvesse condições para que os franceses resistissem ao constante ataque das tropas invasoras às propriedades, a população civil da Guiana deu apoio a uma rendição, de forma a preservar as condições de propriedade dos residentes. Dessa forma, o Governador da Guiana, Victor Hughes, formou uma proposta de rendição efetiva que incluía vários pontos como:

- Os franceses sairiam da Guiana com o seu material e as honras de guerra em navios equipados pelos vencedores;
- Os mesmos navios levariam os súditos franceses que preferissem regressar à pátria;
- Os vencedores receberiam recibo de tudo que permanecesse em Caiena: arsenais, baterias, etc.;

- A colônia continuaria a reger-se pelo recém-aprovado “Código de Napoleão”;
- As autoridades portuguesas se obrigam a conservar as culturas de árvores finas de especiarias (Boiteux, 2017, p. 9).

Esse tratado foi visto como uma vitória para Hughes, em que atuou para mostrar que o acordo teria sido “um acordo que nenhuma outra nação assinaria”, devido às condições impostas pelos franceses para a rendição, em que o território mesmo sendo de controle português, preservaria a propriedade dos franceses, tal como a manutenção do Código de Napoleão, ou seja, a legislação francesa permaneceria intacta (Pereira, 2015).

Em 1809, adoeceu Manoel Marques D’Elvas Portugal, conquistador e primeiro governador de Caiena. Para subistitui-lo, de forma emergencial, o Governador do Pará enviou para a Guiana o Coronel engenheiro Pedro Alexandrino Pinto de Sousa. Ele recebeu ordens claras sobre a disciplina na tropa:

[...] que sempre estivesse vigilante contra o começado espalhamento de ditames, que destroem os laços civis, e sobcavam exerce da sociedade, e também contra a intriga porque o seu poder é imensurável, e transtorna e influi no cérebro da pobre humanidade: e a outra que os Governadores são os médicos dos povos, e que a sua mais bela obrigação consiste em prevenir a miséria pública, os crimes, e as revoltas, que são a consequência: e finalmente lhe disse que quem governa deve calcular os meios de subsistência segundo a população, a natureza e a quantidade dos trabalhos em proporção dos braços, que devem sustentar as necessidades, e as exigências (Baena, 1838, p. 452-453).

Este documento comprova que entre 1808 e 1809 temia-se problemas de indisciplina entre a tropa que tomou Caiena. O segundo governador não interino de Caiena que por lá permaneceu por sete anos até sua devolução em 1817, foi João Severiano Maciel da Costa. Ele foi acusado de ser pouco brasileiro e patriota nas lutas de independência. Assim, em 1821, escreveu e publicou um livreto relatando que ele mostrou todo seu patriotismo ao servir ao rei em Caiena, organizando por ali “uma Administração completa em todos os seus ramos de Justiça, Polícia e Fazenda” e que por lá reinava entre os habitantes da Colônia” muito “contentamento”. Também se dizia patriota porque teria feito “transplantar para o Brasil o que havia nela de gêneros preciosos – tanto indígenas, como estrangeiros”. E que havia “fundado” com este transplante “três Jardins de especiarias, um no Pará, outro em Pernambuco e outro no Rio de Janeiro, que florescem (...) o girofle [alho] e a moscada [noz moscada], e enfim vulgarizando a cana-de-açúcar de Caiena, que é tão superior à crioula do Brasil que tem feito triplicar os rendimentos dos Engenhos”. Contudo, em que pese o sucesso da tomada de Caiena e de seu espólio de transplantação de espécies, Severiano Maciel da Costa não pôde esconder os problemas que enfrentou. Escreveu:

Submeti, contentei e conservei em tranquilidade uma Guarnição de 1.300 homens, que por duas vezes se sublevaram contra seus Superiores, chegando ao ponto de irem às mãos os dois Partidos [dos brancos e pretos] dentro mesmo da Vila com artilharia e arma branca, ficando alguns mortos e feridos (Costa, 1821, p. 10).

Ainda no mesmo ano de 1821, Maciel da Costa publicou um livreto sobre a necessidade de abolir o tráfico de escravizados para o Brasil e da necessidade de, gradualmente, emancipar os escravizados. Na segunda obra novamente considerava essas necessidades a partir de sua experiência na Guiana Francesa e escrevia sobre seu temor para o caso do Brasil lembrando:

Se felizes circunstâncias têm até agora afastado das nossas raias a empestada atmosfera que derramou ideias contagiosas de liberdade e quimérica igualdade nas cabeças dos Africanos das colônias francesas, que as abraçaram e perderam, estaremos nós inteira e eficazmente preservados? Não. Os energúmenos filantropos não se extinguiram ainda; e uma récova de perdidos e insensatos, vomitando pelo inferno, não acham outro meio de matar a fome senão vendendo blasfêmias em moral e política, desprezadas pelos homens de bem, mas talvez aplaudidas pelo povo ignorante. Todavia não é isto o que por ora nos assusta mais. Um contágio de ideias falsas e perigosas não ganha tão rapidamente os indivíduos do baixo povo, que uma boa Polícia lhe não possa opor corretivos poderosos; mas o que parece de difícil remédio é um insurreição súbita, assoprada por um inimigo estrangeiro e poderoso, estabelecido em nossas fronteiras, e com um pendão de liberdade arvorado ante suas linhas (Costa, 1821, p. 23).

Para alguém que viveu em uma difícil zona de fronteiras, sua experiência comprova como as populações locais careciam de ter constante policiamento e, mesmo assim, ficavam expostas a uma possível “insurreição subida assoprada por um inimigo estrangeiro”.

3 PARAENSES NO CONFLITO: A COMPOSIÇÃO DAS TROPAS ATUANTES EM CAIENA

Um importante ponto a ser destacado sobre o processo de luta e de tomada da Guiana pelos luso-brasileiros, é compreender a diversidade dos grupos sociais que compunham as unidades locais. A primeira tropa enviada de Belém e seu reforço pertenciam ao 1º e 3º Regimento de Infantaria. As duas unidades eram oriundas do *Regimento de Extremoz*, organização militar vinda de Portugal desde 1767, presente nas lutas contra os espanhóis na região Centro-Sul da colônia do Brasil.

Em 1803, a unidade foi transferida para Belém, sendo dissolvida entre 1806 e 1807 e transformada nos regimentos citados inicialmente, recebendo quadros locais para sua composição de tropa. Neste momento, uma parte básica do acordo feito com o antigo governador Sousa Coutinho foi quebrado: o novo governado Menezes misturou tropas de indígenas e negros e mestiços com diferentes culturas, línguas e lideranças. Muitos deles ficaram submetidos a lideranças lusitanas e brancas, o que causou revoltas e até mortes. Ainda em 1806, o Coronel do Regimento de Artilharia da praça de Elvas, Jerônimo José de Nogueira de Andrade que havia sido promovido ao posto de Brigadeiro, ele tomou conta do treinamento militar local, porém adoeceu depois de ingerir um marisco: teria sido envenenado? Neste tempo o treinamento ficou a cargo de tenentes e sargentos (Baena, 1838). Depois o Coronel Comandante do Regimento de Extremoz José Tomás Brun foi ferido mortalmente a facadas e a política cruel de tratamento dado aos soldados esteve no centro desta morte. Escreveu Baena:

É ferido com uma faca nos hipocôndrios o Coronel Comandante do Regimento de Extremoz José Tomás Brun pelo soldado José Alexandre quando na frente do Regimento sofria o castigo de pranchadas pelo furto, que fizeram de uma rede tapoirana ao Tenente do Regimento de Macapá Lázaro Valente Marreiros. Na intenção de operar este flagício ele se tinha aproximado ao Coronel, encobrindo com posturas humildosas e com ar de quem pedia misericórdia as intenções ferinas, que lhe debatiam na alma. Logo depois de perpetrado este execrando delito abre caminho com a mesma sangrenta mão como de ânimo impávido por entre aqueles que lhe querem baldar a passagem empreendida para esconder-se pela primeira guarida, mas não obstante esta sua furiosa diligência é preso de frente do açougue caindo atordoado de uma pancada de pau. Morre o Coronel em consequência da ferida tratada pelo médico Alvarenga com infeliz respeito as dores, de que o senciente pedia que o privassem. A sua morte é deplorada pelo Governador como uma grande perda para o Real Serviço (Baena, 1838, p. 418-419).

A campanha de Caiena ampliou as tropas e trouxe mais estrangeiros nas suas lideranças. Para Nogueira (2009), as tropas compostas no período Joanino poderiam ser divididas da seguinte forma exemplificando a campanha na Guiana: As mercenárias (compostas pelos ingleses comandados por Yeo), os Recrutados (pessoas recrutadas à força para a 1ª Linha) e os Engajados (elementos voluntários para a composição da tropa). Os integrantes da tropa de Engajados viam a incorporação nas forças militares como um importante elemento de ascensão social, que poderia vir principalmente para os brancos, mas houve casos que também o foi para lideranças de grupos indígenas, negros libertos e outros grupos sociais distantes do poder e das decisões políticas na província do Grão-Pará.

Essas tropas foram constante presença nos combates junto das tropas de Fuzileiros-marinheiros e outros arregimentados para servir nas operações em Caiena, cuja participação ativa participação de indígenas e caboclos na campanha foi assim descrita pela autora:

No entanto, diante da necessidade de tropas nas fronteiras paraenses, essas regras seriam quebradas muitas vezes. A grande e importante alteração foi o recrutamento de pardos libertos às tropas de 1ª linha. Como se viu, preferiam-se homens brancos e pardos livres, no restante das colônias, para esse tipo de tropa, e brancos e mamelucos no Pará. Entretanto, no Grão-Pará, homens de cor, além dos mamelucos, já eram utilizados nas regulares bem antes da lei baixada por D. Pedro I (Nogueira, 2009, p.146).

Ou seja, os mais de seiscentos militares que compunham os regimentos de Belém, somados aos reforços que foram acrescentados na região do Marajó apresentavam considerável diversidade de origens na formação dessas unidades de 1º Linha. Essa formação social seguiu por décadas de trajetórias de lutas, envolvidos na adesão à constituição portuguesa, na independência do Brasil e na cabanagem.

Para Magda Ricci, fatores como o cuidado em manter a vigilância das fronteiras contra os inimigos estrangeiros, e a política de manutenção de pessoas de fora como figuras políticas importantes na presidência da província, evidenciava uma manutenção do *status quo* da opressão realizada por “estrangeiros”, seja no período joanino, seja na Independência (Ricci, 2008).

Baena comprova que, em um primeiro momento, o governador concordou em transformar o regime de trabalho de policiamento da cidade de Belém, que passaria a ser semanal e não mais diário.

Propõe ao Governador, e dele obtém o Comandante das Tropas que as guardas da cidade se converteram em destacamentos semanários: e que sejam empregados os soldados, uns em pescarias volantes, fabrico e venda de [palmeira de] jussaras, cipós, abim, breu, estopa, e outros no arrumo da superfície do largo do Palácio, aplicando-se a isto a Terra extraída da ribanceira da rua da Alfama, e na construção de uma obra, que mascare o lado do mesmo largo entre as ruas Formosa e dos mercadores composto de humildes domicílios, devendo ser a indicada obra um Jardim de reziadas (Baena, 1838, p. 421-423)

Eram recrutas das milícias que deixavam de ter regime disciplinar militar de treinamento para serem utilizados em diversas outras funções que iam desde obras públicas até vendas, fabricos e pescarias, o que denotava que havia carência de trabalhadores para estas funções, ou que para lutar contra a resistência destes soldados, os comandantes os queriam cheios de afazeres. Desde ao menos a promulgação da Carta Régia de 1798 que, para o trabalho em geral, eram os milicianos das tropas de Ligeiros que faziam tarefas não militares. Todavia, eles também estavam atrelados ao chamado “Real Serviço”, recebendo pagamentos de soldos e fardo alimentício (vivendas), com direito a tratamento hospitalar.

É possível entender melhor e mais profundamente o que significou a concordância do governador Meneses em utilizar os recrutados para treinamento das milícias de Belém em trabalhos feitos por tropas de Ligeiros em 1806. No entanto, alguns dias depois deste aceite, o mesmo governador voltou atrás na decisão devido à “indisciplina” da tropa e julgou estranha a conversão dos soldados-guardas em vendedores de peixes e arrumadores do jardim do Palácio. Contudo, para contornar esta situação, ainda em 1806, o governador reorganizou todos os grupamentos de Milícias. Numa manobra política e militar, reclassificou os soldados das tropas de milícias em geral e passou para as de milicianos “Ligeiros” um número considerável de recrutas. Aqui é muito provável considerar que ele ajustou as tropas quebrando a lógica pensada por Sousa Coutinho.

Neste reordenamento, fruto de um novo recrutamento, ele misturou todos os recrutas independentemente de sua etnia, língua e costumes. No entanto, para Meneses, a necessidade de Ligeiros foi novamente corroborada, o que demonstrava que o uso destes últimos em ações não militares era visto pelo governador como “normal” e até essencial. Todavia, os recrutas milicianos não Ligeiros que permaneceram na capital e nos interiores foram treinados em artilharia. Ao que tudo indica, neste terreno também houve a ascensão na carreira de líderes não brancos, pois anos mais tarde pude encontrar alguns deles remorando que foi neste período que ascenderam às lideranças de tropas.

Ainda que muitos recrutas pardos, pretos e indígenas vissem o voluntariado como forma de crescer socialmente, o nascimento e a origem familiar continuaram a ditar as diversas questões sociais, de maneira que o oficialato superior era restrito somente aos brancos, pois os outros grupos teriam o “Sangue Infecto”, ficando restritos ao oficialato inferior da 1º linha (Nogueira, 2009).

A crise entre recrutamento e as diversas mobilizações realizadas após a tomada de Caiena, marca presença a atuação do Conde de Vila Flor, que em 1817, chegou a mobilizar cerca de três mil militares, divididos em diversas unidades, no qual pode-se destacar: três regimentos de infantaria, duas companhias de artilharia, um esquadrão de cavalaria e um corpo de polícia (Nogueira, 2009). Mais recrutas, mais

problemas e crimes internos, especialmente em Belém. Neste contexto, são os elementos de gênese da Polícia Militar Paraense, de forma que o marco fundador da corporação é a implementação das unidades de policiamento em 1818. Esse período de governo marca uma constante perseguição das ideias liberais e independentistas (Baptista, 2021).

4 A CONTINUIDADE DOS PROBLEMAS EXTERNOS E INTERNOS NOS RELATÓRIOS DE PROVÍNCIA

Após o processo de independência do Brasil, em 1822, diversos movimentos sociais aconteceram em algumas províncias (em especial as do atual nordeste e norte). Este foi o caso do Grão-Pará com o levante das tropas militares seguida de mais de 250 mortes de oficiais ocorrido no episódio do Brigue Pallaço (1823) e, finalmente, a Cabanagem (1835-1840), que envolveu povos de toda a Amazônia brasileira e praticamente os destruiu. Magda Ricci já escreveu sobre estes movimentos, notando que entre 1808 e 1840 ocorreu o que denominou de fim do antigo Grão-Pará e o nascimento do Brasil. Neste instante houve lutas que, em geral, vinham da política de crescente recrutamento e da desestabilização da política de abastecimento interno. Houve também fome e epidemias, seguidas de muita resistência das populações locais até a eclosão do movimento cabano entre 1835 e 1840. Foi a dura repressão aos cabanos que fez esta parte da antiga América lusitana unir-se ao novo Estado Nacional brasileiro que surgia (Ricci, 2003).

Em meio a este momento de crescente desestabilização política e social na Amazônia brasileira, os franceses voltaram a questionar os limites entre a Guiana e o estado do Pará. Em 1841, os representantes franceses consideravam que o rio limite não seria o Oiapoque, mas o Araguari, bem mais ao sul do atual Amapá. Essa questão manteve-se sem solução e foi agravada devido a descoberta de jazidas de ouro naquela região, atraindo pessoas dos mais variados lugares que vinham em busca de obter o material precioso. Isso foi constantemente discutido pelos relatórios dos presidentes de Província do Pará (hoje seriam governadores) na década de 1840. Eles registraram a presença de civis e militares na região.

No relatório de 1850, foi reportado pelo presidente da Província a presença de navios militares franceses nas proximidades do norte de Macapá, e que estariam em missão. O documento, além de mostrar a gravidade da ação francesa, levanta a importância dos acordos históricos de fronteira entre França e Portugal e entre França e Brasil, citando o Tratado de Utrecht (1713), de forma que o elemento delimitador como o Rio Oiapoque, muito longe da região em que os vasos de guerra tenham sido detectados. Além disso, os relatórios mencionam a ocorrência entre a região do Amapá e a Guiana, no qual ocorre o contrabando de metais preciosos, principalmente o ouro, mostrando a importância da proteção na fronteira norte (Coelho; Melo, 1848).

Somente com a separação entre o Pará e o Amazonas e a abertura de navegação a vapor pelo Amazonas nos anos de 1850 e 1860, estas fronteiras foram melhor negociadas, mas a região permaneceu sendo contestada, chegando este problema até a primeira República no Brasil (1889-1930), mas esta é uma história que não cabe em apenas um artigo.

5 CONCLUSÃO

Para finalizar é importante rememorar quais seriam os legados da chamada ocupação de Caiena ou da Guiana Francesa para o lado dos povos e governos do antigo Grão-Pará. Ele é múltiplo. João Severiano Maciel da Costa, seu último governador, também foi quem trabalhou para cumprir o tratado de devolução do território da Guiana, até o ano de 1817, efetivado após o congresso de Viena. A volta para o Brasil foi difícil, mas teve quem recebesse homenagens. O monarca português homenageia alguns dos que participaram da campanha com uma medalha com sua efígie e com a inscrição com as palavras: *Cayenna Tomada a os Franceses 1809*, como apresentada a seguir:

Figura 01: Ilustração da medalha da vitória na Tomada de Caiena, frente e verso.

Fonte: Sandoval (2012).

Se houve quem ganhasse medalhas, também, muitos ficaram empobrecidos com uma guerra que dilapidou os cofres públicos, trouxe uma forte recrutamento forçado e até indiscriminado, seguido de muita resistência interna. Entre 1809 e 1817, com o aumento de tropas e mais o sustento de Caiena aos cofres da Junta da Fazenda do Grão-Pará, o sistema misto de dízimo das farinhas/víveres e do pagamento parcial dos soldos no Pará colapsou de vez. A volta de Caiena piorou enormemente este rombo no cofre público local com muitos militares que retornavam da Guiana. Ainda é preciso recuperar que depois de 1818, foi finalmente implantado o regimento de cavalaria no Marajó, do qual o primeiro comandante era o próprio governador, constituindo-se a elite militar local e igualmente sustentado pela junta local. A crise política e econômica tornou insuportável a vida dos soldados e militares, sobretudo os de baixa patente no antigo Grão-Pará. Eles deixaram de receber até sua parte de alimentos e não conseguiam mais receber seus soldos, que, definitivamente, se transformaram ou em “pecúlio” e atribuídos como herança em inventários, ou em questionamentos e súplicas à Corte carioca. (Baena, 1838). Só como um exemplo do problema, recuperou que nem ao menos os oficiais, retornados de Caiena como heróis de guerra foram mais bem remunerados ou “distinguidos”.

Um deles, o oficial Luís Caetano Leirós Andrade e Castro escreveu à Corte reclamando de sua situação. Sua trajetória exemplifica os grandes deslocamentos destes oficiais e a gravidade do problema da carência de reconhecimento nos anos de 1820 no Grão-Pará. Castro escreveu que ele havia acompanhado “Vossa Majestade e toda a sua família para a Corte do Rio de Janeiro em 1808”. Chegando ao Rio se ofereceu para embarcar no “Bergantim de guerra denominado Voador na qualidade de cabo de esquadra” que seguia “viagem para o Pará com escala pela Bahia e Maranhão”. Em Belém esteve na revista que no porto se teria passado a “todas as forças navais ali estacionadas com o exército para a Costa das colônias de Caiena e Guiana Francesa, onde o exército português desembarcou”. Relatava que em Caiena “felizmente no prazo de 8 dias se viu o exército senhor das referidas colônias tão invencíveis”. Contava ainda que aquele momento se marcou como:

[...] uma ação de tanta honra para os vassalos de Vossa Majestade, pois não consta que no tempo das guerras de Portugal tivesse uma ação como esta, e ser Portugal conquistado, e presidir uma colônia de um inimigo tão poderoso, onde o suplicante o [ilegível] todos os seus [camaradas]. (Requerimento de Luís Caetano de Leirós e Castro para o rei D. João VI em 6 de setembro de 1821. AHU, ACL, CU 013, Cx. 151. Doc. 11659).

Caiena era um exemplo único de uma conquista feita por uma nação cujo território europeu estava tomado pelo inimigo francês, mas que mesmo neste estado havia tomado a este inimigo sua colônia no ultramar. No entanto, Luís Caetano de Leirós e Castro se queixava da distinção que houve entre os méritos dos oficiais planejadores da tomada aos Franceses da Guiana e aqueles que efetivamente atuaram presencialmente em Caiena e por lá viveram por longos anos.

Vossa Majestade determinou para conceder ao Exército de Portugal uma medalha a qual serve de distintiva para os vassalos de Vossa Majestade que fizeram a Campanha, muito melhor pertença ao Suplicante e seus camaradas que assistiram a dita Conquista visto que Portugal se entrou no Congresso com as mais Nações,

foi em vista de ser tão gloriosa a Batalha que de tanta maneira será para a Nação portuguesa a glória de Vossa Majestade (Requerimento de Luís Caetano de Leirós e Castro para o rei D. João VI em 6 de setembro de 1821. AHU, ACL, CU 013, Cx. 151. Doc. 11659).

Leirós e Castro reclamava que a conquista de Caiena teria levado os portugueses para a mesa de negociação e para o Congresso Internacional de Paz após a derrocada Napoleônica, mas as medalhas foram dadas para os que “fizeram a Campanha” e não para os que a assistiram. Por fim, Castro pedia medalhas de ouro para os oficiais de patente e de prata para os oficiais inferiores, pois estes “foram os heróis conquistadores das colônias de Caiena e Guiana Francesa”. Fazia este pedido à Lisboa, ao seu velho rei retornado D. João VI. Castro estava no Grão-Pará desde 1808 e lutará em Caiena. Seu monarca era o antigo Príncipe Regente que ele viu se elevar à rei depois do falecimento de D. Maria I. O retorno a Lisboa do antigo rei certamente dava esperanças de mudanças positivas a este oficialato radicado e crescido em número em Belém, Caiena ou em vilas maiores do Grão-Pará. Todavia, se tudo se turvou no campo militar e dos soldados entre seu oficialato maior no Grão-Pará nos anos de 1820 e os anos que se seguiram foram de guerra de independência depois da Cabanagem. No entanto, simultaneamente, o temor de uma insurreição súbita interna, aquela que Severiano da Costa dizia que seria “assoprada por estrangeiros” e vindia da zona de fronteiras, fez nascer muito precocemente em Belém uma polícia militar.

João Severiano Maciel da Costa, já havia implantado esta polícia em Caiena entre 1813 e 1817. Ele sabia que ela seria a única capaz impor “corretivos poderosos” ao povo mais simples e levantado daquele território e sua criação no Pará de 1818 não é mera coincidência. Hoje esta polícia militar se reinventa a cada dia, pensa em sua memória em um Museu institucionalizado. Esta polícia torna-se mais cidadã, mas até hoje é a parte mais sólida no combate à violência doméstica e ainda hoje é aquela capaz de corrigir, poderosamente, os desvios sociais que ferirem às leis e às normas legais e constitucionais. Caiena então nos deu esta polícia e hoje estamos contribuindo para sua memória.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Compêndio das eras da Província do Pará**. UFPA, Belém, 1969.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. **Ensaio Corográfico sobre a província do Pará**. 2^a ed., Brasília: Senado Federal, 2004 (1^a edição, 1839).

BAPTISTA, Marco Túlio Freire et al. Instabilidade política na província do Grão-Pará: o processo de difusão do liberalismo (1817-1834). **Revista Dia-logos**, Rio de Janeiro, 2021.

BENTO, Claudio Moreira. **Amazônia Brasileira: Conquista, consolidação e Manutenção (1616 – 2003)**. Porto Alegre, Gênesis, 2003.

ALMADA, María de Lourdes Bejarano. Las bulas alejandrinas: detonates de la evangelización en el Nuevo Mundo. **Revista de El Colegio de San Luis** v. 6, n.12, p. 224-257, 2016.

BOITEUX, Nylson Reis. A conquista de Caiena: Heroico episódio militar brasileiro, esquecido. Rio de Janeiro, **Revista do Exército Brasileiro**, v. 153, n. 1, p. 6-10, jan-abr, 2017.

CARDOSO, Ciro Flamarión. A Tomada de Caiena vista do lado francês. **Navigator**, v. 6, n. 11, p. 13-23, 2019.

COELHO, Mauro Cezar; MELO, Vinícius Zúñiga. Nem heróis, nem vilões: o lugar dos Diretores de povoações nas dinâmicas de transgressão à lei do diretório dos índios (1757-1798). **Revista de História (USP)**. São Paulo, n° 174, p. 101-129, jan-jun 2016.

COSTA, João Severiano Maciel da. **Apologia que dirige à nação portuguesa João Severiano Maciel da Costa**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1821.

COSTA, João Severiano Maciel da. **Memória sobre a necessidade de se abolir a introdução de escravos no Brasil.** Coimbra: Impresa da Universidade, 1821.

DUVE, Thomas. El Tratado de Tordesillas: ¿ Una 'revolución espacial'? Cosmografía, prácticas jurídicas y la historia del derecho internacional público. **Revista de historia del derecho**, v. 54: p. 1-10, 2017.

PEREIRA, Ivete Machado de Miranda. Conquista e capitulação da guiana francesa. **I Seminário Nacional do século XIX**, 2015.

FERNANDES, Maria Luiza; GOMES, Gregório Ferreira Filho. A expedição de Pedro Teixeira e a "descoberta" do Rio Branco. **Territórios e Fronteiras**, v. 7, n. 1, p. 147-164, 2014.

GRANGE, Stéphane. O contestado Franco-brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia. **Revista Cantareira**, n. 17, p. 20-39, 2012.

GRUZINSKI, Serge. A Amazônia e as Origens da Globalização (Séculos XVI a XVIII). **Coleção Amazônia**, Belém, editora estudos amazônicos, 2014.

MARIZ, Vasco, and Lucien Provençal. **La Ravardière e a França Equinocial:** os franceses no Maranhão (1612-1615). Topbooks, 2007.

NOGUEIRA, Shirley Maria Silva et al. A soldadesca desenfreada: politização militar no Grão-Pará da Era da Independência (1790-1850). **Tese de doutoramento em história UFBA**, Salvador, 2009.

POLIDORI, Laurent. Jean Richer na Guiana Francesa (1672-1673): a expedição e sua contribuição para a história da astronomia e da geodésia. **Revista Brasileira de História da Ciência**, v. 14, n. 2, p. 144-170, 2021.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. **A Amazônia e a Cobiça Internacional.** Rio de Janeiro: Companhia editora Nacional, 1960.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. **A Amazônia e a Integridade do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 2001. (1^a edição, Manaus, 1966).

RICCI, Magda. O fim do Grão-Pará e o nascimento do Brasil: Movimentos sociais, levantes, e deserções no alvorecer do Novo Império (1808-1840). **Os senhores dos rios. Amazônia, margens e história.** Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2003.

RICCI, Magda. Fronteiras da nação e da revolução: identidades locais e a experiência de ser brasileiro na Amazônia (1820-1840). **Boletín americanista**, n. 58, p. 77-95, 2008.

ROSTY, Cláudio Skôra. Invasão da Guiana Francesa em 1809. **A Defesa Nacional**, v. 95, n. 815, 2009.

ROSTY, Cláudio Skôra. Campanha da Guiana Francesa: Caiena tomada aos franceses. **Revista Navigator**, n. 06, p. 43-51, 2010.

SANDOVAL, Márcio. Numismática - **Museu Histórico nacional (1941)**, Blog Sterling Numismática, 12 de maio de 2012. Disponível em: <http://sterlingnumismatic.blogspot.com/2012/05/numismatica-museu-historico-nacional.html>. Acesso em: 12 Jul. 2023.

7 FONTES PRIMÁRIAS CONSULTADAS

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) no site da Biblioteca Nacional.

Carta Régia de 12 de maio de 1798. **AHU**, Livro de Registro de Cartas Régias, Instruções e Provisões – Capitanias do Pará e Rio Negro 1790-1799. Códice 588, vol. 1, f. 181-195.

Requerimento de Luís Caetano de Leirós e Castro para o rei D. João VI em 6 de setembro de 1821. **AHU**, ACL, CU 013, Cx. 151. Doc. 11659

Fala dirigida pelo exm.o snr. conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, presidente da Provincia do Gram-Pará, á Assembléa Legislativa Provincial na abertura da sessão ordinaria da sexta legislatura no dia 1.o de outubro de 1848. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/172#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1510%2C-162%2C4570%2C3224>

As ações de repressão à Cabanagem: o recrutamento militar de indivíduos “perigosos” para compor a Guarda Policial (1836-1840).

Thailana de Jesus Cordeiro Pereira ¹



¹ Doutoranda em História Social (UFPA/Brasil), Mestra em História Social da Amazônia (Universidade Federal do Pará - UFPA/Brasil) e também doutoranda em Humanidades y Estudios Sociales de América Latina pela Universidad de Alicante/España (Sob regime de Cotutela Internacional) e bolsista da CAPES.

RESUMO

Este artigo aborda alguns aspectos referentes às ações de reforma militar promovidas pelo presidente da província do Pará, Francisco José de Sousa Soares d'Andrea, cujo enfoque está ligado ao processo de repressão ao movimento da Cabanagem (1835-1840). Esse estudo tem como objetivo entender as trajetórias dos diversos personagens e sujeitos que foram recrutados para compor as fileiras do Corpo Policial ou Guarda Policial de 2^a Linha do Pará. O funcionamento dessa corporação militar e sua colaboração para desbaratar a atuação dos cabanos, de forma a tentar restabelecer a ordem imperial na província, tal como os diversos problemas enfrentados para alcançar esse objetivo. Dessa forma, serão analisados aspectos além da política de repressão aos cabanos, encontrando novas perspectivas dessa atuação, utilizando como fonte de pesquisa os relatórios dos presidentes de província, os autos de justificação e os autos de crimes de processos judiciais.

Palavras chave: Cabanagem, Pará, Reforma Militar, Soares d'Andrea.

ABSTRACT

This article approach some aspects related to the military reform actions promoted by the president of the province of Pará, Francisco José de Souza Soares d'Andrea, whose focus is linked to the process of repression of the Cabanagem movement (1835 - 1840). his study aims to understand the trajectories of the various characters and subjects who were recruited to compose the ranks of the Police Corps or Police Guard of the 2nd Line of Pará. The operation of this military corporation and its collaboration to disrupt the cabanos operation, in order to re-establish the imperial order in the province, as well as the various problems faced in achieving this goal. In this way, aspects beyond the policy of repression of cabanos will be analyzed, finding new perspectives of this action, using as a source of research the reports of the provincial presidents, the justification records and the records of crimes of judicial processes.

Keywords: Cabanagem, Pará, Military Reform, Soares d'Andrea.

RESUMEN

Este artículo aborda algunos aspectos relacionados con las acciones de reforma militar promovidas por el presidente de la provincia de Pará, Francisco José de Sousa Soares d'Andrea, cuyo enfoque está relacionado con el proceso de represión del movimiento Cabanagem (1835-1840). Este estudio tiene como objetivo comprender las trayectorias de los diversos personajes y sujetos que fueron reclutados para formar parte de las filas del Cuerpo Policial o Guardia

Policial de 2^a Línea de Pará. El funcionamiento de esta corporación militar y su colaboración para desmantelar la actuación de los cabanos, con el fin de intentar restablecer la orden imperial en la provincia, así como los diversos problemas enfrentados para lograr ese objetivo. De esta manera, se analizarán aspectos más allá de la política de represión a los cabanos, encontrando nuevas perspectivas de esta actuación, utilizando como fuente de investigación los informes de los presidentes de provincia, los autos de justificación y los autos de delitos en procesos judiciales.

Palabras claves: Cabanagem, Pará, Reforma Militar, Soares d'Andrea.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Engel (2002), as décadas de 1830 a 1840 foram um período repleto de movimentos sociais tomados à época como “revoltas”² que ocorriam em várias localidades do império e que teriam por fundamento, abalar ou destruir as bases do Estado Imperial do Brasil que se formava. Pois neste momento, não existia o sentimento de nação e sim o de patriotismo. A ideia de unificação que surgiu na independência do Brasil não se deu por meio da unificação de uma corte entre as elites locais, mas com um embate com o objetivo de neutralizar essas elites regionais, construindo um arranjo institucional, de forma a preservar os direitos à propriedade, o controle político local e a concessão de autonomia a estas elites. Ainda assim, houveram contínuos embates em determinadas localidades que não se sentiam pertencentes à nação Brasileira, opondo-se diretamente à centralização política do período (Dolhnikoff, 2003).

Neste sentido, o sentimento de amor à pátria referia-se à localidade e não ao país, visto que não existia ainda um Estado brasileiro unificado. Exemplos disso são os diversos “levantes”, que ocorreram durante o período da menoridade, relevando as insatisfações das diversas províncias que defendiam seus próprios interesses, inclusive, o de separação do Brasil. As chamadas “revoltas regionais” mostram claramente a descentralização do poder e a falta de unidade que possuía o império brasileiro na primeira metade do século XIX (Dolhnikoff, 2003)³.

A Cabanagem, no Pará, foi uma dentre as diversas “revoltas” que tomou conta deste período. Este foi um movimento que ocorreu na capital paraense no período de 1835 a meados de 1840, cujo saldo de mortos chegou a 30 mil pessoas, incluindo indígenas, mestiços, africanos livres e escravizados, além de certa parte da elite amazônica. Essa mobilização expandiu-se em várias direções, avançando para as províncias vizinhas, tal como suas adaptações às dinâmicas dos rios da Amazônia e dos povos que viviam na região, atuando no lado cabano e, por vezes, no lado legalista (Ricci, 2008).

Diante da situação que se encontrava o Pará – que se “rebelava” contra a ordem imperial instituída – o governo enviou um de seus melhores Generais de guerra para conter e reprimir a “revolta” cabana e restabelecer a ordem imperial na província. Assim, em 1836 foi enviado à província do Pará o General Francisco José de Sousa Soares d'Andrea, que estabeleceu diversos mecanismos e estratégias na luta contra os cabanos. Dentre as estratégias estavam a Reforma Militar e o recrutamento para a Guarda Policial e para os Corpos de Trabalhadores de todos os indivíduos considerados por ele como “perigosos”⁴.

² O termo “revolta” entre aspas serve para indicar a visão que possuíam as autoridades imperiais sobre o movimento cabano, uma vez que, segundo Ricci (2006), os integrantes do movimento se denominavam revolucionários, patriotas, legalistas. segundo Baena (2004), era de aproximadamente 17.957 habitantes livres. Desta forma, a “revolta” Cabana melhor se encaixava no crime de sedição [artigo 111], que caracterizava crime a junção de mais de 20 pessoas armadas com o intuito de opor-se à posse do emprego público, nomeado legitimamente pelo Governo Imperial.

³ Ribeiro (2007) corrobora com a ideia defendida por Dolhnikoff (2003) de que não se pode minimizar as agitações do período. Para Ribeiro (2007) deve-se levar em conta os distintos projetos regionais de construção da identidade nacional e da cidadania..

⁴ Vale ressaltar que todas as medidas de perseguição e punição aos cabanos implementadas pelo Marechal Andrea, durante seu governo, na província do Pará, tais como o Recrutamento Militar e o Recrutamento para os Corpos de Trabalhadores, foram possíveis graças a criação da lei de 22 de setembro de 1835, que suspendia parte importante dos direitos constitucionais no Pará. Pereira (2018).

A análise deste estudo é referente à Cabanagem, mais especificamente a partir da chegada de Andrea em 1836 e das medidas tomadas por ele para reprimir os “rebeldes”, como a criação da Lei de nº 2 de 25 de abril de 1838, tornando obrigatório o alistamento nos Corpos de Trabalhadores e o Recrutamento Militar para compor os Batalhões da Guarda Policial.

Nesta perspectiva, o presente artigo apresenta como objeto de pesquisa a Reforma Militar e o recrutamento para a Guarda Policial e para os Corpos de Trabalhadores. Assim, o recorte espacial e temporal deste estudo é a província do Pará entre anos de 1836 a 1840. Vale ressaltar que o foco de estudo desta pesquisa não é o movimento social cabano, mas as ações de repressão do governo imperial a este movimento.

2 A REFORMA MILITAR DE SOARES D'ANDREA

Em discurso à Assembleia Provincial no dia 2 de março de 1838, Soares d’Andrea relatava que devido ao envolvimento da maioria dos soldados no movimento cabano, a Guarda Nacional deveria ser extinta, por acreditar que não poderia confiar a segurança da Província em suas mãos, pois foram de suas fileiras que saíram os assassinos de seus próprios oficiais, e os que ajudaram ao assassinio das primeiras autoridades em janeiro de 1835 (Soares d’Andrea, 1838).

Por acreditar que a Guarda Nacional foi prejudicial em quase todos os lugares da província, a Assembleia Geral do Império, a pedido de Andrea, autorizou o Governo a extinguí-la por três anos, sendo substituída pelas guardas policiais. Com a Guarda Nacional extinta, restaram poucos soldados nas tropas militares para fazer a guarnição, cerca de dois mil homens de tropas, sendo que, mil e trezentos eram de outras províncias. Porém, Andrea acreditava que este número de soldados era insuficiente para concluir a pacificação e sustentar a paz no Pará, pois o território era grande e a disposição ao crime era geral (Soares d’Andrea, 1838). Portanto, as forças legalistas não possuíam soldados suficientes para fazer a guarnição da Província. E, por esse motivo, necessitava-se de voluntários, pois para o Governo provincial, fazer um recrutamento seria muito trabalhoso e ter-se-ia muitas despesas com homens pouco disciplinados e sem experiência em manuseio de armas.

O alistamento voluntário era uma maneira do governo provincial evitar que homens não desejosos pegassem em armas, garantindo assim, a disciplina e a fidelidade dos soldados. Deste modo, o governo evitava o fortalecimento do Exército, que poderia representar uma nova ameaça à legalidade. Porém, estava bastante difícil conseguir voluntários, obrigando os liberais moderados a permitirem o recrutamento na tentativa de suprir a necessidade de policiais para fazer a guarnição da cidade (Nogueira, 2009).

Cabia aos Comandantes Militares fazer o recrutamento, alistando todos os homens entre 15 e 50 anos de idade que podiam pegar e manusear armas na tentativa de formar corpos de guardas numerosos, sendo estes indivíduos recrutados, obrigados pelos Comandantes, a empregar sua força de coação para perseguir e reprimir os rebeldes, além de prender vagabundos e empregá-los em trabalhos de utilidade pública. A tarefa de combate aos cabanos e ordenamento da província ficou a cargo de uma corporação militar chamada Guarda ou Corpo Policial de 2^a Linha, criada em 1836 pelo presidente D’Andrea como uma das estratégias de repressão ao movimento cabano (Bastos, 2004). A Guarda Policial esteve em funcionamento de 1836 até meados da década de 1850, quando foi desmobilizada para novamente dar lugar à Guarda Nacional extinta durante o período da Cabanagem (Bastos, 2004).

Os Comandantes Militares possuíam ordens específicas, elaborado pelo próprio Soares d’Andrea que deveriam ser executadas nos diversos distritos da província, e mesmo antes de deixar a presidência da província do Pará em 1839, preocupou-se ainda em deixar instruções aos Comandantes Militares para que os mesmos após a sua saída da presidência continuassem a realizar o trabalho que foi iniciado na sua chegada em 1836:

Art. 6º. Formará uma Guarda Policial composta de todos os indivíduos sem exceção que forem capazes de pegar em armas que tiverem de 15 a 50 anos completos, escolhendo dentre as pessoas mais abastadas, ou de maior representação, e sobretudo, os oficiais das antigas milícias, e ordenanças as mais hábeis para oficiais

da dita Guarda, e me fará proposta para eu lhes mandar passar as nomeações, se assim o entender [...].

Art. 7º. Dará a Guarda Policial a forma regimental ou de batalhões de infantaria pesada, segundo as antigas milícias, seguindo os Regulamentos delas, com exceção unicamente na escolha dos indivíduos, que serão todos os capazes de pegar em armas, como fica dito. Salvo feita a escolha para os Corpos de Trabalhadores.

Art. 8º. A mais rigorosa disciplina será conservada nos corpos de 1ª Linha que estiverem debaixo do seu comando, e dada também à Guarda Policial, fazendo-a entrar em regular ensino, como se fossem soldados da 1ª Linha, todos os castigos em caso de insubordinação ativa, ou insultante será pronto e rigoroso, e nunca será reputado excessivo.

Art. 9º. Depois de organizada a Guarda levantarão, com a concorrência de todos os indivíduos dela, um Quartel para servir de depósito das armas, de prisão do Corpo e de Quartel da Ordem: o que sempre é possível, sendo obra de muitos, e utilidade de todos.

Atr. 10º. Terá a maior vigilância na prisão dos desertores, sejam de mar ou de terra, e fará publicar nos seus Distritos, que sendo ilegais todos os atos das autoridades intrusas, também são ilegais as baixas por elas dadas, e que me consequência se devem apresentar para o serviço todos os Soldados que tiverem tido tais baixas, aliás serão tidos como desertores: e lhes dará prazos para se apresentarem, como entender que é justo, segundo as circunstâncias locais. [...] (Soares d'Andrea, 1839, p. 19-20).

Como podemos observar nos artigos acima, a reforma militar feita por Soares d'Andrea representou um mecanismo não só de punição aos “rebeldes” e seus aliados, mas também um projeto morigerador, pois para Andrea, os indivíduos recrutados após passarem por um forte controle disciplinar nos quartéis, seriam reeducados moralmente, transformando-se em exímios “cidadãos de bem” e mantenedores da ordem e da paz⁵. Assim, as forças armadas “legalistas” representaram o funcionamento da política de ordenamento e disciplinarização de uma província mergulhada em um caos social.

Segundo Bastos (2004), uma das estratégias de Andrea para formar as Tropas Militares para fazerem a guarnição da cidade foi convocar e realistar os antigos praças que tinham sido dispensados nos governos irregulares anteriores. Andrea também recrutou os rebeldes que não haviam cometido crimes muito graves. Eles foram submetidos a um forte controle militar e disciplinar para serem (re)educados cívica e moralmente. Todos os desocupados, mestiços e negros livres também foram recrutados para os Corpos de Trabalhadores para a realização de trabalhos compulsórios em obras públicas ou particulares⁶.

Tendo em vista que os Corpos de Trabalhadores possuíam critérios muito mais específicos de cor e condição social para o recrutamento (homens mestiços, negros livres e sem ocupação comprovada) em relação à Guarda Policial, que era bem mais abrangente (todos os homens entre 15 e 50 anos de idade capazes de manusear armas), muitas vezes os Comandantes Militares tinham dúvidas sobre para qual instituição deveriam enviar os homens passíveis de recrutamento: se para a Guarda Policial ou para os Corpos de Trabalhadores (Bastos, 2004).

Dessa forma, é possível que homens mestiços ou negros livres tenham sido recrutados para a Guarda Policial ao invés dos Corpos de Trabalhadores devido à necessidade de aumentar a quantidade de pessoas em alguns distritos da província, além de que, as duas instituições possuíam o mesmo objetivo: disciplinar e reeducar.

⁵ Segundo Rowland (2003), o século XIX, foi um período de busca por uma identidade nacional, capaz de construir um Estado forte e uno. Para este autor, tal processo foi um projeto político elaborado pela elite intelectual brasileira que almejava uma identidade nacional baseada nos preceitos de civilização, por isso, desconsideravam a cultura das populações negras e indígenas e consequentemente, os rejeitava como cidadãos. (Chalhoub, 2001). Dentro do processo de construção de uma identidade nacional, se tornava necessário reeducar a população, afastando todos os “maus hábitos” oriundos das tradições de origem africana e indígena. (Sevcenko, 1993).

⁶ Conforme Moura (2009), o marechal Andrea afirmava que a maioria dos habitantes do Pará estavam envolvidos direta ou indiretamente na Cabanagem. Para Andrea, uma vez que não era possível colocar todos em ferro ou deportá-los, eram presos ou exilados aqueles que cometiam crimes mais graves como incêndio, assassinato ou desonra.

⁷ Segundo Moura (2009), Soares d'Andrea acreditava que a natureza dos moradores do Pará seria a resposta para a situação de caos que estava passando a Província.

⁸ A mudança na estrutura política do Brasil imperial que desencadeou na sua independência em (1822) e na instauração de uma monarquia constitucional em (1824), deveu-se, segundo Neves (2003), na luta da elite política brasileira, que influenciados pelos ideais do iluminismo e do liberalismo, almejavam mudanças. Para Ribeiro (2007), essa nova participação política se deu a partir de uma reconfiguração da concepção que se tinha de cidadania – que passou por grandes transformações ao longo do século XIX.

Segundo Pina (2008), as atitudes tomadas pelo General Andrea na elaboração dessas estratégias de restabelecimento da ordem e de reestruturação da cidade, tanto física quanto econômica, cultural e moralmente, passavam pelo fator que denota uma clara dominação racial. Ele acreditava que esses indivíduos, por sua natureza, eram predispostos aos vícios e desvios de caráter, pois viviam em estado de barbárie e de extrema pobreza, por isso necessitavam ser controlados, disciplinados e reeducados e o recrutamento militar seria a solução para esses problemas⁷.

Tomando como base o recrutamento militar para compor os batalhões da Guarda Policial, todos os indivíduos considerados “perigosos” pelo governo imperial, o objetivo deste artigo é, também, analisar a tentativa de alguns desses indivíduos em livrar-se do recrutamento militar, por meio da investigação dos Autos de Justificação.

Os Autos de Justificação estão localizados no fundo do prédio do Judiciário, no Arquivo Público do Estado do Pará. Tais documentos serão analisados neste artigo como uma maneira do réu no processo de crimes provar sua inocência do seu não envolvimento na cabanagem, no intuito de livrar-se do recrutamento militar. Nossa objetivo não é atestar a veracidade do documento ou mesmo do relato dos réus e das testemunhas, mas a partir deles compreender os caminhos utilizados pelo réu para convencer o juiz da sua inocência⁸.

Outro propósito deste artigo é entender, a partir do recrutamento, o funcionamento das tropas militares de 2^a Linha, quais suas funções, como atuavam, dentre outros aspectos. E para isso, serão analisados os processos de Autos Crimes, também localizados no fundo do prédio do Judiciário, no Arquivo Público do Estado do Pará. Estes processos nos permitirão entender não só os deveres dos Guardas Policiais mas, principalmente, os conflitos existentes entre os moradores dos diversos distritos da província e os soldados da Guarda, além dos conflitos entre os Guardas e as autoridades superiores.

Com base no conceito de experiência de Thompson (1987), pretendemos compreender os diversos significados que a lei do recrutamento militar possuía (tanto para Andrea e os seus agentes da “legalidade” – os comandantes militares – como para os indivíduos passíveis de recrutamento) e como esses sujeitos se utilizaram do aparato judicial para defender seus interesses. Analisar suas ações nos permite entender como viam e entendiam o recrutamento militar a partir de suas experiências.

Neste sentido, as várias interpretações que possuía a lei do recrutamento nos permite compreender as diversas visões que possuíam os indivíduos sobre a mesma lei, que vai além do discurso disciplinador e morigerador almejado por Andrea. No próximo subtema vamos discorrer um caso de abuso de poder por parte de um Major, Comandante Militar da Guarda Policial da Vila de Oeiras que foi acusado pelo Tenente Ajudante da Guarda Policial, Francisco Antonio Barbosa, de cometer crimes contra os habitantes do município em 1839.

3 OS AUTOS DE CRIMES DE QUEM DEVERIA PRENDER CRIMINOSOS

Segundo Bastos (2004), os homens que eram recrutados para o Corpo Policial possuíam o dever de manter a ordem, servindo como braço armado do Estado imperial combatendo rebeldes, criminosos e escravos fugidos. Tam-

bém cuidavam do ordenamento dos locais públicos e principalmente, exerciam a extrema vigilância nas regiões de fronteira. Porém, nem sempre os indivíduos componentes da Guarda Policial exerciam as funções para as quais foram designados, como foi o caso do Major da Guarda Policial da Vila de Oeiras, Francisco Mauricio Correa Pedrada. Ele foi acusado pelo Tenente Ajudante da Guarda Policial, Francisco Antonio Barbosa, de cometer crimes contra os habitantes do município, utilizando-se do seu ofício militar em benefício próprio.

O Major da Guarda Policial da Vila de Oeiras, Francisco Mauricio Correa Pedrada, foi réu no processo de Autos crimes, com abertura em 26 de junho de 1839 e julgado pelo juiz Luiz Pereira da Costa, Juiz de Paz do 1º Distrito de Oeiras em 1839, tendo como testemunhas: Ricardo Vieira da Costa, Manoel Ferreira Bentes e Luiz Pereira de Farias (APEP, FDJ, Juízo de Paz, Autos Crimes, Breves - Oeiras, 1840).

No processo, o cidadão brasileiro Tenente Ajudante da Guarda Policial, Francisco Antonio Barbosa, acusa o réu Major da Guarda Policial da Vila de Oeiras Francisco Mauricio Correa Pedrada de cometer os seguintes crimes:

- Fingir ser munido de ordens superiores e estabelecer umas fábricas de madeira com o título de Nacional, e violentamente, mandou trabalhar nela, os habitantes do município, até mesmo os soldados da Guarda Policial sem pagar-lhes ao menos o sustento diário. As madeiras e canoas que se fazia a título Nacional eram remetidas para a vila de Cametá e ali vendidas a particulares.
- Mandar fazer grandes escoltas em diversos lugares do município propícios à navegação para homens que nem mesmo eram seus conhecidos, além de arrancar do seio de suas famílias e de infelizes viúvas as filhas musas com violência para fins libidinosos, conservando-as em seu poder a trabalhos.
- Fazer perseguição geral ao povo com ameaças de prisão, rodas de pau e lançar um tributo a todos aqueles que não podiam trabalhar em sua Fábrica ou dar-lhe mensalmente um determinado valor. Também obrigou os Capitães da Companhia a mandar tirar cada soldado duas tabuas de árvore de loiro de 22 palmos a título de Nacional, porém, estas foram vendidas a particulares.

Para reafirmar a acusação feita por Francisco Antonio Barbosa, Tenente Ajudante da Guarda Policial, foi convocado a depor como testemunha, Ricardo Vieira da Costa, natural e morador da vila de Oeiras, 32 anos, casado, lavrador e Cabo de Esquadra da Guarda Policial da 1ª Companhia.

Em seu depoimento, Ricardo Vieira da Costa afirmou que eram verdadeiras todas as acusações feitas ao dito Major, pois era público na vila suas atitudes e que todos tinham visto o acusado vender canoas que eram feitas a título nacional e depois eram vendidas a particulares. Também ressaltou que era de seu conhecimento os trabalhos feitos pelo encarregado Jose, sob o apelido de Diabinho, o qual embarcava mulheres moças da casa de suas mães e de infelizes viúvas dizendo ser por ordem do Maior Comandante da Villa, além de matar galinhas violentamente da casa dos moradores. Declarou ainda ser verdade, pois tinha visto muitas e muitas vezes, darem castigos rigorosos de roda de pau em algum indivíduo e disse também, que ele próprio foi obrigado a dar duas tábuas de madeira as suas custas como título nacional.

A segunda testemunha no processo contra o Major da Guarda Policial Francisco Mauricio Correa Pedrada, foi Manoel Ferreira Bentes, cidadão brasileiro, Alferes da Extinta Guarda Nacional e vereador da Câmara da Vila, natural de Oeiras, casado, 29 anos. Em seu depoimento ele afirmou que eram verdadeiras todas as acusações feitas ao dito Major, pois suas ações eram notórias em toda vila.

Já a terceira e última testemunha no processo contra o Major Mauricio Correa Pedrada é Luiz Pereira de Farias, natural e morador de Oeiras, solteiro, 22 anos, lavrador e Inspetor do 6º Quarteirão do 1º Distrito. No seu depoimento, ele também confirmou a veracidade de todas as acusações feitas ao Major, uma vez que suas ações na vila eram amplamente conhecidas. Além disso, expôs que ele próprio foi encarregado de cuidar de uma dessas fábricas de serrarias com dez trabalhadores sem que lhe pagasse o salário ou, ao menos, prestasse o sustento diário.

Como podemos perceber neste processo, os conflitos existentes entre o Major Comandante e os demais integrantes da Guarda Policial, além dos conflitos com os próprios moradores da vila de Oeiras, resultaram na denúncia de seus crimes às autoridades superiores. O Major Comandante Francisco Mauricio Correa Pedrada, um agente instituído do governo Provincial, deveria servir de exemplo moral, de conduta impecável, exemplo de civilidade e morigeração aos demais moradores da vila que comandava, porém, utilizou-se de seu poder para mentir, manipular, enganar e aproveitar-se da situação para lucrar à custa dos desvios de verba pública e dos trabalhos forçados dos moradores e dos Guardas Policiais.

A análise deste caso nos leva a questionar o projeto disciplinador e morigerador idealizado por Andrea, em que os Comandantes Militares possuíam um papel fundamental como agentes desse projeto. Em sua concepção, os Comandantes Militares ao recrutar indivíduos “perigosos” à ordem imperial para compor os batalhões da Guarda Policial e os Corpos de Trabalhadores – função dos Comandantes Militares – estes indivíduos seriam transformados por meio da imposição da disciplina e da civilização, tendo como exemplo a conduta do próprio Comandante.

As denúncias dos moradores e demais sujeitos da Guarda Policial nos mostram que muitos Comandantes Militares fugiam à regra de conduta esperada por Andrea, ferindo a imagem que se projetava dos oficiais da “legalidade” e nos ajudam a pensar nas diversas leituras e práticas sociais que o ideal de projeto de civilização poderia ter pelos diversos sujeitos.

Os conflitos existentes entre os diversos sujeitos envolvidos com a Lei do Recrutamento Militar (Andrea, comandantes militares, mestiços, negros e pobres) giram em torno das várias interpretações sobre a referida lei, uma vez que cada sujeito passou a interpretá-la de modo diferente.

Nesta perspectiva, a lei é vista como um mecanismo de garantia de direitos. Todavia, a noção de direito é diferente para cada indivíduo, pois a noção do mesmo está baseada nas experiências sociais de cada um. Desta maneira, as diversas interpretações da lei do recrutamento não representam o não entendimento da referida lei pelos sujeitos, mas a interpretação dela baseada nas suas experiências.

4 O RECRUTAMENTO MILITAR E OS AUTOS DE JUSTIFICAÇÃO

Muitos indivíduos utilizavam diversos recursos para não serem recrutados para a Guarda Policial ou para os Corpos de Trabalhadores, já que o recrutamento significaria ser retirado de seu convívio familiar e social para exercer trabalhos forçados e gratuitos, além de estarem sujeitos às diversas punições, prisão e abuso por parte dos comandantes militares. Os Autos de Justificação¹¹ são um bom exemplo dos recursos utilizados pelos indivíduos para tentar provar que não estavam envolvidos na Cabanagem, livrando-se, assim, do recrutamento.

A análise dos Autos de Justificação neste artigo é importante porque neles contém não só o crime do qual o réu está sendo acusado, mas as suas características pessoais e sociais (se era casado, se possuía filhos, a cor da sua pele, sua profissão, etc). Além da descrição do réu, também possui as características das testemunhas, assim como a proximidade da testemunha com o acusado, como se conheciam, há quanto tempo se conheciam e o porquê de estarem testemunhando (Código do Processo Criminal, 1832).

Estes detalhes são importantes no entendimento de quem são estes réus, do que estão sendo acusados, quem eram suas testemunhas, qual a importância destas testemunhas na sociedade e, principalmente, porque seus esforços em comprovar a veracidade dos seus relatos. Analisando estes detalhes, entendemos não apenas os motivos desses indivíduos de se livrar do recrutamento militar, mas o que o recrutamento representava para eles.

Nos Autos de Justificação, os sujeitos utilizam-se do aparato judicial (legal) para provar sua inocência, na tentativa de serem liberados do recrutamento militar, utilizando de diversos mecanismos para alcançar seus objetivos, como veremos a seguir.

O primeiro Auto de Justificação a ser analisado é o de Felis José Tenório. Seu processo foi aberto em 20 de maio de 1840 e julgado pelo juiz Manoel Fernandes Ribeiro, Juiz de Paz do 1º Distrito da capital (APEP, FDJ, Juízo de Paz, Autos de Justificação, Belém, 1840).

Felis José Tenório era um preto liberto que tentou provar através dos Autos de Justificação, que possuía mais de 60 anos de idade e para isso, convocou para suas testemunhas pessoas influentes na sociedade. Sua primeira testemunha foi o Presbítero Secular, Reverendo Cônego da catedral Antônio Macário Alves da Costa, natural de Belém, branco, 38 anos. Em seu testemunho ele afirmou que em 1818 saiu do Seminário Episcopal, conheceu o justificante, que já então não era rapaz e sim, homem bastante maduro, e ao presente, pela sua fisionomia e madureza, teria mais de sessenta anos de idade.

Outra testemunha no processo de justificação de Felis José Tenório foi João Hilário Watrin, homem branco, natural de Belém, 54 anos, casado, Capitão das extintas milícias, Escrivão do Cível e do Crime. Em seu testemunho, afirmou que há muitos anos conhecia o justificante e que pela sua fisionomia e madureza parecia ter mais de sessenta anos de idade.

Manoel Miguel Aires Pereira também foi testemunha no processo. Homem branco, solteiro, 37 anos, Tenente de 1ª Linha. Ele afirmou em seu testemunho que desde menino conhecia o justificante, que já era avançado em anos, pelo que ao presente, pela fisionomia, julgava ter ele mais de 60 anos.

Como podemos perceber, para justificar sua idade, o autor oferece testemunhas cujos depoimentos justificam sua petição, além de apresentar pessoas importantes e influentes da sociedade belenense da época, numa tentativa de provar ou mesmo validar seu próprio testemunho.

Neste caso, o testemunho de pessoas com prestígio social pode representar um peso muito maior no processo, tendo em vista que, o valor do testemunho equivale ao prestígio social. No processo não há menção do motivo pelo qual o autor quer justificar sua idade, porém, levando em consideração que eram recrutados todos os homens entre 15 e 50 anos de idade, supõe-se que o objetivo de Felis José Tenório seria livra-se do recrutamento comprovando possuir mais de 50 anos de idade.

Outro caso interessante a ser analisado é de Antonio Luiz de Souza, seu processo foi aberto em 8 de novembro de 1836 e julgado pelo juiz João Alves de Castro Rozo, Juiz de Direito e do Crime em Belém. Antonio Luiz de Souza é um homem casado, morador e estabelecido com sítio e lavoura no rio Abaeté, e em seu auto de justificação quer provar não ter se unido aos cabanos e ter estado sempre do lado da legalidade (APEP, FDJ, Juízo de Direito, Autos de Justificação, Belém, 1836).

Para justificar não ser cabano, primeiramente Antonio Luiz de Souza quer provar que é casado, morador e estabelecido no rio Abaeté com sítio e lavoura na mesma cidade. Que sempre foi obediente às autoridades constituídas legalmente e na ocasião em que houve a “revolta” de 1835 estava em sua casa cuidando dos seus trabalhos. E logo quando soube de uma reunião por parte da legalidade que foi feita e comandada pelo Capitão Alexandre de Castilho, o Justificante logo tratou de se unir às tropas legalistas.

A testemunha no processo de Antonio Luiz de Souza, José Maria Gonçalves é lavrador, natural e morador da Freguesia de Santa Anna do Igarapé-Miri, solteiro, 25 anos. Em seu testemunho ao juiz, José Maria Gonçalves confirma o relato de Antonio Luiz de Souza, que realmente é casado, morador e estabelecido em Abaeté com sítio e lavoura. Que nunca se envolveu em desordens viveu sempre no seio de sua família, em boa harmonia com seus vizinhos e sabe, por ouvir dizer, que durante o tempo das desordens que agitaram a Província, desde o fim do ano de 1835, sempre o justificante se conservou tranquilo em sua casa.

Maria Magdalena, mulher branca, viúva, natural e moradora da Freguesia de Abaeté, 35 anos, analfabeta, também é testemunha de Antonio Luiz de Souza e, assim como a testemunha anterior, confirma a boa conduta do justificante e que além de não se unir aos cabanos no período da “revolta”, se uniu as tropas legalistas.

No caso de Antonio Luiz de Souza, seu objetivo é provar que não é cabano, não participou da “revolta” de 1835 e sempre esteve do lado da legalidade, e para validar seu argumento, primeiramente, co-

meça a relatar sobre sua boa conduta, enquanto homem casado, pai de família, que tem trabalho e moradia fixa. Neste caso, o objetivo do justificante é provar (com a ajuda do relato das testemunhas) que ele é um cidadão de “bem”, o que pode significar uma tentativa de livra-se do recrutamento.

O terceiro e último caso de justificação analisado neste artigo é de João Antônio de Figueiredo, natural de Cintra, casado, estabelecido no Rio São Paulo, termo da Vila de Cintra, com serviços rurais, também Juiz de Paz do 1º Distrito da Vila de Cintra. Seu processo foi aberto em 15 de outubro de 1840 e julgado pelo juiz Manuel Borges da Maya, Juiz de Paz do 1º Distrito da Vila de Cintra em 1840 (APEP, FDJ, Juízo de Paz, Autos de Justificação, Maracanã, 1840).

Seu objetivo era justificar que nunca se uniu aos cabanos e que era vítima de perseguições por parte do Capitão e comandante da Vila de Cintra, Cezario Antonio de Sta. Brizida. E que em represália, por ter denunciado ao Coronel Comandante Mor da Vila de Vigia, que o dito capitão Brízida possuía uma concubina na vila de Cintra, retirou-lhe de sua função de juiz da Vila e recrutou para o corpo policial seu neto e único amparo da sua velhice.

Para isso, o justificante convida para depor a seu favor: Clemente António Lisboa, homem branco, 26 anos, casado, natural da Villa de Cintra e na mesma residente, Tenente da 4ª Companhia Policial estacionada na dita Vila, vive de suas agências; João da Fonceca Pereira, branco, 22 anos, casado, natural da Villa de Cintra, e na mesma residente, vive de suas agências; e Manoel Raymundo da Piedade, branco, 20 anos, solteiro, natural da Vila da Vigia, e presentemente residente em Cintra, vive de suas agências. As três testemunhas concordam em seus depoimentos, afirmando que sabiam por ver que era verdade o que alegava o justificante João Antônio de Figueiredo.

Também está incluído no processo um atestado de José Paulo da Costa, Vigário Interino da Freguesia de S. Miguel de Cintra, sobre a conduta de Camilo Henriques, neto do justificante.

No atestado anexado ao processo, Jose Paulo da Costa, Presbítero Secular, Vigário Interino da Freguesia de S. Miguel de Cintra, atesta ao conhecimento de quem o documento chegar, que é verdade que Camilo Henriques, neto de João Antonio de Figueiredo, todos seus Paroquianos, é inegavelmente o único encosto de seu avô, pois é quem o ajuda no trato da lavoura, nunca foi vadio ou imorigerado, antes, muito obediente a todas as autoridades constituídas, e se necessário for, faz juramento de Pároco para provar que diz a verdade.

Neste caso, João Antônio de Figueiredo tenta provar que além dele, seu neto também não possuía nenhum envolvimento com os cabanos, e que tudo não passava de uma perseguição de cunho pessoal, pelo fato do justificante ter denunciado às autoridades superiores, que o capitão da vila tinha uma prostituta como concubina. E, para se vingar, o dito capitão usou da sua autoridade e retirou-lhe o poder de juiz de Paz da vila, além de recrutar para o Corpo Policial seu neto e único amparo de sua velhice. O objetivo do justificante é provar que foi vítima de abuso de autoridade e perseguição pessoal por parte do Capitão e comandante da Vila de Cintra Cezario Antonio de Sta. Brízida e que seu neto não podia ser recrutado, uma vez que, o justificante acha-se avançado em idade e só tem esse neto para cuidar da sua velhice e do trabalho da lavoura.

No caso mencionado acima, temos a reclamação de um ex-Juiz de Paz, retirado do seu cargo pelo Capitão e comandante da Vila. Sua reclamação baseia-se no argumento de que o dito capitão estava usando de sua autoridade para prejudicá-lo. O que podemos observar neste caso é a possibilidade de interpretação da lei como poder adquirido, ou seja, o comandante militar acreditou ter recebido por meio da lei a autoridade necessária para justificar suas ações. Pois, a lei transformava os comandantes militares em representantes legais de vilas e freguesias com todos os demais moradores sujeitos aos seus comandos. Neste contexto, as ações desse comandante militar podem ser entendidas a partir da interpretação que ele faz da lei e como ela está relacionada com sua experiência social, ou seja, como ele pode ter se utilizado da lei para defender seus interesses pessoais.

Da mesma forma, o denunciante também pode ter se apropriado da noção de lei para justificar sua noção de justiça, pois sua ação de denunciar abusos de poder praticados pelo comandante de sua vila pode significar uma tentativa de resgate da autoridade retirada dele pelo dito comandante.

A autoridade que possuíam os comandantes militares foi dada pelo próprio Andrea quando assumiu a presidência da província do Pará, retirando alguns oficiais do Exército para comandar os maiores distritos da província. A atitude tomada por Andrea deve-se ao fato dele acreditar que as atribuições dadas aos juízes de Paz eram imensas, fazendo da província uma espécie de agregado de pequenos Estados, sem dependência uma das outras ou mesmo do Governo, quase independentes de qualquer outra autoridade. Por isso, Andrea sentiu-se no dever de nomear alguns militares, dos mais hábeis, para administrar alguns desses distritos, como se fossem delegados do Governo da província, para o pronto restabelecimento da Ordem, sendo denominados de Comandantes Militares (Soares d'Andrea, 1838).

Devido à autoridade que possuíam os Comandantes Militares nos diversos distritos da província, autoridade dada pelo próprio Andrea, sendo considerados como delegados do Governo, seu dever era manter a ordem e a paz na província, porém, podemos supor, a partir da análise do caso acima, que alguns desses comandantes usaram da autoridade na qual possuíam em benefício próprio, aproveitando-se do cargo e do poder.

Vale ressaltar que nem todos os distritos da província possuíam Comandantes Militares, apenas os maiores, devido ao pouco número de oficiais do Exército que eram da confiança de Andrea. As pequenas vilas e freguesias eram chefiadas por oficiais subalternos que exerciam a função de Comandante da Guarda Policial e dos Corpos de Trabalhadores, porém, estes estavam sujeitos às ordens dos Comandantes Gerais (Soares d'Andrea, 1838).

Nos casos expostos até aqui percebemos as diversas interpretações que os indivíduos fizeram da lei do recrutamento e como se utilizaram do aparato legal para defender seus interesses, a partir da sua noção de direito baseada em suas experiências sociais, pois a experiência de vida dos sujeitos serve de base para suas ações.

Dessa maneira, os autos de justificação representaram o mecanismo legal utilizado pelos sujeitos, não apenas para fugir do recrutamento, mas para fugir do que o recrutamento representava para eles: trabalho forçado, distância da família, duras rotinas disciplinares e os castigos. Muito mais que uma forma legal de burlar a lei do recrutamento, os autos de justificação representavam uma maneira dos sujeitos “caminharem por entre as leis”, apropriando-se e utilizando-se de aparatos legais para se defender.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reforma militar feita por Soares d'Andrea tinha o objetivo principal de repressão aos cabanos e reestruturação da ordem e da paz na província, acabando com o clima de medo e insegurança de uma nova cabanagem que pairava sobre a elite paraense.

O recrutamento militar para compor os batalhões da Guarda Policial foi uma estratégia idealizada por Soares d'Andrea para controlar uma população indesejada, considerada perigosa à civilidade que se queria implantar na capital paraense. O principal objetivo da criação desta Companhia era transformar os indivíduos “incivilizados” em cidadãos morigerados, “rebeldes” em mantenedores da ordem e da paz, através de extrema vigilância e um forte controle militar disciplinador. Porém, devemos ter em mente que os indivíduos que foram recrutados para a Guarda Policial não se mantiveram passivos diante da política de reorganização militar e ordenamento social idealizado por Andrea.

Como podemos observar no decorrer do artigo e nos diversos processos analisados, houve muitas contradições e problemas que dificultavam o objetivo dessa política, uma vez que, muitos Guardas Policiais, em vez de agirem como agentes da ordem recusavam-se a desempenhar suas tarefas ignorando

as leis de conduta e moral e acabavam por se envolver em conflitos com as autoridades competentes ou mesmo com os moradores.

Outro fator que dificultou o sucesso da política de reorganização militar foi à tentativa de diversos sujeitos em se livrar do recrutamento tentando provar que não se encaixavam nos requisitos estabelecidos para o alistamento. Dessa forma, as ações praticadas pelos diversos sujeitos analisados neste estudo devem ser compreendidas como ações carregadas de sentidos próprios, ou seja, suas ações refletem como viam e entendiam o recrutamento militar, assim como a política de reorganização da província a partir do seu referencial cultural, político e econômico.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro, 1782-1850. **Ensaio corográfico sobre a província do Pará**. Edições do Senado Federal. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. v. 30.

BASTOS, Carlos Augusto de Castro. **Os braços da (des)ordem Indisciplina militar na Província do Grão-Pará (meados do XIX)**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004, p.273.

CHALHOUB, Sidney. “Sobrevivendo”. In: **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle-Époque. São Paulo: UNICAMP, p. 59-170, 2001.

DOLHNIKOF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado nacional. In: JANCSÓ, István (org.). **Brasil: formação do Estado e da Nação**. São Paulo/Ijuí: Unijuí/FAPESP/ Hucitec, 2003, p. 431-468.

ENGEL, Magali. Regências (verbete). In: Ronaldo Vainfas (Org.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, p. 622-625, 2002.

MOURA, Danielle Figuerêdo. **“Malfadada Província”**: Lembranças de anarquia e anseios de civilização (1836-1839). Belém: Universidade Federal do Pará – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Dissertação de Mestrado, 2009.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e Constitucionais**: a cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003.

NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. **“A soldadesca desenfreada”**: politização no Grão-Pará da Era da Independência (1790-1850). Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009, 341 p.

PEREIRA, Thailana de Jesus Cordeiro. **A Suspensão Constitucional no Pará com a Lei nº 26 de 22 de setembro de 1835 e as medidas para a repressão aos cabanos (1835-1840)**. Belém: Universidade Federal do Pará - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Dissertação de mestrado, 2018.

PINA. Maria da Graça Gomes de. **Cabanagem**: <>o vulcão da anarquia<>?. Università degli Studi di Napoli “l’ Orientale” – UNIOR. Napoli, 2008. Disponível em: <http://www.uefs.br/nep/labirintos/edicoes/01_2008/07_artigo_maria_da_graca_gomes_de_pina.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2013.

RIBEIRO, Gladys Sabina. Cidadania, liberdade e participação no processo de autonomização do Brasil e nos projetos de construção da identidade nacional. **Locus: Revista de história**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 11-33, 2007.

ROWLAND, Roberto. Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente. In: JANCSÓ, István (org.). **Brasil: formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; FAPESP, p. 365-388, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1993.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores: A Origem da Lei Negra.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

7 FONTES PRIMÁRIAS CONSULTADAS

MANUSCRITAS:

Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Fundo: Judiciário:

- Comarca de Belém: Juízo de Paz, Autos de Justificação (caixa 02, pasta 06)
- Comarca de Maracanã: Juízo de Paz, Autos de Justificação (caixa 01, pasta 02)
- Comarca de Breves: Juízo de Paz, Autos Crimes (caixa 01, pasta 15)
- Comarca de Monte Alegre: Juízo de Paz, Autos de Crimes (caixa 01, pasta 01)

IMPRESSAS:

- BRASIL. Código Criminal do Império do. Lei de 16 de dezembro de 1830.
- Código do Processo Criminal de Primeira Instância. lei de 29 de novembro de 1832.

SITE:

- Center for Research Libraries – Brazilian Government Document Digitalization Project
- Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>.

Relatórios dos Presidentes de Província:

- SOARES D'ANDRÉA. Discurso com que Francisco José de Souza Soares d'Andrea, Presidente da Província do Pará, fez abertura da 1ª Sessão da Assembleia Provincial no dia 02 de Março de 1838. Tipografia Restaurada de Santos e Santos Menor. Pará, 1838.
- SOARES D'ANDRÉA. Exposição do estado e andamento dos negócios da Província do Pará no ato que fez da entrega da presidência o Exmº Marechal Francisco José de Souza Soares d'Andrea ao Exmº Dr. Bernardo de Souza Franco no dia 8 de abril de 1839. Tipografia de Santos e Menor. Pará, 1839.

Polícia e Policiamento no Pará: reorganização, desafios e profissionalização (1870-1900).

Diego Nazareno de Jesus Santos Filgueiras¹

William Gaia Farias²



¹ Doutorando e Mestre em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Especialista em Amazônia: Trabalho, Cultura e Etnicidade pela Faculdade Integrada Brasil-Amazônia – FIBRA; Membro do GP de Pesquisa Militares, Política e Fronteiras na Amazônia.

² Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense – Professor Titular da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará. Coordenador do Grupo de Pesquisa Militares, Política e Fronteiras na Amazônia e Pesquisador de Produtividade do CNPq.

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir o processo de reorganização da polícia paraense no período de transição de regime político considerando os diferentes vieses de transformações políticas e sociais, em especial como parte do processo de fortalecimento das instituições e de diminuição do poder das hierarquias privadas locais. O texto destaca o processo de transformações nas atividades policiais que no decorrer do período estudado foi se tornando responsabilidade de uma única instituição que experimentou os desafios da profissionalização policial e sua redefinição enquanto corporação de atuação estadual.

Palavras chave: Polícia, Policiamento, Reorganização, Pará.

ABSTRACT

The aim of this article is to understand the policing activities in the state of Pará in the last quarter of the 19th century, considering the reorganization of the public force during the political regime transition from Monarchy to Republic. The text highlights the process of transformations in police activities that over the course of the studied period was becoming the responsibility of a single institution that experienced the challenges of police professionalization and its redefinition as a state-level corporation

Keywords: Police, Policing, Reorganization, Pará.

RESUMEN

El objetivo del artículo es entender las actividades de vigilancia en el estado de Pará en el último cuarto del siglo XIX, considerando la reorganización de la fuerza pública durante la transición del régimen político de la Monarquía a la República. El texto destaca el proceso de transformaciones en las actividades policiales que a lo largo del período estudiado se fue convirtiendo en la responsabilidad de una sola institución que experimentó los desafíos de la profesionalización policial y su redefinición como corporación a nivel estatal.

Palabras claves: Policía, Vigilancia, Reorganización, Pará.

Ao longo do século XIX, o Brasil ainda era um país de economia essencialmente rural, e o final deste período testemunhou o despontar da atividade industrial e da urbanização nos principais centros brasileiros. Esse processo, de certa forma, implicou no surgimento de diversas matizes policiais fundadas e refundadas nesse período, com base num esquema de mediação entre influências externas de modelos de policiamento e as peculiaridades sociais e econômicas do vasto Estado imperial brasileiro.

Quanto à organização das instituições, considerando as limitações administrativas do Império, essas diversas milícias existentes ao longo do século XIX tinham sua atuação baseada em serviços litúrgicos, exercidos por hierarquias privadas, em que se delegava as elites locais lata discricionariedade para diversos procedimentos burocráticos, como defesa de fronteiras, composição de tropas, recrutamento e policiamento, operando uma precária tradução local das orientações do poder central (Castro *et al.*, 2004).

No Pará, essas diversas milícias e corporações policiais que atuaram ao longo do século XIX tinham suas atribuições adequadas à realidade econômica do Império brasileiro, nesse período ainda majoritariamente rural, baseada sobretudo na economia açucareira. Assim, em meados daquele século, grande parte das atribuições era voltada para o controle da população escrava ou a captura de escravos fugidos, além da manutenção da ordem. Nesse intento empregavam-se os serviços das forças de Linha, da Guarda Nacional, e das milícias locais, como o *Corpo de Caçadores de Polícia*:

Existiam na província vários quilombos, onde viviam, além de escravos fugidos, desertores, criminosos e malfeiteiros de toda espécie. O delegado suplente em exercício, sabendo da existência de um grande mocambo, nas cabeceiras do rio Mocajuba, foi pessoalmente, ataca-lo, com uma escolta do Corpo de Caçadores de Polícia [...] devido porém as dificuldades decorrentes a época das chuvas, e como não havia embarcação apropriada para ali navegar, foram apenas capturados 17 escravos, pois os demais fugiram internando-se pelo igapó (Rego, 2008, p. 26).

Em conformidade com uma economia rural, as corporações policiais do período do imperial – as milícias privadas, as polícias locais, e o Corpo de Caçadores de Polícia, no caso do Pará – foram pensadas como forças para atender às necessidades desse determinado contexto. Mas à medida que avançamos em direção a segunda metade do século XIX, nos deparamos com sensíveis transformações políticas e econômicas na sociedade brasileira que vão impactar diretamente nos processos de reorganização e atuação das instituições policiais.

Este artigo busca discutir o processo de reorganização da polícia paraense no período de transição de regime político considerando os diferentes vieses de transformações políticas e sociais, em especial como parte do processo de fortalecimento das instituições e de diminuição do poder das hierarquias privadas locais. Na polícia paraense essa tendência se materializou no avanço da burocratização – expressa pela administração centralizada e ampliação de leis e de regulamentos – e da profissionalização – expressa pela militarização e pela racionalização das atividades de policiamentos (Rosemberg, 2008). Ao mesmo tempo, nossas considerações sobre a atuação da polícia no período partem da perspectiva que comprehende a instituição como força extensiva do estado para manutenção da ordem política e social (Emsley, 1996).

1 DISCIPLINA E ESPÍRITO DE CORPO: A CONSOLIDAÇÃO DE POLÍCIA MILITARIZADA, CENTRALIZADA, E DE ATUAÇÃO CONTINENTAL

Assim como para suas congêneres nacionais, o século XIX foi um período de experiências e de sucessivos testes, no que tange à formação de uma força policial provincial paraense. A organização de uma milícia armada de atuação continental remonta as primeiras décadas do referido período. Subsistindo sob diversas nomenclaturas, mas com maior frequência sendo referenciada como *Corpo de Polícia*, forças policiais foram organizadas, dissolvidas, e reorganizadas por diversas vezes, sob as conveniências dos desdobramentos políticos e sociais do período na província paraense.

Entre 1820 e 1850 quase uma dezena de regulamentos se sucederam, sob os quais diversas forças policiais se revezaram no policiamento provincial paraense, ou atuaram de forma simultânea sob diversas nomenclaturas, tais como: *Corpo de Polícia*, *Corpo de Municipaes Permanentes* (1831), *Batalhão de Caçadores* (1835), *Corpo de Polícia de Infantaria* (1839), *Corpo Policial* (1840) e *Corpo Policial de Caçadores de Polícia* (1847) (Marreca, 1940). Um ponto comum entre essas diversas milícias policiais é o fato de terem refletido desde cedo a matriz orgânica dos corpos de linha em alguma medida, embora muitas vezes de forma precária.

A partir da segunda metade do século XIX o *Corpo de Polícia Permanente* passou a ser a principal força policial de atuação provincial, sobretudo após as reformas regulamentares das décadas de 1870 e 1880, assumindo de forma exclusiva a atividade de policiamento no interior da província e na capital, anteriormente realizados simultaneamente com a *Guarda Nacional*, *Guarda Local* e com a *Guarda Urbana*.

A Lei nº. 813 de 1874, reorganizou a força pública paraense instituindo o *Corpo Policial Permanente*, com 400 praças e um corpo de *Guarda Local*, com 200 praças, para atuarem simultaneamente no policiamento provincial. O corpo de permanentes mantinha a matriz militar e estava organizado em torno de um comando único, e atuava na capital e no interior da província, enquanto o efetivo da *Guarda Local* estava organizado em nível municipal, distribuído pelos municípios do interior para atuarem simultaneamente (Azevedo, 1875, p. 16).

Naquele momento, o *Corpo de Polícia* caminhava para assumir a exclusividade do policiamento provincial. Mas os baixos soldos e a rigidez de um regulamento militar ainda eram grandes obstáculos ao engajamento, motivo pelo qual forças locais, organizadas sob um regulamento mais brando, ainda fossem cogitadas como alternativas. Por outro lado, o entendimento dos benefícios disciplinares de uma força de comando centralizado e militarizada, ao que parece, já estava consolidado, motivo pelo qual, a criação de forças locais era visto com desconfiança pelas autoridades provinciais. Era o que refletia Pedro Vicente de Azevedo, então presidente da província, à Assembleia Provincial:

A polícia local, para ser capaz de prestar serviços, depende em tudo do zelo e das autoridades policias, e não sei se nesta província, em que luta-se com muita dificuldade para encontrar em muitas freguesias pessoas habilitadas para o emprego de subdelegado, a ponto de estarem sendo constantemente distraídos do corpo de polícia oficiais para exercerem esses cargos por comissão, será realizável semelhante ideia. Agora que é mais fácil obter quem se preste a servir na polícia em sua própria cidade natal, debaixo do mando de pessoas conhecidas, e sem os rigores de uma polícia constituída a imitação de forças de linha, é o que não resta dúvida: mas se a autoridade policial a quem competir a direção não for diligente e caprichosa, ella não só deixa de ser útil a localidade, mas ainda seus resultados são perniciosos, como é fácil calcula-se a natureza especial da instituição (Azevedo, 1873, p. 34).

Longe dos olhos da administração provincial, e sob a batuta de regulamentos mais brandos, a falta de preparo da *Guarda Local* e os consequentes atropelos ao serviço era uma despesa que custava mais à província sob vários aspectos. Não por acaso em 1876, Francisco Maria Correa de Sá e Benevides, então presidente de Província, expressava em seu relatório o descontentamento com a falta de preparo da *Guarda Local*, para quem o referido Corpo não tinha alcançado os resultados esperados:

Não tem essa instituição feito os serviços que era de se esperar, segundo as reclamações feitas de diversas localidades. Está quase toda armada. É possível que a falta de prática do serviço tenha concorrido para que não inspire a devida confiança, acontecendo que de em algumas localidades onde elles existam, em alguns casos especiais tenham sido requisitados destacamentos do corpo policial [...] creio que se conseguira melhor resultado conservando o corpo de Polícia para o serviço propriamente de guardas, diligencias e destacamentos no interior, organizando-se propriamente para a polícia da capital uma *Guarda Urbana*. O serviço poderá ser feito com 450 praças, entre as de polícia e a guarda urbana (Benevides, 1876, p. 8).

As reclamações provenientes de diversas localidades evidenciavam, na prática, a precariedade e a falência do serviço de policiamento desempenhado pelas guardas locais. As autoridades provinciais, desde o comandante do *Corpo Policial*, passando pelo chefe de polícia, até o presidente de Província concordavam quanto à necessidade de melhorar o serviço policial. E nestes termos, policiamento local era um conceito que não fazia frente, comparado a uma força de comando centralizado, de regulamento único e mais rígido. Ficava evidente que a permanência do *Corpo de Polícia*, nesse contexto da década de 1870, já não era resultado de escolha, e sim uma alternativa às debilidades financeiras provinciais.

É com base nesse cenário que a Assembleia Provincial autorizou a reforma do *Corpo de Polícia Provincial*, propondo a criação de uma força urbana para o serviço policial da cidade, ficando a força militar com o policiamento no interior da província (Melo Filho, 1876, p. 7). Assim, o *Corpo de Polícia* paraense foi reorganizado em 1876, num esforço conjunto que visava eliminar as milícias locais, trans-

ferindo o policiamento da província para o *Corpo de Polícia*. A exceção era Belém, que teria uma seção específica de policiamento: a *Guarda Urbana*.

Mesmo após a reorganização da força policial, as queixas de ineficiência no policiamento da capital continuavam recorrentes. Sucessivos atropelos no serviço, marcados pela falta de efetivo e pessoal pouco qualificado, faziam com que a *Guarda Urbana* também não inspirasse confiança às autoridades províncias. Por este motivo, essa instituição era alvo de queixas constantes e de apelos por reforma vindas do comandante, do chefe de polícia, e do presidente da Província. Não por acaso, em novembro de 1885, Tristão de Alencar Araripe, então presidente de Província, justificava a necessidade da reforma desse corpo policial, em nome da disciplina, da regularidade, da ordem do serviço militar, e da economia dos cofres públicos. E foi o que fizeram as autoridades provinciais, em 15 de fevereiro de 1886, com base na Lei de 1.231, de 05 de dezembro de 1985, a *Guarda Urbana* deu nova organização ao *Corpo de Polícia* da província, que passou a se chamar *Corpo Militar de Polícia* e a adotar a seguinte organização:

Tabela 01: Distribuição por Companhias do Corpo Militar de Polícia do Pará – 1886

Categorias	Graduação	1 ^a Companhia	2 ^a Companhia	3 ^a Companhia	4 ^a Companhia	Estado Completo
Estado-Maior	Comandante	1	0	0	0	1
	Capitão Ajudante	1	0	0	0	1
	Tenente Quartel Mestre	1	0	0	0	1
	Alferes Secretario	1	0	0	0	1
Estado-Menor	Sargento Ajudante	1	0	0	0	1
	Sargento Quartel Mestre	1	0	0	0	1
	Mestre de Música	1	0	0	0	1
	Corneta-Mór	1	0	0	0	1
Oficiais	Capitães	1	1	1	1	4
	Tenentes	1	1	1	1	4
	Alferes	2	2	2	2	8
Inferiores	1º Sargentos	1	1	1	1	4
	2º Sargentos	2	2	2	2	8
	Forrieis	1	1	1	1	4
	Cabos	12	12	12	12	48
	Soldados	96	96	96	96	384
Total		126	118	118	118	480

Fonte: Diário de Notícias, 1886. p. 17.

Conforme o quadro acima, a reforma regulamentar de 1886 marcou a consolidação do policiamento militar ante às experiências civis. O *Corpo Militar de Polícia* assumiu o protagonismo no policiamento provincial, tanto da capital como do interior da Província e as reformas parecem ter oferecido menor oscilação. Estas passaram a tratar do efetivo da força, questões como engajamento, atuação e penalidades. Mas em termos de organização e atuação, a matriz orgânica militar das forças de linha e o policiamento urbanos-rural baseado na ostensividade e ocupação racional do espaço, apresentavam cada vez menos variação.

A força policial militarizada, de comando centralizado e de regulamentos mais rígidos, apresentava resultados mais efetivos em relação as suas congêneres civis, na medida em que seu aparato disciplinar mais sólido, auxiliado pelo *espírito de corpo*, compensavam o pouco preparo dos alistados proporcionado pelos baixos soldos. Contudo, os atropelos no serviço, a falta de preparo adequado, os problemas disciplinares e mesmo a prática de infrações penais e regulamentares também eram uma realidade das praças do *Corpo Militar de Polícia*. Em relação as suas congêneres civis, entretanto, a força militar tinha a seu favor para combater os excessos e indisciplina o conceito *espírito de corpo* (Boltanski, 1982), que fazia com que as reprovações disciplinares atribuídas às praças também se estendessem aos seus comandantes imediatos, e dessa forma eram estendidas ao corpo como um todo.

Como destacou Holloway, se o soldado agia de forma inconveniente no exercício de suas atribuições, seja por infração ou indisciplina, a responsabilidade era também compartilhada em certa medida com seus superiores. Dessa forma, a corporação como um todo sentia o peso da responsabilidade pelos desajustes de uma parte. É esse senso de responsabilidade coletiva que baseia as sucessivas e constantes reformas regulamentares dos corpos de polícia no final do Império, buscando, entre outras coisas, meios de disciplinar comportamentos sempre que possível (Holloway, 1997).

Isto porque as circunstâncias disciplinares de uma força militar policial são bem mais complexas do que as de um corpo aquartelado, tal qual as forças de linha. Na medida em que exercem o papel de *ponta de lança* entre o estado e a sociedade, pesa sobre as praças de polícia o desafio da melhor escolha diante do evento repentino e inusitado, em face a uma população densa, inconstante e recalcitrante. Talvez sejam esses os fatores que levaram o policiamento militar a preconizar mais a disciplina que a iniciativa individual, e nisto se diferenciar de suas congêneres civis.

2 O REGIMENTO MILITAR DE POLÍCIA: ASPECTOS DE UMA FORÇA POLICIAL REPUBLICANA

Apesar do processo de fortalecimento das instituições e da consolidação do policiamento centralizado e militarizado gozarem de certa estabilidade, na medida em que materializavam as aspirações republicanas, o final do século XIX foi um período marcado por intensas transformações de ordem política e econômica, cujas consequências marcavam sensivelmente as relações sociais, e a forma como iam se organizando e se estruturando as instituições.

Esse cenário de transição política e de conflitos partidários também se refletia nas instituições policiais, podendo influenciar em alterações, revisões, criação e extinção de determinados setores do serviço público. Entre 1886 e 1894, por exemplo, a Força Pública do Estado sofreu pelo menos quatro alterações em seus regulamentos, trazendo modificações que versavam, entre outras coisas, sobre a nomenclatura e a atuação da instituição policial paraense.

Em 1890 o primeiro regulamento republicano entrava em vigor, sendo a corporação se apresentava como *Corpo Provisório de Linha*. Já em 1891, em função do envolvimento do *Corpo Militar de Polícia* na revolta de 11 de junho, e de sua consequente dissolução, cria-se *Corpo Militar de Infantaria*. Em 1894, sob o governo de Lauro Sodré, e como parte das profundas reformas voltadas para a modernização da polícia paraense, se consolida o *Regimento Militar do Estado* (Farias, 2016). Do ponto de vista institucional, na década de 1890 houve um processo regular de consolidação do modelo de policiamento militar, organizado majoritariamente em torno do *Regimento Militar de Polícia*, pois a estrutura da instituição até o ano de 1896 alcançou maior dimensão.

⁴ APEP. Fundo Legislativo. Coleção de Leis do Estado. Lei 03/1891.

⁵ APEP. Fundo Legislativo. Coleção de Leis do Estado. Lei 62/1892.

Em 1891, por exemplo, a Força Pública contava com seu contingente distribuídos entre um Corpo de Infantaria, um Corpo de Cavalaria, e um Corpo de Bombeiros, totalizando 634 entre oficiais e praças⁴. Em 1892, o contingente já contava com 716 homens, além da autorização do governo para a construção de um prédio do Tribunal de Justiça do Estado para cumprimento de pena por sentença⁵.

Em 1894 algumas alterações na disposição da Força Pública paraense trazem mudanças significativas na composição do corpo policial e no modelo de policiamento, como por exemplo, a substituição das *Guardas Locais* por *destacamentos* e a transformação do *Corpo de Bombeiros* em 2º *Corpo de Infantaria*, o que amplia significativamente o contingente da corporação. Com a extinção da Guarda Local, o policiamento no interior do estado passaria a ser suprido por destacamentos fornecidos pelo 1º e 2º Corpo de Infantaria⁶.

As *Guardas Locais* eram o modelo de policiamento provincial adotado para o interior. Em 1892 elas foram mantidas no regulamento da Força Pública, mas isso vigorou até 1894, quando foram dissolvidas por Lauro Sodré⁷. Entre 1894 e 1897, o policiamento no interior do Estado era provido em forma de destacamentos através do Regimento Militar do Estado. Um destacamento era formado por um comandante, de preferência oficial, e por um quantitativo de praças, que variava de acordo com a densidade do município⁸.

A partir de 1898, sob a gestão de Paes de Carvalho, as *Guardas Locais* retornam com o serviço de policiamento no interior do estado⁹ e, em 1899, novamente substituídas pelos destacamentos do Regimento Militar do Estado¹⁰.

A extinção da *Guarda Local* em 1894 marcou a transição do policiamento local para o policiamento estadual assistido em forma de *destacamentos*, com vistas a retirada do poder e influência das elites locais sobre os corpos de polícia. Dizemos isto por entendermos que seja significativo a extinção da *Guarda Local* figurar na reorganização da força pública de 1894, não muito distantes das revoltas de 11 de junho de 1891, e do Capim.

Já em relação ao fato de a *Guarda Local* figurar novamente no regulamento da Força Pública de 1898, não parece estar relacionada a uma revisão em torno do modelo de policiamento a ser adotado no interior do estado. Parece antes, ter sido uma medida emergencial, visando suprir a lacuna deixada pelo deslocamento das forças militares do estado para a campanha em Canudos. A reativação das guardas locais figura em 1898 porque, geralmente, o regulamento da Força Pública entrava em vigor nos primeiros meses do ano. Portanto, provavelmente o regulamento de 1897 já estaria aprovado quando surgiu a determinação para as forças irem a canudos. Reforça essa tese o fato de que em 1899, a lei que fixava a reorganização da Força Pública e previa a supressão gradativa das *guardas locais* por *destacamentos*, no policiamento no interior do Estado, era contemporânea da autorização para se contar em dobro o tempo de oficiais e praças que participaram da campanha em Canudos, numa dada mostra que o efetivo já tinha retornado ao estado¹¹.

O ano de 1896 foi bastante movimentado no que se refere à adoção de políticas voltadas para a estruturação do *Regimento Militar do Estado*. Foi criado o *Serviço Sanitário Militar do Estado*, uma espécie de divisão do regimento, constituída de médicos e farmacêuticos¹². E numa evidente iniciativa de interiorização do policiamento, foi autorizada a construção de edifícios para servir de cadeia e de quartel para os destacamentos em onze intendências do interior do Estado como, por exemplo, a Intendência Municipal de São Caetano de Odivelas¹³.

A respeito do policiamento da capital, a cidade foi zoneada em distritos policiais obedecendo à divisão municipal, com a alocação de uma estação policial para cada um dos quatro distritos da capital. Cada estação abrigava uma

⁶ APEP. Fundo Legislativo. Coleção de Leis do Estado. Lei 191/1894.

⁷ APEP. Fundo Legislativo. Leis e Decretos. Lei 191/1894.

⁸ APEP. Fundo Legislativo. Leis e Decretos. Lei 270/1895.

⁹ APEP. Fundo Legislativo. Leis e Decretos. Lei 619/1898.

¹⁰ APEP. Fundo Legislativo. Leis e Decretos. Lei 657/1899.

¹¹ APEP. Fundo Legislativo. Leis e Decretos. Lei 627/1899.

¹² APEP. Fundo Legislativo. Coleção de Leis do Estado. Lei 402/1896.

¹³ APEP. Fundo Legislativo. Coleção de Leis do Estado. Lei 342/1896.

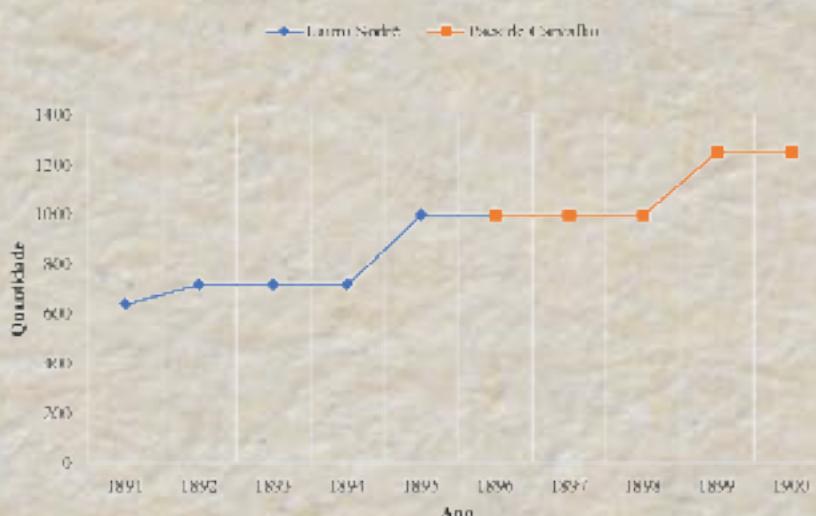
¹⁴ APEP. Fundo Legislativo. Coleção de Leis do Estado. Lei 358/1896.

¹⁵ APEP. Fundo Legislativo. Coleção de Leis do Estado. Lei 342/1896.

¹⁶ APEP. Fundo Legislativo. Coleção de Leis do Estado. Lei 657/1899.

guarda, acomodações para os detentos, e o funcionamento da subprefeitura¹⁴. Nesse mesmo ano, o efetivo da Força Pública já alcançava 993 homens¹⁵, número que chegaria em 1249 na gestão de Paes de Carvalho¹⁶.

Figura 01: Efetivo da Polícia Paraense (1891–1900)



Fonte: APEP. Coleção de Leis e Decretos. Fundo Poder Executivo.

O processo de fortalecimento e profissionalização da polícia paraense, ensejada sobretudo no *Regimento Militar de Polícia* fica evidente também quando analisamos o volume do arranjo normativo desse corpo em relação às suas congêneres das décadas anteriores. O regulamento de 1838, que criou o *Esquadrão de Cavalaria Provincial*, se apresentava em 12 artigos, os quais se limitavam a determinar o efetivo da força, e aspectos gerais relativos ao recrutamento e atuação (Marreca, 1939). Ficavam de fora questões como engajamento, carreira, disciplina e forma de atuação. É evidente que esse limitado arranjo normativo pode ser justificado por diversas questões como: população, território, e a coexistência de outras milícias empregadas na atividade de policiamento. Por outro lado, havia a falta de previsão normativa para uma série de procedimentos que criava um ambiente propício para autonomia e iniciativas particulares no exercício da autoridade local. De forma prática, na ausência de normativos, quem recrutar, promover, como disciplinar e como penalizar, eram aspectos determinados a gosto ou aos interesses das elites locais.

O regulamento de 1890 que restabelecia o *Corpo Militar de Polícia*, por sua vez, apresentava-se como um substrato normativo muito mais denso. Nele estavam claros tanto os objetivos da instituição policial, como os aspectos da atuação e comportamento das praças como agentes do estado, bem como, questões relativas ao engajamento, fardamento, remuneração, atuação, disciplina e penalidades. Divido em 23 capítulos e contendo 158 artigos, o normativo exercia um forte controle sobre a vida das praças, desde a forma de caminhar durante a patrulha, até o modo como deveriam se reportar ao cidadão, deixando pouco espaço para a pessoalidade à frente da instituição (Marreca, 1939).

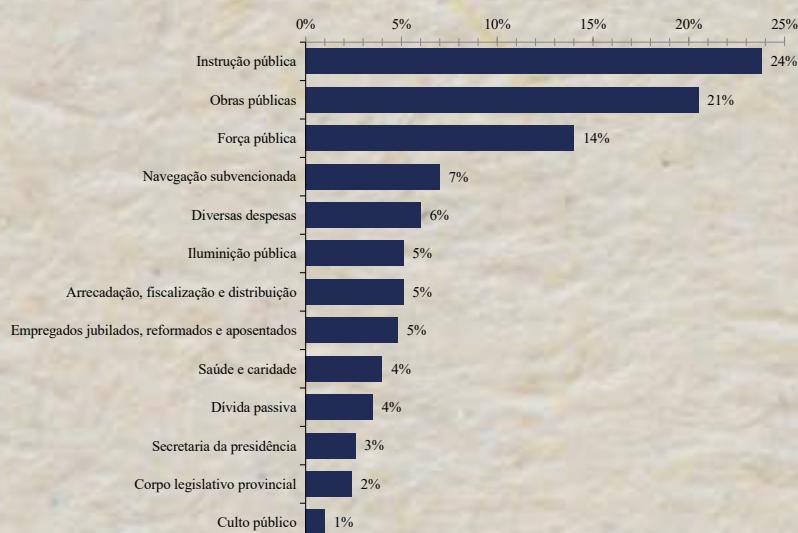
Uma mostra desse processo é o fato que ocorreu quando Sotero de Menezes, comandante do *Corpo Militar de Polícia* em 1888, foi exonerado do comando por ter imputado castigos físicos a uma das praças, contrariando o regulamento vigente:

Tendo o comandante José Sotero de Menezes me participado por oficio de 1e d'aquelle mês, haver mandado submeter a cartigos corporaes algumas praças do corpo, infringindo assim a disposição do respectivo regulamento Penal, que não permite tales castigos, resolvi na conformidade do art. 73 do mesmo regulamento, mandar submetel-o a conselho de investigação [...] tendo sido esse conselho de parecer que o commandante do corpo cometera abuso de autoridade mandando infligir aquelles castigos [...] mandei submetel-o por acto de 5 de outubro ultimo a conselho de julgamento (Pernambuco, 1889).¹⁷

Embora todos esses eventos revelem as tramas de grupos políticos antagonicos que rivalizavam entre si dentro do *Corpo de Polícia*, com ataques e contra-ataques expressos em forma de perseguição, exoneração, levante e no-meação, sem dúvida, não se desenrolavam à margem da lei e de regulamentos. A exoneração do comandante se fundou em uma infração e resultou de um conselho de investigação. Era uma mostra de que a animosidade, pessoalidade e arbitrariedade continuavam presentes, mas agora precisavam se adequar ou se expressar por meio de normas e regulamentos.

Outra forma de constatar esse processo de profissionalização e consolidação da força policial paraense é através das despesas públicas despendidas com a instituição. No final década de 1880, por exemplo, as despesas com a Força Pública só ficavam atrás dos gastos com a instrução e obras públicas. A predisposição da administração provincial em admitir esse volume de despesas e ainda reconhecer em diversos relatórios que a estrutura que a força pública dispunha estava aquém do ideal, é um indicativo de que era indispensável à administração dispor de uma instituição que fosse a personalização do próprio estado no trato com a sociedade, tanto para garantir da ordem pública como da ordem política instituída (Emsley, 1996).

Figura 02: Despesas da Província do Pará (1885).



Fonte: Relatório de abertura da sessão extraordinária da ALEPA em 1885.¹⁸

Na década de 1890, houve um volumoso rol de eventos que destacam o papel da polícia como braço do estado em defesa da ordem política instituída. A Revolta de 11 de Junho de 1891¹⁹, por exemplo, a despeito da adesão de algumas praças, a imagem propagandeada pelo governo nos periódicos do dia seguinte foi da participação efetiva do *Esquadrão de Cavalaria* em defesa da manutenção da ordem política, compondo a tropa legalista juntamente com as forças de linha e o Corpo de Bombeiros.

¹⁷ Falla com que o exmo. Snr. d.r Miguel José d'Almeida Pernambuco, presidente da província, abrio a 2.a sessão da 26.a legislatura da Assembléa Legislativa Provincial do Pará em 2 de fevereiro de 1889. Pará, Typ. de A.F. da Costa, 1889. p, 58. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/564/000056.html>>

¹⁸ Relatorio com que a sua exc. o sr. Conselheiro Tristão Alencar Araripe, Presidente da Província do Pará, abriu a sessão extraordinária da Assembléa Legislativa da provincial no dia 5 de novembro de 1885. Pará. Typ. do Diario de Notícias, 1886. p.38 <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1024/000036.html>>.

¹⁹ Movimento forjado a partir dos conflitos inflamados entre os membros do Partido Republicano Paraense e do Partido Republicano Democrático, na disputa pelo controle do Governo do Estado, e que em seu ponto de maior tensão manifestou-se também dentro do quartel do Corpo de Polícia. Para maior compreensão. (Conferir: Farias, 2016).

Figura 03: Cavalaria da Brigada Militar do Estado

Fonte: Fidanza, 1899, p. 60.

Mas o caráter legalista da força policial paraense atuaria ainda, em defesa da ordem política, além das fronteiras do estado. Em 1897, em atendimento a solicitação efetiva de cooperação da força estadual paraense na guerra de Canudos por parte do Governo da República, Paes de Carvalho, então governador do estado, oficiou ao 1º Distrito Militar disponibilizando todo o apoio moral e material ao governo republicano. Para atender a esta demanda, a *Brigada Militar Paraense*, representada no 1º e 2º corpo de infantaria, partia para Canudos a 5 de agosto de 1897 (Rego, 1981, p. 108-139).

Dessa forma, a participação da *Brigada Militar Paraense* na campanha de Canudos, evidencia, em certo sentido, a perspectiva de Clive Emesley, na medida em que identifica a atuação da polícia como materialização do próprio estado em defesa das instituições e da ordem política estabelecida (Emsley, 1996). Ao mesmo tempo a campanha de Canudos marca o ponto mais alto da profissionalização da polícia paraense até então: a participação em um planejamento tático ambicioso de assalto à Canudos, com o 1º Corpo compondo a 2ª coluna da divisão auxiliar; e o 2º corpo assumindo a posição do 37º Batalhão de Infantaria do Exército na defesa de uma posição conquistada (Rego, 1981, p. 137). Era um indicativo de que a força paraense havia atingido um grau de profissionalismo, baseado na disciplina e preparo, a altura do que se espera de uma força de defesa. Não por acaso, estava combatendo lado a lado com batalhões do Exército nacional.

3 ENTRE DISTRITOS DESTACAMENTOS: AS ROTINAS DE POLICIAMENTO NA CAPITAL E NO INTERIOR

Após análise do processo de consolidação da polícia como força militarizada de atuação continental, e dos aspectos institucionais nos primeiros anos da República, passamos às considerações sobre a atividade de policiamento propriamente dito, problematizando de que forma o *Regimento Militar de Polícia*, em conjunto com a Secretaria de Segurança e com a intendência municipal, provia o policiamento dentro do perímetro urbano de Belém (Martins, 2012), e nos destacamentos.

Mas pensar o policiamento de forma concreta implica em se buscar um método, um modelo de gestão racional de vigilância do espaço público. No caso do Brasil, conforme já aludido, as mudanças estruturais que marcaram as instituições policiais no final do XIX, buscavam se espelhar nos modelos Europeus, em termos de organização e atuação. Embora se estivesse buscando romper com o passado colonial, contava-se ainda com poucos modelos próprios estabelecidos para combater o problema que se colocava nesse novo contexto social, a da desordem nas ruas (Holloway, 1997, p. 22).

Em se tratando das instituições policiais europeias, como já verificado, as influências inglesa e francesa marcaram sensivelmente os padrões nacionais. Criado em 1829, o modelo inglês é caracterizado pela cortesia imparcial e comedimento impessoal com que os agentes tratavam tanto as multidões como os criminosos – princípio que se funda no consenso sobre a legitimidade da presença da polícia nas relações sociais (Holloway, 1997, p. 22).

Já o modelo francês de policiamento, exprimia uma atividade de vigília mais ostensiva, visando a salvaguardar as demais instituições, bem como garantir a estabilidade do governo. Esses dois modelos parecem ter exercido significativa influência na formação das corporações policiais nacionais. Marcos Bretas registra, por exemplo, o envio à Europa de missões cujo objetivo era compreender os modelos europeus de policiamento (Bretas, 1997, p. 48).

Essa circulação de modelos europeus de policiamento no Brasil fica evidente na fala do comandante do *Corpo Militar de Polícia* paraense, Raymundo de Miranda, em relatório de 1889, aludindo que as polícias da “Inglaterra” e da “França” têm padrão de “excelência”, motivo pelo qual deveriam ser tomadas como espelho para o melhoramento da corporação paraense²⁰.

Apesar do apelo, acusamos a complexidade em se verificar essa influência de forma objetiva no Brasil. Mesmo porque, cada estado brasileiro tinha autonomia para formar sua própria corporação policial²¹. Além disso, com recursos diferenciados e com a tradição local, essa transposição encontra aqui condições próprias, que davam as instituições brasileiras um caráter particular (Holloway, 1997, p. 22).

No caso da polícia paraense, nossa análise não tem como objetivo verificar de forma exata qual modelo de policiamento estava sendo aqui reproduzido. Quando referenciamos os modelos europeus de polícia, o que fazemos é apenas mostrar que havia um esforço local em adequar, ou dialogar, com o que se considerava progresso e moderno naquele momento no que no tange as discussões de gerenciamento do espaço público, formas de policiamento e estruturação das forças policiais.

Na virada do século, a atuação do *Regimento Militar de Polícia* compreendia o policiamento da capital e dos municípios do interior do estado, através dos destacamentos. Em relação ao ano de 1898, por exemplo, o Regimento contava com um efetivo de 938 praças para o policiamento da capital e os destacamentos do interior, distribuídos entre infantaria e cavalaria²². Desse montante, 140 praças faziam o policiamento da capital (A Folha do Norte, 14 de janeiro de 1898).

Quanto a atuação das forças policiais na cidade de Belém, o policiamento das áreas que conformavam o perímetro urbano da cidade ficava a cargo das praças do *Regimento Militar do Estado*. Os delinquentes, após serem detidos, eram encaminhados para a estação policial, onde o subprefeito iria proceder aos protocolos judiciais de prisão. Dessa forma, a atuação da Secretaria de Segurança Pública na capital paraense obedecia a um ciclo de ações conjuntas, normalmente iniciada nas ruas pelas praças de polícia do *Regimento Militar* em forma de detenções, e continuadas na estação de segurança pelos delegados e subdelegados através da abertura dos inquéritos policiais.

Em 1899, o perímetro urbano da cidade passou a ser entendido pela Intendência Municipal de Belém como a área formada pelos quatro distritos

²⁰ Relatório do Comandante do Corpo Militar de Polícia, Raymundo Antonio Fernandez de Miranda. IN: Falla com que o exm.o snr. d.r Miguel José d'Almeida Pernambuco, presidente da província, abriu a sessão extraordinária da 26.a legislatura da Assembléa Legislativa Provincial do Pará em 18 de setembro de 1889. Pará, Typ. de A.F. da Costa, 1889. p. 46. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1030/000103.html>>

²¹ *Ibidem.*, p. 40.

²² APEP. Fundo Legislativo. Coleção de Leis e Decretos. Lei 619/1898.

²³ APEP. Fundo Executivo. Atos da Intendência Municipal. Ato Municipal de 13/07/1899 – Dividia a cidade em quatro distritos fiscais, onde os guardas municipais e fiscais sanitários deveriam atuar: Sé, Sant'Anna, Trindade e Nazaré, também referenciados nos periódicos como 1º, 2º, 3º e 4º distrito, respectivamente.

²⁴ APEP. Fundo Executivo. Atos da Intendência Municipal. Ato Municipal de 19/03/1903 – A localidade denominada Marco D'léguia, nas margens direita e esquerda da estrada de Bragança, passou a formar o 7º Distrito Fiscal.

²⁵ APEP. Fundo Executivo. Atos da Intendência Municipal de 24/01/1900.

Localidades que estavam fora dos limites dos quatro distritos municipais. Correspondem atualmente aos bairros São Braz, Cremação e Umarizal, passaram a formar o 5º e 6º distritos fiscais.

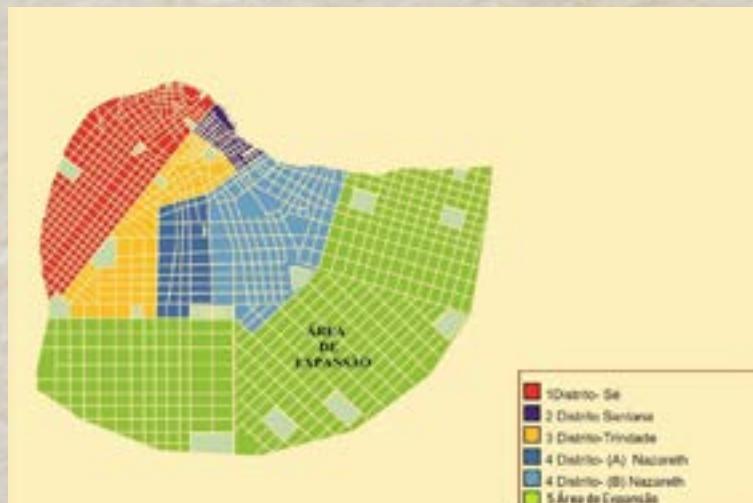
²⁶ Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial na primeira sessão da 19.a legislatura pelo presidente da província do Pará, Pedro Vicente de Azevedo, em 15 fev. 1874. Pará, Typ. do Diario do Gram-Pará, 1874. p. 11-12. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/541/000011.html>>

²⁷ Disponível em: <<https://fauufpa.files.wordpress.com/2014/03/planta-da-cidade-de-belc3a9m-mdccxcix-amazonia-arthurcaccavoni.jpg>>

²⁸ Cada distrito possuía um delegado e um subdelegado (prefeito e subprefeito), responsáveis por autos de prisão. A utilização dos termos “delegado” e “subdelegado” correlatos a “prefeito” e “subprefeito”, utilizado pelos periódicos, foi possível a partir das abordagens de trabalhos que apontam, dentre as muitas atribuições dos delegados em fins do século XIX, a emissão de passaportes e a produção dos autos de prisão e inquéritos policiais (autos de prisão), atividades também desenvolvidas pelos prefeitos e subprefeitos no contexto belenense (Rosenberg, 2008; Soto, 2000).

fiscais²³, e as áreas adjacentes que mais tarde viriam a formar outros distritos²⁴. Essa divisão esteve vigente até 1900, quando o município reorganiza os limites dos distritos, e cria o 5º e 6º distrito²⁵. Ao mesmo tempo, essa divisão da cidade em quatro distritos já era utilizada pelo governo provincial para fins de policiamento pelo menos desde 1874²⁶. Em 1899, via *Ato Municipal*, a intendência fala em manter, e não em criar, reforçando que essa subdivisão já estava em voga anteriormente.

Figura 04: Distritos fiscais (1897)



Fonte: adaptado pelo autor a partir da Planta da Cidade de Belém (1899).²⁷

Ao mesmo tempo, a província e a República também levavam em consideração essa subdivisão da cidade em distritos como base para o serviço de policiamento pelo menos desde 1896, quando altera o regulamento da força Pública, estabelecendo que para cada um dos quatro distritos haveria um prefeito (delegado) e um subprefeito (subdelegado)²⁸, responsáveis por suas respectivas atividades policiais²⁹. Essa política era compartilhada pelos comandantes anteriores, muito provavelmente porque era o reflexo de um padrão já adotado nos principais centros do país, e dialogava com o modelo militar de policiamento que se consolidara nas décadas de 1870 e 1880:

Para que as autoridades policiais possam ter mais de prompto praças à sua disposição, convém que se estabeleçam, como na corte, onde tem dado ótimos resultados, estações policiais. A cidade sendo dividida em 05 distritos policiais, basta estabelecer-se 4, porquanto o quartel da polícia será uma, e considerada a central. As estações policiais deverão ser distinguidas pelas numerações, isto é, 1^a estação policial, 2^a etc. só dessa forma poderemos ter a cidade bem policiada³⁰

Dessa forma, o policiamento da capital, acompanhando a lógica da administração provincial, seguiu a um zoneamento em distritos policiais obedecendo divisão municipal, com a alocação de uma estação policial para cada um dos quatro distritos da capital, que abrigavam uma guarda, acomodações para os detentos, e o funcionamento da subprefeitura³¹. É o que confirma o jornal *A Folha do Norte*:

Em uma taberna da propriedade de Thomé de tal, a rua domingos Marreiros, entre a estrada Generalíssimo Deodoro e a travessa 22 de Junho, hontem às 8 horas da noite, os indivíduos Leonel Antônio Pereira e Armando Leocadio, depois de grandes discussões, foram as vias de fato, sendo presos pela patrulha, e recolhidos ao xadrez da estação policial, de ordem do subprefeito do 4º distrito (A Folha do Norte, 03 de janeiro de 1898).

Esse modelo de policiamento baseado em rondas e na distribuição do efetivo em postos policiais opera o deslocamento do foco da atividade de policiamento do crime para a pessoa do criminoso, com a polícia passando a atuar de maneira preventiva. A medida tem correspondência com as ideias rationalistas. O expediente de se ocupar toda a extensão do espaço público pelos agentes da ordem, parecia ser a meta perseguida por uma administração moderna.

Se buscava alcançar esse intento com a divisão da área a ser policiada em zonas, e com a instituição de rondas regulares. Nos dois casos, buscava-se a reprodução do que já era adotado nas principais cidades europeias, que consistia em dividir a área da capital em zonas de policiamento, cada área contendo uma estação policial; com o serviço da estação se subdividindo em postos de rondas. O policiamento da capital organizado dessa forma, se assemelhava a forma de atuação de suas congêneres europeias (Rosemberg, 2008).

Nesses termos temos que as atividades de rotina desempenhadas pela polícia em fins do século XIX consistiam em patrulhar ruas, prender criminosos, prestar socorros diversos a população, combater incêndio, escoltar presos, controlar o tráfego de veículos, e testemunhar em processos crime (Rosemberg, 2008).

No final do século XIX, na capital paulista, por exemplo, o policiamento diurno se dividia entre o aquartelamento de parte da tropa, e o emprego das demais a serviço de oficiais e autoridades, e de sentinela em prédios e locais públicos como estações de trem, parada de bonde, câmara municipal jardim público, chafariz, matadouro, e teatro público. Durante a noite, parte da tropa saia em ronda pelos distritos retornando posteriormente ao quartel, enquanto o restante da tropa permanecia aquartelada (Rosemberg, 2008).

No caso de Belém, o policiamento urbano parecia obedecer a mesma linha. As praças de polícia estacionadas na capital, durante o dia davam serviço nas estações de segurança nos distritos, e na *Secretaria de Segurança Pública*³². Durante a noite, é provável que esse expediente sofresse alguma alteração, com as rondas policiais ganhando maior destaque, enquanto o resto da tropa ficava aquartelada. É o que fica evidente quando João Pontes de Carvalho, residente a travessa Quintino Bocaiuva, saiu para buscar ajuda da ronda policial para atender uma tentativa de invasão à sua resistência durante a madrugada:

Momentos depois voltou o creado dizendo que, dando o recado a um oficial rondante, este lhe declarara que não podia mandar nenhuma patrulha, por quanto todas se haviam já recolhido por terem de formar nos corpos a que pertenciam logo pela manhã (A Folha do Norte, 16 de agosto de 1898).

Em relação ao policiamento no interior o Estado, também prevalece o expediente de se ocupar toda a extensão do espaço público pelos agentes da ordem. Garantir a presença do Estado através de suas instituições mesmo distante do centro parecia ser a meta perseguida por uma administração moderna. Em 1889, por exemplo, o comandante do corpo Militar de Polícia, Raymundo de Miranda, aludia que havia “no interior da província 49 destacamentos, nos quais tem um 1º Sargento, dois 2º ditos, dois furrielis, vinte oito cabos de d’esquadras, duzentos e noventa e um soldados e dois corneteiros”³³.

A análise da dívida passiva provincial, em 1889, corrobora com esse cenário, na medida em que aponta uma série de despesas com aluguel de casas no interior para servir de destacamento ao *Corpos Militar de Polícia*³⁴.

²⁹ APEP. Fundo Legislativo. Leis e Decretos. Lei 358/1896.

³⁰ Relatório do Quartel Do Corpo de Polícia, 23 de agosto de 1889. Raymundo Antônio Fernandes de Miranda, commandante, p. 46. IN: Relatório com que o exm. sr. dr. Antonio José Ferreira Braga Presidente da Província abriu a sessão extraordinária da 26^a legislatura da assembleia legislativa Provincial do Pará. Em 18 de setembro de 1889. Pará. Typ. de A. Fructuoso da Costa, 1889. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1030/000103.html>>.

³¹ APEP. Fundo Legislativo. Leis e Decretos. Lei 358/1896.

³² APEP. Fundo Legislativo. Leis e Decretos. Lei 358/1896.

³³ Relatório do Comandante do Corpo de Polícia, 23 de agosto de 1889. Raymundo Antônio Fernandes de Miranda, commandante, p. 46. IN: Relatório com que o exm. sr. dr. Antonio José Ferreira Braga Presidente da Província abriu a sessão extraordinária da 26^a legislatura da assembleia legislativa Provincial do Pará. Em 18 de setembro de 1889. Pará. Typ. de A. Fructuoso da Costa, 1889. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1030/000105.html>>.

³⁴ Quadro da dívida passiva flutuante do Thesouro Públlico Provincial, 1889. p. 17. IN: Relatório com que o exm. sr. dr. Antonio José Ferreira Braga, Presidente da Província abriu a sessão extraordinária da 26^a legislatura da assembleia legislativa Provincial do Pará. Em 18 de setembro de 1889. Pará. Typ. de A. Fructuoso da Costa, 1889. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1030/000074.html>>.

Figura 04: Cadeia Pública do município de Montenegro atual município de Amapá-AP.³⁵



³⁵ FIDANZA, F.A. Álbum do Pará em 1899. p. 96.

Fonte: Álbum do Pará de 1899, p. 113.

Em 1896, num indício de consolidação do modelo de policiamento militar do interior, organizado em forma de destacamentos, é autorizada a construção de edifícios para servir de cadeia e de quartel para os destacamentos em onze intendências do interior do Estado³⁶, o que na prática materializava o policiamento por zonas também fora da capital. Dessa forma, foi autorizada a construção de um edifício para servir de cadeia e de quartel para o destacamento na Vila de Cachoeira. Nesse mesmo ano, foram emitidas autorizações para as localidades de Abaeté, Aveiros, Baião, Curuçá, Gurupá, Mocajuba, Monte Alegre, S. Caetano de Odivelas, Soure e Vila de Bagre.

Apesar disso, por mais bem organizado e estruturado que seja o policiamento previsto nas leis, decretos e regulamentos; por mais modernos que sejam os métodos de atuação, de vigilância, toda essa estrutura ainda será insuficiente se não for proporcional aos desafios impostos pelo território e povo. E no caso da polícia paraense, havia uma distância entre o policiamento projetado pelo governo do estado, e o policiamento efetivo, que se desenrolava no dia a dia.

O resultado dependeria sempre de diversas variáveis, como a condição das finanças provinciais, ou estaduais, as limitações estruturais, as agendas próprias de quem policiava, e as barganhas de quem era alvo do policiamento. Esse contraste fica evidente quando comparamos os relatórios da presidência da província, com os relatórios de seção.

³⁷ Relatório com que o exm. sr. presidente da província do Pará, dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, entregou a administração dela ao exm. sr. dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho em 18 de julho de 1876. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1876. p. 04. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/545/000004.html>>.

A ideia presente em quase todos os relatórios do período pesquisado indica um cenário de ordem pública inalterada e tranquilidade pública constante. Era o que dizia Francisco Correia de Sá e Benevides, então presidente da província em 1876, aludindo que “Não se tem alterado a ordem pública e continua o bom povo paraense a dar provas constantes do seu espírito ordeiro, e respeitador da autoridade”³⁷.

Na linguagem dos presidentes de província, esse fenômeno era atribuído à moralidade do povo paraense, dado ao trabalho e a civilidade. Esse entendimento, entretanto, não parece corresponder a totalidade dos fatos, na medida em que analisarmos em particular a chefatura de polícia, e do corpo de polícia, o que se vê são recorrentes ponderações aludindo a necessidade de organização e reorganização de corporações policiais, criação e extinção de companhias

adidas, de urbanos, infantaria, de cavalaria, construção e reformas de quarteis, estações policiais, e cocheiras.

Essa inconstância orgânica do serviço da força pública, e os sucessivos esforços em adequar o corpo militar de polícia as conveniências necessárias resultavam inicialmente de relatórios do comando do corpo policial e do chefe de polícia. Com base no olhar de quem vivenciava as rotinas diárias dessas seções, e sem o peso das implicações políticas de um Relatório de Presidente de Província, esses expedientes terminavam por expressar de forma mais profunda a realidade das condições em que se encontravam de fato essas referidas seções do governo provincial.

Em 1889, por exemplo, Chefe de Polícia José Joaquim da Palma declarava em seu relatório que “a estatística criminal demostra a existência de 151 delictos, em sua generalidade cometidos nessa capital, sem que me tenham chegado ao conhecimento os delictos havidos no interior da província”³⁸. A década de 1890 apresentava semelhantes contrastes, na medida em que os sucessivos melhoramentos na força pública e na presença ostensiva da polícia, ao que parece, não eram garantias da contenção da delinquência.

Por ora, o que pretendemos aqui é colocar as duas realidades em diálogo. Isto é, não se pode deixar de reconhecer que a partir da segunda metade do século XIX a polícia paraense experimentou um processo de fortalecimento institucional e consolidação do modelo de policiamento centralizado e militarizado. Por outro lado, é preciso reconhecer também que a dimensão da realidade é dinâmica e contrasta com o caráter estático das normas e regulamentos, impondo-lhe constantemente o desafio de adequação e atendimento às demandas sociais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão em torno da transição entre as formas precária de controles do Estado e o processo de constituição das instituições modernas, implica, necessariamente, em discutir a dimensão, ou alcance, da burocracia estatal do centro do Império brasileiro no âmbito das relações de poder típicas das administrações provinciais. Por outro lado, o processo de fortalecimento das instituições do Estado passa por esse pressuposto, que implica em substituição do exercício de poder a cargo das hierarquias privadas pelo desenvolvimento e na prevalência do arranjo normativo sobre o poder de articulação de notáveis locais.

No processo de transição para o Estado e de fortalecimento das instituições, a polícia militar se consolidou como modelo de policiamento em relação as suas congêneres civis, pelas sucessivas revisões regulamentares que visavam adequar a força às conveniências que as transformações sociais do momento exigiam: a necessidade de uma força policial de atuação continental; e que ao mesmo tempo exprimisse os princípios liberais, fundamento do estado moderno.

Ao mesmo tempo, entendemos que a sensível estruturação e profissionalização experienciada pela polícia paraense em fins do século XIX, aparece como resposta a uma nova demanda social que se estabelecia no período, marcad a pela industrialização e pelo desenvolvimento urbano que engendravam uma nova dinâmica social no que refere ao uso do espaço público nos grandes centros.

³⁸ Relatório do Chefe de Segurança apresentado ao Presidente de Província, 1889. p. 37. IN: Relatório de Presidente de Província (1830-1930). Antônio José Ferreira Braga, 1889. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1030/000094.html>>

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na Cidade: O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro. 1907-1930.** / Marcos Luiz Betas; tradução de Alberto Lopez. – Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BOLTANSKI, Luc. **Les Cadres: la formación d'oun group social.** Paris, Minuit, 1982.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) **Nova História Militar Brasileira.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas. 2004.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. (Orgs.) **Nova História Militar Brasileira.** Rio de Janeiro: Ed. FGV. 2004. REGO, Orlando L. M. **Retrospectivo Histórico da Polícia Militar do Estado do Pará (1822-1830).** IHGB. Belém, 1981.

CRUZ, Ernesto. **Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações.** Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970.

EMSLEY, Clive. **The English Police: a political and social History.** / Clive Emsley. – 2nd ed. 1996.

FARIAS, William Gaia. **A Construção da República no Pará (1886/1897).** Belém: Açaí, 2016.

FIDANZA, Felipe Augusto. **Album do Pará em 1899, na administração do governo de Sua Excia o Senr. Dr. José Paes de Carvalho:** parte descriptiva do Dr. Henrique Santa Rosa, 1899.

HOLLOWAY, Thomas H.; AZEVEDO, Francisco de Castro. **Polícia no Rio de Janeiro:** repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MENDES, Fábio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.). **Nova história militar brasileira.** Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 111-138, 2004.

MARRECA, Orválio Deolindo da Cunha. **Histórico da Polícia Militar da Pará:** desde seu início (1820) até 31 de dezembro de 1939. Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, Belém, 1940.

MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. **A civilização do delegado. Modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República, 1889-1930.** Tese (doutorado) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

NOGUEIRA, Shirley M. **Esses Miseráveis Delinquentes: desertores no Grão-Pará setecentista.** IN: ROSEMBERG, André. **Polícia, Policiamento e o Policial na Cidade de São Paulo no Final do Império: a instituição, prática cotidiana e cultura.** Tese de Doutorado em História social. USP, 2008.

Relatorio apresentado pelo exm. sr. dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, presidente da provincia do Pará, á Assembléa Legislativa Provincial na sua sessão solemne de installação da 20.a legislatura, no dia 15 de fevereiro de 1876. Pará, 1876. p. 8. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/544/000008.html>>. Acesso em: 10 out. 2023.

Relatorio com que o exm. sr. presidente da provincia do Pará, dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, entregou a administração dela ao exm. sr. dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho em 18 de julho de 1876. Pará, Typ. do Diario do Gram-Pará, 1876. p 7. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/545/000007.html>>. Acesso em: 10 out. 2023.

Relatorio com que a sua exc. o sr. Conselheiro Tristão Alencar Araripe, Presidente da Provincia do Pará, abriu a sessão extraordinária da Assembleia Legislativa da provincial no dia 5 de novembro de 1885. Pará. Typ. do Diario de Notícias, 1886. p. 16. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1024/000016.html>>. Acesso em: 10 out. 2023.

Relatorio com que a sua exc. o sr. Conselheiro Tristão Alencar Araripe, Presidente da Provincia do Pará, abriu a sessão extraordinária da Assembléa Legislativa da provincial no dia 5 de novembro de 1885. Pará. Typ. do Diario de Notícias, 1886. p. 17. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1024/000017.html>>. Acesso em: 17 out. 2023.

Relatorio apresentado ao exm. senr. dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides pelo exm. senr. dr. Pedro Vicente de Azevedo, por occasião de passar-lhe a administração da provincia do Pará, no dia 17 de janeiro de 1875. Pará, [Typ. de F.C. Rhossard], 1875. p. 16. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/543/000016.html>>. Acesso em: 15 out. 2023.

Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial na primeira sessão da 19.a legislatura pelo presidente da província do Pará, o excellentíssimo senhor doutor Pedro Vicente de Azevedo, em 15 de fevereiro de 1874. Pará, Typ. do Diario do Gram-Pará, 1874. p. 34. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/541/000034.html>>. Acesso em: 17 out. 2023.

SOTO, Maria Cristina Martinez. **Pobreza e conflito.** Taubaté 1860-1935. São Paulo: Annablume, 2000.

Reverberações do Tenentismo no Pará.

William Gaia Farias¹



¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense – Professor Titular da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará. Coordenador do Grupo de Pesquisa Militares, Política e Fronteiras na Amazônia e Pesquisador de Produtividade do CNPq.

RESUMO

É intuito do artigo situar o processo de ações tenentistas no Pará no conjunto de situações políticas e econômicas do período e ainda analisar as produções sobre esta temática. A proposta central é compreender as manifestações tenentistas no Pará da década de 1920, enfatizando a atuação das forças públicas estadual e federal nas tensões políticas que levaram a morte do capitão Assis de Vasconcelos quando estava a frente dos militares rebelados do 26º Batalhão de Caçadores.

Palavras-Chave: Tenentismo, Pará, 26º Batalhão de Caçadores, Assis de Vasconcelos.

ABSTRACT

The purpose of the article is to situate the process of tenentist actions in Pará within the political and economic situations of the period and to analyze the productions on this theme. The central proposal is to understand the tenentist manifestations in Pará in the 1920s, emphasizing the performance of state and federal public forces in the political tensions that led to the death of Captain Assis de Vasconcelos when he was in charge of the rebel military of the 26th Battalion of Hunters.

Keywords: Tenentism, Pará, 26th Battalion of Hunters, Assis de Vasconcelos.

RESUMEN

El propósito del artículo es situar el proceso de acciones tenentistas en Pará dentro de las situaciones políticas y económicas del período y analizar las producciones sobre este tema. La propuesta central es comprender las manifestaciones tenentistas en Pará en la década de 1920, enfatizando el desempeño de las fuerzas públicas estatales y federales en las tensiones políticas que llevaron a la muerte del Capitán Assis de Vasconcelos cuando estaba a cargo del ejército rebelde del 26º Batallón de Cazadores.

Palabras claves: Tenentismo, Pará, 26º Batallón de Cazadores, Assis de Vasconcelos.

1 TENENTISMO: CONSIDERAÇÕES E HISTORIOGRAFIA

Virgílio Santa Rosa (1976), em 1933, com a publicação do livro *O sentido do Tenentismo*, realizou a primeira interpretação sistemática desta contestação militar levada a frente pelos oficiais subalternos. A análise do autor fundou uma importante linha interpretativa, para a qual os jovens oficiais seriam legítimos representantes das classes médias urbanas brasileiras. No entendimento de Santa Rosa, com a entrada dos militares nas disputas pelo poder, as classes médias teriam a sua primeira expressão política no Brasil.

Nesse viés de análise, as origens sociais dos militares revoltosos nas classes médias foram importantes às suas empreitadas, por isso Santa Rosa entende o Tenentismo como uma vanguarda das classes médias, amparada na base de um movimento ascensional pequeno-burguesa. Essa interpretação também é seguida por Nelson Werneck Sodré (1965) e Edgard Carone (1977). Contudo, a respeito do sentido do Tenentismo há autores que o interpretam como um movimento militar, compreendido do ponto de vista institucional, na lógica das forças armadas.

Esta é a linha seguida por Boris Fausto (1997) ao afirmar que os oficiais rebeldes saíram de classes menos favorecidas e não se apresentavam em defesa de interesses dessas classes. Neste sentido o Exército, pela força institucional acabou pesando mais, pois este mantinha certa autonomia com relação ao conjunto da sociedade. Assim, as relações entre classes médias e Tenentismo não se concretizaram, nem sob a forma da organização dessas classes pelo movimento, nem pela sua representação específica como potência governamental. Para ele a aproximação mais segura entre a categoria social e o Tenentismo deriva de um setor do movimento que propõe um programa de reformas pequeno-burguesas, porém sem nenhuma base social.

José Murilo de Carvalho (2005) salienta que as mudanças internas e externas na história das Forças Armadas no Brasil apresentam características próprias dos militares como “instituições totais”, autônomas em relação ao mundo exterior. Carvalho entende que o Tenentismo seria um tipo de intervenção contestatória, com fundamentos institucionais que contribuíram para o desenvolvimento de outro tipo de intervenção controladora, onde no lugar da política no Exército, instituía-se a política do Exército.

Na interpretação de Edmundo de Campos Coelho (1985), o Tenentismo seria uma forma de transição, mas por motivos diferentes daqueles expostos por Murilo de Carvalho e em outra direção. Na análise de Coelho a não-construção do Estado não passou despercebida pelos militares que entendiam as crises político-militares como expressões das crises do Estado.

Na década de 1960, José Maria Bello (1964), ao abordar o tema, afirmou que havia uma correspondência entre o movimento social e o movimento militar. De acordo com esse autor durante a Primeira República militares e civis tinham diferentes motivações, mas eventualmente uniam-se aos militares. Esta aliança teria ocorrido no caso do Tenentismo, sendo que as motivações das casernas se relacionavam mais com a condição de militar do que por questões ligadas aos interesses das classes sociais. Apesar de pouco aceita pela historiografia nacional a análise de Bello (1964) sobre o Tenentismo, até certo ponto traduz os acontecimentos ocorridos no estado do Pará na década de 1920, onde a correspondência entre questões sociais e insatisfações militares foram bem nítidas.

No Pará, encontramos um expressivo número de civis envolvidos no movimento, apesar da pouca duração. Desta forma, entendemos que seja mais adequado considerar a pluralidade do movimento em questão, o que talvez seja um bom caminho para compreender a autonomia e as diferentes alianças que marcaram o Tenentismo. No entanto, tomando como referência a análise de Mário Lanna Júnior (2008), é importante considerar pelos menos dois ângulos de entendimento sobre o Tenentismo que levaram a intensos debates na historiografia: como ação e ideologia. Enquanto ação, o Tenentismo pode ser delimitado na fase “heroica” de contestação armada, a partir dos quarteis em forte movimento contra a dominação das oligarquias, principalmente a cafeeira. Esta fase ocorreu entre os anos de 1922 e 1927, quando o movimento foi intenso em todas as regiões do Brasil que, além da sublevação nas unidades militares do Exército e da Marinha, no Rio Grande do Sul, culminou com a formação da Coluna Prestes.

Quanto à dimensão ideológica, a delimitação temporal do Tenentismo se estende pela década de 1930, já que estes militares outrora rebelados, passaram a ocupar significativo espaço no cenário político brasileiro, devido ao destaque que obtiveram nas ações contestatórias contra as oligarquias. A formação do Clube 3 de Outubro pelo general Pedro Aurélio de Góes Monteiro e pelo civil Afrânio de Melo Franco, bacharel em Direito e diplomata, em 1931, representou o quanto os militares obtiveram importantes resultados políticos devido ao status do Tenentismo como vanguarda revolucionária no movimento conhecido como Revolução de 1930.

A respeito do estado do Pará, merece destaque o oficial do Exército Joaquim de Magalhães Cardoso Barata que teve grande participação nas ações conhecidas como a Revolução de 1924, no Amazonas, de orientação tenentista e após 1930 foi nomeado interventor no Pará, sob o amparo político do movimento denominado de Revolução. Portanto, nessa linha de entendimento Magalhães Barata seria um revolucionário.

2 TENSÕES NO PARÁ NA DÉCADA DE 1920

Tenho o pesar de levar ao vosso conhecimento que um movimento sedicioso rebentou na noite de ontem para hoje na capital do estado de São Paulo, onde uma parte das forças do exército se sublevou, prendendo as autoridades militares superiores. Sitiando o palácio do governo. Há esta hora está sendo posta aos sediciosos uma intrépida resistência pela polícia estadual. O governo está senhor do plano e de onde surgiu essa tentativa criminosa. Sabe que ela procede de uma conspiração, cujo foco principal está na capital da República, e que pretende alastrar-se a outros estados (Folha do Norte. Belém, 8 de julho de 1924. p. 1).

O telegrama do presidente da República Arthur Bernardes enviado à Câmara dos Deputados do Pará comunicando sobre a revolta que explodira em São Paulo no dia 5 de julho de 1924, sobretudo no trecho destacado, expressa bem uma das grandes preocupações dos governos na década de 1920, no que se refere as revoltas de contestações ao Governo Federal que eclodiram em vários estados do país, nas quais mereceram destaque o envolvimento de militares.

Na década de 1920, a sociedade brasileira viveu um período de grande efervescência e de profundas transformações. Mergulhado numa crise na qual os sintomas se manifestavam nos mais variados planos, o Brasil experimentou uma fase de transição cujas rupturas mais drásticas se concretizariam a partir do movimento de 1930 (Ferreira; Pinto, 2008). No Pará da década de 1920 este clima de tensão e instabilidade política era evidente pois as oligarquias usavam a mesma conduta que vigorava em outros estados e na capital federal, praticando idênticos processos, com o um único intuito de manterem-se no poder (Coimbra, 1981).

O ano de 1922 em especial, reuniu uma sucessão de acontecimentos que mudaram de forma significativa o panorama político e cultural brasileiro. A Semana de Arte Moderna, a criação do Partido Comunista e a sucessão presidencial de 1922 foram indicadores importantes dos novos ventos que sopravam, e colocavam em questão os padrões culturais e políticos da Primeira República (Ferreira; Pinto, 2008).

Já do ponto de vista econômico, a década em questão sofreu altos e baixos. O setor cafeeiro padeceu com o declínio dos preços internacionais do café, com a alta da inflação e uma crise fiscal sem precedentes. Por outro lado, um maior desenvolvimento das atividades industriais, a expansão de empresas já existentes, a diversificação da agricultura e o surgimento de novos estabelecimentos ligados a indústria de base foram importantes sinais do processo pelo qual também passava a economia brasileira (Carone, 1977).

No Pará o panorama econômico era marcado pela crise. O estado atravessava um momento de verdadeira penúria, sem encontrar uma solução para o problema. O governo não conseguia vencer as sérias dificuldades que se avolumavam tornando cada vez mais delicado. Esta situação aumentava os problemas públicos (Coimbra, 1981). Foi nesse ambiente de crise generalizada que a década de 20 despontou para os paraenses.

Acompanhando essas mudanças no quadro econômico, o Brasil presenciou a ampliação de setores urbanos que há muito tempo procuravam espaço: a classe trabalhadora e as classes médias. A classe trabalhadora ampliou significativamente suas formas de organização, principalmente a respeito do movimento sindical, como dito antes que fundasse o Partido Comunista em 1922. No que trata das classes médias, havia inquietações renovadoras de grande intensidade. De certa forma e em conjunto, essas transformações funcionariam como elementos de estímulo a alterações no quadro político vigente, questionando as bases do sistema oligárquico da Primeira República.

No campo político, o pacto criado por Campos Sales em 1898, chamado de política dos governadores, nos anos 20 começaria a ruir, iniciando um movimento de perda da capacidade de liderança.

As fórmulas até então utilizadas perdiam a eficácia, levando o sistema ao esgotamento de tal forma que dificilmente se poderia esperar a manutenção mais prolongada de controle e estabilidade política reestabelecida. Esse esgotamento do sistema político vigente, junto a uma incompatibilidade de interesses dos estados. Tudo isso atingia os estados, considerados como de segunda grandeza (Basbaum, 1975).

Diante de um cenário de crises os estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul articularam um movimento conhecido como Reação Republicana que lançou as candidaturas de Nilo Peçanha e J.J. Seabra à presidência e vice-presidência da República em convenção realizada em 24 de junho de 1921. Este movimento não propôs uma ruptura com o modelo oligárquico em vigor, mas sim o desenvolvimento de um eixo alternativo de poder voltado para a ampliação da participação das chamadas oligarquias de segunda grandeza no jogo do federalismo brasileiro do período (Ferreira; Pinto, 2008).

Essas disputas políticas repercutiram intensamente no Pará. Assim, a campanha presidencial marcou os campos de atuação dos grupos políticos e da imprensa paraense entre seguidores da candidatura de Bernardes e os dissidentes que apoiavam Nilo Peçanha e J.J. Seabra. Com a tensão eleitoral, o governador Antonio Emiliano Souza Castro, partidário de Bernardes, tratava seus adversários como inimigos, como os quais não havia possibilidade de conciliação (Coimbra, 1981).

Além dos políticos civis, os militares também aproveitaram a oportunidade de voltar intensamente ao palco do jogo político brasileiro. O Clube Militar tentava, a todo custo, criar uma espécie de popularidade e prestígio fictício em torno do Marechal Hermes da Fonseca, já que avaliavam como necessários à ambição do grupo de oficiais, que viam a possibilidade de elevá-lo ao poder máximo da República. Neste sentido, os militares intensificaram suas manifestações sobre questões políticas, chegando ao ponto de ir ao Congresso para dialogar com as oposições sobre a sucessão presidencial de 1922 (Carone, 1977).

No entanto, apesar desse visível esgotamento do sistema oligárquico, o resultado das eleições foi favorável a Arthur Bernardes, candidato da situação. Derrotados, os nilistas (partidários de Nilo Peçanha) e os militares fizeram em novas investidas, pedindo a formação de um tribunal de Honra que substituísse o Congresso Nacional na apuração. Não tendo seu pedido atendido, os militares já falavam em impedir a posse do presidente eleito através da luta armada. Diante disso, Epitácio Pessoa reagiu com censuras, prisões e transferências de oficiais. Mas estas medidas atingiram apenas a periferia dos manifestantes, deixando intacto o Clube Militar e os políticos dissidentes (Carone, 1977). Logo os militares levantaram suas armas e no dia 5 de julho de 1922, pouco mais de um mês após a posse de Bernardes, militares da Fortaleza de Copacabana, da Vila Militar, da Escola Militar do realengo, do Forte do Vigia e do 1º Batalhão de Engenharia deflagraram um serie de levantes armados, dando início ao que se convencionou chamar de Tenentismo, uma vez que teve como principais figuras não a cúpula das Forças Armadas, mas oficiais subalternos do Exército: os tenentes e capitães (Ferreira; Pinto, 2008).

No Pará, foi somente no dia 7 de julho, mais de 24 horas depois, quando a revolução já estava dominada, que a imprensa local, sempre prejudicada pela censura do governo central, publicou matérias sobre o acontecido, onde os argumentos mais enfáticos estavam ao lado de quem apoiava o governo, como a seguinte nota: "A legalidade triunfante- foi completamente jugulado o movimento sedicioso rebentado anteontem no Rio- O governo prestigiadíssimo, recebe homenagens de todas as classes sociais - Reina a calma absoluta em todo o país e a mais sólida confiança no presidente da República" (Folha do Norte. Belém, 7 de julho de 1922, p. 3).

As possibilidades de intervenção militar tornavam-se, por sua vez, cada vez mais concretas. O movimento começado em 1922 tomou proporções nacionais, empolgou amplos setores da sociedade da época, desde segmentos oligárquicos dissidentes até os setores urbanos. Em razão disso, dois anos depois, ou seja, em 1924 eclodiu o chamado "5 de julho" em São Paulo. Dessa vez o 5 de julho tenentista foi melhor articulado. O movimento tinha como objetivo a derrubada do governo de Arthur Bernardes, visto pelos oficiais subalternos como ícone das oligarquias dominantes. A ação do grupo foi iniciada com a tomada de alguns quartéis. Apesar de conseguirem se instalar na capital paulista, com a ação repressiva do

governo que não distingua rebeldes de civis, os tenentes ressolveram abandoná-la, deslocando-se para o interior de São Paulo, onde também eclodiram revoltas. Depois disso, migraram para variadas regiões do país, buscando juntarem-se com outros tenentes, como por exemplo, Luís Carlos Prestes, que liderava um grupo no Rio Grande do Sul que passou a ser chamado de Coluna Prestes e que conseguiu percorrer cerca de 25 mil quilômetros, atravessando 13 estados brasileiros, propagando a revolução (Ferreira; Pinto, 2008).

3 AÇÕES DO TENENTISMO NO PARÁ

As ações de 1924 tiveram correspondente militar no estado do Pará. O 5 de julho paulista, segundo Coimbra (1981) e Lanna Junior (2003) teve seu representante no Pará. A repercussão desse movimento chegou a Belém, no dia 6 de julho, quando informados da decretação do estado de sítio para a capital da República e para os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, publicado nos jornais locais. As primeiras informações foram passadas com ressalvas, pois o presidente da República decretou estado de sítio e logo a relacionou aos acontecimentos a Revolta do Forte de Copacabana (Folha do Norte. Belém, 6 de julho de 1924, p. 1).

O correspondente militar no estado do Pará era o 26º Batalhão de Caçadores (BC), localizado em Belém. Esta unidade militar iniciou os preparativos de cerca de 250 praças que ficariam sob o comando do capitão Enéas Brasil para embarcar no vapor Bahia que traria efetivo de Manaus para juntos seguirem para o Sudeste como tropa de reforço. Mas no dia 13 de julho, o general Setembrino de Carvalho, então Ministro da Guerra, determinou que os militares do 26º BC seguissem para o Baixo Amazonas, para conter os avanços dos militares rebelados em Manaus e em Óbidos, município paraense onde havia uma importante unidade do Exército. Era necessário dominar a artilharia aquartelada no referido município, pois os militares do quartel de Óbidos, posicionando-se contra o governo aguardavam para juntar-se à tropa que vinha de Manaus, após haver deposto o governo. O plano seguinte das tropas do Baixo Amazonas era tomar de assalto a capital paraense (Folha do Norte, Belém, 6 de julho de 1924, p. 1). Mesmo com apenas 332 homens, o estado do Pará contava com o maior efetivo da 8ª Região Militar, que na década de 1920 totalizava 1.258 militares e era formada pelas guarnições dos estados do Maranhão (24º BC), Piauí (25º BC), Pará (26º BC) e Amazonas (27º BC) (O Estado do Pará, Belém, 09 de julho de 1924, p.1).

Diante da ordem do comandante militar para seguir para repreender os militares de Óbidos, os soldados do 26º Batalhão de Caçadores recusaram-se a cumprir a ordem. O principal argumento sustentado pelos militares rebeldes era de que não combateriam seus companheiros. Mas, as praças também alegavam que só embarcariam se fosse com o 26º BC completo e com seu comandante e oficialato juntos. Quanto a esta questão houve uma negociação com garantia de que a solicitação dos soldados seria atendida. Todavia, alguns militares, como o cabo Sapucaia, se rebelaram e incentivaram o efetivo de praças da unidade a não embarcarem e estes considerando pertinente a proposta de contestação decidiram não seguir as ordens superiores mesmo depois de várias tentativas. A partir desse momento a tensão no 26º BC se intensificou. O tenente Josué conseguiu escapar e procurou o comandante, tenente-coronel Sousa Castro, já que os militares rebelados teriam adentrado à Intendência e acessado todas as munições e armas da referida unidade. Houve mais uma tentativa de acordo sem êxito e então os oficiais partiram para o Quartel General, na rua João Diogo para prepararem as ações contra os rebelados e conversarem com o governador do estado, Antônio Emílio de Sousa.

Os rebelados do 26º BC passaram a ser comandados pelo capitão Augusto Assis de Vasconcellos, que a frente de cerca de 200 homens investiu contra as tropas legalistas que contavam com um efetivo de mais de 500 militares do Exército e da Brigada Militar do Estado. Esta força pública estadual era comandada pelo coronel Raymundo Leão.

A tropa legalista seguiu pela Avenida São Jerônimo e logo na esquina com a travessa Ruy Barbosa se deparou com um grupo de revoltosos “entrincheirados nas mangueiras, de onde fizeram fogo contra as Forças que avançavam” (Marreca, 1940, p. 181). Nesta ocasião o tenente Henrique da Silva foi alvejado e faleceu na hora. Assim, a tropa legalista recuou pois os revoltosos estavam levando vantagem principalmente apesar de matar o comandante legalista naquele confronto. Os revoltosos, empolgados com o resultado

tentaram conquistar o Quartel General que estava com a defesa bem montada pela guarnição do Exército, contando inclusive, com o reforço do Corpo de Bombeiros.

Os revoltosos se dividiram em vários grupos que seguiram por diferentes direções às proximidades do quartel do 1º Corpo de Infantaria do Estado. Contudo o combate intenso se deu na Avenida Ferreira Pena (atual Assis de Vasconcelos) com a Travessa Aristides Lobo. Logo no início das trocas de tiros a Brigada da Polícia Militar demonstrou força contundente que levou a morte do comandante dos revoltosos, capitão Assis de Vasconcelos, além do tenente Edgar Eremita da Silva e o soldado Humberto Pacífico de Souza. Logo os revoltosos se retiraram para o interior do 26º BC (Folha do Norte, Belém, 28 de julho de 1924, p.1).

O conflito continuou em Nazaré e os revoltosos investiram contra o Piquete de Cavalaria. Mesmo bem espaçadamente, as trocas de tiros permaneceram pela noite toda. Mas pela manhã os disparos de canhões da Polícia Militar fizeram a diferença e levaram ao recuo dos rebelados do Exército e à retirada para o 26º BC, onde o combate passou a se concentrar até a vitória legalista, pois muitos rebelados tinham debandado e a Polícia Militar rendeu os que continuavam no quartel. Após a vitória, as tropas legalistas se reuniram na Praça Justo Chermont, em frente à Basílica de Nazaré (A Província do Pará, Belém 28 de julho de 1924).

Quanto à derrota dos rebelados do 26º BC, Coimbra (1981) considera que o capitão Assis de Vasconcelos cometeu um erro crucial quando resolveu dividir a tropa após o bom resultado do primeiro combate na estrada de São Jerônimo com a Ruy Barbosa, o que facilitou as investidas legalistas que contava com um efetivo maior para sufocar os pequenos grupos. A este entendimento, acrescento ainda a eficiente ação da Brigada Militar do Estado do Pará no emprego de muitos canhões no combate que resultou na ocupação do quartel do 26º BC pelas tropas legalistas. No total foram 16 pessoas feridas das tropas legalistas, sendo alguns civis, dentre os quais constava Laura Gomes Alves, menina de 13 anos de idade. Mesmo não tendo a lista completa dos feridos, apresento alguns nomes a seguir:

Quadro 01: Legalistas feridos no conflito.

1º Tenente	José Albino Menezes
3º Sargento	Antonio de Porto Soares
Músico	Luiz Tota Pimentel
Soldado	David Diogo Nunes
Soldado	Euclides Mariano Pereira
Soldado	Raymundo Sabino Cordeiro
Soldado	Dario Ranulpho da Silva Rego
Soldado	Edgar de Souza Corrêa
Soldado	José Maurício Cavalcante
Soldado	Raymundo David Diogo Nunes
Soldado	Álvaro Francisco da Silva
Soldado	Francisco Henrique de Oliveira
Soldado	Isaías Gomes de Oliveira

Fonte: Marreca (1981, p. 157).

Quadro 02: Legalistas mortos no conflito.

1º Tenente	Henrique Ferreira da Silva
2º Tenente	Plácido Martins Pereira
Soldado	Germino Ferreira Gomes
Soldado	Claudio de Castro Pereira
Soldado	Raymundo A. da Costa
Soldado	João Horácio da Silva Filho
Soldado	Pedro Costa

Fonte: Marreca (1981, p. 157).

Quadro 03: Revoltosos mortos no conflito.

Capitão	Augusto Assis de Vasconcelos
Soldado	Joaquim da Silva Pantoja
Soldado	Geminiano da Silva Gomes
Soldado	Armino Melo do Valle
Soldado	Belarmino Ribeiro
Soldado	Epifânio Santos

Fonte: Marreca (1981, p. 157).

Não encontrei lista de rebeldes feridos, mas possivelmente tiveram muitos, inclusive civis que lutavam juntos com os militares rebelados do 26º BC.

Tabela 01: Militares do Exército e da Força Pública do Pará em combate nos dias 27 e 28 de julho de 1924.

Unidades Militares	Oficiais	Praças	Total
Batalhão de Infantaria	11	140	151
Companhia de Administração (Exército)	5	60	65
Piquete de Cavalaria	2	32	34
Total Geral	18	232	250

Fonte: Rego (1981, p. 157).

Tabela 02: Forças civis empregadas em combate nos dias 27 e 28 de julho de 1924.

Unidades Civis	Quantidade
Guardas Civis	56
Bombeiros Municipais	16
Total Geral	72

Fonte: Rego (1981, p. 157).

Se no Pará as tropas legalistas sufocaram as ações dos militares rebelados, no estado do Amazonas a situação foi diferente. O 27º Batalhão de Caçadores do Amazonas, empregou estratégias mais eficientes a partir do seu comandante, capitão José Carlos Dubois, que agiu inicialmente contra a Polícia Militar do Estado do Amazonas prendendo boa parte dos oficiais, conquistando o quartel da corporação militar estadual e depoendo o governador do estado em exercício que na ocasião era o presidente da Assembleia Legislativa (Coimbra, 1981). Esta ação dos militares rebelados ficou conhecida como a Revolução de 24 no Amazonas.

Os acontecimentos que se desenrolaram em várias cidades do Baixo Amazonas, no estado do Pará, no final do mês de julho e durante o mês de agosto de 1924, foram resultantes da Revolta do 27º B/C e da Flotilha do Amazonas, quando, no dia 23 de julho em Manaus, os rebelados conquistaram a cidade, depuseram o governo, e organizaram uma força para descer o rio com o objetivo de conquistar Belém e, assim, consolidar a Revolução na Amazônia.

No Amazonas o êxito dos revoltosos foi maior porque conseguiram importantes adesões de setores da Marinha e do Exército, além da rápida neutralização da Força Pública do estado. No entendimento de Forjaz (1977, p. 84), “diferente de São Paulo, o tenentismo no amazonas importou-se menos com a crítica política e jurídica às oligarquias e mais com as questões sociais”, visto que o movimento no estado do Amazonas teria apresentado aspectos sociais identificados com “questões concretas, como a corrupção na administração pública”. Nessa linha interpretativa o nacionalismo tenentista teria se manifestado bem mais radical³⁴, o que, segundo esse autor, é evidenciado quando a “Comuna de Manaus” expropriou o mercado e o matadouro da firma Inglesa Manaus Market.

Com as conquistas em Manaus, cerca de 700 revoltosos procuraram dominar as cidades do Baixo Amazonas para depois seguir para Belém. Logo lançaram mão de embarcações da Flotilha do Amazonas e seguiram para a cidade paraense de Óbidos, onde contaram com o apoio do comandante da Fortaleza, capitão Oscar Bastos Nunes (Coimbra 1981). Com conflitos em Óbidos e Santarém, a tropas legalista foi reforçada pelo efetivo paraense que seguiu de Belém. Após muitas disputas retomaram a Fortaleza.

A tensão no Baixo Amazonas foi tão expressiva que o general Mena Barreto deslocou armas e embarcações para a região e após a vitória reorganizou os comandos das unidades militares na Amazônia, além de ordenar a prisão dos rebelados, dentre os quais constavam o então 1º tenente do Exército Joaquim de Magalhães Cardoso Barata que havia assumido o comando da Polícia Militar, nomeado no momento da conquista de Manaus (O Jornal do Povo, Manaus, 28 de julho de 1924, p.1). Este militar, por desdobramento do movimento de 1930 que levou Getúlio Vargas a presidência da República, assumiria o cargo de interventor, ficando à frente da administração do estado do Pará.

Além dessa influência do Tenentismo no Pará e no Amazonas, o movimento atingiu outros estados, como Mato Grosso e Sergipe. No entanto, alguns desses movimentos foram logo reprimidos, como no caso do Mato Grosso, onde a rebelião foi vencida no início, devido à falta de adesão do próprio Regimento. Já em Sergipe, a revolução teve um fôlego maior. Contou com certo apoio de voluntários que se alistavam para a luta. No entanto, foram combatidos no início da organização por tropas federais vindas da Bahia e por batalhões formados por coronéis da região.

O movimento tenentista teve grande representatividade no Rio Grande do Sul, e várias tentativas de tomadas de poder em outras regiões do país, porém com pouco sucesso, apenas com surtos revolucionários. Um dos últimos focos do Tenentismo foi à coluna Etchegoyen, que lutou no Rio Grande do Sul de novembro a dezembro de 1926, sempre duramente perseguida pelas tropas governistas, até se dissolver e seus membros se retirarem do país.

4 CENÁRIO ECONÔMICO E POLÍTICO

Na interpretação que propomos sobre o Tenentismo no Pará, além de outras questões, enfatizamos a situação de crise econômica paraense na década 1920, quando o estado apresentava um quadro marcado por grandes dificuldades³⁸. Na realidade, o Pará passava por um momento de verdadeira penúria, sem que se vislumbrasse uma solução capaz de reerguê-lo. O governo não dispunha de meios para minorar as sérias dificuldades que, dia a dia, avolumavam-se tornando cada vez mais difícil o trato com problemas públicos. Esta situação era apresentada com muito destaque pela imprensa paraense:

A miséria dos servidores do Estado

Informaram-nos que os operários tipográficos do “Diário Oficial” abandonaram ontem os serviços de composição desse órgão do governo do Estado, em virtude da falta de pagamento dos seus salários. Parece que apenas permaneceram ao serviço do jornal oficial os compositores linopistas, acrescentou o nosso informante. Os empregados do 6º grupo escolar (Wenceslau Braz) há seis meses que não recebem seus vencimentos estando a passar as maiores privações. Achando-se prestes os exames naquele estabelecimento de ensino público, difícil se torna a esses pobres servidores do Estado, além da fome que estão sentindo, se apresentarem ao serviço, visto se acharem desprovidos de roupas para tal fim (A Província do Pará. Belém, de 27 de setembro de 1921- p. 1).

Os professores são as maiores vítimas do calote oficial, mesmo acontecendo aos demais empregados dos estabelecimentos de ensino custeados pelo tesouro do Estado. Há 7 meses que não recebem seus vencimentos por parte do governo e há 6 meses que a liga do ensino não lhes paga também...urgem sejam tomadas providências que a situação dos caloteados exige, a fim de que o Pará não seja mais uma vez envergonhado com a declaração de uma greve geral no funcionalismo público (A Província do Pará. Belém, de 4 de outubro de 1921, p. 1).

A administração do estado estava emperrada pela absoluta falta de recursos, arrastava-se, inoperante e impotente. Em função disso, as estruturas burocráticas do estado, segurança pública, rede de ensino, poder judiciário e a saúde pública tornavam-se ineficientes, o que levou ao descontentamento de alguns

setores da sociedade paraense. Esta insatisfação coletiva pode ser um importante caminho para se explicar a grande participação de civis na Revolta do 26º Batalhão de Caçadores (BC). Em um estado que sofria uma grande crise econômica se alastrando para toda estrutura burocrática, as contestações por parte da sociedade chegaram à participação de civis descontentes na Revolta do 26º BC. Seria uma boa oportunidade de questionar a estrutura do poder e de alguma forma, chegar a um caminho para aliviar o estado de penúria que atingia a sociedade paraense.

A política do estado do Pará da década de 1920 não fugia à regra da política nacional da Primeira República. Os mesmos hábitos e costumes do sistema político repetiam-se no estado. Como grupos dominantes, as oligarquias locais pautavam a conduta de acordo com os parâmetros da órbita federal no que se refere aos canais de sua manutenção no poder (Coimbra, 1981). As retaliações pessoais, os insultos e a injúria eram o tema predileto fomentando ódios e paixões.

Nas últimas eleições estaduais ali procedidas os elementos oposicionistas conseguiram eleger, por grande maioria, o Dr. José Maria Pereira de Barros, velho e acatado médico e professor, a uma das vagas existentes no senado, derrotando um candidato o organizador de um acordo político que ficou célebre nos anais da política paraense. Eleito e diplomado por uma junta apuradora cheia de elementos da situação, de nada valeu ao candidato oposicionista o seu diploma; indignado com os sufrágios populares a que lhe contrariavam os interesses, o júpiter paraense, tomando-se de indignação planejou vingança. E a vingança, diz-se bem, ter sido o prazer dos deuses. Agora mesmo está sendo ela exercida em toda linha, contra o direito incontestável do candidato que tem seu lugar no Congresso Estadual assegurado pela maioria de votos. Sabe-se já que no parecer que vai reconhecer os candidatos diplomados entrará uma emenda furtiva, espoliando de seus direitos o Dr. Pereira de Barros, para que se locuplem nos cargos confiados ao arbítrio popular unicamente os amigos do governo (A Província do Pará. Belém, 4 de outubro de 1921, p. 2).

As manifestações contrárias às velhas práticas e jogos políticos levaram setores da sociedade paraense a apostar nos militares como solução. Nesse sentido, o panorama político do Pará foi decisivo para que os acontecimentos identificados como Tenentismo no Pará contassem com a forte presença civil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos primeiros momentos o Tenentismo foi apresentado como um movimento estritamente militar, onde o Exército aparece como “instituição total”, passando a impressão de que suas manifestações eram desvinculadas do conjunto da sociedade e restringindo-se a intervenções contestatórias com fundamentos institucionais, onde o Exército agiria de forma a elevar suas ações a nível político, invertendo os vetores da política em sua instituição. Nesse sentido, em momentos de crise surgiria a política do Exército em resposta à política dos civis. Seria a intervenção corretiva que recuperaria a virtude do Estado. Daí a necessidade de delimitar o Tenentismo como movimento estritamente militar. Contudo, como demonstrado neste artigo, há na histografia expressivas abordagens nas vertentes das ações e da ideologia.

Na análise sobre a documentação, observamos que havia vinculação da revolta tenentista com outras reivindicações, não apenas de cunho político e social, já que o Pará da década de 1920 passava por intensa crise econômica que atingia a sociedade. Isso talvez possa justificar o envolvimento de muitos civis na revolta ocorrida em Belém, classificada pela imprensa da época e por alguns escritores como a *Revolta do 26º Batalhão de Caçadores*. As unidades militares da Amazônia em alguns momentos da Primeira República estiveram articuladas às ações desenvolvidas a partir da capital federal. No caso dos conflitos ocorridos em Belém no mês de julho de 1924, a Brigada Militar do Estado do Pará teve importante e decisiva atuação na vitória sobre os militares rebelados do 26º Batalhão de Caçadores. O mesmo não ocorreu no Amazonas, quando a força pública estadual foi logo dominada e passou ao comando dos rebelados do 27º BC.

A respeito da atuação do capitão Assis de Vasconcelos que morreu no início dos conflitos estando à frente dos rebelados do 26º Batalhão de Caçadores, cabe destacar que em um primeiro momento, assumiu um lugar de liderança do Tenentismo no Pará que foi derrotado pela Brigada Militar, juntamente com o efetivo do Quartel General do Exército. Mas o desenvolvimento dos jogos políticos no decorrer da década de 1920, levou ao movimento de 1930 com as ações dos militares subalternos que estavam na base do Te-

mentismo na aliança que derrubou a oligarquia liderada pelo Partido Republicano Paulista. Foi a partir deste processo que as memórias sobre a atuação do capitão Assis de Vasconcelos possibilitaram o destaque de sua imagem, que foi de um protagonista de ação derrotada à aura de líder de um projeto de vencedor.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASBAUM, Leônio. **História sincera da República. 4^a ed. (4 volumes)** São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

BELLO, José Maria. **História da República (1889-1954)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

CARONE, Edgar. **Revolução do Brasil contemporâneo (1922-1938)**. São Paulo: DIFEL, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

COELHO, Edmundo Campos. **A instituição militar no Brasil**. Rio de Janeiro: BIB, 1985.

COIMBRA, Creso. **A Revolução de 30 no Pará**: análise, critica e interpretação da História. Belém: Conselho de Cultura, 1981.

FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.), **Brasil em perspectiva**. 19^a Ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil S.A, p. 227-255, 1990.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Conde de Sá. **A crise dos anos 1920 e a revolução de 1930**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Almeida Neves: *O Brasil republicano, o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 30*. 3^a. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Folha do Norte. Belém, 6 de julho de 1924, p. 1.

Folha do Norte. Belém, 8 de julho de 1924. p. 1.

Folha do Norte. Belém, 7 de julho de 1922, p. 3.

Folha do Norte, Belém, 28 de julho de 1924, p. 1.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e política: tenentes e camadas médias urbanas na crise da Primeira República**. Paz e Terra, 1977.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARRECA, Orválio Deolindo da Cunha. **História da Polícia Militar do Pará desde seu início (1920) até 31 de dezembro de 1939**. Belém: Oficina Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1940.

REGO, Orlando de Moraes. **Retrospectivo Histórico da Polícia Militar do Estado do Pará 1822-1930**. Belém: Falangola, 1981.

ROSA, Virgílio Santa. **O sentido do Tenentismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

O Estado do Pará, Belém, 09 de julho de 1924, p.1.

O Jornal do Povo, Manaus, 28 de julho de 1924, p.1.

A Província do Pará. Belém, de 27 de setembro de 1921- p. 1.

A Província do Pará. Belém, de 4 de outubro de 1921, p. 1.

A Província do Pará, Belém 28 de julho de 1924.

“Memórias de um Soldado Paraense”: história, memória e atuação do Policial Militar Arthur Corrêa da Silva (1942 - 1990).

Itamar Gaudêncio¹

Lucas Carnevale Machado²

Sandra Letícia Magalhães Gaudêncio³



¹ Doutor em História Social da Amazônia pela UFPA. Docente do IESP, Docente da ESMAC, Major da PMPA, Chefe do PM8 do EMG.

². Doutorando em História Social da Amazônia pela UFPA, Mestre em Ciências do Patrimônio Cultural PP-GPATRI/UFPA, Especialista em História Militar pela UNISUL, Graduado em História pela UEPa. Professor da rede municipal de ensino da Prefeitura de Belém.

³ Mestre em História Social da Amazônia pelo PPHIST/UFPA. Antiga Professora do Colégio Tenente Rêgo Barros no período de 2011 à 2019. Membro do Grupo de Pesquisa Militares, poder e sociedade na Amazônia/UFPA. Liderado pelo Professor Dr Willian Gaia Farias.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar aspectos iniciais sobre a atuação de um “Soldado” da Polícia Militar do Pará, chamado Coronel Arthur Corrêa da Silva nos campos político, social e cultural por meio das memórias descritas em seu livro de 1991, não publicado, assim como parte da entrevista concedida pelo Coronel PM Dilson Junior, seu neto, no ano de 2022, ambas relacionadas às fontes documentais que englobam o período de 1942 a 1990. A partir das fontes destacadas é possível perceber a atuação do sujeito social como Policial Militar e no âmbito político entre a capital e o interior do estado no contexto da democracia pós-segunda guerra mundial. Nesse sentido, a sua proximidade com a política “populista” da época apresenta indícios de um pensamento político comum a partir da década de 1950 no Brasil, que possibilita a compreensão do processo de mudança que a Instituição iniciava a época. Assim, questões como a sua história familiar, o recrutamento e a construção da carreira apresentam uma forma de narrativa histórica que relaciona a macro e a micro-história, a importância das experiências dos sujeitos e sua visão pessoal, que se alinha à construção de fontes de história oral, pois seu relato é rico em detalhes e visões sobre acontecimentos importantes do Pará da república nacional-estatista, do regime militar e a democracia dos anos de 1980.

Palavras chave: Biografia histórica, Polícia Militar do Pará, Memória, História de vida.

ABSTRACT

This work aims to present initial aspects about the performance of a “Soldier” of the Military Police of Pará, named Colonel Arthur Corrêa da Silva in the political, social, and cultural fields mainly through his memories described in his unpublished 1991 book. As well as part of the interview granted by Colonel PM Dilson Junior, his grandson, in 2022, both related to the documentary sources that encompass the period from 1942 to 1990. From the highlighted sources, it is possible to perceive the social subject's performance as a Military Police Officer and in the political sphere between the capital and the interior of the state in the context of post-World War II democracy. In this sense, his proximity to the “populist” politics of the time presents evidence of a common political thought from the 1950s in Brazil and enables an understanding of the process of change that the Institution was initiating at that time. Thus, issues such as his family history, recruitment, and career construction present a form of historical narrative that relates macro and micro-history, the importance of subjects' experiences and their personal vision, which aligns with oral history source construction because his account is rich in details and visions about important events in Pará during the national-statist republic, military regime, and democracy of the 1980.

Keywords: Historical biography, Military Police of Pará, Memory, Life story.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo presentar aspectos iniciales sobre la actuación de un “Soldado” de la Policía Militar de Pará, llamado Coronel Arthur Corrêa da Silva en los campos político, social y cultural a través principalmente de sus memorias descritas en su libro de 1991, no publicado. Así como parte de la entrevista concedida por el Coronel PM Dilson Junior, su nieto, en el año 2022, ambas relacionadas con las fuentes documentales que abarcan el período de 1942 a 1990. A partir de las fuentes destacadas es posible percibir la actuación del sujeto social como Policía Militar y en el ámbito político entre la capital y el interior del estado en el contexto de la democracia possegunda guerra mundial. En este sentido, su proximidad con la política “populista” de la época presenta indicios de un pensamiento político común a partir de la década de 1950 en Brasil y que posibilita la comprensión del proceso de cambio que la Institución iniciaba en ese momento. Así, cuestiones como su historia familiar, el reclutamiento, la construcción de la carrera militar presentan una forma de narrativa histórica que relaciona la macro y la microhistoria, la importancia de las experiencias de los sujetos y su visión personal, que se alinea con la construcción de fuentes de historia oral, pues su relato es rico en detalles y visiones sobre acontecimientos importantes del Pará de la república nacional-estatista, régimen militar y la democracia de los años 80.

Palabras claves: Biografía histórica, Policía Militar de Pará, Memoria, Historia de vida.

1 INTRODUÇÃO

As trajetórias de vida são uma importante base de análise e informação sobre aspectos da memória e das teias sociais em que o sujeito histórico está envolvido. No entanto, tal análise exige certo cuidado dos historiadores, para que estes não o considerem como uma linha do tempo imutável e impossibilitada de realizar debates e análises com outras fontes documentais.

Segundo Le Goff (2013) o historiador deve ser ouvido, pois, a História passa a ser, no nosso contexto, um ramo fundamental do saber. Essa perspectiva colabora para que vejamos as relações entre Memória e História sem confusão ou ceticismo, assim como passado e presente. O passado depende parcialmente do presente, toda a história é bem contemporânea.

Quanto à memória é importante destacar que Le Goff (2003) ao afirmar que o documento deve ser criticado, já que o mesmo não é qualquer coisa que fica por conta do passado, e sim um produto da sociedade que o fabricou, possibilita a compreensão das relações de força que aí detinham o poder. “o documento não é inócuo”. Assim o conceito de memória pode estar ligado à construção de diversos documentos que podem ser, para além de fontes oficiais, relatos escritos, bilhetes e cadernos de memórias.

Este trabalho tem como objetivo apresentar aspectos iniciais sobre a atuação de um “Soldado” da Polícia Militar do Pará, chamado Coronel Arthur Corrêa da Silva nos campos político, social e cultural através principalmente de suas memórias descritas em seu livro de 1991, não publicado. Outro objetivo proposto é a apresentação de parte da entrevista concedida pelo Coronel PM Dilson Junior⁴, seu neto, no ano de 2022. Tanto a atuação do primeiro, quanto

⁴ Comandante Geral da Polícia Militar do Pará.

a do segundo estão relacionadas às fontes documentais que englobam o período de 1942 a 1990, destacado no livro de memória.

A partir das fontes destacadas é possível perceber a atuação do sujeito social como Policial Militar e no âmbito político entre a capital e o interior do Estado do Pará, no contexto da democracia pós-segunda guerra mundial. Nesse sentido, a sua proximidade com a política “populista” da época apresenta indícios de um pensamento político comum a partir da década de 1950 no Brasil e que possibilita a compreensão do processo de mudança que a Instituição Policial Militar iniciava á época.

Os relatos do Coronel Arthur Corrêa da Silva apresentam vários pontos de vista sobre os elementos da sociedade paraense da capital e dos interiores, mostrando a Corporação Policial Militar do Pará após a sua reorganização em 1935, com destaque para os seus quadros, a mobilização e os aspectos da atuação institucional.

Além da atuação como Praça e Oficial, tomou parte em movimentos sociais reivindicatórios, como o de 1951, devido à ausência de salário e a entrega de material bélico a civis que nada tinham a ver com a Segurança Pública, à época. Somado a isto, as questões políticas entre “Baratistas⁵” e “Udenistas⁶” são apresentadas nos interiores, tal como os processos eleitorais e outros pontos.

Além do período democrático do pós Segunda Guerra mundial, o Oficial foi atuante durante o período do Regime Militar Brasileiro (1964 - 1985), em que esteve tanto na Corporação militar paraense, quanto em órgãos de nível municipal e estadual atrelados ao poder executivo e à Segurança Pública.

A maioria dos relatos é permeada por elementos da personalidade e de suas influências da infância, além de aspectos profissionais que garantiram ao oficial quase cinquenta anos de carreira no serviço público militar, civil e nas comunicações. Essa visão de uma biografia não atrelada aos grandes nomes e as grandes figuras, como as histórias dos santos católicos, mas sujeitos imersos no tempo e na sociedade que mostram visões que corroboram ou destoam do que a documentação apresenta, conforme:

A reabilitação da biografia histórica integrou as aquisições da história social e cultural, oferecendo aos diferentes atores históricos uma importância diferenciada, distinta, individual. Mas não se tratava mais de fazer, simplesmente, a história dos grandes nomes, em formato hagiográfico – quase uma vida de santo –, sem problemas, nem máculas. Mas de examinar os atores (ou o ator) célebres ou não, como testemunhas, como reflexos, como reveladores de uma época. A biografia não era mais a de um indivíduo isolado, mas, a história de uma época vista através de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos (Priore, 2009, p. 9).

Portanto, Portelli (1997) afirma que a História oral se relaciona às versões do passado, ou seja, à memória. E ainda que ela seja moldada de formas diferentes pela sociedade, o ato e a arte de lembrar jamais deixam de ser pessoais, como é possível perceber quando se constrói um trabalho a partir de livros de memórias que não são publicados ou de entrevistas que familiares relatam a vida pessoal do biografado.

2 UMA HISTÓRIA FAMILIAR E A INCORPORAÇÃO À POLÍCIA MILITAR

Arthur Corrêa da Silva nasceu no dia 16 de maio de 1923, em Belém do Pará. Filho do casal de cearenses originários de Quixadá, Antonio Luiz Corrêa da Silva e de Maria Freitas de Araújo, irmão mais novo de cinco filhos do casal: “Osmarina, Oscarina, Osvaldo e Orlando”. No seu relato, informa que não se lembrava de sua mãe, pois, os seus pais se separaram quando ele tinha dois anos de idade. Na medida em que crescia com seu pai, destaca grande afeição ao mesmo, constantemente lembrando a origem histórica de sua família, tal como nos tempos de brincadeiras da infância (Silva, 1991).

Percebe-se que a memória familiar sobre Arthur Silva se relaciona a uma identidade familiar que passa por gerações, pois, seu neto afirma que:

Bom, a minha família tá na polícia desde 1942, e eu ainda brinco aí com os coronéis que a família mais antiga da polícia agora que seja maior é a minha, está desde 1942. o meu avô entrou como soldado em 1942 numa época em que todos os jovens naquela fase estavam indo para guerra, pra servir como pracinha, e ele chegou até a ir na fila para o alistamento para guerra, mas aí um colega passou e convidou ele para entrar na PM quem entrasse na PM estava livre da guerra e ele preferiu entrar na PM do que ir pra Itália para servir como pracinha, e aí fez uma trajetória brilhante na corporação, foi soldado, foi cabo, foi terceiro sargento, e aí fez o concurso do CFO, é paraense, nascido em Belém, filho de pais cearenses. O meu Bisavô era cearense e a mãe dele era também cearense, a minha bisavó (Souza Junior, 2022).

A herança familiar nordestina estabelece uma identidade familiar que leva a um acontecimento marcante na vida do jovem Arthur Silva que aos 16 anos, vivencia morte do pai que serviu como referência para sua vida. “ainda que fosse mais criança, sentiu fortemente a perda do seu pai”, lembrando-se de várias passagens com o mesmo. Uma delas, era no leito de morte deste, no qual falava para sua atual esposa e para seus filhos “pagarem a conta da família no mês na *Casa Albino*”.

Há 51 anos, 22.09.1939, quando eu contava 16 anos de idade, faleceu o meu velho com 67 anos, idade que hoje conto. Eu já não era tão criança, mas ainda assim foi duro, muito duro. De todas as lembranças que guardo do cearense de QUIXADÁ, senhor ANTONIO LUIZ CORRÊA DA SILVA, há uma que só a morte ou a perda da memória poderá fazer-me esquecer: estava ele às portas da morte, tendo a sua frente seus cinco filhos OSMARINA, OSCARINA, OSVALDO, ORLANDO e ARTHUR, quando, com voz tênue, disse: - “Meus filhos, não esqueçam de pagar no fim do mês a nossa conta com o seu ALBINO”. Seu ALBINO era o português dono da “CASA ALBINO”, mercearia à época existente na Travessa 14 de abril, esquina com a Avenida Independência, hoje Avenida General Magalhães Barata. Proferidas essas palavras, imediatamente após faleceu meu pai. É evidente que seu pedido foi atendido (Silva, 1991, p. 2).

Outra lembrança familiar envolvia os outros irmãos, cuja quebra de uma janela de uma casa de um vizinho provocou a notificação da família para esclarecer essa situação perante o delegado. Após a volta da delegacia, o pai pune a todos de acordo com o “grau de culpa”. No entanto, após receberem a punição, eles conversaram entre si e confirmaram que o acontecimento não tinha sido culpa deles.

Determinados a fazer valer a punição, na noite seguinte quebraram a maioria das janelas da mesma casa, levando a chegar uma nova notificação ao seu pai. Após sua volta da delegacia, o filho mais velho Osvaldo, fala que o pai poderia dar qualquer punição (pois agora eram culpados), posto que a punição passada não foi merecida, já que, não havia feito nada. O pai, Antonio, falou que eles haviam sido punidos por antecipação e não seriam disciplinados dessa vez. Ele pagou os vidros e tomou responsabilidade sobre as janelas quebradas.

Nova intimação. Nova ida ao Posto de Polícia e nova reunião dos filhos do senhor Antonio Luiz, para o vereditum. Só que, por sorte, ele verberou nosso comportamento, e o OSVALDO pediu a palavra, que lhe foi concedida e a defesa foi: -“Pai, ante-ontem o senhor nos bateu injustamente; hoje, o senhor pode até nos matar, se quiser, porque somos culpados, mas antes éramos inocentes”. O cearense de Quixadá arregalou os olhos e perguntou ao ORLANDO e a mim se confirmávamos o que acabara de ouvir e porque confirmamos, ele disse: - “TUDO BEM, ENTÃO JÁ APANHARAM POR ANTECIPAÇÃO, NÃO FAÇAM MAIS ISSO”. É claro que o velho pagou o prejuízo (Silva, 1991, p. 2).

Logo após o falecimento do seu pai, o jovem Arthur foi morar com a irmã mais velha, Osmarina, casada, uma maneira de fornecer o apoio para que ele se guisse estudando, apesar dos questionamentos e da inquietação da idade, o qual já tinha interesse em trabalhar e ganhar sua própria renda. Dessa forma, aos 16 anos, fez uma “declaração, praticamente uma ameaça” a Osmarina e ao marido dela, pedindo um emprego, ou teria que sair da casa deles. Conseguiu seu primeiro trabalho por intermédio do seu cunhado que era Praça da Marinha do Brasil.

Inicialmente trabalhou raspando o cascalho do navio Jansen de Melo, aportado no porto de Val de Cães. No mesmo período começou a estudar à noite. Esse trabalho no porto durou apenas alguns meses, tendo logo arrumado outro emprego em uma agência do Jogo do Bicho, melhorando consideravelmente sua condição financeira até sua incorporação militar (Silva, 1991).

Com 19 anos recebeu a recomendação do soldado na Polícia Militar chamado Waldemar Gonçalves, o qual era seu amigo, que o orientou a entrar na corporação para fazer uma possível carreira e “escapar” da convocação para a II Guerra Mundial (1939 - 1945) que naquele momento já havia mobilizado o Brasil e estava em formação a Força Expedicionária Brasileira que combateria os nazifascistas no teatro de operações da Itália (Ferraz, 2013).

Ainda que o jovem tivesse o desejo de fazer o curso superior em Direito, entrou na Polícia Militar do Pará como soldado em 07 de agosto de 1942, sendo selecionado para a Tesouraria da Companhia de Guardas. Uma questão evidenciada a partir da incorporação do Soldado Arthur, é que a Polícia Militar que tinha menos de dez anos em seu efetivo, apresentava vários claros, necessitando de pessoal capacitado em várias frentes (Silva, 1991)⁷. Isso lhe permitiu fazer várias formações para crescimento na carreira Policial Militar, tal como o Curso de Formação de Cabos (CFC) concluindo em menos de um ano, tendo obtido o primeiro lugar na referida formação, atuando no comando da Guarda da Recebedoria de Rendas do Estado⁸.

Já capacitado e com destaque, o Cabo Arthur matriculou-se pouco depois no Curso Regional de Sargentos, sendo promovido à graduação de 3º Sargento em 16 de agosto de 1944, com cerca de apenas dois anos e nove meses na “Corporação de Fontoura”. Entre 1944 e 1945, o Sargento Arthur, ainda pensando no Bacharelado em Direito, tentou licenciar-se da corporação por duas vezes, sendo negada pelo seguinte despacho: *“Indeferido”*. *“O país está em guerra”* (Silva, 1991).

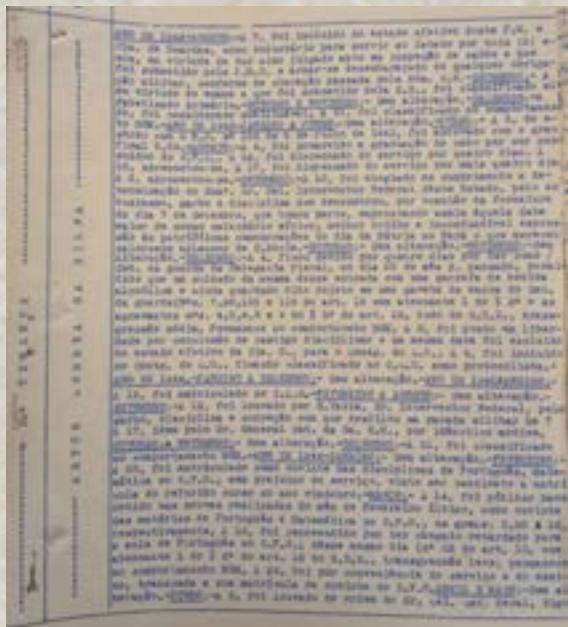
A Segunda Guerra Mundial terminou em maio de 1945, sendo que apenas em 1946, quando ele já se encontrava fazendo o Curso Regional de Aperfeiçoamento de Sargentos. Foi então que publicou no Boletim Geral da Polícia Militar a autorização para que os “elementos” que desejassesem licenciamento pudessem requerê-lo. No entanto, a partir deste ponto a sua decisão foi a permanência na Corporação, chegando ao “Aspirantado” em 1950, depois de ter feito o Curso de Formação de Oficiais (CFO), iniciado em 1947, sendo classificado como Oficial na Companhia de Guardas.

O processo de formação e a primeira atuação como Oficial estão registradas não só em suas memórias, mas no seu histórico militar, como visto na foto a seguir:

⁷ Histórico Militar do 2º tenente Arthur Correa da Silva, Fundo da Justiça Militar, Centro de Memória da Amazônia, 1952, p.1.

⁸ Histórico Militar do 2º tenente Arthur Correa da Silva, Fundo da Justiça Militar, Centro de Memória da Amazônia, 1952, p.2.

Figura 01: Histórico Militar inicial do oficial Arthur Correa da Silva.



Fonte: Histórico militar do Cel Arthur, Processo de investigação da Revolta de 1951, CMA, 2021, p.4.

Interessante que as narrativas de Arthur Silva podem ser relacionadas às concepções da micro história citados por Ginsburg (2007) que destaca a crítica feita por March Bloch ao ceticismo acadêmico sobre os acontecimentos históricos, que vistos por essa perspectiva não tocam no que existe por baixo desses acontecimentos ou fatos que são as mentalidades, a economia, as relações sociais, isto é, as falas, o testemunho do sujeito histórico Arthur Silva possibilitam entender a mentalidade dos sujeitos, assim como o contexto histórico mais ampliado. Outro detalhe é que escavando “os meandros dos textos, contra as intenções de quem o produziu, podemos fazer emergir vozes incontroladas” (Ginsburg, 2007).

3 O EPISÓDIO DE 1951 E A SUA VISÃO SOCIAL

No início da década de 1950, a situação era bastante complicada aos membros da Polícia Militar paraense, pois, sujeitos militares marcados por desvios de material e a ausência de pagamento aos quadros efetivo da Corporação levou a uma crise social. Neste período, o então Tenente Arthur prestava serviço no Comando Geral da Polícia Militar, imerso nos desdobramentos que levariam à “revolta de 27 de janeiro de 1951” (Silva, 1991).

As experiências políticas do Coronel Arthur Silva como militar que levaram às reivindicações sociais na década de 1950, podem ser explicadas, conforme afirma Thompson (1987), que enfatiza as reivindicações do direito do voto de owenistas e cartistas como possibilidade de obter outras vitórias, isto é, fruto de suas experiências que levavam a uma possibilidade dos trabalhadores alcançarem o controle de sua vida e trabalho durante o processo de formação da classe operária inglesa. De maneira análoga, as experiências sociais do Coronel Arthur Silva se fortalecem na sua experiência de não receber salário e vivenciar um contexto difícil no âmbito institucional.

Em uma dessas situações, como Oficial de dia no Comando Geral, recebeu certo cidadão que trazia um recado do Coronel Sinésio, então Comandante da Polícia Militar, para que ele ligasse ao referido Oficial superior. Ao ligar, ouviu a ordem de que deveria “entregar ao civil, que ali estava, cerca de 3 mosquetões e 200 cartuchos”. “O Tenente Arthur se posicionou contra a ordem”, ainda assim acatou a ordem de preparar uma cautela para a devida autorização” (Silva, 1991).

Após fazer a cautela, o Tenente Arthur comunicou o Fiscal Administrativo da Corporação, o Major Manoel Maurício Ferreira, o chefe da futura “rebelião” que ainda estava sendo gestada, recomendando que os

armamentos fossem protegidos tanto quanto possível. No outro dia, o Major Ferreira mandou tirar duas cópias da cautela, ficando com uma das cópias, entregando a outra ao Tenente Arthur e devolvendo a original ao Oficial de dia (Silva, 1991).

No dia 27 de janeiro de 1951, ele recebeu a ordem de informar aos Oficiais que deveriam estar no quartel para a revista, contando com 27 oficiais, além das designações das missões de cada um dos membros. Ao mesmo tempo, coube a ele a missão de prender a guarda dos Bombeiros da prefeitura municipal, substituindo-os por soldados da Polícia Militar. Essa informação é apresentada pela grande maioria dos Oficiais “revoltosos”, de forma que a maioria dos acusados havia sido chamada pelo Tenente Arthur⁹ (Silva, 1991).

“Na madrugada daquele mesmo dia a junta de militares composta pelo chefe da rebelião Major Maurício, o Capitão Julio Otero Seabra e o Tenente Arthur Silva, prenderam o Governador Waldir Bouhid” na avenida Serzedello Corrêa, após a saída do político de uma festa de aniversário em companhia do deputado federal João Guilherme de Lameira Bittencourt, integrante do mesmo partido do governador (PSD). O parlamentar solidarizou-se com o Governador, considerando-se preso também, porém o Major não concordou com ele, alegando que o problema dizia respeito ao âmbito estadual (Silva, 1991).

O Governador foi levado para o quartel do Comando Geral e às 6h, a tropa do Exército começou a investir contra a PM, o que fez o chefe revoltoso correr à sala do Estado-Maior onde se encontrava o preso e dizer-lhe: - “*Dr. Bouhid, o Exército vai atacar a PM, o senhor fique certo de que, no momento em que tombar o primeiro soldado meu, eu voltarei aqui para liquidá-lo.*” Essas palavras foram proferidas com uma metralhadora INA apontada para o Governador. “Logo após, foi preciso mandar buscar roupa limpa para o Governador deposto”. O Tenente Arthur Silva tornou-se testemunha da cena (Silva, 1991).

⁹ Processo de julgamento dos policiais na revolta de 1951, Justiça Militar do Estado, Caixa 01, 1952.

¹⁰ Ata de sentença do processo sobre a Revolta de 1951,

¹¹ Depoimento do acusado: 2º tenente Arthur Correa da Silva a Justiça Militar.

Ainda naquela manhã realizou-se o recolhimento dos Oficiais envolvidos no episódio de 1951. Todos foram levados do Comando Geral para unidades das Forças Armadas, como o 26º Batalhão de Caçadores (BC), Base Aérea de Belém e o 4º Distrito Naval. O Tenente Arthur Silva foi preso por 26 dias no 26º BC, aguardando até o final do inquérito cujo resultado final foi 3 a 2 em favor dos revoltosos (Justiça Militar, caixa 01, CMA, 1952, p. 727)¹⁰.

Com a imposição de recurso no processo, o Tenente Arthur Silva foi intimado a depor no Quartel General da 8º Região Militar. Durante o depoimento ele foi questionado se “*havia participado da revolta, quem a chefiava e qual o motivo do protesto*” (Justiça Militar, Caixa 01, CMA, 1952, p.1)¹¹.

As duas primeiras respostas foram fornecidas e anotadas pelo escrivão. Quanto à última pergunta, o Oficial que comandava o inquérito chamou a atenção do mesmo para a gravidade das acusações citadas (falta de pagamento e a entrega de munição e armamentos a civis), de forma que seria necessário comprovar as declarações com elementos materiais. O Tenente Arthur não só falou que tinha os comprovantes, como apresentou ao militar, mostrando a cópia da cautela dos armamentos entregues a civis que o Major Fiscal havia lhe ordenado a guardar, confirmado sua versão e colaborando para que o resultado final fosse a absolvição por unanimidade (Justiça Militar, Caixa 01, CMA, 1952, p.1).

4 A ATUAÇÃO POLÍTICA : ENTRE A CAPITAL E O INTERIOR DO PARÁ.

Em março de 1951, o então Tenente Arthur recebeu o cargo de ajudante de ordens do Chefe de Polícia da época, atuando sob comando dos Majores do Exército Geraldo Daltro da Silveira e Waldemar Alexandrino Chaves até o ano de 1953. Em setembro, desse mesmo ano, foi nomeado presidente de uma comissão para apurar o assassinato de alguns seringueiros por indígenas na cidade de Altamira. Nessa comissão, além de um membro do Serviço de Proteção do Índio (SPI), foi levado um pelotão da Polícia Militar e um repórter do jornal "A Folha do Norte", somados a membros da prefeitura de Altamira e de representantes do Banco da Amazônia e seringalistas (Silva, 1991).

Em 1955, enquanto ocupava o cargo de Delegado de Polícia de Cametá, Arthur Silva foi promovido ao posto de 1º Tenente, prosseguindo no cargo. Além disso, demonstrou disposição para atuar no cumprimento da legalidade e das leis políticas vigentes. Nas eleições de 1956, ocorreu um processo eleitoral normalizado na Zona Eleitoral de Cametá, exceto no município de Mocajuba, no qual, os eleitores do General Magalhães Barata não estavam de posse dos seus títulos. Sendo assim, os documentos foram retidos pelo juiz, ocasionando uma quebra da legislação eleitoral até porque os eleitores locais do candidato oposicionista (Epílogo de Campos) estavam com seus documentos eleitorais em mãos (Silva, 1991).

O 1º Tenente Arthur foi chamado à presença do Dr. Catete Pinheiro, Governador do Estado em exercício, que se encontrava muito preocupado com o problema. No entanto, após saber que em Cametá estava tudo tranquilo, baixou ato designando o Oficial para responder pela Delegacia de Mocajuba, para onde ele deveria seguir com razoável número de soldados, a fim de garantir a ordem pública, ausentando-se completamente de envolvimento político.

Uma fala do Governador marcou completamente a trajetória do Tenente, no qual foi descrita na íntegra: "Lembro-me perfeitamente de ter ouvido do mencionado governador a frase que a seguir reproduzo integralmente: 'Tenente Arthur, o dr. Catete Pinheiro deseja ardenteamente a vitória do Dr. Epílogo de Campos, mas o governador Catete Pinheiro não dá um passo sequer, em favor deste ou daquele candidato'" (Silva, 1991, p.16).

Dessa forma, assim que foi liberado retornou a Cametá, de forma a determinar seu substituto na delegacia, tal como a organização de uma tropa bem armada para atuar nessas eleições suplementares. Ao chegar, tomou conhecimento de que o Capitão da Aeronáutica Maravalho Belo estaria chegando a Mocajuba comandando muitos homens para impedir a eleição (Silva, 1991).

Após fazer o levantamento da força mobilizada por Maravalho Belo, o Tenente Arthur organizou seus homens, além de buscar fazer o primeiro contato com referido oficial na delegacia do município, no entanto o Capitão insistiu para que o Tenente se direcionasse para a praça matriz da localidade, e assim o fez. No local foi realizada uma conversa amistosa entre os dois, na qual, Maravalho deixa claro que representa os interesses dos Baratistas no município, enquanto o Tenente Arthur reafirma que caso haja desordem, a Polícia agiria sob seu comando com todo o rigor da lei. As eleições foram finalizadas com a vitória do General Barata após alguns dias, confirmado seu terceiro governo, eleito democraticamente (Silva, 1991).

Após a transição, o Capitão Maravalho foi selecionado para ser Comandante-Geral da Polícia Militar e, segundo o relato, estava quebrando certa tradição do Comando da Polícia ser realizado por um Oficial Superior do Exército, mostrando que o General Barata não via com bons olhos a Corporação desde seus primeiros governos. O Tenente Arthur foi convidado pelo Capitão Maravalho para a ser seu ajudante de ordens. Apesar de declinar inicialmente devido à incompatibilidade que via pela figura do General Barata, acatou a ordem e aceitou o cargo, construindo uma amizade com o Oficial da Aeronáutica. No entanto, sua passagem pelo Comando Geral foi curta, desencadeada pela demissão do chefe da Polícia Militar (Silva, 1991).

Após uma visita pessoal de três oficiais da PM à casa de Maravalho Belo, o Jornal antibaratista *Folha do norte* publicou uma matéria com a seguinte manchete: "OFICIAIS DA PM VISITAM SEU EX-

-COMANDANTE", causando um grande atrito entre o Tenente Arthur, com o novo comando, e o Governador Barata. O conflito foi tão intenso que o novo comandante o proibiu de visitá-lo novamente, com o Oficial recusando-se a cumprir a ordem e sendo preso após tentar visitá-lo:

Dois dias depois, o novo Comandante Geral – Coronel PM Mário Barriga Guimarães, meu compadre, porque padrinho da minha filha Rosemary, foi ao Batalhão de Polícia e, cara a cara comigo, disse-me que, de ordem do Governador, eu estava proibido de visitar o Cap. Maravalho. Entre atônito e realmente aborrecido, disse-lhe que naquele mesmo dia eu iria à residência do mencionado amigo. *Vá e será preso!* Fui. Ao sair do elevador do Ed. Bern, ouvi do meu amigo Ten. Josias Pereira Moreno, o único 1º Ten. mais antigo que eu, a expressão que ainda hoje não consigo esquecer: "*Arthurzinho, é uma pena, mas você está preso*". Fui levado para o meu quartel, onde fiquei incomunicável por 4 (quatro) dias. Não, não há equívoco não, foram quatro (04) dias mesmo, como se eu fosse um perigoso subversista. Terminada a incomunicabilidade, deixaram-me preso ainda por 16 dias (Silva, 1991, p.19).

Após esse relato, vem um pequeno desabafo do Oficial Arthur, principalmente sobre uma declaração posterior feita pelo Capitão Maravalho, no qual ao lembrar-se da situação ocorrida em Mocajuba para uma entrevista, disse que seu grupo havia levado da delegacia as armas da Polícia que estavam ali. Nesse ponto, ele lembra-se de que a Polícia Militar estava com um pelotão muito bem armado e que poderia fazer frente a qualquer ataque ou tentativa de tomada pelos Baratistas. Foi feito um inquérito com a resposta do Oficial Arthur, porém, o tema foi apenas discutido entre familiares e solicitado na própria entrevista para permanecer na posteridade, como o caso de uma amizade que apesar da proximidade, e das imensas dificuldades causadas, como uma repreensão direta do Governador Barata em uma reunião com a oficialidade da PM, foi destruída por uma alegação leviana (Silva, 1991).

Enquanto relembrava tal situação, citou uma audiência anterior que teve com o General Magalhães Barata, de maneira que havia sido designado para ser Delegado de Polícia em Almeirim, e que após o problema da visita ao ex-comandante, o Secretário de Segurança o acalmou, falando sobre o temperamento explosivo do General, entre outros aspectos. Ao entrar no gabinete o Oficial não citou qualquer situação referente ao ex-comandante, referindo-se apenas a negativa referente ao cargo em que foi nomeado para o interior, deixando claro desde o começo que os oficiais não eram obrigados a assumir cargos de Delegado, e que se o governador o quisesse no município, que criasse um pelotão da Polícia Militar para comandar lá. O Governador reclamou com seu ajudante de ordens, devido à ausência dessa informação. Somado a isso, o relato apresenta um relativo desinteresse em participar de ações políticas, apesar de ter se candidatado a uma vaga na câmara municipal de Belém pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de maneira a fugir da perseguição governamental (Silva, 1991).

Nessa mesma audiência, o Oficial Arthur permanecia com dúvidas sobre quem teria informado o General sobre essa candidatura, no qual o Governador perguntou em qual partido concorre, e após dizer que era o PTB o General respondeu da seguinte forma: - "*Ora, seu tenente, o PTB não tem votos*". Após o encerramento da audiência, o General soltou a seguinte frase: - "*Vá, seu Tenente, faça a sua campanha com cuidado e não fale mal do Governo, porque senão eu lhe preendo outra vez*" (Silva, 1991).

Passados alguns meses ele foi transferido para o Comando Geral e classificado como Secretário do Comandante, o Coronel Iran de Jesus Loureiro. Apesar da desconfiança inicial, ele percebeu que seu trabalho era valorizado pelo Comandante-Geral, de forma que seu nome foi um dos indicados em uma lista tríplice para a promoção para o posto de capitão. Nessa lista, um dos temas relatados foi a interferência de um deputado estadual em definir quem seria promovido dos três, prejudicando o então Tenente Arthur. Após tomar conhecimento da ação do parlamentar e respaldado pelos regulamentos, apresentou a denúncia ao Comandante-Geral, que se reuniu diretamente com o deputado na secretaria do Interior.

Após seu retorno ao gabinete com o referido deputado, houve uma acalorada discussão, na qual o então comandante colocou o deputado no seu lugar, informando que a este cabia os temas do legislativo e que da polícia comandava ele, e caso houvesse algum problema, iria comunicar o governador no interior e quando voltasse já seria Capitão. Dessa forma, sua promoção foi concedida em 25 de junho de 1960, sendo nomeado delegado de polícia de Cametá novamente após quatro dias da promoção.

Ao retornar para Cametá, estava imerso em investigações sobre diversas problemáticas municipais, como um conjunto de motores apreendidos que seriam fruto de contrabando, e que apesar da determinação judicial de devolução dos motores, a pessoa que os apreendeu recusou-se a cumprir a ordem judicial.

Após buscar respaldo com a chefia de polícia da capital e com a ida de um grupo policial maior para a cidade, a ordem foi cumprida e os motores devolvidos à firma solicitante. Quando tudo parecia caminhar para um desfecho tranquilo, o Capitão Arthur relata que um considerável grupo de populares começaram a depredar a lancha e o local onde os policiais estavam, contendo-se até o momento em que um de seus comandados foi ferido no rosto, quando o Comandante deu ordem de atirar para o alto para dispersar a população, feito segundo ele aumentado pela mídia de oposição, a qual apresentou as seguintes notícias no jornal vespertino de Belém:

Figura 02: Jornal “Folha Vespertina”, de 07 de janeiro de 1964, com a manchete: “*Tiroteado o Povo de Cametá*”



Fonte: Folha Vespertina, Hemeroteca do Centur, Belém, p.1, 2023.

A 19 de janeiro de 1961, treze dias após sua volta de Cametá, foi nomeado Delegado de Polícia de Igarapé-Açú, onde estava ocorrendo sério desentendimento entre o Prefeito e o Delegado local, indo no mesmo dia para o município, logo conversando com os dois separadamente, descobrindo que a razão do desentendimento era político-partidária.

Uma das principais constatações sobre a cidade de Igarapé-Açú foi a de que quase todos os homens andavam armados de faca, como provavelmente em boa parte do interior do Estado na época. Ele de pronto, resolveu acabar com esse hábito tão ilegal quanto perigoso. Para tal, baixou uma portaria instruindo o povo nesse sentido e determinando a apreensão de tais armas. Após essas medidas, o Capitão ficou surpreso com a quantidade de objetos apreendidos (mais de quatrocentos facas), encaminhadas à Delegacia Auxiliar dos Serviços do Interior (DASI), no fim do ano.

No final do seu relato, o Coronel Arthur Silva comenta sobre as boas lembranças que gaurda de Igarapé-Açú, pois foi onde sua esposa teve bastante saúde. Ele também recorda que gaurdou o registro do nome e a fotografia do quadro de formatura da primeira turma da *Escola Normal Regional Padre Antônio Callado*, onde lecionou as matérias de Português e Organização Social e Política Brasileira (OSPB). Em janeiro de 1966, após ter solicitado exoneração do cargo de delegado, assumiu em Belém, o Subcomando do Batalhão de Destacamento da Polícia Militar.

5 O CONTEXTO DO REGIME MILITAR: EXPERIÊNCIAS NA PREFEITURA DE BELÉM, SEGUP E O PÓS RESERVA NA TELEPARÁ.

Em 1967, no governo do Coronel Alacid da Silva Nunes, assumiu o Comando da Guarda Civil do Estado, onde permaneceu até junho de 1970, quando as Guardas Civis Estaduais foram extintas em todo o Brasil (Do Pará, 1970). Nessa função foi promovido ao posto de Tenente Coronel, no ano de 1968, voltando para a PM e assumindo a Chefia do Pessoal.

Já em 1971, foi chamado ao Gabinete do Comandante-Geral, pois havia recebido um convite para almoçar com o Coronel Nélio Lobato. Nessa ocasião, acabou sendo convidado para atuar como Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, cargo no qual o Coronel Lobato seria indicado em poucos dias pelo Governador do Pará.

A partir da saída do antecessor, o Prefeito começou a fazer certas recomendações sobre o serviço, na Chefia de Gabinete. Uma das quais dizia respeito a que nenhum funcionário, nem mesmo os Secretários municipais deveriam entrar em seu Gabinete sem que fosse dia de despacho, sem antes informar o assunto a ser tratado. O Chefe de Gabinete levaria o tema ao conhecimento do Prefeito. Quanto aos “elementos estranhos”, estes deveriam informar o que desejavam, a fim de serem encaminhados ao Prefeito, após ele tomar conhecimento do que se tratava, ou à repartição competente, para a solução de seus problemas.

Em menos de seis dias após essa situação, chegaram em comissão ao Gabinete José Quintino de Castro Leão, José Alberto do Couto Rocha e Olívio Chaves, *Secretários de Finanças, de Administração e Diretor-Geral de Mercados e Feiras*, respectivamente, pretendendo falar com o Prefeito. Como não era dia de despacho de nenhum dos três, estes foram questionados sobre o tema da reunião, de maneira que pegaram o oficial de surpresa: Inicialmente, perguntou-me se eu era bacharel em Direito. Peguei o peão na unha e disse: “*Quem sou eu? Doutor, isso é para os senhores, eu sou soldado!*” E veio então a declaração do que pretendiam falar com o Prefeito: evitar que eu fosse nomeado Chefe de Gabinete, por não ser advogado” (Silva, 1991, p.35).

Após a declaração, o oficial pediu para os secretários o aguardarem, ao entrar no gabinete para informar o que os secretários queriam, acabou que ele falou que esqueceu o que eles queriam (faltando com a verdade), de forma que os autorizou a entrada e repreendeu o chefe de gabinete. Após uma rápida conversa, o Coronel Arthur foi chamado à mesa de despacho do gabinete e ouviu as seguintes palavras do prefeito segundo seu relato:

“Coronel Arthur, quando o senhor me avisou de que estes Secretários queriam me falar, o senhor sabia o que eles pretendiam?” Respondi afirmativamente e pedi desculpas. O Coronel Nélio olhou em volta os secretários e lhes perguntou: -“Os senhores sentiram neste momento o valor moral do meu Chefe de Gabinete? Podem ir e voltem amanhã, às 10:00 horas, trazendo a Lei que determina que ninguém pode ser Chefe do Gabinete do Prefeito de Belém, sem ser bacharel em Direito, porque eu também não sou e nada obstante sou Prefeito. Se a Lei existir, eu chamarei o Dr. Augusto Meira, Presidente da Câmara Municipal e pedirei que providencie modificação ou uma nova Lei a respeito” (Silva, 1991, p. 35-36).

Os Secretários não voltaram no horário determinado, e o Coronel Arthur foi nomeado para exercer o cargo, permanecendo durante todo o mandato do Coronel Nélio Lobato e até o início do governo de seu sucessor, o Dr. Otávio Bandeira Cascaes, então secretário de saúde do município. Ao conversar com o sucessor, o Coronel Arthur foi explicando os trâmites do cargo ao novo chefe de gabinete, além de que o novo prefeito havia lhe perguntado se tinha interesse em permanecer na prefeitura.

O Oficial respondeu que sim, mas gostaria de permanecer em cargo equivalente, de forma que ao fazer a documentação da sua própria exoneração da Chefia de Gabinete, o prefeito o nomeou para chefiar a Secretaria de Administração de Belém (SEMAD), substituindo o Dr. José Alberto do Couto Rocha, uma grande ironia do destino, no qual uma das pessoas que havia tentado-o impedir de assumir o cargo, agora seria substituído pelo mesmo. O Coronel Arthur permaneceu na SEMAD durante todo o período do governo do Dr. Cascaes, retornando à polícia militar no posto de Tenente Coronel (Semad, 2023).

No ano de 1975, enquanto atuava na Polícia Militar, o Coronel Arthur foi convidado para servir como Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SEGUP), permanecendo nesse posto até 1977. Devido ao zelo e à ativa participação no serviço, recebeu uma recomendação do seu chefe imediato, o Coronel Dirceu Bittencourt de Sá. Enquanto estava nesse posto, ele foi promovido ao posto de Coronel, sendo transferido para a reserva a pedido após três dias dessa promoção.

No relato há uma contextualização, no qual o Coronel Arthur explica que até aquela época, era comum a nomeação de oficiais superiores do Exército para a Secretaria de Segurança, além do interesse de vários delegados. O então chefe da SEGUP indicou o Coronel Arthur, então Chefe de Gabinete, para substituí-lo interinamente como Secretário. A indicação foi aceita pelo Governador Aloisio Chaves.

Há uma passagem interessante sobre a solenidade de transmissão de comando da SEGUP, no qual contou com a presença do Comandante da 8º Região Militar o General Euclides Figueiredo, irmão do último Presidente da República do Regime Militar, em que dizia: *Eu te desejo boa sorte, mas não te gabo o gosto, companheiro, Polícia é fogo!*". O Coronel Arthur respondeu da seguinte forma: "*É isso mesmo, Vossa Exceléncia sabe que nem todos nascem para ser General!*". Novo sorriso, um aperto de mão e o General foi embora (Silva, 1991).

O Coronel permaneceu na secretaria até 1979, exercendo sua função até que o cargo fosse transferido para o Coronel Flarys Guedes Henrique de Araújo, o qual foi temporariamente chefe de gabinete até a sua saída definitiva da secretaria de segurança. Após sua saída da SEGUP em 1979, o agora coronel da reserva Arthur recolheu-se a vida familiar passando um tempo longe dos afazeres profissionais, fato que o deixou aborrecido e em busca de um novo horizonte profissional (Silva, 1991).

Dessa forma, após uma reunião no Clube Rotary, conversou com o Engenheiro Roberto Lomaglia, então presidente da Empresa de Telecomunicações do Pará S/A (TELEPARÁ), de forma a conseguir uma oportunidade de trabalho. Seu pedido foi prontamente atendido, tendo sido contratado em dezembro do mesmo ano. Inicialmente, assumiu a liderança do Departamento de Serviços Gerais. Com a mudança na presidência da instituição foi transferido para outro cargo.

Com a eleição de Dário Pinheiro para a Presidência, assumiu a Chefia de Gabinete do Presidente da TELEPARÁ. Em seu relato afirma que, apesar das diversas informações que recebia sobre a maneira ríspida que o senhor Dário se dirigia aos servidores em determinadas ocasiões, o viu como um competente administrador e como figura primordial na empresa.

Após a saída do Sr. Dário da presidência, o Coronel Arthur foi dispensado da função de Chefe de Gabinete e encaminhado à Divisão de Segurança Empresarial que era parte do Departamento de Serviços Gerais, função já exercida anteriormente e interpretada no seu relato como uma punição. Inicialmente, isso quase o fez pedir demissão. No entanto, decidiu permanecer no cargo para cumprir o pouco tempo que restava para adquirir a aposentadoria por idade. Ele alcançou o benefício em 31 de maio de 1990, encerrando décadas de carreira profissional no meio militar e nas comunicações (Silva, 1991).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato da história de vida do Coronel Arthur apresenta uma memória afetiva com o seu pai e seus irmãos, e permite conhecer o contexto histórico de Belém e de cidades interioranas do Pará a partir do período democrático pós-segunda guerra mundial, regime militar e redemocratização dos anos de 1980.

A memória pessoal do militar em tela permitiu uma nova visão sobre a "Revolta de 1951", muito além do que os jornais apresentam, tal como os processos crime sobre o evento, mostrando as razões e as problemáticas sociais que levaram à participação do Oficial.

Um ponto importante é a possibilidade de compreensão sobre as dinâmicas políticas do contexto paraense que destaca as disputas entre os Baratistas, ligados ao Partido Social Democrático (PSD) e os

opositores da União Democrática Nacional (UDN), de forma que a legalidade deveria ser o principal ponto de defesa da Corporação, independente das posições políticas pessoais.

Quanto a sua carreira militar, o Coronel Arthur apresenta sua atuação em três setores do serviço público estadual: a atuação como Chefe de Gabinete da capital paraense, a nomeação para atuar como Secretário de Segurança Pública, sendo uma quebra de paradigma, devido à convocação constante para esse cargo de Oficiais Superiores do Exército Brasileiro.

Esta carreira como “soldado paranse” sempre esteve alinhada a sua atuação em funções civis no pós-reserva na TELEPARÁ, fato que explicita a necessidade de pesquisas mais aprofundadas para compreender sua trajetória de vida pessoal como um fator importante para a construção de uma identidade militar relacionada à construção democrática do período do Nacional Desenvolvimentismo, uma relação entre o passado e o presente e principalmente a compreensão de um processo histórico no âmbito global.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZÔNIA, Centro de Memória da, **Processo de julgamento dos policiais na revolta de 1951**, Justiça Militar do Estado, Caixa 01, 1952. Composto de: 07 Páginas de Acusação Inicial do Processo; 05 Páginas de Histórico Militar do 2º Tenente Arthur Correa da Silva; 03 Páginas de Depoimento do acusado 2º Tenente Arthur Correa da Silva; 26 Páginas de Ata de Sentença do processo. Belém, 2023.

BELÉM, Prefeitura de. **Arquivo da Secretaria de administração municipal de Belém (SEMAD)**, Belém, 2023.

FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou:** a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000). EDUEL, 2013.

GINSBURG, Carlo. **O fio e os rastros:** verdadeiro, falso e fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Jornal **Folha Vespertina**, Janeiro de 1964, CENTUR, Belém, 2023. (07 e 09 de janeiro de 1964).

JUNIOR, José Dilson Melo de Souza, **Entrevista realizada com o Comandante Geral da Polícia Militar do Pará**, Belém, 13 de setembro de 2022.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 5ª ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 7ª edição. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2013.

PARÁ, Assembléia Legislativa do. **Lei nº 188/1970**, Banco de leis da ALEPA, Belém, 2023.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projetos História**, São Paulo: 15 abr 1997.

PRIORE, Mary Del. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 10, p. 7-16, 2009.

SILVA, Arthur Corrêa da. **Livro de memórias.** (Não publicado), Belém-Pa:1991.

THOMPSON, E . P . . **A Formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paes e Terra, 1987.

História e memória da participação do Pará em Missões de Paz da ONU: os 30 anos de atuação dos Policiais Militares no âmbito internacional (1993 - 2023).¹

Lucas Carnevale Machado²



¹ Artigo baseado no trabalho publicado na Revista Brasileira de História Militar com o título: A corporação de Fontoura sob o signo das nações unidas: Os relatos orais da participação pioneira de policiais paraenses na Operação de Paz em Moçambique (1993-1994).

² Doutorando em História Social da Amazônia pela UFPA, Mestre em Ciências do Patrimônio Cultural PP-GPATRI/UFPA, Especialista em História Militar pela UNISUL, Graduado em História pela UEPa. Professor da rede municipal de ensino da Prefeitura de Belém.

RESUMO

No ano de 1993, a Polícia Militar do Pará enviou sete policiais militares para participar da Missão de paz em Moçambique para compor o contingente brasileiro na ONUMOZ. Desde então a PMPA participou de mais duas missões pela Organização das Nações Unidas (ONU), no Haiti e na República Centro-Africana a fim de ajudar na reorganização dos Estados Nacionais, na superação das crises políticas e o fortalecimento das instituições de Estado democrático. Nessa perspectiva, apresentamos um panorama histórico da atuação dos membros da tropa paraense nas missões de consolidação da paz (*peacekeeping*), que completará 30 anos em dezembro de 2023, marcando em definitivo a história da Corporação de Fontoura no âmbito internacional. A metodologia se estabeleceu a partir de análises qualitativas de fotografias, quadros de atividades, entrevistas com os policiais militares e materiais do museu digital da PMPA.

Palavras-Chave: Missões de Paz, Polícia Militar do Pará, História e Memória.

ABSTRACT

In 1993, the Military Police of Pará sent seven military police officers to participate in the Peace Mission in Mozambique to compose the Brazilian contingent in ONUMOZ. Since then, the PMPA has participated in two more missions by the United Nations (UN), in Haiti and in the Central African Republic in order to help in the reorganization of National States, overcoming political crises and strengthening democratic state institutions. In this perspective, we present a historical panorama and the performance of the members of the Pará troop in peace consolidation missions (*peacekeeping*), which will complete its 30 years in December 2023, definitively marking the history of the Fontoura Corporation on the international scene. The methodology was established from qualitative analyses of photographs, activity frames, interviews with military police officers and materials from the PMPA digital museum.

Keywords: Peace Missions, Military Police of Pará, History and Memory.

RESUMEN

En 1993, la Policía Militar de Pará envió a siete policías militares para participar en la Misión de Paz en Mozambique para componer el contingente brasileño en ONUMOZ. Desde ese momento hasta ahora, la PMPA ha participado en dos misiones más de las Naciones Unidas (ONU), enviando policías militares a Haití y la República Centroafricana para ayudar en la reorganización de los Estados Nacionales, superando las crisis políticas y fortaleciendo las instituciones estatales democráticas. En esta perspectiva, presentamos un panorama histórico

de los objetivos y el desempeño de los miembros de la tropa de Pará en las misiones de consolidación de la paz (peacekeeping), que cumplirán 30 años en diciembre de 2023, marcando definitivamente la historia de la Corporación Fontoura en el ámbito internacional. La metodología se estableció a partir de análisis cualitativos de fotografías, cuadros de actividades, entrevistas con policías y materiales del museo digital de la PMPA.

Palabras claves: Misiones de Paz, Policía Militar de Pará, Memoria, Operaciones Militares e Historia.

1 CONTEXTO HISTÓRICO DAS MISSÕES DE PAZ

Desde a formação das primeiras unidades da Organização das Nações Unidas (ONU) para a manutenção da paz durante a crise de Suez (1956) entre o Egito e Israel, o Brasil apresentou destacada atuação na composição dessas missões, inicialmente com as Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), e contando com a posterior participação das Polícias Militares estaduais como tropa especializada.

Figura 01: Países Africanos que receberam as operações da ONU com apoio da Polícia Militar do Pará.



Fonte: Machado, 2022.

A partir da queda da União Soviética e do bloco socialista, no início da década de 1990, eclodiram diversos conflitos locais, herança dos processos de descolonização e de disputas políticas no pós-independência. Um destes conflitos estava em curso desde o processo de abandono colonial português com a Revolução dos Cravos, em 1974, resultando na criação de novos países: Angola, Cabo Verde, Moçambique, Timor Leste, Guiné-Equatorial e São Tomé e Príncipe. Dos países que falam português, neste trabalho será abordado especificamente o caso moçambicano. Na África também será abordado o caso da República Centro-Africana, nação sob domínio francês até os anos de 1960, passando por algumas crises políticas, tal como o surgimento de vários grupos armados no país. Além destes, será abordado o caso do Haiti, nação da América caribenha que após conquistar sua independência em 1804, passou por várias crises econômicas e políticas provocadas, seja por seu ex-colonizador (França), ou pela influência estadunidense na região, como “seu quintal”.

Em Moçambique, os problemas políticos foram agravados pelo fechamento da fronteira com a Rodésia (atual Zimbabue), país que era governado por um grupo rival a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) apoiava a oposição armada contra o *Apartheid* no país ao lado. Os Rodesianos, em

contrapartida apoiaram a criação de uma nova organização política dentro de Moçambique, a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), no qual foi apoiado por vários países limítrofes, tendo como base a guerrilha contra o governo da FRELIMO e contra o Comunismo (Silva; Aguilar, 2005).

Com o fim do apoio aos grupos conflitantes na década de 1990, a ONU iniciou a preparação para um acordo de paz e o fim dos conflitos entre a FRELIMO e a RENAMO, assinado em 1991, transformando-os em partidos políticos e iniciando o processo de reintegração social dos milhares de combatentes espalhados pelo país. Em dezembro de 1992, tem início a Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ) composta por tropas militares regulares e por policiais militares de várias nações (Aguilar, 2005).

A Polícia Militar do Pará foi criada em 1818, para servir como unidade de proteção territorial do Grão-Pará pelo Conde de Vila Flor, teve participações marcantes em grandes eventos militares da história do Pará e do Brasil, como durante a Cabanagem (1835-1840); A Guerra do Paraguai (1864-1870), formando o Corpo Paraense de Voluntários da Pátria e a Guerra de Canudos (1897), tendo ação destacada nos últimos ataques ao arraial de Belo Monte e com atuação de Oficiais da PM como o Coronel José Sotero de Menezes comandante inicial da operação (que foi ferido em combate) e o então Tenente Coronel Antônio Sérgio Dias Vieira da Fontoura, subcomandante inicial, e que após o ferimento do seu chefe imediato, foi o responsável pela consolidação da vitória no combate de 25 de setembro (Charlet, 2023; Machado, 2012).

A Força Militar Estadual foi extinta pelo Interventor Magalhães Barata após a Revolução de 1930, sendo reativada somente em 1932 e sendo reorganizada em 1935. Essa transição permitiu a criação de unidades Policiais Militares específicas na capital, assim como a construção de cursos de educação e de estudos ligados à formação de policiais, direcionando a Instituição Estadual para o cumprimento de suas obrigações constitucionais (Marreca, 1937).

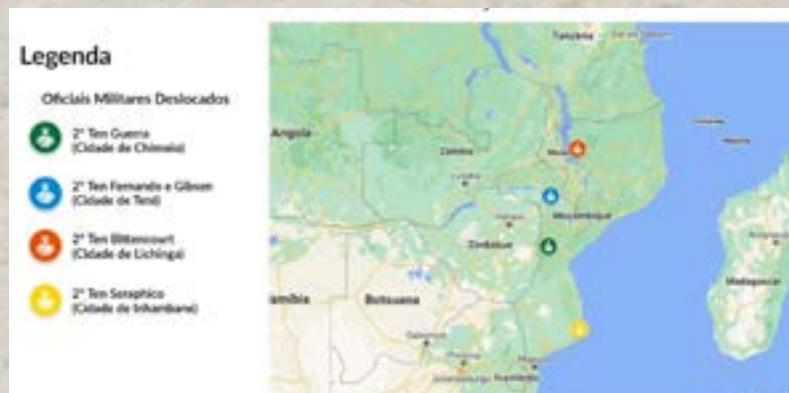
Entre a década de 1940 a 1980, as Polícias Militares estiveram sob constante supervisão do Exército, que através da Inspetoria Geral da Polícia Militar (IGPM) fazia as orientações acerca de armamento, doutrina, e de questões que buscavam fortalecer a ideia das Corporações Estaduais como Reserva do Exército (Cotta, 2018). Apesar disso, durante essas décadas, a Polícia Militar Paraense fortaleceu sua identidade, buscando em Fontoura e em outros militares históricos a consolidação dos signos da Corporação. A profissionalização constante possibilitou a criação em 1990 da Academia de Polícia Militar Coronel Fontoura, oferecendo uma formação mais completa aos oficiais.

Nesse contexto de busca de uma profissionalização pós-constituição federal de 1988, a Polícia Militar do Pará por meio do Comandante-Geral à época, o Coronel PM Cleto José Bastos da Fonseca, decidiu convocar oficiais intermediários para participar da ONUMOZ (1993-1994), buscando essa experiência de missão internacional, além de incluir a Corporação no panorama das instituições militares brasileiras que colaboraram junto às Nações Unidas. A partir daí, a Corporação paraense passou a compor algumas outras missões de paz posteriores, tal como a Missão de Estabilização do Haiti, (MINUSTAH), ocorrida entre 2004 e 2010, e a Missão de estabilização para a República Centro-Africana, (MINUSCA), cujo inicio acontece em 2018 e permanece em operação até a atualidade.

2 A FORMAÇÃO DAS NAÇÕES SOB INTERVENÇÃO DA ONU: MOÇAMBIQUE, HAITI E REPÚBLICA CENTRO AFRICANA.

2.1 O CASO DE MOÇAMBIQUE.

Moçambique é um Estado Nacional da África subsaariana, colonizado por Portugal desde o século XV, que tinham como principal objetivo alcançar as "Índias orientais", contornando por completo o continente africano. Os portugueses alcançaram a região durante as rotas de Vasco da Gama para o sub-continento indiano, de forma que já haviam entrepostos comerciais árabes na região, sendo consolidado o domínio português na região nos séculos XVI e XVII (Cabaço, 2007).

Figura 02: Mapa de Moçambique com a localização dos postos de trabalho dos oficiais paraenses entrevistados.

Fonte: Machado, 2022.

Durante o final do século XIX, Portugal consolidou a posse da região ocupando os territórios explorados por empresas de capital luso-britânico, em que colaboraram com o extermínio dos reinos nativos restantes. Nesse período, a capital do território passou por mudanças, indo da Ilha de Moçambique (ao norte) para a Cidade de Lourenço Marques, atual Maputo (ao Sul) (Cabaço, 2007).

Com o surgimento do Estado Novo Português, comandado por Antônio Salazar, intensificou-se o processo de repressão cultural aos moçambicanos, de forma que consolidou a atuação direta da igreja católica em assuntos sobre educação na região, em um período no qual o analfabetismo alcançou 90% da população local, somado ao processo de concessão de mão de obra barata a África do Sul como trabalhadores braçais, além do incentivo na vinda de portugueses pobres para o Ultramar como colonos. (Silva, 2019; Silva, 2005; Cabaço, 2007).

Ainda que recebesse incentivos referentes à formação de redes de transportes e o *status* de província ultramarina na década de 1950, o governo português continuava o processo de repressão às aspirações moçambicanas de independência, que levaram para o exílio muitos de seus cidadãos (Silva, 2005). Estes conseguiram refúgio nos países vizinhos, como Quênia, Tanzânia e Malawi; Mesmo longe de sua terra, não deixaram de defender a independência moçambicana, formando alguns grupos de resistência (inicialmente política, depois como guerrilha) aos colonizadores portugueses. Estes grupos unificaram-se na Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), organizada em 1964 e agiu diretamente contra Portugal durante a Guerra do Ultramar. Ainda que houvesse grande resistência dos moçambicanos, o conflito manteve o domínio colonial português até 1974, O ponto de ignição para a independência foi a Revolução dos Cravos, movimento político que encerrou o período de domínio salazarista no poder e iniciou o declínio de Portugal em seus territórios ultramarinos na África e na Ásia (Januário, 2019).

A atuação na guerra dos grupos de resistência moçambicanos na Guerra do Ultramar tinha sido unificada no grupo político da FRELIMO, o poder foi entregue a eles, cuja posição política estava bem próxima do marxismo-leninismo. Dessa forma, algumas nações fronteiriças começaram a desconfiar desse novo governo e passaram a financiar e consolidar grupos guerrilheiros contra este governo estabelecido em Moçambique (Silva, 2005; Januário, 2019). No ano de 1977, a nação enfrentava vários combates entre si, em que de um lado estava o governo marxista da FRELIMO, e do outro uma organização guerrilheira de caráter antimarxista de direita apoiada e equipada pelo governo segregacionista da Rodésia do Sul, de Ian Smith como resposta ao apoio da FRELIMO aos guerrilheiros africanos de Robert Mugabe os quais lutavam contra o regime do Apartheid Rodésiano (Silva, 2005).

Esses guerrilheiros de direita formaram a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), atuando em guerra irregular (Guerrilha), sabotagem e Guerra regular. Nesta guerra as duas facções políticas dominavam determinadas regiões da nação, e que, após 15 anos de conflito, deixou o país em grande desgaste social e econômico, com milhares de civis mortos, feridos e mutilados. Cabe lembrar que os dois

lados do conflito moçambicano recebiam apoio direto e indireto das superpotências militares em disputa (Estados Unidos e União Soviética) as lideranças dos regimes capitalista e socialista respectivamente que disputavam a “Guerra Fria”. Esse conflito global encerrou-se em 1991, com a dissolução da União Soviética, encerrando a polarização ideológica global, e diminuindo o apoio material aos diversos grupos envolvidos em conflitos ao redor do globo, tal como em Moçambique, em que ambos os lados passaram à mesa de negociação nesse período, de maneira a evitar um isolamento político que complicaria ainda mais a situação de Moçambique (Silva, 2005).

Entre os anos de 1990 e 1992, foram realizadas várias conferências entre a FRELIMO e a RENAMO, que ratificaram o fim das hostilidades no dia 04 de outubro de 1992, estabelecendo a organização de uma missão das Nações Unidas como elemento responsável para a desmobilização dos combatentes e pelas eleições democráticas de 1994 (Silveira, 2019).

2.2 A SITUAÇÃO DO HAITI

O Haiti passou por administração colonial francesa entre os séculos XVII e XVIII, o qual instituiu um sistema de exploração de escravos e da monocultura de cana-de-açúcar, e passou por um processo revolucionário complicado, levando a ilha para obter sua independência e o processo de ascensão dos antigos grupos escravizados ao poder da nação. Com este desenrolar, o Haiti encontrou inúmeras dificuldades financeiras e passou por sucessivas instabilidades políticas, devido a pressões e atuações de nações estrangeiras que resultaram, posteriormente, em um processo de invasão militar do país caribenho pelos Estados Unidos no século XX (Meneghel, 2012).

Figura 03: Mapa do Haiti, Estado Caribenho onde a PMPA participou da missão da ONU.



Fonte: Machado, 2022.

Durante o século XX, além da imposição dos EUA, que durou até a década de 1930, a nação Haitiana passou por vários períodos de ditaduras, principalmente com a atuação da Família Duvalier, comandado por Papa Doc (1957-1986), e a era Aristide (localizada entre períodos intermitentes durante 1990-2004). Esses tempos de instabilidade política e social levaram à mobilização da ONU no Haiti nos anos 1990, com os problemas da corrupção nos governos da Família de Papa Doc, antes do processo de atuação das Nações Unidas no país. No entanto, tal apoio, em grande parte, se resumia em distribuição de produtos e víveres, com distribuição de alimentos para a população civil, e iniciativas para consolidar as instituições locais voltadas para Saúde, Educação, Segurança, entre outras demandas.

Antes da MINUSTAH, houve uma Intervenção conjunta da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA) de 1993 a 1996, que teve como principal característica a atuação de tropa de imposição de paz sob comando dos EUA. Além de mais três missões de apoio ao País (Aguilar, 2005).

A partir de 2004, a ONU enviou vários contingentes de militares de variadas nações sob o comando Brasileiro, com o objetivo de ajudar o governo Haitiano no controle e pacificação dos grupos armados na capital, *Porto Príncipe*. Nessa missão, o Brasil participou efetivamente, com contingentes sendo substituídos a cada semestre, variando as origens das tropas, essa constante substituição possibilitou a integração dos militares na Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti até o ano de 2017, com o encerramento da missão.

2.3 A INTERVENÇÃO NA REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA

A República Centro-Africana tem sua origem na década de 1960, na qual a região fazia parte da África Ocidental Francesa, colônias determinadas pela conferência de Berlim em 1885, contexto do capitalismo monopolista do século XIX. Sobre o período anterior à colonização europeia, não há informações consideráveis para a construção da pesquisa, na qual abordaremos o processo que levou às crises políticas e na instalação da MINUSCA.

Desde a formação da nação, houve uma grande dificuldade na formação de tropas unificadas, em que havia constantes grupos os quais dividiram organizações militares periféricas, mantendo-se em atividade constante devido o controle de rotas de tráfego, tal como os diversos recursos minerais disponíveis no país (Da Silva, 2020). De 1964 a 2014, houve diversos golpes na República Centro-Africana, que foi marcado pela interferência francesa e dos militares nacionais, resultando em constantes massacres e descumprimento dos direitos humanos nos variados pontos de controle da RCA.

Desde 1993, a referida nação permaneceu com constante intervenção de tropas estrangeiras, principalmente da União Europeia e das Nações Unidas, como a: *Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana* (MINURCA) e a *Força da União Europeia na República Centro-Africana* (EUFOR RCA), sendo essa última autorizada pelo Conselho de segurança da ONU (De Campos, 2021). Com as constantes ameaças de genocídio e da manutenção de um Estado não consolidado em questões de ordem social interna, assim como a problemática de controle de fronteiras com o Sudão e o Chade, as forças de paz continuaram na região, organizando o Estado e as forças militares/policiais da RCA (Da Silva, 2020).

Assim, a missão prosseguiu com a designação de Missão Internacional de Apoio à República Centro-Africana (MISCA), na qual teve suas ações limitadas apenas a Capital e suas proximidades, resultando na inoperância das ações da ONU nas localidades do interior do país, levando a mudança na missão em 2014, no qual a MISCA passou a ser a *Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana* (MINUSCA), que permanece até a atualidade em operação (Bozzo, Bursed, Filho, 2021).

3 A POLÍCIA MILITAR PARAENSE E A SUA ATUAÇÃO HISTÓRICA

A Polícia Militar paraense tem uma trajetória de atuação regional, sendo formada em 1817 como um corpo de cavalaria de 2º linha, diretamente ligada ao comandante das armas e ao presidente da província do Grão-Pará, processo que foi consolidado com a formação oficial do Corpo de Polícia em 1818 (Charlet, 2022).

A unidade atuou na manutenção do *Status quo* político, em diversos momentos, como na Cabanagem (1835-1840) atuando em favor do governo imperial na capital e nos interiores, e também ao lado cabano.

Como a Guarda Nacional não havia sido consolidada como elemento presente na província, o corpo de polícia esteve constantemente ligado junto do exército de 1º linha e suas unidades estacionadas

em Belém, de forma que a Polícia paraense foi inteiramente voluntária e mobilizada para a Guerra do Paraguai (1864-1870), (Machado, 2012).

Já na República, a atuação desses policiais paraenses em conflitos regionais mostrou-se importante, devido à grande repercussão na mídia de época sobre o Arraial de Belo Monte (Canudos). Foram feitas três incursões militares fracassadas em Belo Monte, usando de tropas de 2º Linha (polícias locais e jagunços) e de 1º Linha (Exército) que perderam armamentos e recursos humanos (Machado, 2012).

Na quarta e última expedição, tropas do exército compostas de cavalaria e artilharia, somadas a tropas de policiais do Pará, avançaram sobre a localidade em 25 de setembro de 1897, no qual o comandante da unidade paraense, Coronel Sotero de Menezes foi ferido na perna, sendo levado para a retaguarda para tratamento. Seu imediato, Tenente Coronel Antônio Sérgio Dias Vieira da Fontoura, deu ordem para a tropa a fixar-se em suas posições e consolidando o avanço cada vez mais para o interior do Arraial, permitindo o pioneiro hasteamento da bandeira brasileira no local, assim como a bandeira do estado do Pará, marcando o início da vitória das tropas militares sobre os revoltosos (Gomes Filho, 2013; Marreca, 1937).

Apesar da visão posterior da Guerra de Canudos como elemento controverso, a passagem da tropa paraense no conflito deixou profundas marcas na corporação, construindo a formação de vários signos como seu patrono, os heróis tombados ou feridos na batalha e cuja história foi constantemente promovida no imediato fim do conflito pela República Brasileira. A tropa passou por inúmeros processos de mudanças, tomando parte em revoluções como o movimento de 1917, combatendo ativamente o tenentismo e suas tentativas de revolta na região em 1924 e 1930, este último processo resultou na extinção da polícia pelo Interventor Joaquim Magalhães de Cardoso Barata, devido suas contínuas atuações na contenção aos movimentos tenentistas que ele tinha atuado diretamente (Machado, 2012).

Assim, entre 1930 e 1932, o policiamento do estado foi feito somente pela Guarda Civil ligada ao Interventor, sendo complementada somente em 1932, após o acontecimento de uma revolta estudantil em Belém a favor dos paulistas. Os revoltosos conseguiram tomar a sede da chefatura de polícia e tomaram armas, consolidando a revolta por mais alguns dias. A partir disso, foi criada uma companhia de Estabelecimento (Infantaria), com veteranos militares da Força Pública e que foram convocados por completo até 1935, quando a Polícia Militar é reorganizada com as seguintes unidades: um Batalhão de Caçadores, um Regimento de Cavalaria e o Comando Geral (Oliveira, 2013).

Junto com esse ressurgimento, é fundado em 1939 o primeiro Curso de Formação de Oficiais (CFO) especificamente para policiais não ligados ao exército como antes, permitindo maior autonomia para o ensino e a corporação, de forma que os oficiais tivessem um aprendizado mais aprimorado para os deveres e funções da profissão policial (Marreca, 1940).

De 1939 a 1989, muitos oficiais da Polícia Militar paraense eram formados internamente pelo Exército Brasileiro e em várias outras escolas estaduais de Polícia Militar, as quais apesar das semelhanças de currículo, preparavam os oficiais para as peculiaridades de suas regiões específicas (Vale, 2018).

No ano de 1990, foi fundada a Academia de Polícia Militar Coronel Fontoura (APM), única escola de formação consolidada a partir dos quadros de oficiais da Polícia Militar do Pará e que formou Oficiais de outros estados da Região amazônica. A formação dos oficiais na APM é um elemento importantíssimo para especialização de atividade policial militar, inclusive nas Missões de paz da ONU. Por isso, a maioria dos Oficiais PM que atuaram em missões de paz eram recém-formados nesta instituição de Ensino. E mais a frente houve a participação de uma Praça do gênero feminino a qual passou a atuar nas Missões e que apresenta um avanço na formação de Policiais Militares, pois além de ser uma mulher, também é a primeira Policial Militar formada no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), criado em 1973, a participar dessas operações internacionais (Vale, 2018).

Assim, a PMPA passou a enviar Policiais Militares às missões de paz, tal como a ONUMOZ em Moçambique (1993-1994), no final do século XX; no Haiti (MINUSTAH) (2009-2010), e a Missão atual

na República Centro-Africana (MINUSCA) (2018-2023), estas últimas, já no século XXI. A seguir temos a tabela de relação de Policiais Militares que participaram das missões de paz supracitadas:

Quadro 01: Relações de policiais militares da Polícia Militar do Pará nas missões de paz da ONU.

Nome completo do Militar	Posto na corporação (Na missão/ Na Atualidade) Respectivamente	Entrevistado ou não	Missão e ano de atuação
Fernando C. Gibson de Carvalho	2º Tenente / Coronel	Sim	ONUMOZ - Moçambique (1993-1994)
Cláudio Guerra	2º Tenente / Tenente Coronel	Sim, parcialmente (In memoriam)	ONUMOZ - Moçambique (1993-1994)
Mário Antônio	2º Tenente / Coronel	Não	ONUMOZ - Moçambique (1993-1994)
Márcio Fernando Borges	2º Tenente / Coronel	Sim, parcialmente	ONUMOZ - Moçambique (1993-1994)
Marcos Eismann	Capitão / Coronel	Não (Falecido em 2019)	ONUMOZ - Moçambique (1993-1994)
Sandoval Bittencourt de O. Neto	2º Tenente / Coronel	Sim	ONUMOZ - Moçambique (1993-1994)
Waldomiro Seraphico A. C. Neto	2º Tenente / Coronel	Sim	ONUMOZ - Moçambique (1993-1994)
José V. Braga da Silva	Major/ Coronel	Não	MINUSTAH - Haiti (2006 - 2007)
Fabrício Bassalo	Capitão/ Coronel	Sim	MINUSTAH - Haiti (2009 - 2010)
Darilene M. Moura	Cabo/ 3º Sargento	Sim, parcialmente	MINUSCA - República Centro-Africana (2018 - atualmente)

Fonte: Museu digital da PMPA; Machado (2022).

4 “A CORPORAÇÃO DE FONTOURA” E AS MISSÕES INTERNACIONAIS.

4.1 A MISSÃO PIONEIRA: ONUMOZ

O mandato da missão da ONU em Moçambique começou em dezembro de 1992, com a formação dos primeiros elementos constituintes da ONUMOZ e da mobilização dos países membros para os militares interessados em contribuir. Segundo artigo escrito pelo General de Divisão, Lélio Gonçalves Rodrigues da Silva, antigo Comandante Militar da ONUMOZ, foram constituídos cerca de cinco segmentos profissionais para atuar em Moçambique: um componente Militar, uma Divisão Humanitária, uma divisão eleitoral e uma Divisão Administrativa. O contingente policial no qual o trabalho se trata, foi formado por último (dezembro de 1993), devido a organização policial de Moçambique ser formada por grande maioria de membros da FRELIMO (Governo), necessitando de uma fiscalização maior da ONU (Silva, *In Aguilar*, 2005).

No processo seletivo para a organização desse contingente, são constantemente relatadas as avaliações de aptidão para um idioma estrangeiro, ainda que o processo tenha sido descentralizado nas próprias corporações militares e organizações estaduais. Após os resultados e a definição dos aprovados, não houve treinamento para os que iriam atuar em Moçambique. Eles receberam a instruções já nos postos que atuariam. Todos os entrevistados relataram terem atuado em diversas funções ligadas aos objetivos da

missão, de forma que cada um tinha atribuições diferentes em suas regiões de trabalho. Um ponto importante é que a ONUMOZ foi a missão na qual os policiais militares paraenses atuaram em quatro províncias moçambicanas. A seguir, temos a foto nº 02 que apresenta a equipe da PMPA, da esquerda para direita F. Gibson, Seraphico e Marcos Eismann (em pé); C. Guerra, Mário Antônio, S. Bittencourt e Fernando (sentados) todos distribuídos nas diversas províncias de Moçambique:

Figura 04: Equipe Pioneira da Polícia Militar do Pará selecionada para a ONUMOZ.



Fonte: Acervo pessoal do CEL PM Fernando.

A próxima foto apresenta o 1º Tenente PM Seráphico em inspeção a um posto Policial numa localidade na província de Inhambane, conforme podemos ver a seguir:

Figura 05: Inspeção a um Posto Policial na Província de Inhambane, Moçambique.



Fonte: Acervo pessoal do Cel PM Seraphico.

A seguir temos a tabela que apresenta as diversas atividades nas províncias moçambicanas desenvolvidas por Policiais Militares sob a supervisão da ONU.

Quadro 02 – Atividades dos Policiais Militares em Moçambique.

Atividades desempenhadas pelos militares paraenses na ONUMOZ (1993-1994)	Relatado por (militares)
Treinamento da Polícia moçambicana	Coronel. Seráphico, Bittencourt.
Fiscalizadora dos processos eleitorais de 1994	Coronel. Bittencourt, Fernando.
Participantes nos processos de desarmamento da FRELIMO e da RENAMO	Coronel. Guerra, Bittencourt, Fernando, Gibson.

Fonte: Machado (2022)

Nessa missão, como os lados que estavam em conflito eram bem definidos, de forma que após o cessar fogo, boa parte das tropas policiais de Moçambique pertenciam a FRELIMO⁴, os quais entravam em embates com civis ou organizações ligadas a RENAMO⁵, cabendo aos paraenses ter “jogo de cintura”

para mediar essas situações. Isso resultava em prisões e detenções de militares e policiais da ONU em acampamentos e locais de desarmamento. Os membros das Nações Unidas obedeciam e os brasileiros, em especial, usavam elementos como o Futebol para amenizar as crises entre os veteranos da FRELIMO e da RENAMO, somado ao aporte da influência cultural brasileira no país, como as novelas, filmes, entre outros. (Bittencourt; Guerra, 2020 *in* Machado, 2022).

Outro ponto encontrado constantemente na fala dos Policiais Militares paraenses, era sobre o processo de treinamento da Polícia Moçambicana, pois era comum a visita em destacamentos nos interiores do país. Nestes relatos, apresentam-se diversas problemáticas entre a população civil e as tropas, como em casos de prisões arbitrárias, na dificuldade de reconstrução dos espaços públicos e privados, além das disputas políticas entre diferentes grupos de ex-guerrilheiros, de forma que os brasileiros que atuavam como intérpretes de língua portuguesa para as línguas locais, faziam um trabalho de mediação, colaborando para a manutenção das boas relações entre as comunidades e a polícia. (Gibson, 2021 *in* Machado, 2022).

Estas inspeções, ao mesmo tempo, mostravam-se um dos principais elementos de tensão permanente de um país que acabara de sair de um conflito civil em décadas. Isso, resultou em vários acidentes causados pela presença de minas antitzerca nas estradas, que vitimou vários membros da ONU, inclusive um policial paraense o qual passava em uma caminhonete 4x4 (Gibson, 2021 *in* Machado, 2022).

No processo de conclusão da missão, os policiais paraenses da ONU auxiliaram as equipes internacionais de Inspeção sobre as eleições presidenciais de Moçambique, ajudando no diálogo dos membros da ONU nos locais de votação, tal como o acompanhamento do processo de eleição e apuração dos votos, seja para evitar intimidações e fraudes eleitorais.

Após o retorno desses militares para o Brasil, boa parte dos Oficiais foi lotada na Academia de Polícia Militar “Coronel Fontoura”. O objetivo era que estes profissionais contribuíssem com suas visões e experiências de atuação em missão de paz, atualizando os novos oficiais sobre o *modus operandi* em países que passaram por conflitos de grandes proporções. Essa presença na APM, inspirou outro oficial que estava em formação, o qual anos depois participaria da ONUMOZ, e tomaria parte em uma missão da ONU no Haiti (Bassalo, 2019 *in* Machado, 2019).

4.2 A ATUAÇÃO NO HAITI - MINUSTAH

Os relatos do Coronel PM Fabricio Bassalo mostram algumas das principais atuações dos membros policiais militares do Pará na MINUSTAH, em que aparece um pequeno panorama da missão no país caribeno antes do sismo de 2010. Na sua fala, aparece pela primeira vez a diferença no processo de seleção dos policiais em relação aos militares do Exército, no qual o processo de seleção dos PMs era individual, enquanto o Exército selecionava contingentes militares para substituir os quadros que estavam no Haiti (Bassalo, 2019 *in* Machado, 2019). Nesse processo, a seleção foi feita para o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), responsável por fazer o treinamento e a preparação do policial militar para compor os quadros da Polícia das Nações Unidas (UNPOL). Além da aptidão em diversos idiomas, o CCOPAB atualiza os militares sobre as diversas dinâmicas em que o militar das Nações Unidas encontra-se imerso, tendo que apresentar aptidão sobre os sistemas da ONU e as diversas características das missões.

Após esse treinamento, o Capitão Bassalo atuou diretamente na Cidade de Porto Príncipe, destacando o processo de organização e instrução da Polícia Nacional Haitiana, em que contribuiu para formar quadros nacionais especialistas no controle de crises (principalmente dispersão de multidões), e práticas de inteligência policial para a contenção de práticas criminosas como o tráfico de drogas (Bassalo, 2019 *in* Machado, 2019). Já o então Major Braga, teve como um dos principais pontos de atuação na Traffic and Circulation Unit, unidade responsável pela orientação da polícia nacional Haitiana, para lidar com as questões de gestão e organização do trânsito (Silva, 2007). Uma das importantes parcerias de atuação da unidade de trânsito era realizada com a parceria da Engenharia do Exército Brasileiro, responsável por colaborar na reconstrução da estrutura viária do Haiti (Silva, 2007).

Cabe lembrar que ao mesmo tempo em que havia o desenrolar destas funções, o referido oficial tinha a atribuição de comando de toda a tropa policial Brasileira da ONU, de forma que sua fala reforça a importância na manutenção de uma tropa coesa e com uma boa comunicação, de forma que os idiomas exigidos (inglês e francês) são extremamente necessários para lidar com membros da segurança pública originários dos cinco continentes do mundo (Silva, 2007).

Figura 06: Fotografia do Capitão PM Bassalo na Missão de Paz no Haiti, juntamente com o Capitão SA'ED Al Maitah, Comandante da SWAT na Jordânia.



Fonte: <https://missaodepaz.wordpress.com/2015/04/23/major-pmpa-bassalo-em-operacao-no-haiti/>.

A seguir, a tabela 3 apresenta algumas das atividades desempenhadas pelos Oficiais que atuaram no Haiti Capitão PM Bassalo e Major PM Braga, que nos ajudam a entender o papel dos militares paraenses no país caribenho.

Quadro 03: Atividades desempenhadas pelos Policiais Militares no Haiti.

Atividades desempenhadas pelos militares paraenses na MINUSTAH (2009-2010).
Treinamento da polícia haitiana em dispersão de multidões e ações de inteligência policial.
Atuação em conjunto no combate ao tráfico de drogas na região.
Colaboração com a realização das Ações Cívicos-Sociais (ACISOS).
Organização dos treinamentos de uma instituição de fiscalização de trânsito ligada a Polícia Nacional Haitiana.

Fonte: Entrevista com o Coronel PM Bassalo.

Um ponto de impacto no relato pessoal foi sua colaboração nas Ações Cívicos-Sociais do Exército, em que foram levadas aos civis haitianos, algumas especialidades médicas, alimentos, entre outros elementos, no qual pelo fato de ser brasileiro, apresentava considerável facilidade para conversar com a população local.

O Coronel PM Bassalo voltou cerca de três dias antes do sismo de 2010, escapando ileso da situação catastrófica em que o Haiti acabou lançado, e no qual o seu chefe imediato na missão, um coronel canadense veio perecer devido ao terremoto. Ainda que não tenha presenciado o desastre, foi um abalo considerável a perda de um colega da ONU, mostrando grande preocupação na época em relação aos outros amigos de outras nações que serviam junto dele (Bassalo, 2019 *in* Machado, 2019).

Um elemento bem enfatizado no final da entrevista, é a diversidade de origens e de elementos que compunham a MINUSTAH, pessoas de todos os continentes, com diversas manifestações culturais e sociais, apresentaram ao oficial um “espírito cosmopolita” na atuação desses policiais, no qual apesar das diferenças, todos buscavam colaborar para a melhoria das condições no país e no êxito da missão.

4.3 MINUSCA: A ATUAÇÃO DA PRIMEIRA MULHER POLICIAL MILITAR DO PARÁ NA REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA.

A 3ºSargento Darilene Monteiro Moura, foi a primeira mulher e Praça da Polícia Militar do Pará a ser aprovada e selecionada para compor uma missão de paz da ONU. O processo seletivo foi o primeiro a colocar na mesma disputa Praças e Oficiais das Corporações Militares estaduais. Entre os mais de 200 concorrentes foram aprovados 52, dentre as quais estava a Sargento PM Darilene. Além da proficiência em língua estrangeira, a sargento realizou no CCOPAB vários testes com armamento e direção de veículos das Nações Unidas. Em 2018, ela foi direcionada à Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a República Centro-Africana (MINUSCA), servindo no 8º Distrito. No seu relato, um elemento constante é que mesmo distante do Brasil, a policial seguiu atuando no corpo de tropa, agora das patrulhas da ONU.

Figura 07: 3º Sargento Darilene pela MINUSCA-2023.



Fonte: Acervo pessoal da Sargento PM Darilene.

Além do caráter ostensivo, essas patrulhas tem uma grande importância social para a população local, de forma que as autoridades da ONU tomam conhecimento das principais demandas das comunidades, servindo como mediadoras nesse processo. Neste ponto, o fato de ser brasileira colabora para que as comunidades valorizem sua presença, tal como seus avisos e informes, de maneira que boa parte da popu-

Atividades desempenhadas pela militar paraense na MINUSCA (2018 - 2023)

Realização de patrulhas

Interação direta com as comunidades locais

Apoio e distribuição de mantimentos para a população civil

Monitoramento das eleições presidenciais na República Centro-Africana

Treinamento das polícias locais

lação levanta dúvidas sobre futebol, filmes, sobre a região amazônica, entre outras questões. A seguir na tabela de nº 04, as atividades que a Sargento PM Darilene desempenha nas missões no RCA atualmente.

Quadro 04: Atividades desempenhadas pela Sargento PM Darilene na RCA/2023.

Fonte: Entrevista com a 3º SGT PM Darilene.

Para a Sargento PM Darilene, a sua área de atuação dentro da República Centro-Africana carece bastante de recursos hídricos, de forma que cabe às Nações Unidas realizarem o processo de organização dos carros pipa e da distribuição de água, cabendo a escolta aos policiais da MINUSCA. Além dos carros pipa, outro fator citado pela Sargento paraense é a segurança dos templos religiosos no país (mesquitas e igrejas), em que os conflitos religiosos acabam sendo um catalisador de grupos radicais que agem pela coação contra cristãos e muçumanos. (Moura, 2023)

Um importante fato apresentado pela Sargento Darilene foi o processo de reorganização do Estado Centro-Africano, através da sua Polícia e das eleições democráticas, processo acompanhado pela

MINUSCA com atenção. A atuação de policiais da ONU nas patrulhas da polícia local colabora como mediadores de conflitos, em que além de evitar problemas, desenvolvem instruções para a Polícia local atuar nas comunidades próximas para servir a sociedade.

Nas eleições presidenciais, um episódio marcou a atuação da Sargento paraense. No dia da eleição, houve um ataque “intimidatório” coordenado contra as eleições. Homens armados com fuzis apareceram em vários pontos do país para que as eleições fossem canceladas ou que os eleitores não votassem, de forma que até o posto em que a militar paraense estava foi atacado. Essa situação de perigo foi devidamente contornada e as eleições prosseguiram, tendo sido acompanhadas completamente pelas Nações Unidas.

Atualmente, a 3º Sargento PM Darilene representa a “Tropa de Fontoura” na segunda missão na MINUSCA, contribuindo diretamente no corpo dos militares da missão, em contato direto com uma diversidade de profissionais de segurança de diversas nacionalidades dentro da ONU e de seus funcionários. Essas atividades desenvolvidas agregam considerável experiência profissional para o profissional da segurança pública, reforçando as noções de respeito aos direitos humanos e o constante diálogo com as lideranças comunitárias para que a missão tenha sucesso .

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesses trinta anos a “Corporação de Fontoura” atuou em conflitos internacionais com êxitos em colaboração com a ONU. Nota-se uma constante profissionalização dos processos de seleção e organização dos quadros que partem para o estrangeiro, de forma que o policial militar seja capacitado para lidar com a pressão e tome as mais diversas escolhas em curto tempo.

Outro aspecto importante é o desenvolvimento do processo de ingresso nas missões, em que Praças e Oficiais participam da mesma seleção para adentrarem nos Quadros de militares da ONU. Uma visão de seleção que em poucas décadas no passado seria impensável, pois no processo de hierarquia e experiência de comando restringia-se qualquer seleção a participação apenas do oficialato. Atualmente, pela missão específica e da profissionalização Policial Militar os diversos setores tomam conhecimento das missões e dos processos seletivos, democratizando as possibilidades de disputar vagas nos grupos da ONU.

A partir das entrevistas é possível perceber um discurso de elementos que permanecem comuns entre os entrevistados ao longo desses 30 anos, os quais todos afirmam que a atuação Policial Militar possui uma “certa facilidade” devido a experiência em lidar com situações de mediação entre os militares locais e a comunidade civil. Todos destacam o “jogo de cintura”, como características dos militares paraenses e também pelo impacto da cultura brasileira nesses países como fatores os quais colaboraram para essa “compatibilidade” dos policiais militares paraenses em meio às Missões de Paz.

Por fim, é importante destacar que para além da democratização no ingresso de Policiais Militares que participam das Missões Paz, outro elemento é a divulgação da história e das atividades prestadas por esses policiais nas Nações Unidas. Cabe aos historiadores e policiais, colaborar para a consolidação dos estudos e análises das trajetórias destes homens e mulheres pertencentes a “corporação de Fontoura”, cujas participações em missões da ONU marcaram a história policial do Pará, colaborando na defesa dos direitos humanos e da sociedade, destacando uma história de prevenção e cuidado efetivo relacionado aos grupos vulneráveis em conflitos internacionais.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR, Sérgio Luís Cruz. **Brasil em missões de paz**, São Paulo, Usina do livro, 2005.

AGUILAR, Sérgio Luís Cruz. Uma ‘**Cultura Brasileira em Operações de Paz**’. Caderno GAP Conflitos III. Contribuição Brasileira às Missões de Paz da ONU, 2008.

BOZZO, Maria Carolina Cisotto. BURSED, Ana Luiza de Campos. FILHO, Maurício Vidoto Farinazzo. **O conflito na República Centro-Africana:** violência pós-eleições de 2020. Série Conflitos internacionais, v. 8, nº. 4, Agosto de 2021.

CABAÇO, José Luís de Oliveira. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CASTELO-BRANCO, Luís. **As missões da ONU na África Austral:** sucessos e fracassos. Nação e Defesa, 2003.

CHARLET, Ronaldo Braga. História e memória da Polícia Militar do Pará. PARÁ, Polícia Militar do. Anuario 2021, Belém, 2022. Disponível em: <https://www.pm.pa.gov.br/anuario-pmpa/file/37522-anuario-pmpa-2021.html>.

COTTA, Francis Albert. **A emergência do "militar de novo tipo": um estudo antropológico na polícia de Minas Gerais.** in RODRIGUES, Fernando da Silva e ARIAS NETO, José Miguel. História militar entre o debate local e o nacional (Série estudos reunidos volume 51), Jundiaí, Paco editorial, 2018

DA SILVA, Maria Felícia. **O Conflito na República Centro-Africana e a Responsabilidade de Proteger: Desenvolvimentos da Operação Minusca.** 2020. Tese de Doutorado. Universidade da Beira Interior (Portugal).

DE CAMPOS, Ligia Maria Caldeira Leite et al. O Conflito na República Centro Africana. **Dossiê de Conflitos Contemporâneos**, v. 2 n. 2 2021.

FREITAS, Jeane Silva de; DE ARAÚJO, Wemblley Lucena. A política externa brasileira para a África: o envolvimento do Brasil nas operações de paz como instrumento de inserção internacional no continente africano. **Revista Política Hoje**, v. 23, n. 2, p. 105-124, 2014.

GOMES FILHO, Gregorio Ferreira. Sombras da historiografia brasileiro: Marreca e o Regimento Militar do Pará em Canudos. **EXAMĀPAKU**, v. 1, n. 1, 2013.

JANUÁRIO, Emílio Mário. **Estudo da luta de libertação nacional de Moçambique.** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e memória;** tradução Bernardo Leitão ... [et al.], Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LOPES, Fabiano Luis Bueno; **Batalhão Suez: História, memória e representação coletiva - (1956-2000)**(Dissertação de Mestrado), UFPR, Curitiba, 2005.

MACHADO, Lucas Carnevale. **Experiências pessoais e coletivas de militares Paraenses das Forças de Paz da ONU na MINUSTAH:** Uma abordagem de suas memórias orais (2008 - 2017). UEPa, Belém, 2019.

MACHADO, Lucas Carnevale. A corporação de Fontoura sob o signo das nações unidas: Os relatos orais da participação pioneira de policiais paraenses na ONUMOZ. **Revista Brasileira de História Militar.** Ano XIII, nº 31, p. 6, 2022.

MACHADO, Francisco Ribeiro. **Visão Histórica da Polícia Militar do Pará:** pesquisa e compilação. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2012.

MARRECA, Orválio Deolindo da Cunha. **A Milícia Paraense e a Sua Heróica Atuação na Guerra de Canudos.** Belém: Guajarina, 1937.

MARRECA, Orválio Deolindo da Cunha. **Histórico da Polícia Militar do Pará:** Desde seu Início (1820) até 31 de dezembro de 1939. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1940.

Versão digital disponível em: <http://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publication/file/livros/historicodapoliciami->

litardopara1940/52/

MENEGHEL, Stela Nazareth; FERLA, Alcindo Antonio; SHRAMM, Joyce Mendes. Queimada–o uso de um filme histórico na formação em saúde, Haiti, 2012. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 6, n. 2, 2012.

MOURA, Darilene Monteiro. Representatividade Feminina: a inspiradora história da 3º Sargento Darilene, a primeira Policial Militar do Pará em missão de Paz da ONU. **Revista Da Polícia Militar do Pará**, v.1, jul./dez., 2022.

MOURA, Darilene Monteiro. Videoconferência realizada em 23 de Junho de 2023, Belém, 2023.

OLIVEIRA, Walter Pinto de. **Memórias de Uma Revolta Esquecida: O Baixo-Amazonas na Revolução Constitucionalista de 1932**. Editora Pakatatu, Belém 2013.

Organização Das Nações Unidas, **Carta das Nações Unidas** (Em português), disponível em <https://nacoesunidas.org/carta/>, Acessado no 04 de janeiro de 2019, às 15:45

PORTELI, Alessandro. **O que faz a História Oral diferente**. Projeto história, São Paulo, 1997.

SILVA, Giselda Brito. Salazarismo e educação colonial em África: Angola e Moçambique em perspectiva comparada. **30º Simpósio Nacional de História**, Recife, 2019.

SILVA, José Vicente Braga da. **Entrevista do chefe do contingente policial brasileiro no Haiti**. Site Defesanet, 04 de outubro de 2007. Disponível em: <https://missaodepaz.wordpress.com/2009/05/26/major-braga-pmpa-da-entrevista-ao-site-defesanet-04out2007/>.

SILVA Lelio Gonçalves Rodrigues da. Operações de paz das Nações Unidas em Moçambique. in AGUILAR, Sérgio Luís Cruz. **Brasil em missões de paz**, São Paulo, Usina do livro, 2005.

SILVEIRA, Kaiutan Venerando Ruiz da. **As operações de paz como instrumento de política externa: motivações da participação brasileira na ONUMOZ e UNAVEM III**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

VALE, Jesiane Calderaro Costa. **Da Academia de Polícia Militar ao IESP: A formação de oficiais da Polícia Militar do Pará (1988 a 2014)**. Tese (Doutorado), Belém, UFPA, 2018.

Marechal Sotero de Menezes: do apogeu ao esquecimento.

Alexandro Abner Campos Baia¹

Villy Soares da Gama²

João Pedro Oliveira Leita da Gama³

Leonardo Oliveira Pinheiro⁴

David Augusto de Souza Nogueira⁵



¹ Pós-graduado em Geoprocessamento Aplicado FACI WYDEN, Coronel da Polícia Militar do Estado do Pará, Antigo Chefe do Centro de Memória da Polícia Militar do Estado do Pará.

² Graduado em Licenciatura em História pela Universidade da Amazônia (UNAMA) Voluntário Civil do Centro de Memória da Polícia Militar do Estado do Pará.

³ Graduando em Licenciatura em História pela Universidade da Amazônia (UNAMA), Voluntário Civil do Centro de Memória da Polícia Militar do Estado do Pará.

⁴ Graduando em Licenciatura Plena em História pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), Voluntário Civil do Centro de Memória da Polícia Militar do Estado do Pará.

⁵ Graduando em Licenciatura Plena em História pela Universidade do Estado do Pará (UEPA) Voluntário Civil do Centro de Memória da Polícia Militar do Estado do Pará.

RESUMO

Este artigo visa analisar o contexto sócio-político em que se inseriu o Marechal José Sotero de Menezes, importante personalidade histórica nos alto círculos políticos e militares. A partir do entendimento de sua trajetória, podemos perceber como a república insurgente era frágil nas relações políticas, gerando descontentamentos principalmente nos altos círculos militares, motivando declínio na trajetória de Sotero de Menezes na vida pública brasileira. Foram utilizados como fontes principais recortes de jornais do período e entrevistas com os descendentes do militar, a partir de uma abordagem que visou sintetizar percepções atuais atreladas à memória e fontes da época.

Palavras chave: Sotero de Menezes; Memória; Polícia Militar do Pará; militares.

ABSTRACT

This article analyses the social and political moment before the movement called "tenentismo", that lives the figure of the Marshal José Sotero de Menezes, important historical personality in the highest political and military spheres. Into the comprehension of his life, we can see how the insurgent republic was fragile in its political relations, generating conflicts mainly on the high military circles, reason of Sotero's fast decline on his public life. Was used how mainly source journals and interview with Sotero's offspring, inside an approaching that synthesizes actual perceptions with memories of the Sotero's period.

Keywords: Sotero de Menezes; Memory; Military Police of Pará; military

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar el contexto sociopolítico del pre-tenentismo en el que se insertó el mariscal José Sotero de Menezes, una importante personalidad histórica en los altos círculos políticos y militares. A partir de la comprensión de su trayectoria, podemos ver cómo la república insurgente era frágil en las relaciones políticas, generando descontento principalmente en los altos círculos militares, razón de la rápida decadencia de la carrera de Sotero de Menezes en la vida pública brasileña. Las principales fuentes fueron recortes de periódicos de la época y entrevistas con los descendientes de los militares, desde un enfoque que pretendía sintetizar las percepciones actuales vinculadas a la memoria y las fuentes de la época.

Palabras claves: Sotero de Menezes; Memória; Polícia Militar De Pará; Militar

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi construído numa ação coletiva promovida pela Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA), por meio de sua unidade denominada Centro de Memória da PMPA, visando o resgate da memória institucional (militar e política) e pessoal do Marechal José Sotero de Menezes, personalidade importantíssima na história da Polícia Militar do Pará (PMPA) devido ao seu protagonismo na Guerra de Canudos. Ademais, sua passagem pelo Alto Oficialato do Exército Brasileiro (EB) e pelo Senado Federal mostra-nos uma figura singular, reveladora de um contexto dos altos círculos sociais Pré-Tenentismo.

A pesquisa foi construída essencialmente na análise de fontes jornalísticas, principalmente a *Revista do Brasil* (BA), a *República* (PA) e *A noite* (RJ), abordadas a partir de uma perspectiva qualitativa, em que se buscou extrair da redação marcas do período analisado como o grupo social que o jornal circulava. Foi também realizada uma entrevista com a família Sotero de Menezes, buscando colher depoimentos, a partir de questionário aberto, de como seus membros preservam atualmente a memória do Marechal, observando as reflexões do passado nos meandros e necessidades cotidianas do tempo presente.

As discussões que se fazem presentes ao longo dessa pesquisa encontram-se atreladas à questão da memória, enquanto objeto de estudo da historiografia. A memória na instituição militar, na imprensa, nos círculos políticos e a familiar revela-nos que à figura de Sotero de Menezes, atribuíram-se diversas imagens diferentes. Após a sua morte, o Exército Brasileiro (EB) por exemplo, não teve a devida preocupação de preservar em seu universo simbólico e pragmático a vida do Marechal: a ausência da citação de seu nome nas narrativas internas, nos hinos, nos cursos de formação etc. Enquanto que a PMPA eleva sua figura à galeria de heróis da instituição, em suas canções, em condecorações, entre outras referências. Revelando aí uma ambivalência de como as instituições militares enxergam um mesmo indivíduo.

Por fim, cabe dimensionar a importância que essa pesquisa tem para a *Nova História Militar*, em meio aos estudos e debates recentes da historiografia. Longe de propor uma *epopeia heroica* a uma personalidade do oficialato, tal como faziam os autores da *historiografia positivista* ao tratar acerca dos militares, esse estudo tem um debate social muito mais forte do que somente discorrer acerca da vida do Marechal. Para indivíduos como os pertencentes a sua família, apropriar-se da memória de seu antepassado possui uma relação direta com suas necessidades atuais, como a reivindicação de direitos legais que durante muito tempo foram negados pelo EB na tentativa de relegar ao esquecimento a memória do marechal.

2 O APOGEU

Sotero de Menezes, jovem de 16 anos, resolve combater na Guerra do Paraguai, se alistando no Corpo dos Voluntários da Pátria, no dia 19 de abril de 1865 (Brasil, 1908), no estado da Bahia, marchando efetivamente em 25 de setembro daquele ano, quando este havia recém-completado 17 anos no qual “pela relevância de seus serviços, pela coragem e bravura de seus atos, durante a campanha, foi promovido: a alferes, em 29 de dezembro de 1869 e a tenente em 1º de janeiro de 1870” (Brasil, 1908). Apesar de ter lutado como Alferes⁶ na Guerra do

⁶ Equivalente atualmente ao posto de Aspirante à Oficial nas instituições militares. Ver Portaria Nº 1.424, de 8 de Outubro de 2015.

⁷ MARRECA, Orválio Deolindo da Cunha. **Histórico da Polícia Militar do Pará:** Desde seu Início (1820) até 31 de dezembro de 1939. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1940, pg 61.

⁸ Marechal foi a patente máxima no Exército Brasileiro e na Força Aérea Brasileira.

Paraguai - assim, sendo um jovem oficial veterano de guerra - só começou a ter visibilidade na sua carreira militar quando é designado para comandar o Corpo Militar de Polícia do Pará⁷. Tendo sido nomeado por meio da Portaria de 18 de março de 1887 para ser o comandante-chefe da referida instituição, nesse período ainda ocupava o posto de Capitão, entretanto, foi comissionado no posto de Major-Comandante (Rego, 1981).

Nesse contexto, o Corpo Militar de Polícia do Pará estivera passando por transformações, inclusive no próprio comando. O Governado do Estado, no mesmo ano, por meio da Lei nº 1.327 de 19 de dezembro, o promoveu ao posto para Tenente-coronel Comissionado, fazendo com que José Sotero de Menezes subisse rapidamente para o novo posto, mesmo que em pouco tempo fosse exonerado do cargo por transgressão disciplinar (Rego, 1981). Em 1892, entretanto, o mesmo volta ao posto, para apaziguar as relações entre as tropas estaduais e federais, permanecendo na função até o ano de 1900, quando, mais uma vez, teria sido exonerado do cargo, agora por desavenças políticas com o então Governador à época, José Paes de Carvalho (Rego, 1981: 101).

Apesar da exoneração, a carreira militar (também motivo de sua ascensão política) de Sotero de Menezes não acabou no episódio, pelo contrário, o Corpo Militar de Polícia do Pará foi apenas o pontapé para sua chegada ao posto de Marechal do Exército⁸. A Guerra de Canudos foi talvez o episódio mais marcante em sua carreira nesse período. Por meio de sessão extraordinária do Senado Federal, no dia 8 de março de 1897, o então governador do Estado do Pará ofereceu dois destacamentos para lutarem em Canudos, compostos por tropas advindas do Regimento Militar do Estado.

O Tenente-coronel Sotero de Menezes, por ser o responsável pela escolha dos homens que comporiam esses dois destacamentos, foi designado ao posto de Inspetor do Regimento Militar do Pará, e nomeou o Tenente-coronel Benedicto Hemetrio Valente para comandar o 1º Regimento de Infantaria do Estado do Pará e o Tenente-coronel Antônio Sérgio Dias Vieira da Fontoura para comandar o 2º Regimento de Infantaria do Estado do Pará, lembrado *post-mortem* como patrono da Polícia Militar do Pará.

Figura 01: Sotero de Menezes como Comandante-Geral da PMPA



Fonte: Pintura de Daniel Freire.

Como mencionado anteriormente acerca do episódio de Canudos, cabe aqui ressaltar o feito mais importante de Sotero de Menezes que, possivelmente, o destacou no alto círculo militar brasileiro: a batalha de 25 de Setembro. Nessa contenda, às vésperas da vitória sobre Canudos, apesar de ter sido uma derrota para as tropas legalistas e o Tenente Coronel Sotero de Menezes ter sido ferido em combate, tal infortúnio que se abateu sobre ele tornou-se um *tributo de sangue*⁹ bem visto posteriormente, quando a guerra acabou e as honrarias começaram a ser cedidas, principalmente pelo Comando do 1º Distrito Militar do Exército, que louvou a ação do comandante na Ordem do dia de 06 de novembro de 1897 (Rego, 1981).

Sotero de Menezes foi exonerado do Comando do Corpo Militar do Estado do Pará, em 1900, por desavenças políticas com o então governador à época, entretanto, o apreço que teria conseguido entre os círculos da elite local¹⁰ e nacional já era muito maior para que naquele momento caísse em “ostracismo político”.

Em sua filosofia política, Sotero de Menezes passou para a história como um republicano, se elegendo por um desses partidos na Bahia como Senador da República. O que significa dizer, também que o mesmo era bem visto por esses republicanos paraenses que encontraram no jornal o instrumento para defender “com unhas e dentes” o até então comandante do Corpo de Polícia. Em sua demissão, *A República* classificou sua exoneração a partir de “tolices ditadas por um espírito de vaidade” do então Governador do Estado do Pará, Justo Chermont (*A República*, 1900).

Classificava-se este como “militar brioso e disciplinador” que de acordo com o periódico, devido “as faltas de considerações ao seu alto cargo por parte do governo” este se revoltou e acabou por ser demitido do cargo, se apresentando tão logo ao 36º Batalhão que ficava em Manaus.

Figura 02: Trecho de jornal de 1900 tratando da exoneração de Sotero de Mene-

Quando um povo é soffreado nas suas aspirações, é de notar-se a maneira prompta com que aproveita os pequenos enfejos para provar o seu desagrado nos satrapas que o opprimem.

Si o dr. Paes de Carvalho estivesse em a residencia do coronel Sotero de Menezes, duas horas sequer no dia immediato à consumação da sua imprudencia, teria oportunidade para certificar-se do quanto aquelle cavalheiro e seus distinatos companheiros demissionarios são estimados em o nosso meio.

Teria occasião de ver que as sympathias de que goza o menos popular dos quatro officiaessão, todavia, mais sinceras e numerosas do que mesmo as de que goza a exc. neste momento.

zes de seu cargo militar e identificando o prestígio dele em seu meio social.

⁹ A expressão “tributo de sangue” era atribuída ao recrutamento forçado para as Forças Armadas do Brasil até a implementação do serviço militar obrigatório com base na Lei do Sorteio em 1916. Os soldados eram profissionais, servindo às vezes por até 20 anos, e não seguiam a uma reserva ao final do serviço. Nem todos os soldados e marinheiros serviam forçados, pois havia voluntários. O Estado tinha um baixo grau de burocratização e alcance sobre a população, deixando a administração do recrutamento sob a influência das elites locais. O Exército tinha pouco controle sobre o processo. A apreensão dos recrutas era realizada por destacamentos policiais e militares.

¹⁰ *A República*. Belém, 16 de mar. de 1889.

Fonte: A República (PA), Edição 538 de 12 de outubro de 1900.

Com a entrada no século XX, Sotero de Menezes continuou participando de importantes momentos da história nacional, como foi o caso do bombardeamento no Estado da Bahia em Salvador, no qual viria a ser uma das figuras protagonistas. Tal participação também fora, em certa medida, resultado de sua participação na repressão da revolta da vacina anos antes, em 1904.

Então, ao fim de sua vida, o prestígio de sua longa carreira militar, de aproximadamente 53 anos, esmorece com sua reforma. À época de sua morte, aos 71 anos (A Noite, 1921), carregou em sua bagagem o fato de ter lutado em duas guerras e participado da manutenção da ordem legal em diversas revoltas. Ainda assim, por mais condecorado que fosse, o reconhecimento de sua trajetória pelos altos círculos políticos cessou quase de imediato, principalmente, devido à péssima recepção pública das notícias acerca do bombardeamento de Salvador.

Figura 03: Imagem do Sotero colorida artificialmente por Inteligência Artificial (IA)



Fonte: Revista do Brasil, 1911.

3 O ESQUECIMENTO E O AVIVAMENTO DA MEMÓRIA DE SOTERO DE MENEZES

Uma das principais características da memória é a multiplicidade que ela apresenta em uma sociedade, ou seja, diferentes grupos vão ter olhares diferentes em relação a um mesmo objeto. Em relação à figura do Marechal será abordada a percepção de três instituições sendo elas: a Família, o Exército e a Polícia Militar do Pará. Tendo em vista isso, enfatiza-se que determinados grupos terão diferentes perspectivas de olhar um evento ou neste caso, uma figura histórica.

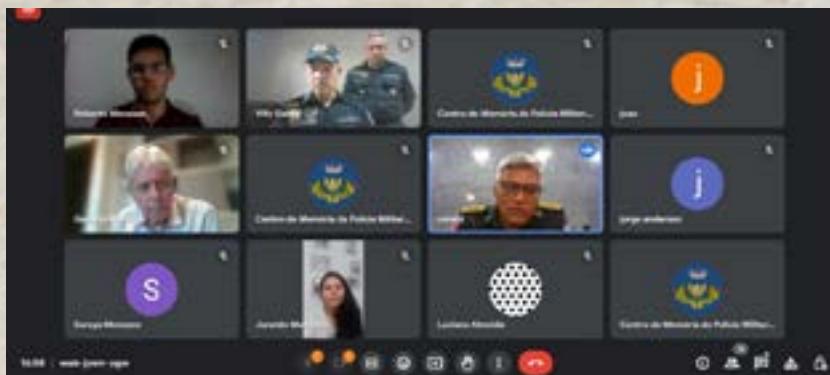
O Marechal Sotero deixou sua marca em diferentes instituições, cada uma delas com conceitos e definições estabelecidas sobre o mundo. Isto determina a forma com que interagem com determinados eventos e pessoas. Por isso, a análise da percepção sobre quem foi Sotero de Menezes, precisa ser observada separadamente em cada um desses ciclos sociais (Candau, 2021).

Deste modo, é necessário entender também que a memória permuta entre o imaginário coletivo e o individual. Por isso, é oportuno saber distinguir cada um na hora de analisar essas percepções, não apenas por uma conveniência prática, mas por uma necessidade funcional, pois quando tratamos do Exército e da PMPA estamos nos referindo a um tipo de imaginário coletivo em cima de uma figura representativa, a História da instituição. Em contrapartida quando falamos da família, nos deparamos com um grupo menor de indivíduos, contudo não menos importante, pois partilharam com ele elementos que só no seio familiar puderam ser perceptíveis, apreendidos.

Tendo em vista a trajetória da vida política e militar da figura de Marechal, busca-se neste presente artigo compreender como diferentes grupos percebem a memória do Sotero. Assim, temos a figura da

família de Sotero de Menezes, especificamente, o seu bisneto Roberto Matheus Sotero de Menezes Nascimento, que vem reunindo informações a respeito da vida política e militar do seu bisavô. O Centro de Memória da PMPA conseguiu se comunicar e fazer uma entrevista com o bisneto via *GoogleMeet*.

Figura 04: Print da tela durante a Entrevista realizada pelo *GoogleMeet* com os familiares do Marechal



Fonte: PMPA.

Figura 5: Qr Code de acesso á entrevista.



Fonte: Centro de Memória da PMPA.

Temos então o nosso primeiro foco da pesquisa à relação do Roberto Nascimento e seus parentes com a figura do Marechal podem observar um grande esforço em recuperar itens e documentações sobre o Sotero, prática esta totalmente contrária à forma como o Exército Brasileiro (EB) cuidou destas fontes. É visível tanto para os pesquisadores do Centro de Memória (CM) quanto para os familiares do Marechal Sotero, que o cuidado do EB não foi satisfatório com essas documentações referentes a essa trajetória e que, por sua vez, a PMPA teve um tratamento diferenciado para com as mesmas.

O Relato da família se torna importante como fonte historiográfica para a pesquisa na perspectiva metodológica da história oral que foi aberta de uma forma mais consistente na medida em que a escola dos Annales rompe com a antiga historiografia tradicional, embasada totalmente na figura dos “grandes homens”, a partir das chamadas fontes oficiais. Logo após o término da segunda guerra mundial, a utilização desse método tornou cada vez mais latente em sua importância, até porque de uma forma cada vez mais clara as documentações ditas oficiais não conseguiam responder ao que de fato aconteceu.

O Marechal Sotero de Menezes construiu sua carreira Militar dentro do Exército Brasileiro. Porem, quando nos deparamos com o que hoje o Exército expõe sobre o Marechal podemos depreender que a memória dele não foi devidamente disseminada, a fim de prestar informações à sociedade civil e militar os aspectos de sua vida. Podemos dizer isso sobre duas considerações, a primeira é devido à falta de referências/reverências que essa instituição faz sobre o comandante e a segunda é sobre o que nos diz os depoimentos de sua família. Nesse sentido, Roberto Menezes, Bisneto do Marechal, fala sobre esse processo de abertura das informações:

¹¹ Disponível em: <(20) Entrevista do CM com a família do Marechal Sotero de Menezes - <https://www.youtube.com/watch?v=R-jWb6iO-1Hw>

Entrei em contato com o último quartel onde o Marechal foi comandante que é a 7^a Região Militar, da Bahia, em Salvador, o quartel general da Mouraria. Quando eu entrei em contato com eles, falei diretamente com um Coronel. Ele falou: "Olha, aqui a gente tinha um acervo – inclusive lá tem uma sala em homenagem ao Marechal – e a gente tem um acervo que estava aqui até há um determinado tempo e foi transferido para o Pantheon, do Rio de Janeiro, em Duque de Caxias". Aí entrei em contato com o museu do Pantheon e falei com a Tenente. Durante diversos, vários dias, estive em contato com ela e ela falou: "Olha, existe um material que é mais de 80 páginas do Marechal. Eu estou vendo isso aqui no computador. Ele está todo digitalizado. Só que eu não posso lhe enviar porque não está mais na tutela do Pantheon de Duque de Caxias. Foi enviado esse documento para Brasília". Aí eu falei: "Vou entrar agora em contato com o Museu de Brasília. Eu entrei em contato, só que é uma burocracia muito grande para você conseguir um documento militar. Enviar documentação para comprovar parentesco, tem que saber detalhes, em relação a tempo de serviço, aos pais, endereço da época. Então assim, algo muito demorado e a última vez que estive em contato com o Museu de Brasília, foi no ano passado. Até hoje eu mando e-mail dizendo para eles que estou no aguardo dos documentos aqui. E eu enviei todos os documentos comprovando parentesco com o Marechal. E ele dizem que vão enviar, que está em análise e até o momento estou no aguardo."¹¹

Atualmente, a família atualmente vê dificuldades no que concerne à abertura de informações, quer dizer, mesmo as pessoas que estão na linha de descendência ficam à mercê da liberação de mais informações por parte do Exército.

Como um descendente do Marechal, eu vejo que o Exército apagou a história do Marechal, na seguinte forma: o Marechal, apesar de ter feito coisas como o bombardeio da Bahia e a Guerra de Canudos, algo que assim foi apagado da memória do Exército. O Sotero de Menezes, ele foi um Marechal do Brasil, então ele não tá na lista de Marechais.

Sobre esse fato, em uma análise comparativa, podemos constatar que o processo de esquecimento da figura de Sotero vai na contramão do que é feito com outros Marechais do Brasil. Vários temas a respeito desse assunto atraem nossa atenção e vontade de levantarmos questionamentos a respeito da vida de Sotero de Menezes. Um desses pontos de discussão pode ser abordado pelo fato de que através de nossas pesquisas em inúmeras fontes primárias e orais percebemos que apesar do Marechal Sotero de Menezes ter uma participação direta em vários eventos históricos importantes para a História do Brasil e ter uma sua longa trajetória no Exército Brasileiro desde seu ingresso como Praça até chegar ao posto de Marechal. Sua memória foi esquecida por aquela força militar ao longo do tempo. Prova disso é que no Exército não se encontram documentos, uniformes ou medalhas relacionadas à figura de Sotero. Esse esquecimento se torna ainda mais claro quando o comparamos com outros Marechais.

Evidencia-se a importância de entendermos a multiplicidade da Memória dentro dos diferentes grupos. Os descendentes do Sotero tratam a História dele com mais zelo do que estas duas instituições, pois o pertencimento é um sentimento significante para a aceitação e a formação da identidade, visto que a lembrança está relacionada não com uma conexão direta com o objeto cerne da memória, mas com o pertencimento que forma a identidade do indivíduo (Candau, 2021).

Ademais, precisamos entender porque dentre estas três instituições a que menos teve o cuidado com a figura de Sotero foi justamente aquela na qual o Marechal fez sua carreira: o Exército Brasileiro. E um dos pontos importantes

para discutirmos essa suposta dissociação do EB com o Marechal, é a questão da imagem que o Exército busca construir frente às atitudes que o Sotero teve dentro da corporação, pois a continuidade da memória também está relacionada à imagem que o grupo pretende perpetuar, caso a imagem de um indivíduo seja distinta dos valores de uma instituição. Então, é possível que essa instituição tente descontinuar os aspectos da memória do indivíduo, pois ela também é um recurso explorado na sociedade e que vende bem (Le Goff, 2013).

Diante disso, voltando novamente ao seu apogeu nos deparamos com sua ação no Bombardeio da Bahia, que passa para a história como uma tragédia para aquele estado. Conjetura-se, portanto, dentro dessa perspectiva que, por estar inserido nesse ato histórico, o Exército imprimiu em Sotero uma imagem negativa para o alto escalão dos oficiais da instituição. Um dos pontos que possivelmente explica este desgaste entre o EB e Sotero está relacionado ao conflito regional ocorrido em Salvador em 1912 que acabou acarretando o bombardeio da cidade:

As 13h30, dois tiros de pólvora seca foram dados como advertência e, em seguida, o forte de São Marcelo começou a bombardear Salvador, instaurando o pânico na cidade. Além do “forte do mar”, o forte do Barbalho também participou do ataque, em balaços convergentes que visavam destruir a resistência da polícia estadual, cujas forças estavam concentradas no centro da cidade. É difícil determinar com precisão o saldo da destruição, pois os relatos divergem de acordo com a filiação política das testemunhas, mas é certo que a tarde de 10 de janeiro de 1912 marcou um dos mais violentos e extraordinários acontecimentos da história da Bahia. (Sarmiento, 2009, p. 98)

O embate se deu em decorrência do conflito político entre o Governador José Joaquim Seabra e as oligarquias da Bahia. O Marechal Sotero, que tinha uma filiação muito próxima com Seabra, foi uma das forças à frente do então trágico bombardeamento de Salvador que, apesar das frentes jornalísticas do Governador Seabra exaltando o Marechal e suas empreitadas políticas, não foi suficiente para evitar o desgaste da imagem de Sotero junto ao Exército.

Já em comparação com a PMPA, vimos certa tentativa de manutenção da imagem de Sotero, pois dentro da instituição o foco maior ainda é na figura o Antônio Sérgio Dias Vieira da Fontoura. Por isso, é necessário à interpretação da memória vista separadamente entre estes três grupos: Exército, PMPA e família. A família tem uma percepção bem mais próxima a Sotero, visto que essencialmente estão tratando de um aspecto da própria identidade, e por esta razão é que o avivamento desta memória atualmente se encontra sob tutela da família. Por outro lado, enquanto o EB denota suposto esquecimento, a PMPA mantém preservada essa figura histórica, pois como afirma Le Goff (2013, p. 435): “a memória é o elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”.

Como explicar então, que esse homem participou de momentos tão importantes da história nacional como a Guerra do Paraguai, Revolta de Canudos, sendo destacado como “uma das individualidades mais em destaque ao exército nacional”, mergulha em um esquecimento profundo? Seria lógico que passasse para a história como uma personalidade cuja trajetória deveria ser preservada (Brasil, 1910). Diante de tudo o que foi exposto sobre o processo de esquecimento de José Sotero de Menezes por parte do Exército e a tentativa de recuperação da memória deste homem pela família, também se faz necessária a análise de sua memória dentro da PMPA de uma forma contundente.

Nos anos de 1980, Daniel da Silva Freire produziu os retratos pintados da Galeria dos Ex-comandantes da PMPA. O artista se inspirou em outra pintura para criar o retrato. A produção de sua pintura demarca, em sentido contrário, não uma tentativa de apagamento dessa memória, mas sim de se colocar a representação de Sotero na história dessa instituição. Também temos na PMPA a chamada medalha “Sotero de Menezes” que é concedida em reconhecimento aos policiais militares que nas ações e operações tenham se distinguido por atos de bravura, o que significa, mais uma vez a título de representação, que faz permanecer na memória, ao menos nas pessoas que integram a instituição:

Figura 6: Medalha Sotero de Menezes PMPA



Fonte: Centro de Memória da PMPA

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo isso, podemos concluir que o Marechal Sotero de Menezes foi uma figura muito representativa para o Brasil, por diversas questões. Pode-se dizer que sua vida política está indissociável da sua vida militar e que a sua trajetória particular está ancorada em uma rara, mas não impossível ascendência de patentes.

Sotero de Menezes entrou no Exército Brasileiro através dos Voluntários da Pátria que foram para o Paraguai. Assentou-se, inicialmente, como praça, ou seja, em uma posição subalterna, mas durante a guerra, galgou hierarquia ao oficialato pelos seus feitos, primeiramente como alferes e depois como tenente.

Para além desses feitos, a linha do tempo de sua vida permeia várias regiões militares, nas quais constrói sua história, entre guerras e revoltas, participando ativamente do EB, instituição em que dedicou sua vida, mas que como podemos constatar, não teve sua história e memória devidamente preservadas, e foram até mesmo escondida, na medida em que as documentações relativas ao Marechal não são de domínio público e nem disponibilizados aos próprios familiares desse militar.

Nesse sentido, podemos dizer que o bombardeamento a Salvador foi, em grande medida, o ato responsável por esse apagamento, sobre a ótica de uma manobra que fora feito para apagar da memória nacional o acontecimento.

Por fim, o relato da família foi muito valioso para a pesquisa, nos entrega percepções a respeito da memória um grupo de descendentes que se sente esquecido pelo EB e que tenta resgatar essa memória. Essa tentativa de resgate é feita através de relatos dos familiares que chegaram a conviver com Sotero, quanto a partir de pesquisas nos meios que são possibilidos. Um dos familiares empenhados nessa empreitada é Roberto de Menezes, seu bisneto, que enxergando um Marechal dentro de sua família, através das memórias de sua mãe, transmitidas por sua avó, que possui várias informações de Sotero de Menezes que foram resgatadas.

Em consonância a tudo que foi exposto, Roberto traduz Sotero de Menezes: "Um grande patriota que lutava pela ordem e seguia, também, as ordens e obediência. Apesar de ser um grande disciplinador, severo, ele fez contribuir e em obediência ele seguiu as ordens dadas a ele"¹²

¹² Disponível em: <(20) Entrevista do CM com a família do Marechal Sotero de Menezes - YouTube>. Acesso em: 18 jul. 2023.

Em suma, o relato da família de Sotero de Menezes fornece uma perspectiva viva sobre a memória de um grupo de descendentes que se sente marginalizado pelo Exército Brasileiro, e busca resgatar a história do Marechal por meio dos relatos transmitidos por gerações.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDAU, Joël. Memória e Identidade. Contexto: São Paulo, 2021.

JACQUES, Paola Berenstein, et al. Salvador, Cidade do Século XX: **A partir de Memórias do Pascoalino Roamno Maguinavita.** Salvador: UFBA, RD14_EX02.

Versão digital disponível em: http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2014/12/RD14_EX02_Salvador-cidade-do-s%C3%A9culo-XX-a-partir-das-mem%C3%B3rias-de-Pasqualino-Romano-Maguinavita%C2%A0.pdf

LE GOFF, Jacques. História e Memória. 7^a Ed. Revista – Campinas, SP, Editora Unicamp: 2013 (ou 1990).

MARRECA, Orválio Deolindo da Cunha. Histórico da Polícia Militar do Pará: Desde seu Início (1820) até 31 de dezembro de 1939. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1940.

Versão digital disponível em: <http://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publication/file/livros/historicodapoliciamilitardopara1940/52/>

REGO, Orlando L. M de Moraes. Retrospectivo Histórico da Polícia Militar do Estado do Pará (1822-1930). Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Belém, 1981.

Versão digital disponível em: <http://museudigitaldapmpa.blogspot.com/p/biblioteca.html?m=1>

SARMENTO, Silvia Noronha. A raposa e a águia : J. J. Seabra e Rui Barbosa na política bahiana na primeira república. (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade da Bahia, 2009.

A Noite. Rio de Janeiro, 2 de mar. de 1921.

Revista do Brasil. Salvador, 30 de set. de 1910.

A República. Belém, 16 de mar. de 1889.

A República. Belém, 10 de out. de 1900.

Revista do Brasil. Salvador, 30 de set. de, 1910

Revista do Brasil. Salvador, 15 de jul. de 1908.

Revista do Brasil. Salvador, 15 de set. de 1911.

Revista do Brasil. Salvador, 31 de jul. de 1912.

Revista do Brasil. Salvador, 31 de Ago. De 1912.

Revista do Brasil. Salvador, 9 de jan. de 1912.

Revista do Brasil. Salvador, 30 de jun. de 1912.

Revista do Brasil. Salvador, 15 de mar. de 1912.

Revista do Brasil. Salvador, 18 de abr. de 1912.

A República. Belém, 10 de out. de 1900.

A República. Belém, 12 de. out de 1900.

A República. Belém, 16 de mar. de 1889.

A República. Belém, 3 de jun. de 1893.

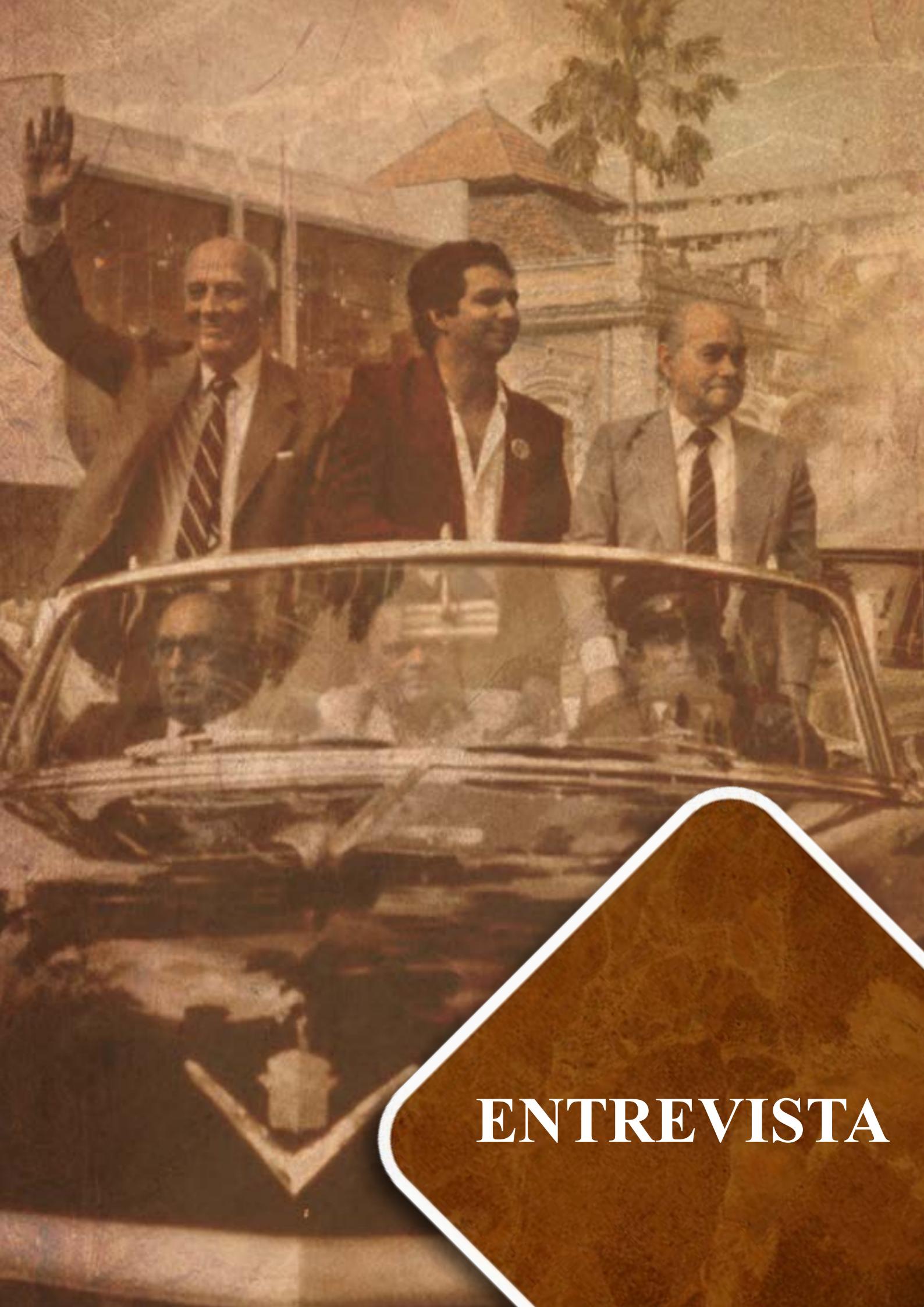
A República, 28 de mai. de 1892.

A República. Belém, 23 de mai. de 1893

Mensagens do Governador da Bahia para Assembleia. **Imprensa Official do Estado.** Salvador, 1922.

A República. Belém, 24 de jun. de 1893.

A República. Belém, 15 de out. de 1893.



ENTREVISTA

Entrevista com o Senador Jader Barbalho.

Itamar Gaudêncio¹

Elcimar Maria de Oliveira Lima²

Luciana Aparecida Cabral Coelho Mazze³



¹ Doutor em História Social da Amazônia pela UFPA. Docente do IESP, Docente da ESMAC, Major da PMPA, Chefe do PM/8 do EMG.

² Doutora em Sociologia e Antropologia (UFPA/2018). Capitã da Reserva Remunerada, Auxiliar da 2^a Seção do Estado-Maior Geral da PMPA (EMG/PMPA).

³ Especialista em Gestão de Pessoas e Segurança Pública pela UFPA. Bacharel em Direito pela UFPA. Bacharel em Defesa Social e Cidadania pelo IESP. Comunicadora social pela PMBA

Jader Fontenelle Barbalho é advogado e Senador da República. Iniciou a carreira eleitoral como vereador (1968-1970) e, em seguida, tornou-se presidente da Executiva Municipal do MDB de Belém, em 1967. Ocupou o cargo de Deputado Estadual (1971-1974), Deputado Federal (1975-1982; 2003-2010), Governador (1983-1987; 1991-1994) e Senador (1995-2001; 2011-2018). Desde 1982 é presidente do Diretório Regional do PMDB do Pará e no Diretório Nacional do PMDB, foi presidente (1998-2001). Passou a ocupar cargos de destaque nacional pelo partido: Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário (1987-1988) e da Previdência e Assistência Social (1988-1990); no Senado foi líder do PMDB (1995-2001) e presidente (2001). Em 2018 foi eleito Senador pela terceira vez. Recebeu-nos na Sala de Reuniões da RBA, em Belém, no dia 07 de junho de 2023, para uma entrevista de 2h52min de duração.

- **ENTREVISTADOR 1: Boa noite a todos [...] O seu pai, que era Deputado [Estadual], o senhor mostra que a influência dele na sua prática política desde a infância, como jovem, essa questão do trabalho, do comércio, tudo. E o seu pai é cassado no Regime Militar de [19]64. E aí, eu lhe pergunto: O senhor assume o governo do Estado na Redemocratização. [...] como foi assumir o Governo do Estado em 1983 com um governo no âmbito Federal administrado pelos militares?**
- **ENTREVISTADOR 2: O senhor me permite? Temos uma pergunta que está relacionada. Para o senhor não voltar a ela depois. Nesse período que o senhor assumiu o governo na década de [19]80, considerada a “Década Perdida” por conta da crise econômica. O senhor assume o governo ainda no período militar. Quais dificuldades que o senhor encontrou não somente em relação ao Governo Militar, mas em relação à construção do Estado, as dificuldades econômicas enfrentadas e as dificuldades em relação à Segurança Pública?**

SENADOR JADER: Esse período de 1964, eu já estava muito antenado. Eu assisti à posse do primeiro governador militar no Pará, [...] em frente ao Palácio Lauro Sodré, que era a sede do Governo. [...] assumia o primeiro governador militar do Pará, que era o Jarbas Passarinho. [...] Eu era frequentador das galerias da Assembleia Legislativa. Como tantos ouvintes, eu ia me sentar para assistir os debates parlamentares, fardado de estudante. [...]

[...] E, em 1966, eu me elegi Vereador em Belém. Eram quinze vagas. O MDB [Movimento Democrático Brasileiro]³ só elegera quatro das quinze. A Arena [Aliança Renovadora Nacio-

nal], que era o partido do Regime Militar, elegeu onze. [...] Então, eu comecei ali, na Câmara Municipal de Belém. E era difícil fazer oposição. [...] E resolvi, então, partir para organizar o MDB no Pará, quando veio o AI-5, o famigerado Ato Institucional nº 5.

Depois disso as coisas ficaram mais difíceis. [...] E eu estava na casa da minha namorada, que era a Elcione, Deputada Federal atual, mãe do Helder e do Jader Filho, quando deu em edição extraordinária na TV Marajoara [...] que o meu pai havia sido cassado. Eu corri para casa para me solidarizar com ele, mas meu pai é uma figura fantástica. [...] “Não te preocupa. Eu estou satisfeito”. E eu: “Pai como é que o senhor pode estar satisfeito?”. “Porque eu não sabia que eu era uma figura importante. Eu não sabia que eu era uma figura que incomodava e com esse ato, eu estava sabendo que, efetivamente, eu incomodava”. [...] O meu pai conseguiu, na surdina, a primeira CPI [Comissão Parlamentar de Inquérito] naquele Regime, que era para investigar o Secretário de Segurança Pública, que se chamava José Magalhães e o Diretor do Detran [Departamento de Trânsito do Estado], que era um Coronel da Aeronáutica chamado Ronaldo Raposo. [...]

A partir daí, então, recebo a sede do MDB. [...] Recebo as chaves do partido dentro de um envelope grande com um cartão, porque os outros deputados estaduais do MDB na Assembleia, em solidariedade ao meu pai, resolveram renunciar. [...] E aí, eu saí para percorrer o interior do estado. Eu era um vereador da capital, tinha um nome muito conhecido, tinha uma boa comunicação. E na eleição seguinte fui candidato a Deputado Estadual e tive uma votação espetacular, em [19]70 [...] Muita coisa acontecia e nós nem sabíamos. Nessa época acontecia a Guerrilha do Araguaia e nós nem sabíamos aqui em Belém o que estava acontecendo no Araguaia. Eu organizei o partido, fui eleito Presidente Regional e a partir daí, assumi a liderança estadual do MDB [...] na eleição seguinte eu me candidatei a Deputado Federal. Foi 1966, Vereador; 1970, Deputado Estadual; 1974, Deputado Federal mais votado do Estado. E foi uma coisa assim, foi uma vitória espetacular.

Eu segui então para Brasília em 74. E aí, eu passei a conviver com figurões da política nacional. Assisti os momentos difíceis em Brasília. Estávamos em pleno período militar. Em 1975, foi quando houve a distensão política patrocinada pelo Presidente [Ernesto Beckmann] Geisel. [...] Então, eu passei a fazer carreira nacional e aqui no Estado, eu consolidava a minha liderança.

Na primeira eleição, depois do mandato de Deputado Federal [1978], eu tinha que ser candidato a Deputado Federal de novo porque eu não tinha idade para concorrer ao Senado da República, porque a Constituição exigia, no mínimo, trinta e cinco anos e eu tinha trinta e três. E eu concorri novamente a Deputado Federal e tive uma votação estrondosa, espetacular nessa minha reeleição. E aí, estava claro que eu havia consolidado a liderança, e que na primeira oportunidade que houvesse eleição para governador, eu era um forte candidato a governador do Estado. O que acabou ocorrendo na eleição de 1982, quando eu me elegi pela primeira vez Governador do Pará. [...]

Eu assumi em 1983 e iniciei, então, a minha fase de atuação no Executivo. Uma fase muito interessante. [...]

- **ENTREVISTADOR 1:** Nesse exercício de transformação, de reestruturação do Estado, o senhor encontrou a Segurança Pública um pouco deficitária, não é? O senhor tinha dificuldades finan-

ceiras para administrar o Estado, precisou buscar recursos com o Ministro Delfim Neto. [...] o senhor é o responsável pela criação do Estatuto dos Policiais Militares, pela criação de várias vantagens para estes profissionais: DAS, Gratificação e Indenização de Moradia, Gratificação de Habitação, ampliou os valores dos adicionais de Inatividade (45% para quem vai para a Reserva Remunerada com mais de 40 anos de serviço e de 35% para quem vai para a Reserva Remunerada com mais de 30 anos de serviço). Então, nesse contexto de falta de apoio do Governo Federal como o senhor conseguiu fazer tanto pela profissão e pela carreira dos policiais militares?

SENADOR JADER: Olha, em primeiro lugar, eu considero que os profissionais da Segurança Pública são essenciais, essenciais. Seja em um país como o Brasil, seja nos Estados Unidos, seja na Alemanha. Em qualquer parte, os profissionais da segurança pública têm um papel da maior relevância e que eu sempre respeitei. [...] Então, eu investi tanto na Polícia Civil e, de modo especial, na Polícia Militar.

[...] Teve um oficial da polícia que se elegeu Deputado Estadual, Eladyr Nogueira Lima.⁷ Ele era uma pessoa que me ajudou muito a mudar a legislação. A história dele era na Polícia, né. Ele me levava as coisas, me sugeria. Eu estudava, mandava estudar. [...] E eu, interessado exatamente em reconhecer a importância. E a importância não se reconhece apenas com a fala, com o discurso. Se faz, fundamentalmente, na prática e com atos. E eu, inclusive, além do Nogueira Lima, eu tive uma pessoa, eu tinha uns velhinhos que me ajudaram muito no governo: o General Rubens Vaz, um velhinho que morava na Braz de Aguiar; o outro, que foi meu chefe de Gabinete na Casa Civil, que era da Academia Paraense de Letras, o pai do Georgenor Franco; e um outro velhinho que morava na Assis de Vasconcelos, o Doutor Inocêncio Coelho. E o General Rubens Vaz me ajudou muito. Ele conhecia muito a estrutura militar. Tinha um problema, inclusive, da questão salarial, que era a questão do teto. Como havia a repercussão, e eu, quando assumi, a diferença era muito grande entre o Coronel da Polícia Militar, que os vencimentos se equiparavam aos do Capitão do Exército. Era uma diferença muito grande. E o General Rubens Vaz foi um que me ajudou muito a estudar para melhorar toda essa situação, porque tinha uma repercussão que batia do Coronel, lá em cima até o Praça, lá embaixo. Então, nós fizemos o possível, exatamente, e não digo isso para ser simpático com vocês, até porque eu não sei se serei candidato mais a qualquer coisa nesse estado, que já foi um povo muito benevolente comigo, por reconhecer o papel da Segurança Pública. Inclusive, o aumento do contingente da Polícia Militar, que era uma coisa que me preocupava, pelas estatísticas da defasagem ao longo do tempo, no estado de dimensão continental como o nosso. Eu ficava imaginando como, às vezes, dois policiais podiam dar conta de um episódio mais grave que ocorresse no município. Como? Como era possível, no estado de dificuldades de comunicação? Então, tudo isso me estimulou de que a questão da segurança pública era fundamental e, de modo especial, a infraestrutura da Polícia Militar era fundamental. E, na medida do que eu pude fazer com os recursos do Estado, porque a maior parte do que eu investi no Estado, foram recursos próprios [...]

ENTREVISTADOR 2: Eu gostaria de perguntar para o senhor, em relação à segurança Pública, visto que ao assumir o Governo do Estado, o país ainda estava em um período de transição democrática, o senhor encontrou uma Polícia Militar que vinha de uma filosofia de manutenção da ordem e que trabalhava muito mais voltada para o aquar-

telamento e a Polícia Civil era a instituição que fazia o atendimento ao público. E, no período do seu governo, a Polícia Militar sai do processo de aquartelamento e inicia o processo de atendimento ao cidadão, de policiamento ostensivo. O senhor encontrou resistências na polícia? Em caso positivo, quais resistências o senhor encontrou para a implantação da atuação policial voltada para o atendimento ao cidadão? Como o senhor driblou as resistências? Quais parceiros na polícia militar o senhor encontrou e que lhe auxiliaram a implantar essa filosofia de atuação voltada para o atendimento ao cidadão?

SENADOR JADER – O problema todo era o seguinte: as polícias militares no Brasil sofreram um processo de intervenção no Regime Militar. Chegaram inclusive, a ser comandadas por Oficiais-Generais das Forças Armadas, do Exército e que iam ser comandantes da Polícia Militar. [...] Não foi só aqui. Foi em nível nacional. [...] Então, é um período de transição que eu acompanhei e, devo dizer também, que encontrei na Polícia Militar. Abstrai a história de “jarbistas” e “alacidistas”, os dois coronéis que eram líderes da política do Pará. Então, havia grupos. Eu quero dizer que, habilidosamente, eu ignorei a existência de grupos. A minha visão sobre a Polícia Militar era de que a Polícia Militar não podia ter grupo políticos. Não podia ter grupo “jaderista” dentro da Polícia Militar. É uma instituição de Estado. Então, não tem porque ter vinculações de natureza política. Aliás, a Constituição estabelece que militar que quer fazer política, se candidate e vá para a reserva, não é? Não só na Polícia Militar, mas no Exército, Marinha e Aeronáutica. [...] Eu passei a ter um diálogo com todos e fui auxiliado por muita gente, como o General Rubens Vaz, por outras pessoas, e me relacionando com todos, e conversando com todos, e demonstrando que eu não ia, absolutamente, aceitar grupos e o que eu queria era uma grande Polícia Militar que servisse o povo do Pará.

E aí, enfrentamos, como eu já disse, não só na área de segurança, mas em outras áreas, enfrentamos a questão financeira e fomos procurando melhorar as condições e fomos conseguindo ampliar o número de policiais militares, que era fundamental. Às vezes, eu olhava municípios do Pará: “Mas como, meu Deus? Não tem. Só tem um, dois. É certo isso?” Quer dizer, formar batalhões no interior do Estado, não é isso? Até Salinópolis, o maior balneário nosso, quem colocou, implantou a Companhia de Polícia lá, fui eu, que fica lá no Maçarico. [...] Então, essa área de segurança para mim sempre foi uma área prioritária.

E, também, eu consegui... tinha um grupo na Polícia Militar, que era um grupo de matadores, eu acho que era PATAM, não é? Então, eu me lembro de um episódio que eles pegaram um jovem que saía de uma festa, lá no bairro do Coqueiro. Meu Deus do Céu! Quando eu vi a fita... Porque eles pensavam que todo mundo estava morto e tinha um que não estava e que gravou. Nesse dia eu reuni e nesse dia eu extingui o PATAM. Polícia é para dar segurança ao cidadão e não criar insegurança e um policial quando se aproxima de um cidadão, homem ou mulher, criança ou idoso, tem que transmitir o sentimento de segurança, de proteção, não de violência. Evidentemente, que há momentos difíceis, onde o próprio policial em legítima defesa, tem que se defender. Ele tem que se defender. Eu até dizia para o pessoal que ia fazer a ronda à noite. Eu dizia: “Olha, bandido atirando, vocês não têm conversa. Vocês são pessoas humanas, vocês têm família. Um policial quando sai de casa de manhã, se ele trabalha em área de alto risco, ele não sabe se volta para casa e ele tem direito a ter a segurança”.

- **ENTREVISTADOR 2:** O senhor trouxe para o estado do Pará a filosofia de polícia comunitária com a implantação dos PM-Boxes. Onde o senhor buscou inspiração para trazer essa nova forma de policiamento?

SENADOR JADER: [...] Um PM-Box era uma reivindicação da comunidade. [...] A comunidade achava que tendo um PM-Box no seu bairro, por perto, era um instrumento de segurança. Então, era uma reivindicação. Não era uma política inventada pelo governo. Era uma reivindicação da própria comunidade, da própria sociedade que achava que o PM-Box era um ponto de segurança da comunidade. [...] .

- **ENTREVISTADOR 2:** Senador, não estava no rol de perguntas, mas foi instado aqui pelas nossas mulheres, pelas nossas historiadoras a perguntar ao senhor a respeito do ingresso das mulheres na polícia militar, que foi, ainda no ano antes do senhor assumir, mas o senhor assumiu o governo recebendo esse novo contingente, que era uma novidade no Brasil e ainda não em todos os Estados brasileiros, em 1982. Em 1983, quando o senhor chegou, o senhor encontrou a primeira turma de mulheres e nesse primeiro governo não houve uma expansão ainda do contingente feminino, mas, quando o senhor assumiu seu segundo o governo, o senhor abre vagas para as mulheres para o curso de oficiais e para as praças, que é quando eu já entrei, no curso de praças. O senhor abre vagas não na carreira inicial, no caso das oficiais, para o curso de oficiais, mas no caso das praças, também para sargento, para cabos, e o senhor recebeu bem essa coisa? Como o senhor vê esse ingresso de mulheres nessa Instituição, nesse processo de redemocratização, de aproximação com a comunidade, o senhor via que as mulheres poderiam humanizar um pouco essa relação? Aproximar melhor?

SENADOR JADER: Olha, eu não tenho a menor dúvida. Não só nesse campo da segurança pública, mas em todos os outros campos. Em um lugar, eu acho que paisagem boa é onde tem homem e mulher. [...] É da civilização, essa ocupação. Evidentemente que nessa área da segurança pública é uma questão fundamental. Por isso mesmo eu vi sempre com muito bons olhos, porque na questão da segurança pública envolve a comunidade com homens e mulheres. E evidentemente que a participação profissional da mulher é fundamental.

Eu confesso que sempre vi essa participação primeiro como uma conquista da sociedade, nesse caminhar civilizatório. Se você verificar nessa história do mundo, não só nessa área de segurança, essa presença da mulher, sofreu ao longo do tempo muitas restrições. Em determinadas profissões, você ver uma mulher... Você tolerava a mulher fundamentalmente como professora, mas em outras áreas era uma dificuldade muito grande. Logicamente que eu vi isso, em primeiro lugar, a segurança pública atuando em uma comunidade formada por homens e mulheres, como é que fica? Como é que fica quando uma determinada prisão que tem que ser feita, de uma mulher ou de mulheres? Em uma revista, como é que fica o constrangimento de uma revista que é necessário a ser feita [em uma mulher]? Então, logicamente que eu festejei esse fato, entendendo, logicamente, que esse é um caminhar civilizatório não só na área da segurança, mas de outras áreas onde a mulher teve, ao longo da história, dificuldades para ser reconhecida e ocupar o seu espaço.

- **ENTREVISTADOR 3:** O senhor angariou muita simpatia pela forma como o senhor atendia as demandas dos interiores que o senhor falou lá do início, ainda pensando no cargo de vereador, o senhor foi para os interiores e foi lá que o senhor conseguiu aquele grande apoio popular. A expansão da Polícia Militar do interior do Estado seguiu essa dinâmica de atendimento de segurança pública, de atendimento dessa demanda populacional nos interiores, considerando que

o senhor falou da questão da reestruturação, de obras estruturantes, abertura de vias. E antes a gente não tinha essa acessibilidade que a gente tem hoje. É muito difícil chegar em muitos serviços, em especial no plano da segurança pública, a esses lugares. Qual o seu sentimento em relação a isso, a tudo que o senhor conseguiu realizar, por todos os serviços essenciais, como já foram listados, mas em especial, pela segurança pública no nosso Estado?

SENADOR JADER: Olha, devo registrar que eu adotei, como governador, as reuniões regionalizadas. Estas reuniões regionalizadas me davam um apoio enorme, porque eu levava toda a minha equipe de governo, convidava membros do parlamento, e atendia município por município. [...] não tinha partido político, vereadores, juiz de direito, promotor público, um defensor público. Todos falavam, nós gravávamos e eu anotava e mandava dar orientação para o secretário, para o titular do órgão.

Depois de ouvir todo o auditório, eu suspendia a reunião por duas horas. Aí a reunião era só com a equipe. Os assuntos da área educacional, reivindicaram isso, isso e isso. Ele tinha anotado. Eu tinha anotado, o pessoal da taquigrafia tinha anotado. Aí, vinha o pessoal da saúde. Aí vinha a área de segurança. Essas reivindicações surgiam não só na área da segurança, mas de todas as outras áreas, da comunidade. Era a comunidade que dizia para nós. Eu dizia: “Você fazer um planejamento para a capital sem ouvir quem efetivamente sabe qual é o problema que está vivenciando é um equívoco”. Podemos ter excelentes técnicos da capital, teóricos, mas era a comunidade que dizia para nós em cada área o que era fundamental, prioritário e essencial.

Eu fazia um caderno impresso de cada reunião desta porque se chegasse uma pessoa daquele interior e dissesse: “Governador, o senhor fez aquela reunião, houve aquele compromisso, essa coisa toda, mas não foi feito”. Eu pegava o caderno e na hora eu pegava o telefone vermelho [...] A questão da segurança pública e das outras áreas, surgiu nestas reuniões administrativas regionalizadas. Eu fiz isso por todo o Estado. O planejamento não era a Seplan [Secretaria de Estado de Planejamento] que fazia. O planejamento feito aqui era reflexo das reuniões que nós fazíamos por toda parte e cheguei a fazer também aqui em Belém, em bairros: na cremação, no Jurunas, na Estrada Nova, lá na área da Radional, que era uma área da Polícia Militar, que eu tirei da Polícia Militar e dei para a população.[...] Na área de segurança, grande parte dessa questão da eficiência, as necessidades que havia eram exatamente fruto dessas reuniões administrativas, regionalizadas.

- **ENTREVISTADOR 3: Em todos os seus governos é nítido que o senhor tinha essa proposta de fortalecimento de todas as áreas. Nós estamos focando na segurança pública, mas é notório que foram em todas as áreas que esse fortalecimento aconteceu. A sua agenda era de valorização, não só de quem era atendido pela Polícia Militar, mas da própria Instituição, numa reformulação salarial, valorização de pessoal, que a gente sabe que conta muito e que isso tem, inclusive, sido intensificado atualmente, já com o atual governador do Estado. E o senhor que é um político que tem uma vida notória, expressiva, de êxito no Estado do Pará, é uma das nossas maiores representatividades políticas, o que o senhor visualiza que pode fazer pelo nosso Estado e pela nossa segurança pública?**

SENADOR JADER: [...] Eu exerço um mandato de senador que tem obrigação de estar em sintonia com o que ocorre no Pará e reivindicar por todos os instrumentos que eu

possa reivindicar. Ajudar o Governo do Estado no que eu possa para que possa ampliar o seu atendimento, inclusive na área de segurança pública. [...] Se uma pessoa está doente, não adianta só a minha solidariedade verbal. Eu tenho que arranjar recursos para a pessoa se tratar, para comprar remédios, ter atendimento médico e hospitalar e isso se faz com recursos financeiros. Minha luta é para conseguir recursos financeiros. [...]

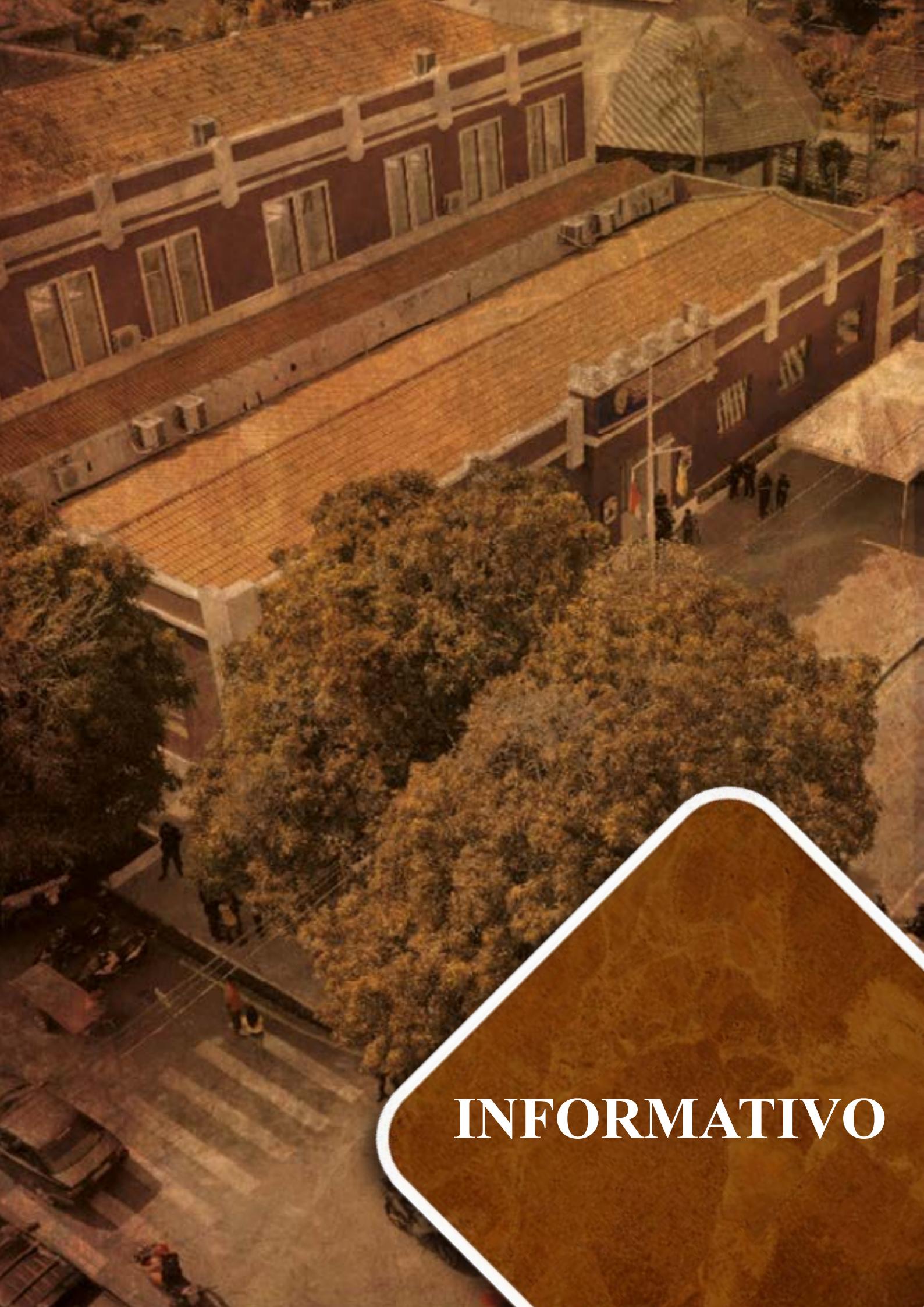
Eu acho que eu ainda tenho que o que é fundamental. Eu ainda tenho muito apetite para fazer, buscar continuar sendo instrumento do povo do Pará, até como retribuição a tudo o que o povo do Pará fez por mim. Nesse retrospecto, o que eu fui, os cargos que eu ocupei, tudo eu devo ao povo do Pará. Tudo ao povo do Pará! [Tudo] a Deus e ao povo do Pará. [...]

[...] Em 1990, o cerco fechou. Eu devo ao povo do Pará. Eu tenho a obrigação de dizer isso. Eu não digo isso de forma demagógica não. E mais: devo, no Pará, fundamentalmente aos mais pobres. Os mais pobres nunca me faltaram. Nunca me faltaram. Ajudei muita gente, gente rica ou metida a rica. Agora os mais pobres, como uma professorinha lá numa vila em São Miguel do Guamá, quando eu fui participar de um evento lá da prefeitura e ela me chamou e disse: "Doutor 'Jarde' (eu sou muito chamado de Doutor 'Jarde'). Não sei por que tiram o R lá do final e colocam no meio) o senhor vem aqui na minha casa?" [...] Fui lá. [...] aí tinha minha fotografia no meu calendário com a faixa de governador, junto com uma estampa de Nossa Senhora de Nazaré e uma vela acesa. [...] Eu vi minha fotografia lá e disse: "Muito obrigado, muito obrigado mesmo. Eu preciso de reza mesmo. Reze, reze por mim". Aí ela me pegou pelo braço: "Agora vem aqui no meu quarto". Aí, eu fiquei pensando: "Se fosse uma mulher jovem, eu já ia ficar cismado. [...] Eu fui lá [...] Ela abriu o guarda-roupa e atrás da porta [...] tinha outro calendário meu, outra fotografia minha. Aí eu disse assim: "A senhora já não tem lá na sala? Como é a que a senhora tem aqui?" Ela disse: Então muito obrigada".

- **ENTREVISTADOR 3:** Senador, encerramos aqui as nossas perguntas. O senhor gostaria de fazer algum adendo?

SENADOR JADER: O adendo que eu quero fazer é ter ficado extremamente gratificado com a visita de vocês. Não imaginei que ia contar tantas coisas no depoimento. Égua, vocês são terríveis, são policiais. Arrancaram do depoente até mais do que ele imaginava.

- **ENTREVISTADOR:** Não foram 6 horas, mas foram 2 horas [risos]. O senhor diz que agradece, que tem muito a agradecer ao povo do Pará por ter lhe dado, ao longo de toda a sua carreira e esses mandatos. Mas na verdade, conhecendo a sua história agora, debruçado na sua história para a gente poder realizar essa pesquisa, tenho certeza de que a maioria também vai confirmar o que eu digo, é que a gente passa a conhecer o grande político que foi e a sua importância para o Estado do Pará. Então, na verdade, somos nós que temos que agradecer ao senhor por tudo que fez pelo Estado. [...]

The background of the image is an aerial photograph of a city street. The buildings are multi-story structures with reddish-brown tiled roofs. Some have dark brown horizontal stripes. A large, dark building on the right has the word 'FRANCIS' written on its side. A large, bushy tree with yellow autumn leaves is in the foreground. A crosswalk with diagonal stripes is visible. A few people are walking on the sidewalk. The overall color palette is warm, dominated by browns and yellows.

INFORMATIVO

A evolução da atuação das tropas especializadas da Polícia Militar do Pará no atendimento a conflitos agrários no estado (1993-2022).

Emmanuel Queiroz Leão Braga¹



¹ Pós-graduado em Gestão Governamental.
Bacharel em Educação Física. Bacharel em Administração. Bacharel em Direito.
Coronel da Reserva Remunerada da Polícia Militar do Pará.

Este informativo contextualiza o processo evolutivo da atuação da Polícia Militar no trato das lides agrárias e da violência no campo, no estado do Pará. Freou-se o cumprimento açodado de ordens administrativas e judiciais. Destaca-se a criação do Comando de Missões Especiais na PMPA, que possibilitou à força policial a atuação mais bem planejada, segura, eficiente e moderada sob a ótica dos direitos humanos.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil sempre viveu um contexto de conflitos agrários que remonta desde o período do descobrimento, em decorrência do processo histórico nacional de ocupação e colonização e disputas territoriais entre as nações europeias pelo território brasileiro ao longo dos séculos.

O problema agrário brasileiro nasceu junto com o modelo de colonização adotado pelos portugueses e foi piorando no decorrer dos séculos. Segundo Neto (2010, apud Mazutti, 2018), a formação da propriedade agrária no Brasil teve seis períodos. Iniciou pelo período pré-sesmarial (1501), onde houve a concessão de Portugal a Fernão de Noronha para exploração de pau-brasil.

No período sesmarial (1530 a 1532), aconteceu a concessão de terras aos nobres – homens de qualidade e homens de posses – segundo o sistema de produção da época, do capitalista-exploração e da apropriação. Com isso, houve o aumento do latifúndio.

O terceiro período foi o regime de posses, principiado no século XIX e estendendo-se até a sua metade, que teve como característica a ocupação das sesmarias, pelos excluídos – lavradores livres e imigrantes. Subsequente, dispôs o quarto período – regime da Lei de Terras nº 601/1850 – que garantia o monopólio dos meios de produção aos latifundiários, bem como a importação pelo Império de imigrantes para a formação de colônias. (BRASIL, 1850)

Destarte, o quinto período foi assinalado pelo Código Civil de 1916, onde houve a concentração fundiária, através dos chamados “Coronéis”, no sul e sudeste do país, originando-se as pequenas propriedades. E o sexto e último período apontado se deu com o Estatuto da Terra de 1964 – Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964 –, na qual a propriedade agrária deveria cumprir a função social, com exploração adequada e racional, preservando os recursos naturais e o bem-estar dos proprietários e trabalhadores. (BRASIL, 1916; BRASIL, 1964)

Os portugueses usavam o método de concessão de terras na ocupação das suas colônias, denominado de sesmarias – instituto jurídico português criado em 1375, que normatizava a distribuição de terras destinadas à produção (Rocha, *et al.*, 2019).

O primeiro conflito agrário, teve seu registro precisamente a partir de 1530 com a apropriação das terras indígenas pelo, então, colonizador, passando pelo regime de sesmarias, quando data a formação dos latifúndios brasileiros, até a sua regulamentação com a primeira “Lei de Terras” de 1850.

No ano de 1850, com o surgimento da Lei de Terras, determinando que a partir daquele momento todas as terras do Brasil seriam consideradas devolutas, ou seja, terras de propriedade do Estado, com exceção daquelas áreas que o ocupante pudesse legitimar por meio de um documento a existência de sua posse antes da implantação da referida lei. Com essa Lei, as terras passaram a ser adquiridas por meio de compra junto ao Estado, logo, só poderiam ter acesso a esse meio de produção tão essencial para a humanidade, quem tivesse condições de pagar um preço. Assim, a partir desse momento, a terra passou a ser vista como mercadoria no Brasil.

A criação da Lei de Terras representou um divisor de águas do campesinato brasileiro, pois quando a terra passa a ser considerada como mercadoria se evidencia a divisão de classes da sociedade, fazendo com que a diferença deixe de ser étnica (brancos versus negros, índios, mestiços) como era comum nos tempos das Sesmarias, e passe a ser mormente econômica (ricos versus pobres). Doravante, os conflitos agrários no Brasil continuaram, especialmente nas décadas de 80 e 90 com o surgimento e atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que podem ser compreendidos, através da história de ocupação territorial brasileira, como um marco na luta pela reforma agrária.

O movimento social de luta pela reforma agrária levou o Estado brasileiro à sair de sua letargia e leniência e, enfim, focar em providências adormecidas, sendo uma das principais: o georreferenciamento das propriedades, através dos Institutos de Terras, presentes em todos os estados brasileiros e dessa forma, estabelecer a titularidade de direito do dono da propriedade rural e os seus exatos limites territoriais, concorrendo com isso para a redução da grilagem de terras. A minoração das escrituras clandestinas das propriedades rurais possibilitou ao Governo identificar e, então, desapropriar grandes latifúndios tidos como improdutivos, concentrados nas mãos de uma minoria.

O atrito entre proprietários e ocupantes diminuiu, uma vez que, com a criação dos assentamentos nas terras improdutivas e devolutas, deu-se o primeiro passo no processo de reforma agrária, onde os grupos têm a oportunidade de receber o seu título dominial, desde que se comprometam a morar na parcela e explorem-na para o seu sustento. Além, da formalização legal da terra, o Governo empreende assistência técnica, créditos e infraestrutura a essas famílias assentadas, com o objetivo de consolidar a moradia nas zonas rurais, garantindo a segurança alimentar e social, que dantes se encontrava sob riscos.

Outro fator a se considerar no quadro agrário conflituoso é a abertura expansionista para o desenvolvimento das regiões nos Estados brasileiros. Principalmente os grandes projetos, por exemplo, como a construção de usinas hidrelétricas, que antes mesmos de serem concretizados, geram expectativas de renda e emprego, fazendo com que haja uma migração desordenada para os locais propostos. Todavia, trata-se de mera quimera, posto que não consegue esses grandes projetos não absorvem à maioria da população migratória, particularmente pela baixa escolaridade e mão-de-obra desqualificada. Sem dinheiro e sem perspectiva de trabalho, muitos acabam acolhidos no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Interesses políticos e comerciais concorrem para que os conflitos agrários se intensifiquem, acirrando o clima de tensão no campo. Conglomerados empresariais nacionais e internacionais, fazendeiros latifundiários, quadrilhas de grileiros e integrantes do MST se aproveitam de invasões – muitas das vezes, violentas – para comercializarem a terra invadida em benefício próprio. Por trás dessa disputa violenta, em regra, está o interesse na exploração de madeira e riquezas minerais, o desmatamento para abertura de pasto, o trabalho escravo e outros atrativos comerciais ilícitos, cuja resposta a essas incidências criminais vêm pelos braços da lei e com o emprego do aparelho policial (Silva, 2021).

Ademais, propriedades rurais apresentadas como produtivas por latifundiários e empresas públicas e privadas, são ocupadas pelo MST sob o pretexto de que são descumpridoras da sua função social. O impasse concorre para o descrédito da luta social perante setores dos poderes constituídos e da sociedade.

Portanto, verificam-se vários gargalos que somatizam entraves e criam barreiras, dificultando o acesso à terra para aqueles que de fato precisam e para a atuação do Estado na implementação de uma política consistente e efetiva de reforma agrária.

2 AS TRANSFORMAÇÕES PROMOVIDAS NA PMPA APÓS O EPISÓDIO DE ELDORADO DOS CARAJÁS

A partir do triste episódio de Eldorado dos Carajás, ocorrido no Pará, em 1996, onde integrantes do MST marchavam em protesto contra a demora da reforma agrária na região, interditando um trecho da BR-155, no perímetro que ficaria conhecido mundialmente como a “curva do S”, entre os municípios de Eldorado dos Carajás e Marabá, tropas não especializadas, do policiamento ostensivo, dos municípios de Parauapebas e Marabá, próximos do local interditado, foram deslocadas para realizar a desobstrução da rodovia. O resultado foi desastroso e resultou na morte de trabalhadores do MST e na condenação de policiais militares.

A partir do lamentável evento, o Governo do Estado, através da PMPA, proporcionou uma revolução organizacional e a transformação no trato das lides agrárias e da violência no campo. Foi iniciada no ano de 1997 a construção – a várias mãos, por profissionais da Instituição e de outros entes estaduais – de uma plataforma de trabalho, que se estende até os dias de hoje, sempre com aprimoramentos, que buscou diagnosticar os erros e acertos da operação de desobstrução de via ocorrida naquela rodovia federal.

Diagnóstico auferido, percebeu-se que as tropas locais, que atuaram na “curva do S”, isto é, dos municípios do entorno daquela ocorrência fatídica, eram totalmente desprovidas de meios técnicos, táticos e de capacidade operativa para estar naquele cenário. Destarte, e diante dessas circunstâncias, precisava-se ter uma política de Estado abrangente para envergar uma grande mudança organizacional e quiçá, na postura governamental, para que novos rumos fossem tomados no Estado, principalmente no sentido de fazer respeitar, por autoridades das esferas federal, estadual e municipal, o chamado “Ciclo do Planejamento”.

Este ciclo começou a se desenvolver de forma lenta e gradual e trouxe a reboque os investimentos necessários, tais como: aquisição de equipamentos de proteção individual e de instrumentos de menor potencial ofensivo para uso da tropa; além da capacitação dos oficiais e praças, fora do Estado, nas operações especializadas, de modo que ao retornarem da especialização, eles pudessem multiplicar a expertise adquirida no seio das tropas especiais. O reaparelhamento da força estadual e a valorização dos recursos humanos fizeram, de partida, o diferencial marcante para o pontapé da transformação pretendida.

Não obstante, ocorreu a realização contínua na organização, que perdura até os dias de hoje, de Cursos de Choque para os segmentos de oficiais e praças, a fim de deixá-los – técnica e taticamente – capacitados para as diversas ocorrências de controle de distúrbios civis, inclusive as que emanam a garantia dos direitos coletivos e individuais do cidadão.

Dessa forma, oportunizou-se aos integrantes da tropa de choque, especializarem-se, facilitando a interação dos conceitos, técnicas e princípios doutrinários entre comandantes e comandados, mas também, para os integrantes se portarem com limites dentro do Teatro de Operações, uma vez que, as interlocuções e ordens dos escalões superiores, requerem um trato para o seu cumprimento em busca de resultados satisfatórios. Ao mesmo tempo, gerou-se um sistema de treinamento contínuo para a tropa, permitindo a mesma uma ação sólida, doutrinária e emocionalmente controlada durante as operações que emergem em conflitos agrários, pois o empirismo começou a ceder lugar ao tecnicismo e profissionalismo, tanto da tropa, como das outras entidades envolvidas.

Esse início de transformação freou de certa forma a empolgação daqueles membros mais novos da tropa, que buscavam sempre a ação em detrimento da solução mais eficiente e que na maioria das vezes, requer uma mediação do comandante da missão para a solução ser aceitável. Entendemos que a mediação mencionada, não se traduz em momento algum na quebra da ordem pública, por qualquer pessoa ou grupo de caráter reivindicatório. Apenas um adendo para alertar que se comprehende que, na maioria das vezes, a reivindicação

é a única forma legítima dentro do estado democrático de direito, de um indivíduo ou grupo, para chamar atenção do poder público para os seus problemas, que se arrastam por um determinado lapso de tempo.

Mediante essas adversidades, principiou-se, um processo organizacional, na esfera administrativa e operacional da instituição, culminando com a criação do Comando de Missões Especiais (CME), pelo Decreto nº 3.670, de 08 de outubro de 1999, que objetivou a necessidade de estabelecer um procedimento administrativo único e padronizado na execução das atividades especiais de Polícia de Choque, em todo o território estadual (Pará, 1999).

Conforme o Decreto, as operações envolvendo o contexto agrário, principalmente as reintegrações de posse, passaram a ser cumpridas exclusivamente pelas tropas do CME, na capital ou no interior. Ressalta-se, a composição das tropas do comando de missões especiais: Batalhão de Polícia de Choque – BPCHQ; Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE); Batalhão de Rondas Ostensivas Táticas Motorizadas (ROTAM); Batalhão de Ações com Cães (BAC); Regimento de Polícia Montada (RPMONT). Todas essas Unidades participam em conjunto das reintegrações de posse no estado do Pará. Logo, houve uma centralização dos processos que tratam das lides agrárias no CME, viabilizando uma organização administrativa e iniciando o chamado “Ciclo de Planejamento”, permitindo assim, uma maior segurança e eficácia a todos os envolvidos no rito do cumprimento, que será explanado no decorrer deste informativo.

A posteriori, a PMPA criou, por meio da Instrução Normativa Operacional, nº 001/2009 – Estado-Maior Geral, os Grupos Táticos Operacionais (GTO), estrategicamente em todos os Comandos de Policiamentos Regionais (CPR) do interior do Estado, subordinados a esses CPR, porém, doutrinariamente vinculados ao CME, com o objetivo de atender as ocorrências de média complexidade em suas circunscrições, que normalmente envolvem técnicas e táticas especiais, bem como a utilização de armamento e equipamento específico (PARÁ, 2009).

Devido ao aprimoramento da segurança pública e a crescente demanda da sociedade paraense em alguns municípios das regiões nordeste, oeste, sul e sudeste do estado do Pará e visando atender com maior eficiência e eficácia a execução das ações de polícia ostensiva e de missões especiais. Foram criadas as Companhias Independentes de Missões Especiais (CIME), através da Lei Complementar nº 093, de 15 de janeiro de 2014, que altera a Lei de Organização Básica (Lei nº 053, de 07 de fevereiro de 2006) e os Batalhões de Missões Especiais (BME), por meio da Lei Complementar nº 153, de 1 de julho de 2022, que altera a Lei Complementar Estadual nº 053, de 7 de fevereiro de 2006, ambos subordinadas ao CME.

A criação dos GTO, CIME e BME foram necessários, para, além de atender as premissas técnicas elencadas acima, sobretudo para descentralizar o cumprimento de diversas missões especiais pelo CME, inclusive as reintegrações de posse de baixa e média complexidade, resultando assim, na otimização de recursos humanos e financeiros, já que o comando de missões especiais, deixaria de executar com tanta frequência os deslocamentos para o interior do Estado. Com isso, essas tropas, à medida que tiveram um suporte doutrinário e logístico do CME, foram ganhando experiência e credibilidade nos seus municípios de atuação, proporcionando um tempo-resposta satisfatório e eficaz à sociedade local. Dessa forma, a estrutura organizacional de trabalho da PMPA, voltada para os conflitos agrários foi planificada e alicerçada em um novo eixo de atividades profissionais, trilhando a almejada transformação.

3 PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO

A partir desse cenário, foi possível aos poucos quebrar os paradigmas do imediato cumprimento das ordens administrativas e judiciais: para desobstruções de vias; para os cumprimentos dos mandados de reintegração de posse; bem como das ordens advindas do comando da instituição, fruto das pressões sofridas pelos escalões governamentais e políticos em face do fator tempo – celeridade para realizar o devido acatamento da ordem. Vejamos agora o cumprimento das liminares de reintegrações de posse rural, que são as peças judiciais exponenciais dos conflitos agrários no Estado do Pará.

Nesse mote, estabeleceu-se um rito protocolar que começa com o recebimento da liminar judicial no comando do CME e a posteriori, o envio desse processo de reintegração de posse para o setor de inteligência, seja na capital ou no interior, para fins de levantamento da área ocupada, contendo diversas informações, fundamentais para a elaboração do Relatório de Inteligência (RELINT), que servirá de subsídio para a montagem da Ordem de Serviço (OS).

Confeccionado o RELINT, o mesmo trará no seu corpo textual, aspectos primordiais, como: quantidade de pessoas e famílias; caracterização e quantidade desse grupo de pessoas – adultos, idosos, jovens, crianças; número de casas (madeira, alvenaria) e barracos; benfeitorias no local; ramificações políticas; lideranças; possível presença de armas de fogo e/ou brancas; depredação da propriedade; caráter especulativo das pessoas, ou seja, se de fato habitam na ocupação ou são somente flutuantes, neste caso, demarcando espaço territorial para comercializar; dentre outras.

Enfim, são um bojo de informações que constam no RELINT, extremamente necessárias e determinantes para a composição da OS, na qual se definirá: o quantitativo do efetivo a ser empregado; a logística da tropa para o cumprimento da missão; os custos financeiros da operação, inclusive as diárias do efetivo que será mobilizado e principalmente, essas informações servirão para a tomada de decisão, nas instâncias superiores do cumprimento da ordem judicial.

Soa estranho falar-se em tomada decisão, por intermédio de um RELINT e de uma OS, uma vez que, inequivocadamente, tem-se que “ordem judicial não se discute, cumpre-se!”. Quem nunca ouviu essa máxima ecoar das mais diversas vozes em algum lugar e momento na lide de uma reintegração de posse ou de uma outra ocorrência de qualquer natureza?

Certamente, essa máxima é verdadeira, “não se pode criar embaraços para a efetivação da demanda judicial (art. 77, IV, Código de Processo Civil - CPC)”. Todavia tem que ser compreendido por todos os envolvidos no processo, inclusive de quem emana a ordem judicial, que a mesma para ser obedecida com eficácia e eficiência é de suma importância a realização do planejamento administrativo e operacional, por parte dos executores da missão.

No tocante a convencer às autoridades, elas que têm um afã exacerbado pelo imediatismo do cumprimento do mandamus. Deve-se alertar às mesmas, que o aceleramento desta obediência judicial, sem cumprir o devido rito do planejamento, poderá trazer consequências e resultados indesejáveis. Todavia, para fazer valer essa advertência aos gestores sobre a necessidade de cumprir o planejamento, compartilha-se com eles, a chamada responsabilidade solidária, enfatizando e evidenciando os pontos negativos e frágeis, bem como as possíveis consequências e os resultados desastrosos que poderão advir, caso seja desencadeado, no formato e percepção idealizado por eles.

Nesse caso, para se entender melhor esse prenúncio acima, exemplifiquemos essa abordagem, como sendo: “é comum essa prática na posse velha”, ou seja, quando os atos possessórios são praticados há mais de ano e dia (art. 565, Código de Processo Civil, 2015) e o Magistrado delibera a liminar para o cumprimento da reintegração de posse. Isto posto, existe todo um arcabouço de pessoas envolvidas nesse imediato cumprimento, tais como: o próprio Juiz; o proprietário da área esbulhada e seus advogados, já que o recebimento financeiro do labor destes paladinos, depende da reintegração da posse a ser executada; políticos e interlocutores próximos da parte interessada. Enfim, vários segmentos de pessoas implicadas, sejam por razões profissionais, familiares, financeiras, eleitoreiras, amigáveis etc.

Sob essa ótica do imediatismo, principalmente em relação aos magistrados, bem como aos demais atores acima mencionados e para que possam compreender a dinâmica do CME – planejamento administrativo e operacional da missão. Houve uma aproximação com o Poder Judiciário e principalmente com os Juízos em questão, que expediam os mandados de reintegração de posse, a fim de que entendessem o modus operandi do Comando de Missões Especiais.

Doravante, percebendo-se que somente o profissionalismo e a tecnicidade dos operadores de cho-

que não seriam suficientes para conter a demanda judicial, ao passo que poderia ser caracterizado o crime de desobediência. Buscou-se, por parte desses operadores, conjuntamente com o alto escalão da instituição, uma aproximação com a esfera judiciária, mas também, com o staff governamental – Secretários de Governo e Governador, para espalhar a filosofia de trabalho da instituição e do CME, quanto as formalidades para o cumprimento das reintegrações de posse.

As resistências foram gradualmente cedidas, através da implementação de uma rotina, no cumprimento dos mandados de reintegração de posse e na aceitação do modo de agir do CME, cuja premissa é seguir o planejamento detalhado da missão. Corroborou para esse implemento a conduta profissional dos operadores de choque e dos demais integrantes das outras tropas do CME, haja vista, que participam destas operações, que são calcadas em ações técnicas e táticas. Com as devidas resistências, naturais, para um Estado que se destaca no cenário nacional pelo volume de reintegrações de posse cumpridas e pela potencialização dos conflitos agrários. Não se queria criar um tempo demasiado para que as execuções fossem realizadas. Essa era a cizânia a ser solucionada.

Em face disso, revelou-se que não se perderia tempo, uma vez que, estar-se-ia juntando forças organizacionais com um canal de comunicação aberto e poder decisório, para que conjuntamente se falasse a mesma linguagem, em proveito da proatividade em executar a reintegração de posse, e principalmente, agindo-se com segurança para todos e nos diversos níveis da operação.

Os primeiros passos foram dados para que essa discussão fosse superada e desse modo ostentou-se eficaz o planejamento administrativo, através da montagem de um referido processo interno na Corporação, contendo o RELINT e a respectiva OS para cada operação. Na vertente dessas ações, inaugurou-se os despachos desses processos administrativos, per si, entre o comandante do CME e o Comandante Geral da instituição e este por sua vez com o Secretário de Segurança Pública, transpondo a burocracia dos encaminhamentos e naturalmente dos engavetamentos deles, que resultavam no imediatismo do cumprimento da ordem judicial, haja vista que se passavam meses e até anos, para que uma reintegração de posse fosse cumprida.

Gerou-se credibilidade e um estreitamento na relação com o poder judiciário e por conseguinte, as demandas reprimidas das reintegrações de posse rural, foram sendo atendidas, permitindo a despotencialização dos conflitos entre proprietários e ocupantes, nas regiões implicadas na lide agrária. Em seguida, já com o devido autorizo da missão pelos escalões superiores, inclusive com os recursos logísticos e financeiros avalizados. O comandante do CME oficia e/ou entra em contato telefônico com o juiz agrário ou cível, a fim de que o mesmo agende o período de cumprimento das ordens judiciais, bem como defina quais áreas serão reintegradas de acordo com as suas demandas e prioridades judiciais. Este contato prévio com o magistrado definindo o calendário e as propriedades a reintegrar, possibilita organizar no planejamento administrativo os seguintes ajustes: locais de pernoite e alimentação da tropa no decorrer da missão, dado a numerosidade do efetivo; postos de combustíveis credenciados para o abastecimento das viaturas; melhor itinerário para os deslocamentos do comboio, entre outras peculiaridades.

Ajustada a data e as fazendas, o efetivo do CME, encontra-se em condições de deslocamento para os municípios, com o fito de apoiar o oficial de justiça no cumprimento dos mandados de reintegrações de posse, tendo o propósito de reintegrar no mínimo cinco áreas ocupadas, devido à grande logística e distâncias abrangidas nessas operações.

Na oportunidade do contato com o meritíssimo, o mesmo agenda com o referido comandante do CME uma Audiência de Conciliação ou Desocupação, que é presidida pelo Juiz com a participação de vários entes, como: Ministério Público; requerentes e requeridos com os seus devidos representantes legais; polícia militar; bombeiro militar; polícia civil; peritos criminais; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Instituto de Terras do Pará (ITERPA); Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Conselho Tutelar; Ouvidorias Agrárias - Nacional e Estadual. Enfim, a quem o Juízo entender que se faz necessário participar da audiência, ele designa a convocação.

Essa audiência desestimula um possível conflito entre os ocupantes e o efetivo da operação, bem como estreita essa relação, já que todas as dúvidas são sanadas pelo Juiz, não permitindo margem de interpretação de nenhum tipo por qualquer das partes do litígio, principalmente no dia da execução da missão, onde é muito comum os ocupantes alegarem que não estão ocupando parte da área reintegrada. Quando não se tinha a referida sessão, era muito comum a polícia militar convidar todos esses atores acima mencionados para participar da operação, entretanto, sem êxito da presença da maioria deles na mesma.

Outro cenário muito comum que também ocorria era a PMPA ter que mediar todo conflito existencial no ato da operação, por exemplo, identificar os limites da propriedade, a fim de saber se os ocupantes estavam dentro ou fora da propriedade. Isso causava embaraços para o cumprimento da diligência, pois demoliam-se construções e retiravam-se ocupantes, indevidamente, causando um tremendo imbróglio para o comandante resolver. Nos dias de hoje, a polícia científica, através dos peritos criminais, executa previamente esse trabalho na área ocupada, quando é possível, isto é, sem a iminência de riscos, do contrário essa avaliação é realizada na fazedura da missão com a presença da tropa especializada.

No ensejo da credibilidade adquirida junto aos magistrados expedidores das ordens judiciais, o CME começou a descentralizar o cumprimento do mandamus, no caso de solicitações de áreas a reintegrar menos complexas. Essa avaliação é realizada, por meio do RELINT e com o aval do comandante do policiamento regional daquele território, onde ele endossa no Relatório, que reúne condições de cumprir a ordem judicial, através das tropas locais – GTO, CIME ou BME, dependendo da situação elencada.

Esse avanço foi possível devido a maturidade profissional que essas tropas atingiram e com o aceite dos juízes, haja vista que eles se sentiam mais seguros com as tropas especiais advindas da capital paraense. Na verdade, essa segurança era devido a confiança que o CME transmitia aos magistrados no cumprimento das demandas judiciais. Superou-se mais um obstáculo, já que era uma exclusividade das tropas especiais da cidade de Belém perfazerem os mandados judiciais. Com isso, otimizaram-se investimentos para o efetivo do GTO, CIME e BME, tornando-os valorizados e possibilitando uma incrementação logística para essas tropas.

Assim, “carregar” o fardo do planejamento administrativo e da execução de uma reintegração de posse rural, tornou-se menos desgastante e mais leve, devido a responsabilidade solidária, que é compartilhada e exercida por todos os envolvidos na missão, seja na fase administrativa, seja na fase operacional, permitindo uma segurança física e jurídica para o Estado, entes e sociedade.

4 CRIAÇÃO DAS VARAS AGRÁRIAS ESPECIALIZADAS

Conforme Mattos Neto, Juiz Titular da 3^a Região Agrária – Marabá e do Juizado Especial Criminal Ambiental, em entrevista escrita sobre a importância e atuação das Varas Agrárias no contexto dos conflitos agrários, na década de 1970. O Governo Federal criou a Rodovia Transamazônica, que teve seu traçado audacioso da cidade de Cabedelo do estado da Paraíba até Lábrea no Amazonas, passando o trajeto pelo meio da cidade de Marabá no Pará. Em face do posterior abandono da rodovia e, da falta de políticas de regularização agrária, deram origem às ocupações irregulares de terras públicas, o que se denomina popularmente de “grilagem”, culminando, enfim, com a criação pelo Constituinte Estadual Paraense das Varas Agrárias para tentar resolver os conflitos fundiários nas regiões agrárias (Mazutti, 2018).

De acordo com Mazutti (2018) em entrevista realizada por esse autor em novembro de 2018, onde abordou-se as questões sobre: importância da criação das Varas Agrárias; dificuldades encontradas pelo juiz para o cumprimento das decisões judiciais; importância da inspeção judicial para a expedição do mandado de reintegração de posse; e a importância das reuniões com os entes envolvidos antes do cumprimento do mandado de reintegração de posse. Têm-se nos 15 (quinze) parágrafos seguintes o entendimento do magistrado sobre as questões:

A ocupação irregular de terras públicas é a maior causa do surgimento dos conflitos no campo, eis que, todos os atores envolvidos, sejam detentores, posseiros ou ocupantes, são meros detentores das áreas públicas adquiridas de forma clandestina, ou possuem permissão ou tolerância, já que não possuem domínio (título) e nem a posse que pertencem exclusivamente ao Poder Público. Assim, de um lado um detentor de terra pública se intitulando “proprietário” e de outro os movimentos sociais que ocupam essa área por ser pública, acreditando na ocupação como forma de acelerar a retomada da área pelo INCRA ou pelo ITERPA, conforme pertença à União ou ao Governo do Estado e que, possa culminar com o tão sonhado assentamento de trabalhadores rurais sem-terra.

É importante salientar que a solução dos conflitos agrários não depende tão somente da edição de normas de políticas públicas agrárias. A legislação agrária é vasta e detalhada, é necessário, que se tenha também, a implementação de medidas que garantam a aplicabilidade das normas existentes. Para isto, é necessária uma mobilização entre os poderes públicos dos 3 (três) níveis e da sociedade. É preciso que a norma jurídica se transforme de forma efetiva em resolução de conflitos e, por conseguinte, das desigualdades sociais decorrentes dessas relações conflituosas.

O Poder Judiciário não ficou alheio à tão grave problemática social. A Constituição Federal de 1988, no art. 126, determina que os Tribunais de Justiça designem juízes para dirimir conflitos fundiários. O Legislador Constitucional Paraense criou 10 Varas Agrárias, sendo somente cinco instaladas. Após longo trâmite jurídico, o Tribunal de Justiça do Estado (TJE) do Pará, editou a Resolução nº 18/2005, a qual deliberou sobre a real competência destas Varas Especializadas. Foi asseverado o seguinte: “Art. 1º - As questões agrárias sujeitas à competência das varas agrárias são as ações que envolvem litígios coletivos pela posse e propriedade da terra em área rural” (Pará, 2005).

As Varas Agrárias, atualmente cumprem a função de deliberação e mediação dos conflitos agrários e, por serem varas especializadas e com efetiva participação nos atos processuais como audiências, vistorias, inspeções em propriedades, que são realizados, preferencialmente no local dos conflitos, conseguem resolver e/ou minimizar os efeitos do conflito nas regiões agrárias.

A maior dificuldade para o cumprimento das decisões judiciais é a falta de efetividade. O Poder Judiciário através dos Oficiais de Justiça, não possuem condições de cumprir as decisões de reintegração de posse, eis que, envolve grande número de famílias e se faz necessário a utilização da Força Pública, ou seja, o grupamento policial especializado para tal finalidade, implantado após a questão de Eldorado dos Carajás-PA, em 1997, e que irá auxiliar o Juízo Agrário e os Oficiais de Justiça nos trabalhos de desocupação, já que, os mandados são cumpridos pela Vara Agrária. Ocorre que, o deslocamento da tropa da capital para o interior do estado demanda uma logística muito grande e disponibilização de recursos para custear as despesas do pessoal envolvido. De igual forma, existem as dificuldades normais para as reintegrações, como: fornecimento pelo proprietário de caminhões, ônibus e dos órgãos públicos para realocação dos ocupantes, dentre outros.

A inspeção Agrária é importante pois fornece elementos imprescindíveis para a concessão ou não das medidas liminares, serve para verificar, principalmente se o autor cumpre a função social da terra, se respeita o meio-ambiente e se respeita a legislação trabalhista, isso se dá no contato com empregados, com vistoria da atividade produtiva, se já teve posse, desde quando possui a propriedade, o que efetivamente construiu de benfeitorias no imóvel, dentre outros.

As reuniões prévias servem para a redução de conflitos e para se tentar uma solução negociada, já que, participam os órgãos fundiários (ITERPA e INCRA) e estes podem acenar com uma solução de realocação de famílias para outras áreas ou mesmo a aquisição do imóvel para fins de reforma agrária. Ademais, nas reuniões se explica o processo e seu desenrolar, sobre a iminência da reintegração e a possibilidade de acertar detalhes para a saída voluntária, sobre a retirada dos bens e produtos.

Nessa mesma reunião é marcada outra para cerca de 10 dias depois, com a presença do Comandante da Operação do CME para ajustes finais e a presença dos ocupantes, dos seus advogados e de todos os

órgãos envolvidos. Isso ajuda a promover uma interação entre a Polícia Militar e os ocupantes. É explicado pelo Juiz que o trabalho da PM é de auxiliar o Juízo a cumprir a Lei, tão somente.

O jurista José Heder Benatti (2004), em seu livro *Posse Agroecológica & Manejo Floresta*, ao analisar o instituto da posse agrária, faz uma síntese da problemática agrária, *in verbis*:

Os conflitos sociais, políticos e jurídicos relacionados à questão fundiária no País, ocorreram e continuam ocorrendo, em dois níveis que se interligam e se complementam: O acesso à terra pelo aposseamento e pelo título e as formas de utilização da terra.

Basicamente, os conflitos fundiários estão intimamente ligados aos caminhos que o Estado priorizou através de sua política de acesso e forma de utilização da terra, privilegiando alguns em detrimento de outros. Os resultados dessa política se expressam na concentração da terra, na violência, no êxodo rural e na degradação do meio ambiente (*Posse Agroecológica & Manejo Floresta*, 2004, p. 380).

Assim, o Poder Judiciário deve assumir a defesa dessa nobre causa, procurando garantir o direito de acesso à propriedade e à terra e, com os instrumentos jurídicos disponíveis, porém antes da coerção e das medidas que podem gerar mais violência, tentar exaustivamente a resolução pacífica dos problemas coletivos decorrentes das ocupações desenfreadas em terras públicas.

5 PLANEJAMENTO OPERACIONAL

A jornada do processo de reintegração de posse inicia com o deslocamento prévio, uma semana antes do início das operações de reintegração, da equipe de inteligência – CME ou da agência central, juntamente com o Comando da Operação e a sua guarnição, com o objetivo de validar os RELINT's das áreas ocupadas, uma vez que, quem os confeccionou, muita das vezes, não têm uma visão operativa e técnica da atuação das tropas do CME. O Deslocamento corresponde a 1^a. fase do planejamento. Aproveitava-se o deslocamento antecipado do comandante da operação, para participar da Audiência de Conciliação ou Desocupação com o Juiz Agrário e ainda, acompanhado da equipe de inteligência, realizar o Reconhecimento (RECON) das áreas ocupadas, que é imprescindível para o êxito e sucesso da missão.

Esse RECON é realizado por meio de aeronaves – helicóptero e/ou drone. Até o ano de 2015 essa averiguação era executada por meio exclusivamente de helicóptero, que permanecia durante toda a jornada da operação em apoio à tropa e aos demais envolvidos. Entretanto, devido aos custos elevados dessa aeronave e por represar outras demandas institucionais e do Estado, foi oportunizado a realização pelo drone, não só do RECON, mas também do RELINT, por meio do levantamento da situação na área ocupada.

Sabe-se que ambas as aeronaves têm atividades, valores distintos e intangíveis, todavia começou a ser utilizado com maior frequência o drone, pois proporcionou menos burocracia operacional, haja vista que os helicópteros, boa parte das vezes, encontravam-se em manutenção ou aguardando-a. Fato este que impedia a celeridade do calendário das reintegrações de posse, voltando a ocorrer o imediatismo judicial discorrido anteriormente. Dessa forma, foram adquiridos pela Corporação uma quantidade estratégica de drones, que foram distribuídos para os comandos regionais da capital e do interior, facilitando e aprimorando o trabalho de RECON do comandante da operação.

Destarte, e com todos os propósitos que antecedem as operações de reintegração de posse, diretimidos e devidamente aprovados. A tropa do CME, isto é, um efetivo de cada unidade desse comando, previsto na OS, desloca-se para o município a comando do subcomandante da operação, inclusive com uma ambulância e equipe médica. Integra o comboio por todo o período da missão, uma equipe especializada da polícia civil, seja da Delegacia de Conflitos Agrários (DECA), seja da Divisão de Investigação e Operações Especiais (DIOE), com os fins de suporte de polícia judiciária e apuração das infrações penais que ocorrerem no decurso da missão. Em seguida, esse conjunto de viaturas e efetivo, baseia-se nos municípios, conforme cronograma estabelecido pelo Magistrado e validado na Audiência de Desocupação, a fim de iniciarem o cumprimento das ordens judiciais

Em cada estadia desse efetivo nos locais de reintegração, será explanado o planejamento operacional da referida área a ser reintegrada, de modo que, sempre a tropa estará atualizada da situação e missão que desempenhará em cada propriedade reintegrada. Essas contínuas explanações permitem ao mesmo tempo corrigir os erros da reintegração anterior, assim como, ajustar a conduta profissional do efetivo, possibilitando uma contextualização e interação com o mesmo sobre todas as circunstâncias da missão.

Diante dessa prática, debruça-se sobre o *modus operandi* de atuação da tropa para cada evento e sua peculiaridade. Mas, independentemente dos fatores adversos encontrados, é obedecido um padrão que se inicia com o deslocamento do comboio de forma ordenada – “demonstração de força” e previamente definida, inclusive com a inclusão das viaturas e veículos, nesse dispositivo, dos outros atores que comporão a missão.

Antes do deslocamento do comboio para o local da operação é marcado um ponto de concentração, onde todos que irão participar da missão se reúnem para uma reunião prévia, a fim de fazer-se os últimos acertos e confirmar a presença de todos. Afinal, todos são importantes no cenário da responsabilidade solidária. De agora em diante o comboio se afasta para o local da reintegração, desembarcando com segurança às proximidades do evento e principiando à aproximação do local, que podemos considerar como a 2^a fase da reintegração de posse, de um total de sete, sendo a primeira o planejamento.

Nessa fase de aproximação será observada a resistência passiva ou ativa ou nenhuma delas, já que na audiência de conciliação é informado o dia do cumprimento da ordem judicial, fazendo com que muitos ocupantes se retirem voluntariamente – desocupação voluntária, antes da chegada da tropa, ao ponto de encontrarmos áreas completamente vazias de pessoas e bens particulares.

Em havendo quaisquer das resistências citadas, e no caso da resistência ativa, após essa ser sanada pela tropa, será realizada a Negociação/Mediação do conflito, sendo essa a 3^a fase, por parte do comandante da operação e assessorado, geralmente pelo oficial de justiça e delegado de polícia civil, que nos acompanham na operação. Consequentemente o efetivo realiza a ocupação da área em conflito, a 4^a fase, da área em reestabelecimento, inicialmente da frente para à retaguarda, com fins de demonstrar força, uma vez que, nesse momento o dispositivo ainda estará todo agrupado, mostrando efetivamente todo o seu aparato e assim consolidará, psicologicamente, o processo de retirada dos invasores.

No momento posterior, desfeita a resistência, a tropa vai ser desmembrada em grupos (patrulhas) e aliviada dos equipamentos de proteção individual – escudos e capacetes balísticos, mantendo os instrumentos de menor potencial ofensivo e armamentos individuais e coletivos, com o intuito desse grupoamento ser deslocado para todos os pontos do terreno em que se encontram alocados os ocupantes. Nesse momento da divisão e distribuição do efetivo no terreno, inicia-se por parte dos invasores a Desocupação da área, ato que caracteriza a 5^a fase da reintegração de posse.

Esse desmembramento, além de permitir a manutenção do cronograma de execução da operação dentro do planejado. Possibilita dar segurança aos funcionários do proprietário, que entrarão na área neste exato momento, com o propósito de ajudar na desmontagem das casas e benfeitorias dos ocupantes, assim como ajudar no transporte da mobília dos mesmos, cujos recursos desse transporte são absorvidos pelo requerente.

Nesse interim do desenrolar da desocupação, é comum, devido ao tamanho da área e dificuldade de logística, que a reintegração de posse perdure por mais de 1 (um) dia. Logo, faz-se necessário realizar a manutenção da posse, onde todo o efetivo, havendo estrutura no local, ou parte dele, que é o mais habitual, pernoita na área, com o intuito de garantir a segurança e integridade da propriedade, dos ocupantes e de seus pertences e benfeitorias.

No decorrer da desocupação, porém prestes a finalizar, o oficial de justiça na companhia do comandante da operação e/ou outro policial militar por ele designado, vistoriam a área, sejam a pé ou utilizando quaisquer outros meios necessários, objetivando fiscalizar a completa desocupação do terreno. A etapa denomina-se de Rescaldo, a 6^a fase.

Em contrapartida, nessa ação de inspeção do funcionário judicial e do comandante ou designados,

torna-se oportuno ainda identificar alguma situação pendente no domínio, para fins de solução, de modos que a posse seja totalmente devolvida ao proprietário ou seu representante legal sem percalços.

Após esse rito acima a área está devidamente reintegrada, onde o oficial de justiça entrega a mesma ao proprietário ou representante legal, através do Auto de Reintegração de Posse, caracterizando a 7ª fase da reintegração de posse rural. Portanto, vimos de forma pormenorizada o planejamento operacional com seus desdobramentos, com o fulcro de que os operadores de choque e das tropas do CME, percebam e tenham a perspicácia de contextualizar e replicar em suas operações a execução do plano, com fins de quebrar paradigmas e o imediatismo das ordens judiciais e das missões.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que os conflitos agrários no Brasil marcam a história do país, desde a sua colonização. É fato que por conta da evolução da sociedade, ensinamentos foram deixados para que os órgãos de segurança pública e o Estado se conscientizassem de que precisavam providenciar mudanças na maneira de olhar o problema social, com a finalidade de empreender um trabalho eficiente e com segurança para todos os envolvidos nos conflitos.

Assim, enquanto as instituições não perceberem que precisam realizar uma política de reforma agrária séria e eficaz voltada para as pessoas que fazem das atividades produtivas o seu sustento e de sua família, os conflitos agrários perdurão no tempo. Esses indivíduos vulnerabilizados que só querem e lutam por seu pedaço de terra para exercer com dignidade o seu direito de cidadão brasileiro. O resultado prático da reforma agrária bem-feita será a diminuição dos conflitos no campo e o alcance da tão almejada meta da paz social.

Dessa forma, os aparelhos policiais que atuam nos conflitos agrários estão cada vez mais presentes nas situações em que se faz necessária uma intervenção preventiva e, em alguns casos, repressiva dos órgãos de segurança pública, por meio de uma tropa capacitada para tal, visando o restabelecimento da ordem pública. Alguns fatores devem ser levados em consideração onde podemos citar: o ético, o legal e, mais especificamente, as considerações políticas em detrimento das considerações operacionais que norteiam a questão.

No mesmo contexto, quando do surgimento de uma crise envolvendo “proprietários” e “trabalhadores-ocupantes”, a atuação do Estado deve ter regras bem claras e definidas acerca de qual medida deverá ser aplicada para a resolução do conflito. Porque, caso contrário, a percepção por parte de alguns dos atores envolvidos no processo pode resultar em questionamentos ou mesmo confrontos entre as partes envolvidas e os órgãos responsáveis pela resolução do evento crítico. Neste momento estão em jogo dois interesses opostos com entendimentos diversos: a garantia do direito à propriedade privada e a utilização da terra em conformidade com a sua função social.

Pode-se dizer que há um evento crucial e para que ele não tenha desdobramentos indesejáveis, deve ser inicialmente mediado e negociado os seus termos de forma a atender o interesse comum e a preservação de vidas humanas. As características mais perturbadoras, decorrentes da intervenção policial, nesses casos, são os confrontos armados, mesmo sendo utilizado equipamentos e técnicas menos letais, mas com desfecho imprevisível. É necessária, então, uma postura organizacional, não rotineira, definida para negociar as situações críticas e buscar, numa visão mais gerencial, a solução pautada na legalidade e na doutrina internacional dos Direitos Humanos.

Na Polícia Militar do Pará se fez necessário superar a mácula da lastimável operação de desobstrução de via em Eldorado dos Carajás e estabelecer um novo paradigma no trato dos conflitos agrários, legalista, democrático e pautado na promoção dos Direitos Humanos, construído e estabelecido como norte doutrinário a ser seguido universalmente na organização policial militar, irradiando ainda seus efeitos por toda a esfera do entendimento governamental e, principalmente, do poder judiciário.

A plataforma que foi criada, de planejamento administrativo e operacional, desdobra-se em sete

fases para executar as reintegrações de posse. Estabeleceu a responsabilidade solidária, principalmente para os entes extramuros da corporação, resultando na despotencialização dos conflitos. Enquanto nos intramuros da caserna policial militar estadual, os operadores de choque e das tropas do CME vêm primando para manter a doutrina e a continuidade da plataforma, aprimorando-a sempre que necessário, porém sem perder de vista a efetividade que fez com que houvesse a evolução da atuação das tropas especializadas da PMPA nas ações, cenários e estratégias que envolvem uma reintegração de posse e as suas nuances na esfera dos conflitos agrários.

Portanto, o eixo da esteira funcional do trabalho, a plataforma doutrinária para executar as reintegrações de posse rural, está bem consolidado e, por mais que novos atores queiram executar ações destoantes da doutrina nas reintegrações de posse rurais, de maneira enviesada e particularista, a solidez e o pragmatismo estabelecidos na plataforma inviabilizarão o viés. A PMPA prossegue no trabalho de consolidação da sua doutrina operacional e da profissionalização da execução das operações policiais militares envolvendo disputas agrárias, por meio do aprimoramento técnico, tático e do criterioso planejamento administrativo e operacional.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BENATTI, José Heder. **Posse Agroecológica e Manejo Florestal**. Curitiba: Juruá, 2004.

BRASIL, República Federativa do. Lei N. 601, de 18 de setembro de 1850. Brasilia, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm#:~:text=L0601%2D1850&text=LEI%20No%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%A7%C3%B5es%20legais

BRASIL, República Federativa do. Lei N. 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Brasilia, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm

BRASIL, República Federativa do. Lei N. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Brasilia, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm

MAZUTTI, A. J. Semana Jurídica Fortalece Cultura de Paz. **Palestra Violência no Campo**: Enfrentamento da Violência, Direito ao Respeito e Cultura de Paz. Tribunal de Justiça do Pará (TJE), 2018.

PARÁ. Decreto nº 3.670, de 08 de outubro de 1999. Transcrito no Boletim Geral nº 196 - PMPA, de 15 de outubro de 1999. Disponível em: <https://www.pm.pa.gov.br/component/users/?view=login&Itemid=437>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2023.

PARÁ. Instrução Normativa Operacional, nº 001/2009 – Estado Maior Geral. Boletim Geral nº 063, de 06 de abril de 2009. PMPA. Disponível em: <https://www.pm.pa.gov.br/component/users/?view=login&Itemid=437>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2023.

PARÁ. Lei Complementar nº 093, de 15 de janeiro de 2014, que alterou a Lei de Organização Básica (Lei nº 053, de 07 de fevereiro de 2006. Disponível em: <https://www.pm.pa.gov.br/legislacao.html>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2023.

PARÁ. Lei Complementar nº 153, de 1 de julho de 2022, que alterou a Lei de Organização Básica (Lei nº 053, de 07 de fevereiro de 2006. Disponível em: <https://www.pm.pa.gov.br/legislacao.html>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

PARÁ. Resolução nº 18/2005. Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Dispõe sobre a competência das Varas Agrárias nas ações que envolvem litígios pela posse e propriedade da terra em área rural. Disponível em: <https://www.tjpa.jus.br/CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=8800>. Acesso em: 1 de abril de 2023

ROCHA, Ibraim; TRECCANI, Girolamo Dominico; BENATTI, José Heder; HABER, Lilian Mendes; CHAVES, Rogério Arthur Friza. **Manual de Direito Agrário Constitucional**: lições de direito agroambiental. 3. ed. rev., ampl. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

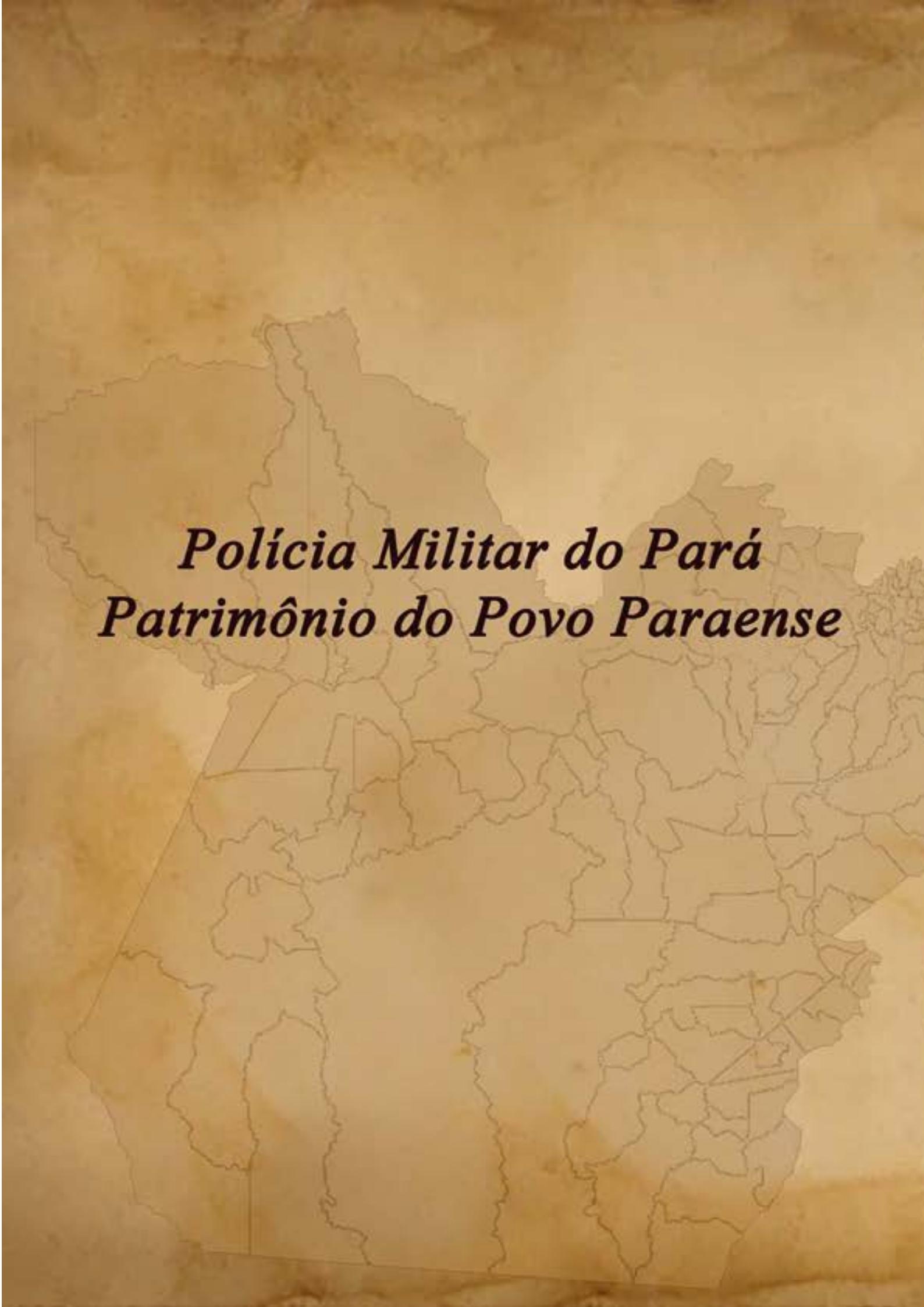
SILVA, da R. **Manual de Direito Ambiental**. 11ª ed. rev., atual. e ampl. – Salvador: Juspodivm, 2021.



APOIO CULTURAL:



**ESPAÇO RESERVADO PARA A
INCLUSÃO DA
LOGOMARCA DA GRÁFICA**



*Polícia Militar do Pará
Patrimônio do Povo Paraense*